

LUÍS FERNANDO BULHÕES FIGUEIRA

O “ALTHUSSERIANISMO EM LINGUÍSTICA”:
A TEORIA DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX

UBERLÂNDIA
DEZEMBRO DE 2012

LUÍS FERNANDO BULHÕES FIGUEIRA

O “ALTHUSSERIANISMO EM LINGUÍSTICA”:
A TEORIA DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX

Tese de doutoramento, protocolada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. João Bôsco Cabral dos Santos

UBERLÂNDIA
DEZEMBRO DE 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F475a Figueira, Luís Fernando Bulhões, 1980.
2012 O althusserianismo em linguística: a teoria do discurso de Michel
Pêcheux / Luís Fernando Bulhões Figueira. -- Uberlândia, 2012.
187 f. : il.

Orientador: João Bôsko Cabral dos Santos.
Tese (Dissertação) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

1. Linguística - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 2. Pêcheux,
Michel, 1938-1983 – Crítica e interpretação - Teses. I. Santos, João Bôsko
Cabral dos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

O “ALTHUSSERIANISMO EM LINGUÍSTICA”:
A TEORIA DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX

Tese de doutoramento defendida e aprovada em 07 de dezembro de 2012, pela banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos

Profa. Dra. Maria de Fátima Fonseca Guilherme

Profa. Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito

Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza

Prof. Dr. Marco Antônio Villarta-Neder

Profa. Dra. Marisa Martins Gama-Khalil

(suplente)

Profa. Dra. Rita Maria Diniz Zozzoli

(suplente)

DEDICATÓRIA

A meu filho Vítor e minha esposa Giselle,
responsáveis por eu conhecer
uma felicidade ‘impossível’.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos, pela boniteza de sua ensinância e por me ensinar a ‘ousar pensar por mim mesmo’.

À Profa. Dra. Maria de Fátima Fonseca Guilherme, por ser a prova viva de que competência e generosidade podem andar juntas na formação de professores e de pessoas.

À Profa. Dra. Marie-Anne Paveau, por me mostrar possibilidades de conhecimento até então inexploradas.

À Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, pelo ímpeto com que afugenta qualquer espécie de inércia acadêmica.

Ao Prof. Dr. Marco Antônio Villarta-Neder, à Profa. Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito e à Profa. Dra. Maria Inês Vasconcelos Felice, por suas intervenções valiosas nos exames de qualificação.

Aos amigos do Laboratório de Estudos Polifônicos, espaço onde se dá o verdadeiro exercício das singularidades e da autonomia intelectual.

A meus familiares e amigos, por me darem a força para ‘persistir contra todas as probabilidades’.

À Maria José N. Fabiano e à Tainah Freitas Rosa, pela solicitude com que sempre me atenderam.

Aos professores do Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, pela formação acadêmica que me propiciaram.

À CAPES, pelo subsídio financeiro que me permitiu realizar o estágio de doutorado-sanduíche no exterior.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
RÉSUMÉ.....	10
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO.....	15
1. EM BUSCA DE UMA SINGULARIDADE EPISTEMOLÓGICA PARA A ANÁLISE DO DISCURSO PECHUTIANA (ADP).....	16
1.1. A hipótese do “althusserianismo em linguística” (DOSSE, 2007).....	16
1.2. Mapeando o campo heterogêneo da Análise do discurso francesa e brasileira..	19
CAPÍTULO TEÓRICO	23
2. POR UMA ANÁLISE POLÊMICA DOS DISCURSOS	24
2.1. Introdução.....	24
2.2. Teoria enquanto corpus teórico e enquanto discurso.....	25
2.3. Fundamentos epistemológicos para uma Análise Polêmica dos Discursos	27
ANÁLISES DE CORPUS	55
3. ALTHUSSER E OS DESENVOLVIMENTOS ATUAIS DA ANÁLISE DE DISCURSO: A(S) VISÃO(ÕES) DOS HISTORIADORES DA AD.....	56
3.1. 1ª Regularidade: concordância em torno da constituição materialista-marxista-althusseriana (MMA) da ADP.....	56
3.2. Os fundamentos althusserianos da teoria pechutiana	56
3.3. Constituição do fundamento: elementos para a episteme de um discurso: princípio, postulação (postulados) e fundamentação (fundamentos)	56
3.4. Genealogia do fundamento: um princípio construído sobre uma fundamentação tripla	58
3.5. Fundamentos para a episteme de um discurso: a constituição althusseriana da ADP	61
3.6. O que é a Análise de discurso se a obra de Althusser existe	72
3.7. A obra de Althusser: ponto nodal das contradições no interior da AD	73
4. A ANÁLISE DE DISCURSO: UM SISTEMA DE DISPERSÕES	75
4.1. 2ª Regularidade: concordância em torno da superação/supressão do elemento marxista-materialista-althusseriano (MMA) nos desenvolvimentos atuais da AD.....	75

4.2. Modos de tomada de posição em relação à constitutividade do discurso pecheutiano pelo discurso althusseriano	75
4.3. Tomada de posição por apagamento: teoricismo da prática teórica sem a prática política	75
4.4. Tomada de posição por esquecimento: equivocidades na leitura das noções althusserianas de AIE, Estado e poder.....	77
4.4.1. Tomada de posição por esquecimento: Quem tem medo do assujeitamento ..	84
4.4.2. O que dizem de Althusser e o que diz Althusser	85
4.4.3. O esquecimento constitutivo do analista de discurso: nós não somos o barão de Munchausen ..	92
4.5. Tomada de posição por forclusão (do materialismo histórico)	94
4.5.1. A constitutividade política da teoria na ADP	101
4.6. Tomada de posição por deslocamento epistemológico: a autocrítica pecheutiana ..	104
4.6.1. O discurso: estrutura ou acontecimento	105
4.6.2. Crítica epistemológico-política.....	106
4.6.3. Crítica político-epistemológica.....	109
4.6.4. Deslocamento epistemológico e movência política.....	110
5. DUAS TENDÊNCIAS ATUAIS NA ANÁLISE DE DISCURSO: INSCRIÇÕES TEÓRICAS DIFERENTES, POSIÇÕES IDEOLÓGICAS SEMELHANTES ..	112
5.1. Do silenciamento ao apagamento (parte 1): a posição foucaultiana de Courtine na AD ..	112
5.2.1. À guisa de conclusão	147
CAPÍTULO FINAL.....	150
6. HÁ UMA VIA PARA A ANÁLISE DE DISCURSO FORA DA GRAMATICALIZAÇÃO E DA DESMARXIZAÇÃO.....	151
6.1. Efeitos das críticas foucaultianas ao althusserianismo da ADP	153
6.2. Efeitos das críticas lacano-psicanalíticas ao althusserianismo da ADP	163
6.3. É passada a hora de juntar os cacos e se olhar no espelho	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181

RESUMO

Esta pesquisa investigou as relações epistemológicas entre o pensamento filosófico-político de Louis Althusser e a teoria do discurso proposta por Michel Pêcheux desde fins dos anos 1960 na França. Esta investigação teórico-histórica analisou textos de ambos os autores na tentativa de identificar os fundamentos filosóficos althusserianos responsáveis pela singularidade epistemológica da Análise do discurso pecheutiana (ADP) no campo dos estudos discursivos. Este exame indicou os seguintes fundamentos althusserianos como elementos que singularizam a teoria pecheutiana do discurso: (1) a desconfiança em relação à evidência do sentido; (2) a crítica à noção do sujeito *causa sui*; e (3) a imbricação entre o político e o simbólico, consubstanciada pela Ideologia. Também foram analisados textos representativos de tendências atuais da Análise de discurso, sobretudo de autores filiados às vertentes foucaultiana e lacaniana nos estudos discursivos. Com base no método arqueogenealógico foucaultiano, pudemos caracterizar diferentes gestos de leitura empreendidos por correntes atuais da Análise de discurso, quando estas interpretam as relações teóricas existentes entre as obras de Althusser e Pêcheux. Nosso gesto de leitura identificou, sob diferentes modos de funcionamento discursivo (apagamento, esquecimento e forclusão), duas regularidades quanto às tomadas de posição das correntes foucaultiana e lacaniana em relação à constitutividade althusseriana da ADP. A primeira regularidade vem a ser o reconhecimento consensual de que a ADP repousa sobre fundamentos althusserianos. A segunda regularidade refere-se a uma tomada de posição, comum entre as vertentes foucaultiana e lacaniana, segundo a qual os impasses teóricos enfrentados pela ADP, sobretudo no que se convencionou chamar a passagem (ao ato) da 2ª para a 3ª época da teoria, não somente seriam devidos à sua constituição marxista-materialista-althusseriana (MMA), como também a ‘solução’ para sair de tais impasses estaria no abandono dessa filiação althussero-marxista. Divergindo dessa interpretação, nosso posicionamento compreende que os elementos MMA da ADP, devidamente (auto)criticados e retificados por Althusser e Pêcheux, permanecem como fundamentos constitutivos, singulares e profícuos da teoria pecheutiana. As críticas ao althussero-marxismo da ADP empreendidas pelas correntes foucaultiana e lacaniana podem ser caracterizadas ora como ilegítimas, ora como legítimas mas anacrônicas, quando desconsideram as autocríticas empreendidas por Althusser e Pêcheux. Examinando as significações que emergem de tais críticas, pudemos identificar

alguns efeitos provocados por elas. No caso da ortodoxia foucaultiana, esses efeitos seriam: (1) o apagamento da luta de classes e (2) a desconsideração do modo como as práticas econômicas (relações de produção capitalistas) afetam a produção: de sentidos no discurso; de ideologias e subjetividades nos sujeitos; de discursos teóricos conformistas; e de práticas políticas de resignação frente à ordem capitalista. No caso da ortodoxia lacaniana, os efeitos das críticas ao althussero-marxismo da ADP seriam: (1) o apagamento da política (uma vez que nem sequer uma micropolítica é colocada como substituta para as posições althussero-marxistas); (2) a denegação da constitutividade sempre-já política da teoria (ou teoricismo); e (3) a produção do discurso do imobilismo frente às práticas políticas radicais de transformação social.

Palavras-chave: Louis Althusser; Michel Pêcheux; política na teoria; análise do discurso pecheutiana.

RÉSUMÉ

Cette recherche a étudié les rapports épistémologiques entre la pensée philosophique et politique de Louis Althusser et la théorie du discours proposée par Michel Pêcheux depuis la fin des années 1960 en France. Cette enquête théorico-historique a examiné des textes de ces deux auteurs dans le but d'identifier les fondements philosophiques althussériens responsables de l'unicité épistémologique de l'analyse du discours pecheutienne (ADP) dans le domaine des études discursives. Cette analyse a indiqué les fondements althussériens suivants comme des éléments qui individualisent la théorie pecheutienne du discours: (1) une méfiance à propos de l'évidence du sens; (2) la critique de la notion de sujet *causa sui*; et (3) l'imbrication entre le politique et le symbolique, incarné par l'idéologie. On a également analysé des textes représentatifs de certaines tendances actuelles en analyse de discours, en particulier des auteurs associés aux courants foucauldien et lacanien dans les études discursives. Basé sur la méthode arché-généalogique foucauldienne, on a pu caractériser des différents gestes de lecture entrepris par des tendances actuelles de l'analyse de discours, quand elles interprètent les relations théoriques entre les travaux d'Althusser et Pêcheux. Notre geste de lecture a identifié sous différents modes de fonctionnement discursif (l'effacement, l'oubli et la forclusion), deux régularités concernant les prises de position des courants foucauldien et lacanien par rapport à la constitutivité althussérienne de l'ADP. La première régularité, c'est la reconnaissance consensuelle que l'ADP repose sur des fondements althussériens. La deuxième régularité se réfère à une position, fréquent chez les courants foucauldien et lacanien, selon laquelle les impasses théoriques rencontrées par l'ADP, en particulier dans ce qu'on appelle le passage (à l'acte) de la deuxième à la troisième époque de la théorie, non seulement seraient dues à sa constitution marxiste-matérialiste-althussérienne (MMA), ainsi que la «solution» pour échapper de telles impasses serait le renoncement de cette affiliation althussero-marxiste. Malgré cette interprétation, notre prise de position comprend que les éléments MMA de l'ADP, une fois (auto)critiqués et rectifiés par Althusser et Pêcheux eux-mêmes, restent comme des fondements constitutifs, singuliers et fructueux de la théorie pecheutienne. Les critiques dirigées vers l'althussero-marxisme de l'ADP entreprises par les courants foucauldien et lacanien peuvent être caractérisées tantôt comme illégitimes, tantôt comme légitimes mais anachroniques, lorsqu'elles ne prennent pas en compte les autocritiques entreprises par Althusser et Pêcheux. Examinant les significations qui émergent de telles critiques, on a pu identifier certains effets qu'elles entraînent. Dans le cas de l'orthodoxie foucauldienne, ces

effets seraient les suivants: (1) l'effacement de la lutte des classes et (2) la méconnaissance de la façon dont les pratiques économiques (rapports de production capitalistes) affectent la production: du sens dans le discours; d'idéologies et de subjectivités dans les sujets; de discours théoriques et pratiques politiques de résignation en face de l'ordre capitaliste. Dans le cas de l'orthodoxie lacanienne, les effets des critiques à l'althussero-marxisme de l'ADP seraient les suivants: (1) la suppression de la politique (puisque même une micropolitique n'est placée comme substitut pour les positions althussero-marxistes); (2) le déni de la constitutivité toujours-déjà politique de la théorie (ou théoricisme) et (3) la production du discours de l'immobilité par rapport à des pratiques politiques radicales de transformation sociale.

Mots-clés: Louis Althusser; Michel Pêcheux; politique dans la théorie; analyse du discours pecheutienne.

ABSTRACT

This research has investigated the epistemological relationship between Louis Althusser's political and philosophical thought and the discourse theory proposed by Michel Pêcheux since the late 1960s in France. This theoretical and historical research has examined texts from both authors in an attempt of identifying Althusserian philosophical foundations responsible for the epistemological uniqueness of Pêcheux's Discourse Analysis (PDA) in the field of discourse studies. This study has indicated the following Althusserian foundations as elements that specify Pêcheux's theory of discourse: (1) a suspicion concerned to sense evidence; (2) the criticism of the notion of subject *causa sui*; and (3) the imbrication between political and symbolic, embodied by Ideology. Representative texts of current trends in discourse analysis were also examined, especially from authors affiliated to Foucauldian and Lacanian tendencies in discourse studies. Based on Foucauldian archaeological-genealogical method, we have featured different reading gestures undertaken by current trends in Discourse Analysis when they interpret theoretical relationships between works from Althusser and Pêcheux. Our gesture of reading has identified, under different operating modes of discourse (sense-clearing, forgetfulness and foreclosure), two regularities concerning Foucauldian and Lacanian's current positions on Althusserian constitutivity of PDA. The first regularity is the consensual recognition that PDA rests on Althusserian fundamentals. The second one refers to a position, common among Foucauldian and Lacanian trends, according to which theoretical impasses faced by PDA, especially one called the passage (to the act) from 2nd to the 3rd age of theory, not only would be due to its Marxist-Materialist-Althusserian (MMA) constitution, as well as the 'solution' to leave such impasses would be the abandonment of this althusserian-marxist affiliation. Notwithstanding this interpretation, our positioning conceives MMA elements in PDA, properly (self) criticized and rectified by Althusser and Pêcheux, remain constitutive, distinctive, singular and fruitful fundamentals in Pêcheux's theory. The criticism to the althussero-marxism in PDA which has been undertaken by Foucauldian and Lacanian currents can be featured sometimes as illegitimate, sometimes as legitimate but anachronistic, whenever it disregards the self-criticisms made by Althusser and Pêcheux. Examining the meanings that emerge from such criticism, we could identify some effects caused by them. In the case of Foucauldian orthodoxy, such effects would be: (1) the erasure of class struggle and (2) the disregard of how economic practices (capitalist relations of production) affect the production of: senses in discourse; ideologies and subjectivities in

subjects; fatalistic theoretical discourses; and political practices of resignation regarding the capitalist order. In the case of Lacanian orthodoxy, the effects of the criticism to the althussero-marxism of PDA would be: (1) the deletion of policy (without at least considering a micropolitics to substitute althusserian-marxist positions), (2) the denegation of the 'always-already' political constitutivity of theory (also known as theoreticism) and (3) the production of discourses of political inertia regarding radical practices of social transformation.

Keywords: Louis Althusser; Michel Pêcheux; policy in theory; Pêcheux's Discourse Analysis.

“Em vez de pronunciar um julgamento imparcial, este livro oferecerá uma leitura partidária – é parte da teoria lacaniana que toda verdade é parcial.” (ZIZEK, 2010, p.12)

“Como não há leitura inocente, digamos de qual leitura nós somos culpados.” (ALTHUSSER, 1996 [1965], p.4)

“O diabo pode citar as Escrituras quando isso lhe convém.” (provérbio retomado por Shakespeare em *O mercador de Veneza*)

“Não se obtém nada por concessões à opinião pública ou aos preconceitos reinantes. Este procedimento é completamente contrário ao espírito da psicanálise, cuja técnica nunca é a de querer camuflar ou atenuar as resistências. A experiência tem mostrado também que as pessoas que tomam a via do compromisso, das atenuações, em suma, do oportunismo diplomático, se veem no final das contas elas mesmas descartadas de seu próprio caminho” (FREUD, apud ROUDINESCO, 1982, p. 293, apud PÊCHEUX, 2011, p.290)

“Pelo sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos.
Pelo sonho é que vamos.”
(Sebastião da Gama)

“Se as coisas são inatingíveis... ora!
não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
a mágica presença das estrelas!”
(Mário Quintana, *Das Utopias*)

INTRODUÇÃO

1. EM BUSCA DE UMA SINGULARIDADE EPISTEMOLÓGICA PARA A ANÁLISE DO DISCURSO PECHEUTIANA (ADP).

A análise do discurso (AD) pode ser considerada como um campo do saber recente. Os anos iniciais de sua constituição remetem às décadas de 1960 e 1970. Costuma-se adotar o ano de 1969 como marco inaugural de sua existência, devido à publicação, por Michel Pêcheux, do artigo “Análise automática do discurso” (AAD -69).

No contexto brasileiro, em particular, a AD recebeu grande atenção dos pesquisadores, sobretudo na área de Linguística. Em muitas universidades brasileiras, a AD encontrou um terreno fecundo para se desenvolver. Em função da ampla difusão da disciplina em território brasileiro, assistimos hoje a uma proliferação de trabalhos que se pretendem a ela filiados ou vinculados.

Diante de tamanho fenômeno de “popularização” (ou modismo) da AD, muitos de seus pesquisadores têm ultimamente revelado um interesse em examinar as fronteiras teóricas do campo. Como disciplina de entremeio, a AD, no decurso de sua breve história, sempre se viu confrontada com a questão de suas fronteiras teóricas, sobretudo em relação a campos de saber vizinhos, tais como o Marxismo e a Psicanálise, por exemplo. Vizinhos como esses não apenas ocupam os espaços adjacentes exteriores, como também, por vezes, dividem o mesmo espaço, ou até podem ser encontrados no próprio interior da disciplina “anfitriã”.

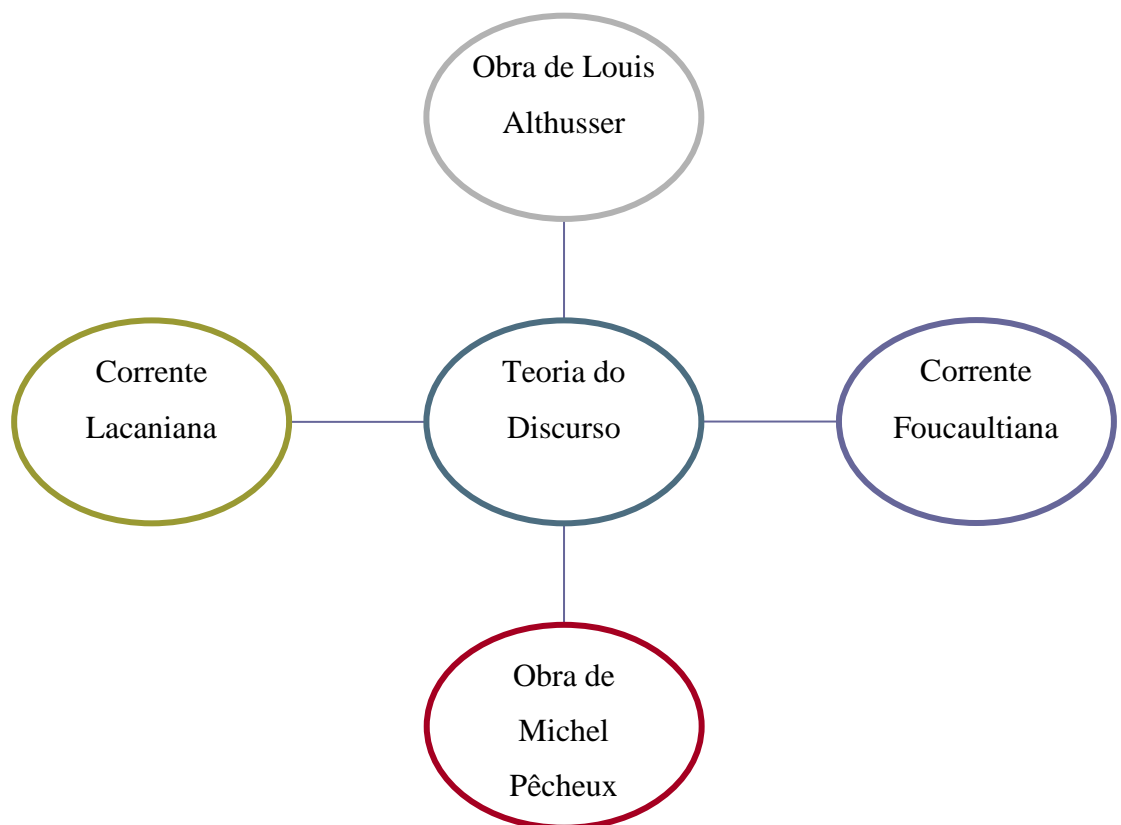
Entretanto, para além dessa problemática constitutiva da AD - que se deve a seu estatuto de entremeio - no caso brasileiro, sua proliferação e popularização complicam ainda mais a reflexão acerca de suas fronteiras. Isso ocorre porque todo processo amplo de difusão e vulgarização de um campo do saber está sujeito a diferentes tipos de transformações: aproximações, deslocamentos, inversões, distorções.

Nesse contexto, propusemo-nos nesta pesquisa a abordar determinados textos teórico-historiográficos do campo da AD¹, no intuito de investigar certas problemáticas que continuam a colocar questões desafiadoras para um campo de saber que necessita: delimitar suas fronteiras, refletir sobre sua identidade epistemológica e coexistir com disciplinas vizinhas que ora lhe constituem, ora dela se distanciam.

1.1. A hipótese do “althusserianismo em linguística” (DOSSE, 2007).

¹ Courtine (1991), Gregolin (2004), Maldidier (2003), Pêcheux (1997c), Pêcheux (2006), Plon (2003) e Teixeira (2005).

A obra do filósofo Louis Althusser é uma referência indispensável a projetos que pretendam investigar a constituição da Análise do discurso pecheutiana (ADP). No caso específico desta pesquisa, propusemo-nos a construir a investigação sobre dois eixos: o primeiro, constituído por textos teórico-históriográficos representativos de correntes atuais do Campo dos estudos discursivos (CED), onde privilegiamos a abordagem do modo como as tendências foucaultiana e a lacaniana (ou psicanalítica) posicionam-se em relação à constitutividade da teoria do discurso de Michel Pêcheux pelo discurso althusseriano; o segundo eixo, constituído pela relação entre textos de Pêcheux e textos de Althusser que possam, de alguma forma, lançar luzes sobre determinadas questões, bastante incertas (ou demasiadamente óbvias) para um grande número de pesquisadores em AD. O diagrama abaixo ilustra os eixos desta investigação:



O retorno a Althusser, pela via da releitura de seus textos e da problematização de suas colocações, justifica-se na medida em que o “projeto althusseriano”, como nos diz Gregolin (2004, p.15), tem sido “muito criticado e muito pouco investigado depois de 1980”.

A importância do projeto althusseriano para a constituição da Análise do discurso é inegável, uma vez que a obra de Michel Pêcheux sempre foi bastante influenciada pelas proposições de Althusser. Gregolin (2004, p.113) dá testemunho disso quando afirma que “a análise do discurso proposta por Pêcheux tem uma profunda relação com as teses althusserianas”.

No contexto atual (em que nos perguntamos acerca da identidade teórico-epistemológica da ADP; em que se impõe a problemática de suas fronteiras em relação a outros campos de saber), cremos que seja necessário retornar a determinados textos ‘althusserianos’ (entenda-se: textos de autoria de Althusser e textos marcadamente influenciados por ele) a fim de compreender melhor *quais das proposições althusserianas permanecem como constituintes da Análise do discurso que se faz hoje*, e quais dessas proposições foram suspensas, ou definitivamente abandonadas, ao longo das refacções que a ADP vem sofrendo em sua história.

Entendemos que a obra de Pêcheux, central para a construção da AD, seja constituída por diferentes vozes, dentre as quais se destacam as de Althusser. Nesse sentido, propusemos um reexame da obra pecheutiana, privilegiando os momentos em que se pode verificar um diálogo com esse discurso-outro que a constitui, o “discurso althusseriano”.

Nas transformações que a ADP sofreu ao longo de seu desenvolvimento, as reelaborações e retificações empreendidas por Pêcheux em sua obra são determinantes. Trabalhos como os de Carvalho (2008), Gregolin (2004), Maldidier (2003) e Teixeira (2005) costumam atribuir como motivo dessas transformações o fato de Pêcheux ter corrigido ou abandonado proposições althusserianas cuja inconsistência epistemológica constituiria um entrave para o desenvolvimento da teoria. A esse respeito, nossa posição é de concordância parcial.

Embora partilhemos da crença de que algumas modificações empreendidas por Pêcheux (no arcabouço teórico da ADP) tenham sido motivadas por um distanciamento em relação a posições althusserianas, entendemos que algumas dessas posições tenham sido reafirmadas, em vez de corrigidas, e mantidas, em vez de abandonadas (inclusive no período que se convencionou chamar “a terceira época” da ADP).

Ademais, cremos que algumas dessas (pro)posições althusserianas possam ser referidas como elementos singulares da identidade epistemológica da teoria pecheutiana do discurso, inclusive da ADP que se faz hoje. Nesse sentido, hipotetizamos, por exemplo, que a crítica da noção de sujeito, empreendida por Althusser a partir do referencial psicanalítico

lacaniano (e retomada por Pêcheux), constitui um dos eixos definidores da singularidade da ADP em relação a outras teorias do campo do discurso. Hipotetizamos, igualmente, que a desconfiança em relação à evidência dos sentidos, um dos pilares epistemológicos da ADP, tenha sido sugerida a Pêcheux a partir das leituras que este havia feito da obra althusseriana.

Os atravessamentos da obra de Pêcheux por outras vozes (notadamente a de Althusser) constituem índices das revisões, refações, atualizações e transformações operadas no arcabouço teórico da Análise do discurso. Essas transformações e atualizações podem ser apontadas como responsáveis pela identidade que a teoria apresenta atualmente.

Buscamos, portanto, verificar a ocorrência desses atravessamentos na obra de Pêcheux para que se possa refletir em que medida tais atravessamentos podem indicar os elementos que singularizam e constituem a identidade atual da Análise do discurso e da Análise do discurso pecheutiana, enquanto campos de saber.

1.2. Mapeando o campo heterogêneo da Análise do discurso francesa e brasileira.

Quando se fala em Análise do discurso (de linha ou de orientação) francesa hoje no Brasil, costuma-se o fazer para marcar uma posição teórica vinculada aos trabalhos de Michel Pêcheux e do grupo de pesquisadores que com que ele trabalhavam, marcando, ao mesmo tempo, um distanciamento em relação à chamada Análise Crítica do Discurso, de tradição anglo-saxã, filiada aos trabalhos de Norman Fairclough e de Teun Van Dijk, notadamente.

No entanto, falar em AD francesa hoje já não é suficiente para especificar uma posição teórica e de pesquisa, uma vez que, sob essa denominação, podemos encontrar tendências mais ou menos diversas entre si, tais como: a foucaultiana, a semiolinguística (vinculada aos trabalhos de Patrick Charaudeau), uma mais ligada à psicanálise lacaniana, além da própria vertente pecheutiana - sem mencionar os diálogos teóricos existentes entre essas tendências.

No território francês, a situação é um pouco diferente. Sob a rubrica “análise do discurso”, identificam-se, desde os anos 1990, orientações de pesquisa em geral desligadas da tradição construída pelo grupo em torno de M. Pêcheux, muitas vezes mais próximas da análise da conversação, de estudos pragmáticos da linguagem, da teoria da enunciação e, inclusive, da lexicologia. Conforme indica Courtine (1991):

Sob o termo análise do discurso se desenvolvem descrições do fio do discurso, efetuadas de um ponto de vista formal, interativo e conversacional, ou mesmo gramatical que abandonam puramente e simplesmente a articulação do texto ou da sequência oral com as condições históricas – e às vezes mesmo simplesmente situacionais – de sua produção^{2 3}

Paveau e Rosier (2005) também apontam situação semelhante no que se refere ao estado da análise do discurso em território francês, mostrando como o sintagma designa posições de pesquisa distintas, dentre elas a análise transfrástica (na tradição de Harris, Halliday e Dubois); a análise do discurso interacional (ou ADI, conforme proposto por Kerbrat-Orechioni), mais voltada ao aspecto oral, sob um ponto de vista pragmático; a análise crítica do discurso; a análise do discurso enunciativa (cuja referência seria D. Maingueneau, além de articulações com trabalhos de M. Bakhtin).

Plon (2003) assinala o estado da arte em AD na França como da ordem de um “sepultamento”⁴ da corrente ligada ao nome de Michel Pêcheux, uma vez que já se declarava nos anos 1990, mais exatamente no nº 117 da revista *Langages*, que tal direção de pesquisa “era portadora de objetivos e usava métodos que ‘pertencem doravante à história das ideias’”⁵(p.3).

Examinando essas condições de produção brasileiras e francesas, constata-se: de um lado, que o desaparecimento de uma vertente pecheutiana na França coincide com a reinscrição do sintagma “análise do discurso” em outras posições de pesquisa, as quais se proliferam, carregando o nome, mas não as posições teóricas da ADP; de outro lado, que outra espécie de proliferação ocorre em terreno brasileiro, com as diversas (divergentes) tendências de pesquisa também portando o mesmo sintagma, sem, contudo, se identificar epistemologicamente com parte dos pressupostos e posições teórico-políticas da ADP.

Vemos, então, nos dois casos que, seja pela via do abandono das posições pecheutianas, seja pela via do afastamento dirigido em relação a tais posições, está em marcha um processo histórico de transformação (não de progresso) do conhecimento nos estudos

² Tradução nossa: “Sous le terme d’analyse du discours se développent des descriptions du fil du discours, effectuées d’un point de vue formel, interactif et conversationnel, ou bien grammatical qui abandonnent purement et simplement l’articulation du texte ou de la séquence orale avec les conditions historiques – et parfois même tout simplement situationnelles – de leur production.” (p.160)

³ Vale ressaltar que, apesar do intervalo de 20 anos entre a publicação do texto de Courtine e o momento em que escrevemos agora, a situação da AD não se modificou substancialmente. Por isso, consideramos que o diagnóstico do autor, realizado no início dos anos 1990, ainda seja majoritariamente válido para o que ocorre nos dias de hoje.

⁴ No original, “enterrement”.

⁵ Tradução nossa: “était porteur d’objectifs et usait de méthodes qui « ...appartiennent désormais à l’histoire des idées »”.

discursivos, em que o signo da divergência se impõe sobre o da convergência, de modo a indicar a presença (nem sempre explícita) de contradições e dissensos entre as posições teóricas em questão.

Perscrutar em que termos se dão essas contradições se faz necessário nesta pesquisa, uma vez que a investigação sobre a identidade epistemológica da ADP conduz inevitavelmente a pensar nas relações (de proximidade e de distanciamento) dessa posição com as que lhe são concorrentes.

Já em nossas primeiras leituras para constituição do escopo desta pesquisa, revelou-se a possibilidade de pensar na obra de Althusser (e, especialmente, em algumas ideias fulcrais de seu pensamento) como o elemento que havia permitido a Pêcheux realizar uma construção teórico-epistemológica singular em relação a outras direções de pesquisa também dedicadas ao(s) objeto(s) discurso(s). Isso porque, já então, entrevíamos a ascendência althusseriana sobre Pêcheux não só como algo característico de sua produção teórica, mas, sobretudo, como “o pomo da discórdia” entre as outras tendências de AD e a ADP.

Buscamos apontar, por meio de nossas análises-interpretações de textos representativos de algumas tendências de análise do discurso, de que maneira(s) a ligação (teórico-político-epistemológica) de Pêcheux com Althusser mobiliza diferentes reações (às vezes nem tão diferentes assim) por parte dos analistas de discurso face ao empreendimento teórico(-político) pecheutiano.

Desse modo, e de forma semelhante ao que Pêcheux dizia da Semântica em relação à Linguística, esperamos poder sustentar que a obra althusseriana, em relação à AD, seja compreendida como “o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa”, “as quais, em um mesmo movimento, *manifestam e encobrem* (tentam enterrar) essas contradições” (PÊCHEUX, 1997c, p.20 – destaques do autor).

Nessas condições, o presente texto será estruturado da seguinte maneira: primeiramente apresentaremos o arcabouço teórico construído especificamente para dar sustentação a esta investida analítica; na sequência, apresentaremos nossas análises (gestos de interpretação) de obras representativas de algumas tendências de AD (notadamente da posição tomada por tais tendências frente ao “DNA” althusseriano da obra de Pêcheux), ao mesmo tempo em que efetuaremos os nossos próprios gestos de leitura sobre tal material genético (textos de Althusser, vozes de Althusser em Pêcheux), a fim de compará-los com as leituras-

reescrituras levadas a termo pelas direções de pesquisa em AD aqui tematizadas; por fim, indicaremos as conclusões a que nos foi possível chegar.

CAPÍTULO TEÓRICO

desde o momento em que se quer fazer **uma história que tenha um sentido, uma utilização, uma eficácia política, só se pode fazê-la corretamente sob a condição de que se esteja ligado**, de uma maneira ou de outra, **aos combates que se desenrolam neste domínio. Dos domínios cuja genealogia tentei fazer**, o primeiro foi a psiquiatria, porque eu tinha certa prática e certa experiência de hospital psiquiátrico e **senti que ali havia combates, linhas de força, pontos de confronto, tensões. A história que fiz, só a fiz em função desses combates**. O problema, o desafio, o prêmio era poder formular um discurso verdadeiro e estrategicamente eficaz; ou ainda, **de que modo a verdade da história pode ter efeito político**. (FOUCAULT, 2006, p.154 – destaques nossos)

2. POR UMA ANÁLISE POLÊMICA DOS DISCURSOS.

2.1. Introdução.

Neste capítulo, trataremos de apresentar o arcabouço teórico de nossa pesquisa, construindo a rede conceitual sobre a qual se assentam as análises empreendidas em nossa investigação. Cumpre assinalar que o arcabouço teórico aqui forjado constitui-se por um *continuum* entre os pressupostos epistemológicos do campo da Análise do discurso pecheutiana - numa interface com o método arqueológico-genealógico⁶ (nietzscheano-foucaultiano) - e os recursos metodológicos empregados na operacionalização das análises do *corpus*.

Nossa compreensão do *continuum* epistemológico resulta de um ponto de vista segundo o qual a rede teórico-conceitual de uma investigação científica é, ao mesmo tempo: (1) resultante de pressupostos filosófico-ideológicos que lhe dão sustentação e constituem a posição de onde o sujeito-analista observa e interpreta tanto a teoria (os textos teóricos) quanto as sequências discursivas do *corpus* em análise; e (2) ponto de partida da/para a construção de extensões no nível teórico-metodológico, extensões essas que se caracterizam como necessárias na medida em que são exigidas/requeridas pelo olhar do analista sobre um *corpus* específico.

Em outras palavras, a natureza singular do *corpus* (sua unicidade), quando colocada em interação com a visão particular do sujeito analista, clivada por suas questões de pesquisa, hipóteses e objetivos de investigação, impõe, frequentemente, a necessidade de que o sujeito-pesquisador efetue movências e deslocamentos na rede conceitual pré-construída da teoria (discurso teórico) em que se inscreve, de modo a possibilitar o exame de determinados aspectos pontuais da discursividade em questão.

Assim, por mais que tentemos organizar este texto de maneira didática, separando as noções e conceitos em seções específicas do trabalho, a própria natureza da análise discursiva faz com que o nível epistemológico dos pressupostos filosóficos, o nível teórico da rede conceitual e o nível metodológico de operacionalização das análises se (con)fundam uns nos outros, pois é da natureza do próprio objeto, o discurso, a resistência em se fazer lição, aprendizado, taxionomia, positividade: “um real constitutivamente estranho à univocidade

⁶ O método arqueológico-genealógico será explicitado a partir da página 43.

lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2006, p.43).

Iniciamos, então, nossa exposição sobre a rede conceitual, abordando a concepção de língua que subjaz a todo o empreendimento investigativo que aqui se realiza. Afirmamos o postulado da equivocidade da língua, na medida em que a compreendemos como materialidade simbólica intrinsecamente esburacada pela fissura do real, fraturada/dividida pela abertura à pluralidade de sentidos possíveis.

Tomamos a língua, seguindo Pêcheux, como um sistema de relativa autonomia, determinado pelas relações negativas regidas pelo princípio do valor (um signo é aquilo que os outros não são), cujas significações se forjam na relação com as práticas sociais (ideológicas). Sistema de relações entre significantes (sem significado, *non-sens*), que, no entanto constitui sentidos e sujeitos na medida em que a materialidade simbólica finge se deixar domar pelos imaginários dos sujeitos.

O postulado de equivocidade da língua é a pedra fundamental desta pesquisa, uma vez que dele derivam as demais noções e conceitos aqui mobilizados, ao mesmo tempo em que esse mesmo postulado é o que dá sustentação a toda a construção do arcabouço teórico que ensejamos realizar. Entendemos (e esperamos) que o que se segue sustente essa afirmação.

2.2. Teoria enquanto corpus teórico e enquanto discurso.

A partir da noção de equívoco e de não transparência da língua, pudemos propor uma reflexão que pensasse sobre os efeitos do postulado acima referido sobre a própria formulação da teoria da Análise do discurso. Na ocasião chegamos a propor como extensão teórica uma noção de *corpus* teórico (FIGUEIRA, 2009). Expliquemo-nos.

A teoria, ou melhor, os textos teóricos constituem-se de/por/como materialidades linguísticas equívocas, isto é, abertas à interpretação, disponíveis ao exercício dos mais diferentes gestos de leitura, os quais se determinam por suas vinculações filosófico-ideológicas, ainda que tais vinculações sejam da ordem de um saber desconhecido, espontâneo, para os sujeitos leitores que interpretam (= reescrevem) a teoria a partir de seus pontos de vista particulares.

A teoria é feita de textos. Estes, por sua vez, são feitos de língua(gem). Uma vez que a língua é propriamente equívoca e opaca, não haveria por que conceber os textos teóricos como portadores de sentidos fixos de uma vez por todas, *ad aeternum*. Há que se admitir que

exista todo um trabalho histórico de práticas que pretendem regular ou buscam estabilizar a teoria, de modo que essa se apresente como um corpo de saberes possuidores de suas próprias regularidades, inclusive para garantir a validade epistemológica e viabilizar o dispositivo analítico da teoria, por meio do estabelecimento de uma (suposta?) coerência que o imperativo do rigor científico exige.

No entanto, parece-nos, ao menos do interior da Análise do discurso (assumindo seus pressupostos e posições), impossível não aceitar esse real, segundo o qual a teoria é constitutivamente aberta ao jogo da linguagem e ao “confronto discursivo” (PÊCHEUX, 2006, p.20), isto é, ao trabalho da interpretação, aos gestos de leitura de diferentes sujeitos-pesquisadores, os quais constroem, inevitavelmente e devido a suas inscrições ideológicas heterogêneas, interpretações distintas de um mesmo (?) corpo de saberes.

Como corolário dessa abordagem da teoria enquanto *corpus* teórico, temos que o sujeito-pesquisador possui um modo próprio de apreender a teoria, que é sempre formulada em sua prática de pesquisa mediante a clivagem dos textos teóricos pela referencialidade polifônica⁷ do sujeito-pesquisador.

Nesses termos, sempre haveria um “fidelidade relativa” na inscrição de um dado pesquisador numa dada teoria, pois o próprio trabalho de investigação de cada pesquisador representa algum tipo de movência ou deslocamento no corpo (*corpus*) de saberes.

Outro corolário dessa visão é a possibilidade de tomar os próprios textos teóricos como objeto de análise, conceber a própria teoria também como discurso (ou melhor, discursos), e, dessa forma, investigar o processo de produção de (efeitos) de sentido pelos textos teóricos. Neste ponto, apoiamo-nos no trabalho de Villarta-Neder (2010).

Segundo o autor, há um “esquecimento constitutivo da AD francesa de que a teoria *também é discurso* e, portanto, não é imune ao funcionamento discursivo. Não é uma “verdade neutra”, um dogma.” (VILLARTA-NEDER, 2010, p.187 – destaque do autor).

A teoria configura-se, portanto, como efeitos de sentido(s) resultantes da interação entre: materialidades linguístico-simbólicas (os textos teóricos); filiações sócio-históricas de identificação dos sujeitos-autores e vinculações ideológicas dos sujeitos-leitores (intérpretes/reescritores) da teoria.

⁷ “Termo usado para indicar a heterogeneidade subjacente às bases discursivas do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos. Essa heterogeneidade, por sua vez, é traspassada por discursos de outros e uma diversidade de discursos distintos. Dessa maneira, as vozes dos sujeitos são entrecortadas por várias outras vozes e por vários outros discursos.” (SANTOS, 2000. p.220)

Assim, a teoria se oferece a uma análise enquanto discurso, na medida em que o analista pode perscrutar o processo de produção dos efeitos de sentido derivados dos textos teóricos, estabelecendo relações entre tais efeitos e suas condições de produção no domínio ideológico de uma memória discursiva do campo da AD.

Conceber a teoria como discurso significa pensar epistemologicamente nas relações de constituição dos discursos teóricos por outros discursos. Isso obriga a lançar um olhar para a política e a ideologia enquanto elementos constitutivos e incontornáveis das teorias, ou correntes teóricas.

Tal olhar também faculta a observação e o exame da identidade epistemológica das correntes teóricas que se situam, dividem e se digladiam no interior do campo epistemológico da AD. Villarta-Neder (2010. p.182) dá testemunho da heterogeneidade do campo da AD do B:

Há um viés pecheutiano, outro viés cada dia mais significativo em que a AD (re)dialoga constantemente com Foucault e o faz (re)dialogar com Pêcheux. Há trabalhos baseados na teoria semiolinguística de Charaudeau e releituras da AD francesa em um ou outro aspecto. Ou com uma ênfase mais forte na psicanálise lacaniana, daquela que esteve presente na trajetória da AD francesa, ou numa influência bakhtiniana. Em alguns desses vieses predomina uma reinterpretação dos fundamentos althusserianos.

Como explicar a heterogeneidade ou a interdiscursividade do campo teórico da AD? Que filiações sócio-históricas de identificação (vinculações ideológicas) determinam a constituição epistemológica de cada uma das tendências da AD? Questões como essas se impõem à nossa perspectiva de investigação. Alimentamos o desejo de tentar respondê-las, ainda que parcialmente.

Para tanto, faz-se necessário tomar o campo da AD como um todo complexo e heterogêneo de posições teóricas e examinar em que pontos essas posições se aproximam, se assemelham, ou se distanciam, se excluem.

2.3. Fundamentos epistemológicos para uma Análise Polêmica dos Discursos.

Nesse sentido, é preciso recorrer à análise dos textos teóricos e de textos que se propuseram a reconstruir a história do campo da AD. Essa recorrência aos textos, aos enunciados efetivamente produzidos, é necessária na medida em que a materialidade linguística vem a ser a base sobre a qual ocorrem os processos discursivos.

Para pensar as relações e implicações entre as diferentes tendências e correntes de AD, recorreremos à noção de enunciado em Foucault (2005), compreendendo o termo como um nó em uma rede.

Os discursos teórico-historiográficos do campo da AD se relacionam, se atravessam e se constituem (ao menos parcialmente) por si mesmos, mas também por discursos-outros, presentes em outras esferas teóricas do saber acadêmico, e ainda, para além do âmbito universitário, no cotidiano do “ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 2006, p.52).

De que modo se entretecem relações entre os textos teóricos (sobretudo os de Althusser e Pêcheux) de modo a constituírem uma rede de conexões epistêmico-filosófico-ideológicas, determinando, assim, a configuração de um campo do saber como a AD? Que efeitos de sentido são produzidos na leitura da obra teórica de Pêcheux, quando esta se deixa ler sob a sombra da obra de Althusser? Que efeitos de sentido são produzidos na leitura da obra filosófica de Althusser, quando esta se deixa ler sob a penumbra da obra de Lacan?

Em todas essas indagações, um princípio de análise se coloca: o do discurso-outro como espaço virtual de leitura (PÊCHEUX, 2006) do corpus da análise. Em outras palavras, tal princípio supõe um procedimento de leitura das materialidades teóricas que considere os outros nós da rede interdiscursiva na qual se forjou uma dada enunciação epistêmica.

Nessa visão, a noção de interdiscurso (PÊCHEUX, 1997c) intervém na investigação, uma vez que nos impele a voltar as atenções para os pré-construídos e os discursos transversos que (re)velam as relações heteróclitas entre os fundamentos epistemológicos e ideológicos de um dado saber, de cada uma das correntes teóricas em questão.

Como se configura a interdiscursividade do campo da AD? Como se constitui, particularmente, a interdiscursividade sobre a obra de Althusser? Que relações podem ser construídas entre as tomadas de posição teórico-epistemológicas no interior do campo da AD e suas filiações sócio-históricas a determinados valores político-ideológicos que subjazem a cada corrente do campo? Como as tomadas de posição (gestos de leitura) efetuadas pelas diferentes correntes de AD frente à obra de Althusser e frente a sua influência no itinerário de Pêcheux podem ser lidas? Almejamos responder, ainda que parcialmente, a essas questões, mediante as análises aqui empreendidas.

Trata-se, portanto, de conceber o campo epistemológico em questão como uma imensa formação discursiva, no sentido que lhe dá Foucault (2005), isto é, como um sistema de dispersão.

Curiosamente, estranhamente ou até mesmo sintomaticamente, boa parte dos analistas de discurso costuma privilegiar o significante “dispersão” que aparece nessa formulação foucaultiana, deixando um pouco à margem a noção de “sistema”. Nossa posição é a de tomar o conceito na sua contradição intrínseca, ou seja, considerar a ocorrência de regularidades (sistemáticas) no interior mesmo da dispersão (de enunciados, sentidos, discursos).

O próprio Foucault nos coloca que há dispersão na “ordem do discurso”, e não “dispersão do discurso” sem qualquer indício de regularidades. As noções de regularidade e de ordem são tão fundantes quanto à de dispersão na proposta foucaultiana de conceituar o que seja uma formação discursiva.

O mesmo autor diferencia a noção de dispersão da ideia de desordem quando indaga: “Será preciso abandonar essa dispersão à aparência de sua desordem?” (FOUCAULT, 2005, p. 62).

Portanto, com base no conceito de sistema de dispersão, propomo-nos perseguir nas materialidades textuais as ocorrências, tanto regulares quanto dispersivas, que permitam configurar a AD como um campo interdiscursivo delineado por fronteiras fluidas e porosas, mais ainda assim fronteiras, cujos traços significam tomadas de posição teórico-epistemológicas (e ideológicas) no interior do campo. Que regularidades podem ser traçadas nesse sistema interdiscursivo de dispersão chamado AD?

Acreditamos que uma das vias para se buscar respostas a essa indagação é perscrutar nos textos teórico-historigráficos do campo *os modos particulares pelos quais se interpretam os textos fundadores da teoria discursiva*.

Diferentes correntes de AD formaram-se no contexto brasileiro na medida em que produzem (produzem) gestos de leitura distintos (mais ou menos distanciados entre si) daquilo que habitualmente se considera como textos fundadores da disciplina (textos de Pêcheux, que, por sua vez, remetem a textos de Althusser).

Seguindo Pêcheux (2006, p.57 – destaque nosso), entendemos tais gestos de leitura “enquanto atos que surgem como *tomadas de posição*, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.”.

Na realidade, nossa compreensão se faz um pouco diferente da de Pêcheux, na medida em que certos gestos de leitura que nos propomos analisar nos textos teórico-historigráficos da AD não apresentam uma identificação assumida, sendo mais bem caracterizados como atos de contraidentificação *não* assumidos e *denegados*.

De todo modo, entendemos essas distintas interpretações dos textos fundadores como efeitos de sentidos que se produzem por meio de efeitos-leitores, e que são determinadas, de alguma forma, pelo todo complexo das posições ideológicas que atravessam/constituem distintos sujeitos-do-saber⁸ sobre a teoria do discurso.

Assim, os gestos de leitura (as interpretações construídas) constituiriam índices das vinculações ideológicas do sujeito-leitor, uma vez que são determinadas por suas filiações sócio-históricas de identificação (PÊCHEUX, 2006).

Conceber as correntes teóricas como discursos que se produzem no acontecimento de gestos de leitura que atualizam espaços ideológicos da memória discursiva supõe que se procure construir os atravessamentos dos discursos teóricos pelos valores político-ideológicos que subjazem aos fundamentos epistemológicos de cada tendência.

Isso significa não denegar a *constitutividade da teoria pela política*. Ainda que não exista aí uma relação de espelhamento entre os aparatos teórico-conceituais e as formações ideológicas que transcendem o campo da teoria, seria possível pensar nas implicações entre tais domínios, sobretudo na presença ausente, silenciada ou até inconsciente do elemento político-ideológico no interior das discursividades teóricas.

Diante disso, perguntamos: por que a AD não é uma teoria única, homogênea, idêntica a si mesma, sem desentendimentos e discordâncias no seu interior? Por que se configurou como uma proliferação de tendências relativamente próximas ou díspares?

Decerto, as razões para a profusão de tendências teóricas mais ou menos distintas (distantes) nos estudos discursivos passam pelo domínio político-institucional da configuração da academia (e também da sociedade em geral); além disso, aí intervêm, sem dúvida, razões de ordem econômica, que não discutiremos neste espaço por não se tratar do objetivo desta pesquisa especificamente. Nossa perspectiva focaliza a investigação para as razões de natureza epistemológica e político-ideológica (talvez menos aparentes e mais inconscientes para os próprios sujeitos que pertencem às tendências da AD). Tais razões, no seu entretecer de fios e nós, conduzem à emergência de discursos teóricos relativamente divergentes no campo dos estudos discursivos.

⁸ Pela expressão “sujeito-do-saber”, referimo-nos a determinados autores que, devido a várias razões (reconhecimento pelos pares no interior da comunidade científica, produção bibliográfica de destaque, status de conhecedores profundos da teoria em questão, etc.), possuem a autoridade e a legitimidade para enunciar sobre a teoria, construindo interpretações que, frequentemente, produzem o efeito de verdade sobre aquilo que se costuma considerar enquanto conhecimentos legítimos no interior de um dado campo do saber.

Devido a esse tipo de focalização do problema, recorreremos à obra de Domingues (1999), para escrutinar como se dá o processo de fundamentação das ciências humanas, trazendo as contribuições do filósofo para pensarmos a formação dos princípios de sustentação que caracterizam e singularizam algumas das tendências da AD que nos propusemos a examinar.

Domingues (1999) nos auxilia com duas noções centrais para nossa reflexão: o *arché* e a *dóxa*.

Segundo Domingues (op. cit., p.96), o *arché* está associado ao “princípio que, concebido em si e por si mesmo, possa situar-se no início da cadeia de razões, dele se derivando, por dedução todo o resto”, isto é, seria um conhecimento fundamental que funcionaria como uma espécie de garantia de cientificidade, e do qual decorreriam os demais enunciados e conhecimentos de um dado campo do saber, uma vez escorados e legitimados por esse princípio de sustentação.

Nesse sentido, a busca pela definição do *arché* se identifica à “procura de uma forma de predicação universal absolutamente legítima” (idem, p.67). Temos aí a

busca de um princípio primeiro (*arché*) e de uma outra forma de predicação universal absolutamente legítima, que nos ponha ao abrigo das ilusões da *dóxa* e das incertezas do conhecimento simplesmente empírico. Saber livre das ilusões, saber certo de si mesmo, autofundado e por isso mesmo capaz de conferir os fundamentos das ciências e disciplinas particulares (DOMINGUES, 1999, p.65)

Nessa citação, percebemos que a busca por um *arché* é condicionada e motivada por uma tentativa de fuga da *dóxa*, à qual a prática de produção/ construção do conhecimento se opõe. Domingues (op. cit., p.178) se pergunta e (se) responde:

Em que consiste, com efeito, a discursividade da razão? Em que se funda a exigência do conhecimento discursivo? A exigência, sabemos-lo desde Platão: a necessidade de vencer as aparências das coisas e de ultrapassar as incertezas da *dóxa*, instalando um conhecimento certo de si mesmo, que dê razão às coisas – a *episthème*.

A *dóxa* é entendida como domínio de enunciados povoados por ilusões e incertezas. Espécie de “terreno movediço” (DOMINGUES, 1999, p.21) e instável, a *dóxa* está associada ao senso comum, a dizeres e saberes que não seriam dignos de possuir uma condição de conhecimentos efetivamente verdadeiros, corretos, científicos. Domínio das “evidências” (DOMINGUES, 1999, p.370), em que a aparência do objeto esconde a essência real do ser, a

dóxa se apresenta como um campo de saberes desacreditados, totalmente excluídos da pertença ao conhecimento puro propriamente dito: “o termo ciência (*episthème*) era reservado ao conhecimento do ser (*tò ón*), vale dizer, das coisas eternas e incorruptíveis, enquanto o fenômeno, recaída contingente do ser (aparência), não se constituía em objeto da ciência, mas tão-só em matéria da opinião (*dóxa*).” (DOMINGUES, 1999, p.188)

Com base nessas duas noções (*arché* e *dóxa*), propomos problematizar essa oposição mutuamente excludente, de modo a construir noção de *archédóxa*.

Sob esse termo, compreendemos que os conhecimentos (científicos) e os saberes (não-científicos), independentemente de sua vinculação a verdades ou ilusões, constituem de elementos de ordem ideológica, que intervêm na produção desses conhecimentos e saberes, e produzindo, através deles, *efeitos de verdade*.

Segundo essa visão, conhecimentos e saberes são determinados por vínculos ideológicos que lhes subjazem, colocando-os em outro tipo de relação, não mais de mútua exclusão, nem de igualdade de *status*, mas de determinação por condições históricas exteriores ao campo estrito da produção científica do conhecimento.

Assim, a suposta oposição entre falso e verdadeiro, entre ilusão e realidade, se reconfigura. Não se trata mais de buscar determinar quem está com a razão, quem é detentor da verdade, da descrição exata e inequívoca da realidade. Importa mais, agora, examinar a eficácia simbólica (e imaginária) de dizeres, enunciados, discursos que produzem efeitos de verdade, com todas suas consequências e implicações, isto é, a produção de: crenças (e descrenças), valores, modos de subjetivação, (des)identificações ideológicas, efeitos de poder (de resistência, revolta, sublevação) etc.

Nessa outra visão, o *arché* pode ser compreendido como o(s) princípio(s) fundamental(is) que orienta(m) e determina(m) a visão epistemológica de um campo do saber e, por essa razão, singulariza(m) uma dada teoria em relação a outras que lhe são coexistentes e/ou concorrentes.

Na condição de “princípio frontal do ser e de sua inteligibilidade” (DOMINGUES, 1999, p.66), o *arché* de uma formação discursiva⁹ (uma ciência, um campo do saber ou uma

⁹ Aqui, empregamos o termo “formação discursiva” em um sentido mais próximo daquele que lhe dá Pêcheux (1997c) (em comparação ao sentido que Foucault (2005) dá à expressão): as “formações discursivas [...] representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997c, p.161). Entendemos a formação discursiva como um domínio de enunciados efetivamente produzidos ou produzíveis que podem ser agrupados em torno de um eixo estruturante, ou “axioma discursivo” (FIGUEIRA,

teoria) pode ser delineado com base nos pressupostos teóricos assumidos no interior desse domínio de enunciados, mas também com base em efeitos de sentidos que emergem de tais enunciados, ainda que tais sentidos não sejam conhecidos, reconhecidos ou assumidos por quem os produziu.

O *arché* caracteriza, portanto, a *identidade epistemológica* de uma dada ciência, campo do saber, teoria, ou corrente (vertente, tendência) teórica, na medida em que define a essência necessária a uma formação discursiva do conhecimento para que essa se constitua como domínio singular de enunciados identificados pelo princípio de sustentação epistemológica que dá(ria) legitimidade e validade aos conhecimentos ou saberes aí produzidos.

O *arché* funcionaria, então, ora como uma garantia de cientificidade, ora como uma hipótese indemonstrável (postulado), que caracterizaria o *ponto de vista* pelo qual uma formação discursiva do conhecimento enxerga o seu objeto de estudo, os fenômenos que se dedica a examinar/ compreender, e os saberes que supõe descobrir/ construir.

A *dóxa* é, aí, constitutiva do *arché*, não mais tomada como sinônimo de ilusão, falsa aparência ou engano, mas como princípio de incerteza e indeterminação, contingência histórica, e determinação ideológica dos conhecimentos/saberes pelos interesses/poderes em conflito numa dada sociedade.

Em outras palavras, os princípios de sustentação, pressupostos teóricos, fundamentação (*arché*) de uma área de conhecimento, teoria ou corrente teórica são concebidos como constitutivamente atravessados por elementos político-ideológicos.

Além disso, tais princípios de sustentação determinam práticas teóricas (de produção de conhecimento) que, na direção inversa, também produzem efeitos de natureza político-ideológica tanto no interior da esfera acadêmico-universitária, como também em outros domínios da vida social.

Concebe-se aí a política (as relações de poder) como constitutiva da teoria (produção de conhecimentos), por intermédio da ideologia (esfera das crenças e valores que conduzem a tomadas de posição nas práticas).

A resignificação das noções de *arché* e *dóxa*, por meio da proposição de outra noção (*archédoxa*), permite-nos conceber indagações como: quais efeitos se podem observar no domínio da produção teórica provocados por suas vinculações/filiações/inscrições político-

2007), determinado por uma dada posição político-ideológica, numa sociedade dada, em um determinado momento histórico.

ideológicas? Quais efeitos se podem observar no domínio das práticas sociais provocados pelas vinculações/filiações/inscrições das práticas teóricas (que, por seu turno, derivam de inscrições político-ideológicas)?

Muitas das vezes, essa relação entre o político e o teórico não é explícita, nem mesmo para o próprio sujeito que exerce determinada prática teórica¹⁰. Dito de outra maneira, o sujeito pesquisador (produtor de conhecimento), frequentemente não percebe, não reflete sobre, e por vezes, nem se interessa por refletir acerca das relações intrínsecas entre suas inscrições político-ideológicas e suas práticas teóricas. Há inclusive aqueles que creem que essas duas esferas não se implicam, não se misturam, ou que se isso acontecesse, significaria a própria negação do processo de produção de conhecimentos.

A esse respeito, Althusser (1979) nos traz a noção de *filosofia espontânea dos cientistas*, que poderia ser concebida como um sistema de crenças que determina a produção científica dos sujeitos, embora muitos desses sequer se deem conta dessa determinação.

Em nosso entender, a filosofia espontânea dos cientistas pode ser concebida como um todo complexo com dominante dos valores (filosófico-político-ideológicos), inconscientes (ou não) aos próprios sujeitos-pesquisadores, valores tais que condicionam as inscrições discursivas dos cientistas em determinados campos teóricos.

A natureza desse saber mais ou menos inconsciente (por isso, espontâneo, isto é, não deliberado por escolhas conscientes do sujeito) identifica-se à concepção do inconsciente como “l’insu”, o insabido ou o desconhecido pelo próprio sujeito.

Cabe aqui esclarecer que, segundo nossa concepção, o sujeito pesquisador pode até vir a “tomar consciência” de sua filosofia espontânea, caso reflita a esse respeito, ou caso tenha sua atenção chamada por outrem (por uma interpelação) para esse processo de determinação.

No entanto, dizer que o sujeito possa tomar consciência da filosofia espontânea que subjaz a suas práticas teórico-acadêmicas não significa, de modo algum, afirmar que tal sujeito possa tomar consciência de seu saber inconsciente: esse é da ordem de um “insabível” (não do insabido) ou do “real”, como aquilo que nos é inacessível, uma vez que sempre nos escapa: é irreduzível a qualquer tentativa de explicação, racionalização, ou mesmo, simbolização.

¹⁰ Costuma-se, a esse respeito, mencionar a dualidade das práticas teóricas e políticas do linguista/ativista social estadunidense Noam Chomsky, que tem se tornado o modelo mais emblemático dessa relação de esquecimento inconsciente por parte de sujeitos pesquisadores.

Não pretendemos, com a concepção de filosofia espontânea, afirmar que os sujeitos pesquisadores sejam, de forma geral e indistinta, escravos subjugados de suas ideologias não-teóricas, muito menos que realizem, em sua prática científica, atitudes temerárias como a de distorcer uma dada realidade, com fins de adequar os resultados do empreendimento científico a interesses políticos ou finalidades ideológicas práticas.¹¹

O que pretendemos é chamar a atenção para o fato de que a produção (científica ou não) de conhecimentos e saberes (verdadeiros ou não) se dá concomitantemente à produção de sentidos e de sujeitos, através da linguagem e de modos de subjetivação - sentidos e sujeitos que carregam em si determinações históricas, inscrições ideológicas, crenças e valores, norteadores de tomadas de posição e sustentadores de práticas (inclusive a científica).

A esse respeito, Vázquez (1980, p.116) afirma: “É inegável que o cientista não desenvolve sua atividade em um vazio ideológico e que a ideologia vem constantemente a seu encontro não só no desenvolvimento interno de sua prática como também em sua relação com diversas condições e instituições sociais”.

Haverá sempre aqueles que defenderão o oposto a essa tese, dizendo que a determinação da ciência por ideologias significa a invalidação do *status* científico do conhecimento, uma vez que a ciência deve ser, por natureza, ideologicamente neutra. Mas Vázquez (1980, p.117) contrapõe-se a essa argumentação ao colocar que:

A ciência, entretanto, não tem apenas um *status* teórico (...); ela tem também um *status* social enquanto sua produção, transmissão e uso são sociais, isto é, estão condicionados por determinadas relações econômicas e políticas. É evidente que em relação a esse *status* social (...) o cientista vive espontaneamente no reino de uma ideologia científicista ou da “neutralidade ideológica da ciência” que não é outra coisa senão uma expressão da ideologia prática, de classe, dominante.

A questão de saber se a validade do conhecimento científico se perde ou não devido a uma suposta “contaminação” da ciência pela ideologia, perde seu sentido quando reconhecemos como ponto pacífico que toda e qualquer prática científica é, em alguma medida, em menor ou maior grau, influenciada por valores, crenças, saberes de ordem ideológica.

O que não se pode admitir, nesse caso, é que a ciência seja meramente uma serva subserviente de interesses ideológicos específicos (sejam eles quais forem). Aí teríamos algo que Althusser sempre se esforçou por combater: a ideologização da ciência.

¹¹ Por outro lado, tampouco afirmamos que essas ocorrências sejam absolutamente impensáveis ou impossíveis.

Propomos aqui recolocar a questão das relações entre ideologia(s) e ciência(s) noutros termos, entendendo que existe uma *autonomia relativa* da(s) ciência(s) em relação à(s) ideologia(s), na medida em que qualquer cientista (pesquisador), quando contraposto a um saber que confronta a validade de suas crenças e valores ideológicos, pode ser capaz de aceitar esse abalo em suas convicções e reconhecer uma verdade nisso (embora não fosse aquela que desejava ou pela qual esperava).

Há momentos, contudo, em que esse confronto com uma verdade que faz desmoronar certezas há muito consolidadas no íntimo do sujeito é da ordem do Real, no sentido que lhe dá Zizek (2010), enquanto um “objeto traumático insuportável”.

Nesses casos, o sujeito-pesquisador resiste em aceitar/admitir a verdade de um saber que lhe desafia suas crenças mais íntimas e convictas. É aí que ocorre o que se convencionou chamar por “ferida narcísica” em uma teoria ou corpo de conhecimentos.

esse homem [substância e receptáculo de verdades] sofreu, na história do saber ocidental, algumas feridas narcísicas: com Copérnico, ao descobrir que a Terra não estava no centro do universo; com Darwin, que o rebaixa a um episódio num tempo biológico que o ultrapassa; com Freud, ao descobrir que não se conhece, que não é plenamente consciente e que se comporta sob a determinação de um inconsciente ao qual não tem acesso. O homem foi, portanto, sendo desapossado dos atributos que lhe haviam sido designados pelo racionalismo cartesiano. (GREGOLIN, 2004, p. 83-84)

Trata-se de um saber insuportável, inaceitável, que faz ruir todo um complexo sólido de crenças dadas como verdades factuais e inabaláveis, produzindo, por um lado, uma sensação de horror diante do desconhecido (que destrói o que era dado até então como conhecido), mas, por outro lado, também produz uma revolução epistemológica na história das ciências.

Como se vê, a reflexão sobre a noção de filosofia espontânea dos cientistas trouxe-nos a uma discussão sobre os sujeitos-pesquisadores, sobre seus saberes mais ou menos conscientes e inconscientes acerca de sua própria prática teórica de produção de conhecimentos e das relações entre tal prática e as condições sócio-ideológicas que a envolvem.

Ao falar de sujeito, falamos de inconsciente e de Real. Tais noções aludem à nossa filiação ao saber psicanalítico e devem ser explicitadas aqui, de modo a esclarecer o modo pelo qual as estamos tomando.

Mais do que vinculados diretamente à obra de Jacques Lacan, tomamos alguns de seus conceitos conforme a releitura e os desenvolvimentos que lhes foi dado por Žižek (2006), Daly (2006) e Žižek (2010).

Nossa investigação supõe, evidentemente, uma concepção de sujeito, uma vez que não existe discurso sem sujeito e “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1997c, p.149). Passaremos a explicitá-la na sequência, mas desde já, antecipamos que, em nossa pesquisa, a análise do corpus não se pretende capaz de apreender o sujeito que enuncia por trás de seus dizeres. O sujeito é, por definição, inapreensível: o que se busca mediante as análises de corpus é explicar como determinadas posições de sujeito se estabelecem pela/na linguagem no plano discursivo.

Em outras palavras, não se supõe que seja possível apreender o sentido dos dizeres, identificando a “verdadeira” ideologia ou posição do sujeito de “carne e osso” propriamente dito, isto é, aquele que enunciou; apenas se pretende interpretar os dizeres analisados, procurando explicar o processo pelo qual determinados efeitos de sentido foram produzidos, caracterizando certas posições ideológicas enunciativas.

Feita essa ressalva, podemos, então, passar à caracterização da noção de sujeito que subjaz a este trabalho. Concebemos o sujeito como aquilo que (des)continuamente se subjetiva (se torna *ego*), ao mesmo tempo em que sempre resiste à subjetivação.

Dito de outra forma, a falta constitutiva do sujeito sempre o “empurra” para a subjetivação (as identificações imaginárias), mas o desejo está sempre produzindo novas demandas, impedindo o preenchimento da falta, que movimenta permanentemente o sujeito em direção a outras experiências de subjetivação.

Em nossa concepção sobre o sujeito, acompanhamos as postulações do filósofo e psicanalista esloveno, Slavoj Žižek:

como Žižek tem enfatizado sistematicamente, o sujeito não é nem uma entidade substancial nem um *locus* específico. O sujeito existe, antes, como uma dimensão eterna de resistência-excesso em relação a todas as formas de subjetivação (ou do que Althusser chamaria de interpelação). O sujeito é um vazio constitutivo básico que impulsiona a subjetivação, mas não pode, em última instância, ser preenchido por ela (Žižek, 1990, p.254). Ele é simultaneamente a falta e a sobra em todas as formas de subjetivação. (DALY, 2006, p.11)

Convém, nesse momento, proceder a uma diferenciação entre a noção de sujeito em Žižek e em Althusser. Para tanto, recorreremos primeiramente a uma citação de Teixeira

(2005), em que a autora estabelece a distinção entre as concepções de sujeito em Althusser e Lacan:

A teoria althusseriana da ideologia parece resultar, então, de uma leitura parcial dos textos de Lacan. O sujeito imaginário de Althusser corresponde, na verdade, ao “moi” (eu) lacaniano, que é, para a teoria psicanalítica, meramente a ponta do iceberg do “je” (Eu). É o “eu”, para Lacan, que se constitui no imaginário como uma identidade unificada; o sujeito “como um todo” é o efeito clivado, faltoso e desejante do inconsciente, que, em Lacan pertence ao simbólico e também à ordem imaginária (Eagleton, op. cit., p.216). Althusser produziu, na verdade, uma teoria do ego e não do sujeito humano. (TEIXEIRA, 2005, p.77)

Conforme a exposição da autora, o sujeito lacaniano (do inconsciente) transcende a ordem do imaginário, na qual cada indivíduo se supõe unificado (não dividido, não clivado), enquanto que, na concepção althusseriana, o sujeito da ideologia apareceria como idêntico a si mesmo, unificado por sua posição ideológica na luta de classes, porque coerentemente assujeitado a uma dada ideologia.

O sujeito da ideologia em Althusser identifica-se, pois, ao ego lacaniano. O sujeito em Lacan vai além do ego ideológico-imaginário teorizado por Althusser.

Zizek parte da concepção lacaniana, em que o sujeito se situa não apenas no imaginário, mas também no simbólico e, principalmente, no real. Para o autor, o sujeito subjetiva-se e dessubjetiva-se (des)continuamente, impulsionado como é pelo desejo inconsciente. Na subjetivação ocorre a simbolização e a consequente identificação imaginária; todavia, na dessubjetivação, provocada pela resistência-excesso em se fazer unidade coesa e plena (saciada, não furada), a identificação se desfaz/ se refaz, por meio de outros modos de simbolização, conduzindo, a um só tempo, a outras identificações contingentes e provisórias, mas também à recusa permanente do desejo (real do inconsciente) em se anular numa/por uma simbolização resolutamente estável e uma identificação absoluta para todo o sempre.

Em outras palavras: “usando a expressão de Lacan, o sujeito permanece sempre como ‘um espinho na garganta do significante’.” (DALY, 2006, p.11), resistente à simbolização e à estabilização, transbordando as limitações das fronteiras das identificações imaginárias.

Trata-se, por conseguinte, de uma *entidade contraditória em si*, contradição essa incontornável e irreduzível, uma vez que o sujeito se lança continuamente para diferentes processos de subjetivação, ao mesmo tempo em que lhes é indócil e insubordinável, ou, como nas palavras de Daly (2006, p.11), “um certo ser-para-a-loucura”:

o sujeito tanto é o movimento de distanciamento da subjetivação – o excesso que engolfa a coerência simbólica numa noite entrópica do mundo – quanto o próprio impulso para a subjetivação, como maneira de escapar desse estado (Zizek, 1999, p.159). Nesse sentido, a identificação é sempre estruturada em termos de um certo ser-para-a-loucura.

Em razão dessa contradição fundante que o constitui, o sujeito apresenta-se, então, como a condição de possibilidade e de impossibilidade de sucessivos modos de assujeitamento ao Outro (simbólico):

é por essa própria resistência-excesso diante da subjetivação – e pelo conseqüente **impulso de resolver questões impossíveis** concernentes à identidade, ao destino, à divindade e assim por diante – que os seres humanos estão essencialmente abertos à possibilidade de desenvolver novas formas de subjetivação. Assim, **o sujeito é, simultaneamente, a condição transcendental de possibilidade e impossibilidade de todas as formas de subjetivação contingente.** (DALY, 2006, p.12 – destaques nossos)

Convém explicitar neste momento as noções de Real, simbólico e imaginário, conforme Daly (2006) relê Zizek e Lacan, uma vez que o nó borromeano RSI constitui o pano de fundo para o desenvolvimento da noção de sujeito enquanto entidade inconsciente e desejanter, intrinsecamente contraditória, e permanentemente condenada a movimentos alternados e oscilantes de subjetivação-dessubjetivação.

Começaremos pela exposição acerca do simbólico e do imaginário, e guardaremos para o final do capítulo a exposição sobre o Real, na medida em que este derradeiro conceito traz implicações específicas para a análise das relações entre as correntes (posições de pesquisa) na AD e os modos pelos quais essas correntes interpretam a obra de Louis Althusser.

Vejamos, então, como Daly (2006) expõe as definições das categorias de simbólico e de imaginário em Lacan:

Para Lacan o que chamamos de “realidade” articula-se através da significação (o Simbólico) e da padronização característica das imagens (o Imaginário). Estritamente falando, o Simbólico e o Imaginário funcionam dentro da ordem da significação. (...) o Imaginário pode ser visto como um caso especial da significação. O que os diferencia é que, enquanto o Simbólico é aberto, em princípio, o Imaginário procura domesticar essa abertura pela imposição de uma paisagem fantasística peculiar a cada indivíduo. Em outras palavras, o Imaginário prende o Simbólico em torno de certas fantasias fundamentais. (DALY, 2006, p.13-14)

Conforme a citação acima, tanto o simbólico quanto o imaginário constituem dimensões necessárias à constituição da realidade para cada sujeito. A realidade aqui, é

importante que se diga, não se confunde com a ideia de mundo real, concreto, material, dos seres e acontecimentos efetivamente existentes. A realidade vem a ser o modo como cada sujeito compreende e se relaciona com esse real material do mundo, dos seres e dos acontecimentos. Nesse sentido, a realidade é concebida como a fantasia (*fantasme*¹²) de cada sujeito:

É a arquitetura no Outro que ordena, organiza o mundo imaginário ao qual o sujeito se aliena como “moi” (Strauss, 1989, p.4). A ordem simbólica, portanto, é que irá mediatizar a relação do sujeito com o *real*, enlaçando para o sujeito o *imaginário* e o *real* (Dor, 1989, p.102) (TEIXEIRA, 2005, p.77)

O simbólico (a linguagem) é, então, aquilo que medeia a relação do sujeito com o mundo. Além disso, o simbólico constitui a “realidade-fantasia” do sujeito, ao mesmo tempo em que constitui o próprio sujeito, na sua relação com o exterior (o concreto-real da história, os efeitos de sentido e interpretações que circulam nas relações sociais).

É como se o Real, sempre inapreensível e desprovido de sentido (*non sens*), fosse filtrado, clivado, pelo simbólico, constituindo, como resultado (efeito) a realidade fantasmática na qual cada sujeito vive a ilusão de que: (1) conhece a realidade a sua volta, tal como ela é de fato; (2) (re)conhece a si mesmo, como centro de uma identidade una e coerente consigo mesma.

Nesse sentido é que se pode separar o sujeito discursivo e o sujeito do corpo, na medida em que o primeiro advém apenas e tão somente quando de sua castração simbólica, sua entrada no mundo da linguagem, da cultura e da ideologia. O sujeito discursivo vem a ser uma representação (efeito), apenas, do sujeito-corpo, sujeito desejante, sujeito do inconsciente.

Portanto, conforme a discussão acima aponta, o sujeito propriamente dito não pode ser apreendido em/por nenhuma análise discursiva. Por seu estatuto contraditório de entidade contingente, desejante, condenada ao devir, o sujeito não se oferece à estabilização.

Sendo assim, resta à análise discursiva tratar do *sujeito discursivo*, isto é, da configuração sujeitudinal que se forja nos/pelos dizeres de determina manifestação enunciativa. O sujeito discursivo é delineado com base em seus dizeres, a partir da dimensão simbólica de suas identificações imaginárias. Trata-se, em suma, de caracterizar o efeito-

¹² “Produção da imaginação correspondente a um desejo, frequentemente inconsciente”. Tradução nossa: *production de l'imagination correspondant à un désir, souvent inconscient*. Fonte: <http://www.le-dictionnaire.com/definition.php?mot=fantasme> Acesso em: 10/08/2011

sujeito (representação do sujeito-corpo) que deriva do processo de produção de sentidos nas manifestações discursivas.

Para tratar do sujeito discursivo enquanto efeito-sujeito que emerge das manifestações enunciativas, recorremos a Santos (2008), que cunhou, a partir de uma extensão teórica da noção de sujeito em Pêcheux (1997d [1978]; 2006), a noção de Instância Enunciativa Sujeitucional (IES).

Conforme o autor,

A idéia de instância se refere ao fato de que, no funcionamento enunciativo, o sujeito do discurso oscila entre as facetas de um lugar social e de um lugar discursivo na alteridade de formas-sujeito que se movem pela interpelação e pelo atravessamento de discursos outros em seu enunciar.

A denominação ‘enunciativa’ deriva do caráter de unicidade e singularidade que baliza as inscrições discursivas de uma instância sujeito, oscilando entre uma alteridade – conforme a natureza da interpelação interdiscursiva que traspassa sua constituição – e a movência de sentidos por ela operada nessa alteridade. (SANTOS, 2008, p.2)

A instância enunciativa sujeitucional pode ser compreendida como o modo pelo qual se configuram, em um dado processo enunciativo, diferentes modos de subjetivação que apontam para uma mesma individualidade, aquela produtora da enunciação sob análise. Desse modo, a noção de IES faculta ao pesquisador a possibilidade de, sem jamais pretender ter apreendido (aprisionado?) o sujeito do dizer numa malha ideológica de descrições e interpretações analíticas, esboçar traços de discursos e ideologias que circulam na sociedade, produzindo efeitos por meio da constituição de subjetividades que se inscrevem nas posições de sujeito cristalizadas por práticas ideológico-discursivas.

Devido ao caráter provisório, contingente e singular de cada processo enunciativo, a descrição-interpretação de uma IES que se atualiza em cada produção linguageira efetua a construção do efeito-sujeito (ou da representação de sujeito) que ali se efetiva.

Devido à dinâmica de constituição dos sujeitos pelo processo ininterrupto da interpelação (subjetivação-dessubjetivação descontínua), o sujeito do corpo, enunciador de determinados dizeres, escapa sempre à tentativa de ser apreendido numa análise discursiva. Ademais, a cisão entre os domínios do Real, de um lado, e do Simbólico-Imaginário, de outro, atesta a impossibilidade de apreensão de uma essência sujeitucional.

Resta, então, a tentativa de delinear posições de sujeito, a partir das inscrições discursivas que se manifestam no processo enunciativo. Isso é o que a noção de IES nos permite ensaiar.

Outro aspecto positivo de se trabalhar com a noção de IES advém do fato de que, como todo efeito-sujeito é constituído e atravessado heterogênea e contraditoriamente por uma diversidade de vozes, sentidos e discursos, torna-se possível lançar um olhar para essa constituição heterogênea, perscrutando tanto as influências do lugar social, quanto as do lugar discursivo, na configuração de sujeito que se (re)vela na enunciação.

Isso se dá uma vez que a IES é concebida como um amálgama heterogêneo de lugares e posições em alteridade descontínua. Diferentemente de uma noção de sujeito que estivesse presa à temática da identidade (coerência e consciência puras), a IES é vista como um todo complexo com dominante de determinadas inscrições discursivas e posições-sujeito, sejam elas distintas, similares, ou contraditórias.

Em Pêcheux (1997c, p.163), a noção de forma-sujeito apresentava essa dificuldade, que significava conceber o sujeito discursivo como idêntico a si mesmo, como assujeitado e constituído por uma única e mesma ideologia. Nesse caso, deixava-se de observar os atravessamentos polêmicos que constituem cada sujeito, num *continuum* de relações tensas entre as próprias discursividades fundantes de cada subjetividade particular.

Outro risco que se corre ao trabalhar com uma noção de sujeito que não considere sua constituição heterogênea é supor, erroneamente, que cada sujeito é interpelado pela ideologia de sua classe social, num processo em que a cada classe corresponderia uma ideologia própria. Esse erro provém de uma confusão e de uma sobreposição entre dois domínios distintos que a noção de IES ajuda a compreender: o domínio empírico e o domínio ideológico, com seus conceitos correlatos de lugar social e lugar discursivo (FIGUEIRA, 2007), respectivamente.

Os domínios ideológico e empírico não se equivalem, nem se identificam, mas possuem relações entre si, ao modo que tentamos esclarecer abaixo:

Segundo Pêcheux, os marxistas assumiam que “as condições materiais de existência dos homens determinam as formas de sua consciência, *sem que as duas jamais coincidam*” (Pêcheux, 1997, p.295 – destaque nosso). Em outras palavras, fazer essa afirmação significa dizer que, embora seja inegável que as condições materiais (econômicas) sejam determinantes do processo de constituição do sujeito, as ‘formas de sua consciência’, isto é, suas inscrições discursivas, não correspondem necessariamente ao lugar que o sujeito ocupa em uma formação social – lugar este definido por suas condições econômicas (FIGUEIRA, 2007, p.48)

O domínio empírico seria caracterizado pelas relações econômico-institucionais que determinam o lugar social dos sujeitos no interior de uma dada sociedade. Por conseguinte, o lugar social seria:

a posição ou o lugar que um indivíduo ocupa em uma dada formação social, circunscrita em um período histórico específico, posição esta determinada em relação a seu lugar institucional (professor universitário, membro do movimento dos trabalhadores Sem-Terra, psicanalista, etc.) e em relação, também, a suas condições reais de existência (membro de uma classe ou qualquer outra forma de agrupamento social que considere as condições econômicas do indivíduo). (FIGUEIRA, 2007, p.48-49)

Em contraposição ao lugar social do domínio empírico, temos o lugar discursivo do domínio ideológico. Como há cisão entre o sujeito do corpo (que é inscrito no domínio empírico pela ideologia jurídica como sujeito de direito, pertencente a uma classe social, a uma categoria profissional, etc.) e o sujeito discursivo, este último possui uma constituição ideológica que nem sempre se equivale ou se aproxima das ideologias ou interesses de sua classe social ou categoria profissional.

A contradição e a heterogeneidade fundantes do sujeito fazem com que surja nos processos enunciativos uma representação de sujeito (efeito-sujeito, sujeito discursivo) mobilizada por diferentes (e até antagônicas) inscrições ideológicas, caracterizando o que se chama de instância enunciativa sujeitudinal, devido a seu caráter, a um só tempo, simbólico (porque se trata de representação), múltiplo (pois provém de atravessamentos discursivos díspares) e contingente (porque diz respeito à evanescência do acontecimento enunciativo).

Nas análises que se seguirão a este capítulo teórico, pretendemos mostrar percursos analíticos pelos quais, partimos da materialidade linguística dos enunciados, relacionando-os a suas condições de produção, para delinear efeitos de sentido e efeitos-sujeitos que se inscrevem em determinadas posições teórico-ideológicas no campo da AD. Buscaremos demonstrar como as IES que se configuram nos enunciados sob análise (re)velam traços de suas filiações sócio-históricas.

As análises desta investigação ocorrem, portanto, em dois momentos sucessivos, os quais, nos dizeres de Foucault (2006), estariam identificados à arqueologia e à genealogia: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade.” (FOUCAULT, 2006, p.172).

Inicialmente realizamos a análise das discursividades locais (momento arqueológico), buscando explicar o processo de produção dos efeitos de sentido emanados das materialidades linguísticas, em sua relação com seu “exterior”. Em seguida, trata-se de investigar as vinculações dos efeitos de sentido e dos efeitos-sujeitos com posições ideológicas de onde enunciam, indagando pelas razões que levaram ao aparecimento de determinados enunciados nas manifestações linguageiras sob escrutínio: esse é o momento genealógico.

“O procedimento genealógico comporta, assim, dois movimentos inseparáveis: de um lado, relacionar os valores com as avaliações e, de outro, relacionar as avaliações com os valores.” (MARTON, 1996, p.61).

Em nosso caso, trata-se de, após interpretar os efeitos de sentido provenientes do *corpus*, indagar pelas posições teórico-epistemológicas que lhes deram ocasião de se manifestar; e, na sequência, investigar que valores político-ideológicos subjazem às perspectivas teóricas das quais provieram determinados enunciados e efeitos (sentidos e instâncias-sujeitos).

A fase genealógica da análise, inspirada em Foucault, mas também em Nietzsche, obriga o analista a regredir um nível a mais na pesquisa sobre as condições de produção que possibilitaram a emergência de um dado discurso. Em nosso caso particular, impõe-se que busquemos identificar os valores político-ideológicos que determinam a constituição das diferentes perspectivas teórico-epistemológicas no campo da AD.

No momento arqueológico, devemos, a partir dos efeitos de sentido produzidos nas manifestações enunciativas, caracterizar as tomadas de posição de diferentes tendências teóricas de AD pelo modo como avaliam a obra de Althusser e a influência dessa sobre a obra de Pêcheux.

A partir daí, entramos no momento genealógico, quando devemos, então, estabelecer a relação entre as avaliações (que são feitas da obra de Althusser e de sua influência no campo da AD) com os valores subjacentes a essas avaliações, valores que as sustentam e orientam.

Não basta, contudo, mostrar que os valores foram engendrados a partir de lógicas diferentes, que foram postos por pontos de vista de apreciação distintos. Não basta relacioná-los com as perspectivas avaliadoras que os engendraram; **é preciso ainda investigar de que valor estas partiram para criá-los**. Na ótica nietzschiana, a questão do valor apresenta duplo caráter: os valores supõem avaliações, que lhes dão origem e conferem valor; as avaliações, por sua vez, ao criá-los, supõem valores a partir dos quais avaliam. (MARTON, 1996, p.61 – destaque nosso)

A partir de que valores, as diferentes tendências da AD, avaliam a obra de Althusser e sua influência sobre o pensamento de Pêcheux? Esta é uma das perguntas que se nos coloca uma vez que nos inscrevemos no procedimento genealógico.

Embora o termo “genealogia” possa sugerir que se vá às origens de uma discursividade teórica como a AD, para dali ressurgirmos com a “verdade absoluta” de sua identidade epistemológica, o que aqui propomos é uma *genealogia do efeito*, isto é, um retorno aos “começos relativos” - isto é, aos valores que condicionam a constituição de determinados saberes - pelo *exame dos efeitos de sentido (e dos efeitos político-ideológicos)* produzidos por tais saberes.

Assume-se que não se podem determinar origens (no sentido de local onde residiriam as verdades verdadeiras e ocultas), mas pode-se tentar pensar os valores subjacentes aos saberes, partindo, num movimento retroativo, de seus efeitos.

A rigor, trata-se de uma especulação sobre as ‘origens’, a partir da interpretação dos efeitos e do exame de suas relações com o domínio axiológico (domínio de valores ideológicos).

Com base nessa visada, buscamos analisar textos que se deram ao trabalho de (re)construir a história da AD e que, inevitavelmente, propuseram narrativas distintas do campo, percepções diferenciadas, particularizadas, justamente porque efetuadas de pontos de vista diferentes.

Compreende-se aí a história de um campo do saber como um conjunto heterogêneo de perspectivas, ora mais próximas, ora mais distintas entre si, as quais, pela própria maneira particular de reescrever a história, multiplicam as formas de se compreender e de se realizar AD, embora possam, às vezes, dar a sensação de que revelariam a “verdade absoluta” da história que se propõem recontar.

Para o ponto de vista da arqueogenealogia, nenhuma dessas histórias possui de fato “a” verdade sobre a evolução do campo do saber: todas as visões são necessariamente parciais (tanto no sentido de que são incompletas, quanto no sentido de que são comprometidas com valores ideológicos específicos). Conforme o procedimento da arqueogenealogia, entendem-se essas diversas formas de história como fantasias (no sentido psicanalítico de realidade para um sujeito/sujeitos), disfarces, inevitáveis paródias daquilo que de fato ocorreu (e para sempre se perdeu, ao menos no que se refere a sua integralidade):

O bom historiador, o genealogista saberá o que é necessário pensar de toda **esta mascarada**. Não que ele a rechace por espírito de seriedade; pelo contrário, **ele quer levá-la ao extremo**: quer colocar em cena um grande carnaval do tempo em que as máscaras reaparecem incessantemente. Em vez de identificar nossa pálida individualidade às identidades marcadamente reais do passado, trata-se de nos irrealizar em várias identidades reaparecidas: e retomando todas estas máscaras - (...) - recomeçando a palhaçada da história, nós retomaremos em nossa irrealidade a identidade mais irreal do Deus que a traçou, "talvez nós descobriremos aqui o domínio em que a originalidade nos é ainda possível, talvez como parodistas da história e como polichinelos de Deus"¹³ (FOUCAULT, 2006, p.33-34 – destaques nossos)

Desejamos, com nossa investigação, levar ao extremo a multiplicidade de fantasias dessa mascarada constituída pelas diferentes reconstruções perspectivas da AD. Talvez possa surgir, ao final deste trabalho, uma leitura ‘original’ (não no sentido de inédito, mas no sentido de singular) do percurso histórico (político-epistemológico) da teoria do discurso.

Ao lado de tais reconstruções da história da AD, colocaremos nosso gesto de leitura acerca dessa mesma história (que, como se viu, nunca é a mesma). Mas fazemos isso não para colocar um ponto final na questão, como se pudéssemos construir a “verdadeira” história desse campo do saber, a história “correta”, a única legítima. Efetuamos esse gesto, porque compreendemos a AD como uma teoria e um dispositivo analítico que podem ajudar a constituir e a povoar o “espaço polêmico das maneiras de ler” (PÊCHEUX, 1997a, p.57). Em outras palavras, trata-se de dar a conhecer um outro modo de enxergar, interpretar e compreender o percurso histórico, epistemológico e (por que não?) político da AD, explicitando ainda mais a natureza heteróclita do campo, como um conjunto de fantasias (realidades) simbólico-imaginárias construídas pel(as ideologias d)os sujeitos-pesquisadores, ao modo de um “carnaval organizado”: “Nietzsche criticava essa história inteiramente devotada à veneração por obstruir as intensidades atuais da vida e suas criações. Trata-se, ao contrário, (...) de parodiá-la para deixar claro que ela é apenas paródia. A genealogia é a história como um carnaval organizado.” (FOUCAULT, 2006, p.34)

Objetiva-se, portanto, fazer aparecer as discontinuidades que atravessam o campo da AD, multiplicando as possibilidades de compreender e de se apropriar da teoria do discurso.

A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela **pretende fazer aparecer todas as**

¹³ O trecho que se encontra entre aspas é uma citação que Foucault faz de Nietzsche: *Para além do bem e do mal*. Aforismo 223.

descontinuidades que nos atravessam. (FOUCAULT, 2006, p.34-35 - destaques nossos)

E do interior desse campo descontínuo, pleno de atravessamentos ideológico-teóricos, político-epistemológicos, pretendemos concretizar outras finalidades do método genealógico, conforme expostas a seguir:

Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite **a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais.** (...) Trata-se de **ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns.** (...) Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de **uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico** organizado no interior de uma sociedade como a nossa. Pouco importa que esta institucionalização do discurso científico se realize em uma universidade ou, de modo mais geral, em um aparelho político (...) **são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater.** (FOUCAULT, 2006, p.171 – destaques nossos)

Compreendendo o althusserianismo enquanto resquício (ranço?) do marxismo, podemos tomá-lo (no século XXI, após o fim do socialismo real e da Guerra Fria, com o triunfo do capitalismo global, na era em que se decreta sistematicamente o fim das ideologias e das utopias) como um saber local, desqualificado, não legitimado, frequentemente depurado, higienizado, hierarquizado e ordenado por certas posições de pesquisa (correntes, tendências) do campo atual da AD.

Com essa compreensão, buscamos uma releitura do althusserianismo (enquanto substrato da teoria do discurso pecheutiana), em que intentamos promover uma insurreição desse saber desqualificado, de modo a combater certos efeitos centralizadores de poder, no interior do campo da AD, segundo os quais o pensamento de Althusser é: (1) responsabilizado (culpabilizado), como bode expiatório, pelos impasses e crises enfrentados pela teoria pecheutiana do discurso; e (2) reputado como dispensável¹⁴, nada mais tendo a dizer e a contribuir nos desenvolvimentos atuais da AD.

Conforme veremos nas análises subsequentes, diferentes discursos de diferentes tendências teóricas no campo da AD apresentam como “estranha” regularidade certo

¹⁴ Como se verá à frente, em nossa visão, o althusserianismo na AD não só não é dispensável, como também é constitutivo do campo do discurso.

embaraço em relação às proposições althusserianas. Pelo fato de esse embaraço vir acompanhado de uma diversidade de críticas ao discurso althusseriano, e por ser um elemento compartilhado entre diferentes correntes do campo, dá-se a impressão de que a condenação das teses althusserianas é ponto pacífico no atual estágio da AD. Transmite-se, assim, uma sensação de consenso, cujo efeito é conceber a história da teoria como una e indivisível (ausente de conflitos): a história de um progressivo afastamento (até mesmo arrependimento) em relação às filiações althusserianas e marxistas do campo. Produz-se aí um efeito-de-Um, um efeito de unidade na história da teoria. No entanto, para a genealogia, dirigida como é pelo perspectivismo nietzschiano, nada é mais suspeito do que esse efeito de unidade derivando de reconstruções históricas.

As discursividades e os saberes, na genealogia perspectivista, são constitutivamente *parciais*, ideológica e politicamente determinados pelos valores que os sustentam.

Em relação a tal postura perspectivista, dois questionamentos principais se colocam. O primeiro refere-se ao fato de que o perspectivismo recairia numa forma de relativismo, na medida em que desconstruiria, desqualificaria e igualaria por baixo (reduziria ao mesmo valor: inválido) as discursividades e saberes que investiga.

Entretanto, perspectivismo e relativismo se distinguem justamente porque, enquanto o relativismo se satisfaz em desconstruir os saberes, mostrando-os como parciais, frutos de pontos de vista específicos, o perspectivismo dá um passo adiante, demonstrando as relações entre os pontos de vista e os valores que lhes subjazem e lhes determinam.

(...) Nietzsche quer fazer ver que os valores não são universais. Mas nem por isso resvala no relativismo. Insiste, ao contrário, que não basta mostrar que os valores surgiram a partir de ângulos de visão diferentes. Não basta relacioná-los com as perspectivas que os engendraram; é preciso ainda investigar que valor norteou essas perspectivas ao criarem valores. (MARTON, 2010)

Por conseguinte, lá onde o relativismo transforma os saberes em ‘inverdades’, o perspectivismo aponta para os saberes como modos específicos de construção de verdades. Foucault (2006) exhibe com clareza essa outra concepção de verdade, conforme se segue:

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição a circulação e o funcionamento dos enunciados.
A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade. (FOUCAULT, 2006, p.14)

E, a partir dessa “nova política da verdade”, Foucault (2006, p.14) recusa tanto o cientificismo (positivista, empirista) quanto o relativismo, ao afirmar: “Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade”. Tal entendimento da verdade, como algo local, pontual, contingente, perspectivo e político (porque intrincado ao poder) também se mostra na epistemologia psicanalítica lacaniana, da qual Zizek dá testemunho: “Em vez de pronunciar um julgamento imparcial, este livro oferecerá uma leitura partidária – é parte da teoria lacaniana que **toda verdade é parcial**” (ZIZEK, 2010, p.12 – destaque nosso).

Também nossa investigação oferecerá uma interpretação parcial, uma leitura partidária (como jamais poderia ser diferente). Falamos a partir de nosso lugar social e de nosso lugar discursivo. Somos constituídos por atravessamentos discursivos, e, portanto, constituímos uma(?) posição político-epistemológica, com uma(?) inscrição ideológico-teórica específica, dentre outras possíveis.

Essa perspectiva assumida de investigação traz implicações teórico-metodológicas para o trabalho e, por isso, procuramos expô-la da maneira mais explícita possível, apoiando-nos nas considerações de Santos (2004), segundo o qual o papel do analista, na percepção dos processos de produção de sentido, é sempre-já atravessado pela *constituição do sujeito-analista* na interação com os sentidos e as subjetividades que se configuram no acontecimento enunciativo em estudo.

Sendo assim, é impossível para o pesquisador pretender um lugar de imparcialidade na investigação, pois, ao mesmo tempo em que também se constitui sujeito pelo processo de análise, o analista instala-se em uma *perspectiva enunciativa* para lançar seu olhar sobre os discursos e seu funcionamento.

A análise discursiva é, por natureza, perspectiva, e se realiza por meio de “uma operação hermenêutica que possibilita ao analista se colocar na posição de sujeito “desejante” para instituir formas e disposições na busca pelos efeitos de sentido em conjunturas enunciativas” (SANTOS, 2004, p.111), de modo a *formalizar sua posição particular* (sua perspectiva enunciativa, seu lugar de investigação) frente ao objeto de análise.

Ora, se o analista de discurso é também sujeito (desejante), constituído ideológica e politicamente, não há como escapar da parcialidade. Aliás, é daí que surge o segundo questionamento a que nos referíamos mais acima, quando tratávamos da adoção da abordagem perspectivo-genealógica na pesquisa. Questiona-se a validade, a legitimidade de

um saber que se assume como parcial (incompleto e ideologicamente marcado). Foucault (2006) também reflete a esse respeito:

Mas se esta é a genealogia da história, como ela pode se tornar análise genealógica? **Como não permanecer um conhecimento demagógico e religioso?** Como pode, nesta mesma cena, mudar de papel? A não ser que nos apoderemos dela, que a dominemos e a voltemos contra seu nascimento. (...): não é o surgimento necessário daquilo que durante muito tempo tinha sido preparado antecipadamente; é a cena em que as forças se arriscam e se afrontam, em que podem triunfar ou ser confiscadas (FOUCAULT, 2006, p.20 - destaque nosso)

A discursividade perspectivo-genealógica não se pretende um substituto dos saberes que desconstrói, ao menos não no sentido de que desejasse ocupar-lhes o lugar de saber absoluto e inequívoco: se assim fosse, teríamos aí uma abordagem cínica, e tão doutrinária quanto aquelas que procura relativizar. A genealogia perspectivista quer problematizar discursividades locais que constituem saberes-poderes, questionado-os, discutindo-os, enfrentando-os e afrontando-os, pois concebe toda e qualquer discursividade (inclusive a si própria) como “atos que surgem como **tomadas de posição**, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação”, e, no que se refere a si própria, os vínculos ideológicos são “assumidos e não negados.” (PÊCHEUX, 2006, p.57 – destaque nosso)

É exatamente porque o perspectivismo se caracteriza por permitir uma relativização dos saberes - mediante a explicitação de sua relação com os valores ideológicos que sustentam as vontades, o exercício e os efeitos de poder - que a própria genealogia

não teme ser um saber perspectivo. Os historiadores procuram, na medida do possível, **apagar** o que pode revelar, em seu saber, **o lugar de onde eles olham**, o momento em que eles estão, **o partido que eles tomam – o incontrolável de sua paixão. O sentido histórico, tal como Nietzsche o entende, sabe que é perspectivo, e não recusa o sistema de sua própria injustiça. Ele olha de um determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar**, de dizer sim ou não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto. Em vez de fingir um discreto aniquilamento diante do que ele olha, em vez de aí procurar sua lei e a isto submeter cada um de seus movimentos, **é um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha**. O sentimento histórico dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento de seu conhecimento, sua genealogia. (FOUCAULT, 2006, p.30 – destaques nossos)

Em outras palavras, a genealogia perspectiva não procura subtrair-se de sua parcialidade, nem ocultar sua própria vontade de saber-poder, o que seria, de todo modo, impossível, uma vez que essa última é constitutiva de todo e qualquer sujeito, assim como

uma pulsão fundamental que impele o ser para a tentativa de realização (sempre faltosa) de seu(s) desejo(s), como uma espécie de “motivação singularmente humana” (DALY, 2006).

Nos termos de Lacan, poderíamos identificar a vontade de saber-poder ao “imperativo de gozo” (CARVALHO, 2008, p.203): “Freud e (especialmente) Lacan identificam a motivação singularmente humana com respeito à *jouissance* [ao gozo], isto é, uma compulsão básica de gozar, de atingir a satisfação consumada e, desse modo, tapar o buraco ou curar a “ferida” na ordem do ser.” (DALY, 2006, p.10).

A aproximação entre a noção lacaniana de “imperativo de gozo” e a noção nietzschiana de “vontade de poder” é sugerida por Žizek (2010), quando este comenta, a propósito, sobre a monstruosidade do “cerne inumano da humanidade”:

Louis Althusser propôs a famigerada fórmula do “anti-humanismo teórico”, admitindo, até exigindo, que ele fosse suplementado pelo humanismo prático. Em nossa prática deveríamos agir como humanistas, respeitando os outros, tratando-os como pessoas livres com plena dignidade (...). Em contraste com Althusser, Lacan defende que reconheçamos o *anti-humanismo prático*, uma ética que vai além da dimensão do que Nietzsche chamou de “humano, demasiado humano”, e nos defrontemos com o cerne inumano da humanidade. Isto significa uma ética que enfrenta destemidamente a monstruosidade latente de ser humano, a dimensão diabólica que irrompeu no fenômeno amplamente coberto pelo rótulo “Auschwitz”. (ŽIZEK, 2010, p.60 – destaques do autor)

A vontade de poder e o imperativo de gozo apresentariam em comum a possibilidade de serem compreendidos como “excessos sumamente “desumanos” que são constitutivos da humanidade como tal – o “em nós mais do que nós” lacaniano – e que atestam a natureza inerradicável do sujeito.” (DALY, 2006, p.13)

A expressão ‘vontade de poder’ (ou vontade de potência) é cunhada por Nietzsche. Eis um fragmento em que o filósofo alemão expõe sua concepção da vontade de poder (observe-se a relação implicada com a noção de verdade):

verdade não é algo que estivesse aí e tivesse que ser encontrada, descoberta – mas algo que *há que ser* criado e que dá nome a um processo, mais ainda para uma vontade de subjugação, que, em si, não tem nenhum fim: inserir verdade, como um *ativo* determinar, não como um tornar-se consciente de algo que ‘em si’ fosse fixo e determinado. É uma palavra para a vontade de poder. (NIETZSCHE, Fragmento póstumo do outono de 1887, apud MÜLLER-LAUTER, p.88, nota 9 – os destaques são de Nietzsche)

O desejo, a pulsão, ou a vontade são dirigidos a alguma coisa, a determinados objetos ou finalidades. Não há o desejo em si meramente, não há uma vontade em si, mas uma vontade de algo, e esse algo é poder:

Uma vontade “em si” ou “como tal” é uma pura abstração: ela não existe factualmente. Todo querer é, segundo Nietzsche, querer-algo. Esse algo-posto, essencial em todo querer é: poder. Vontade de poder procura dominar e alargar incessantemente seu âmbito de poder. Alargamento de poder se perfaz em processos de dominação. Por isso querer-poder (*Macht-wollen*) não é apenas “‘desejar’, aspirar, exigir.” A ele pertence o “afeto do comando”¹⁵. Comando e execução pertencem ao um da vontade de poder. Assim “um *quantum* de poder ... é designado por meio do efeito que ele exerce e a que resiste.”¹⁶ (MÜLLER-LAUTER, 1997, p.54-55)

Existe a vontade de dominar, de sobrepor, de prevalecer. Negar essa vontade é o mesmo que denegar a política.

A partir da concepção nietzscheana, Foucault (2001; 2006) derivou as noções de *vontade de verdade* e de *vontade de saber*. Como o próprio Nietzsche indica uma implicação necessária entre a *vontade de poder* e a verdade, e como Foucault propõe que se pensem os saberes em sua relação intrínseca com os poderes, de nossa parte, propomos que se ressignifiquem as três expressões precedentes, fundindo-as numa única noção, que identificaria o complexo das outras três. Essa noção complexificada seria a *vontade de saber-poder*.

Nessa acepção, a vontade de saber-poder não significa simplesmente o desejo de possuir, de obter, ou de alcançar o saber ou o poder - mas o desejo de se impor pelo saber, o desejo de fazer prevalecer o seu ponto de vista: o exercício do poder autorizado/legitimado por saberes.

Em um paralelo com a noção de excesso, poderíamos indagar: o que caracteriza o horror-excesso da/na Análise do discurso? Quais são os excessos sumamente não-discursivos da AD? Adiante, ensaiamos respostas a tais questões, perseguindo aquilo que na AD é mais do que a AD.

É assim que entendemos os conflitos no interior do campo da AD: disputas pela prevalência (predominância) que cada tendência (posição de pesquisa) almeja conquistar sobre as demais. Cada uma delas, como se verá, busca caracterizar-se como a única via possível para dar continuidade ao projeto pecheutiano, instaurando-se como representantes

¹⁵ Nietzsche, Fragmento póstumo, novembro 1877-março 1888.

¹⁶ Nietzsche, Fragmento póstumo, primavera de 1888.

legítimas do “verdadeiro da época” (FOUCAULT, 2001), uma vez que a teoria do discurso preconizada por Pêcheux (e influenciada por Althusser) pertenceria a um passado do qual não caberia (não deveria) retornar.

Em nossa abordagem genealógico-perspectiva, propomos cotejar as leituras-escrituras-histórias construídas por algumas posições-de-pesquisa da AD (principalmente a foucaultiana e a psicanalítica) com a interpretação que fazemos dessa história. Esse cotejo é atravessado pelas relações entre a obra de Pêcheux e a obra de Althusser.

Propomos indicar como se caracterizam as formas específicas de ‘embaraço’ que tais posições-de-pesquisa apresentam em relação à ascendência do discurso althusseriano sobre o discurso pecheutiano, compreendendo esse ‘embaraço’ como um “sintoma” de um Real intolerável (ZIZEK, 2010) que o althusserianismo marxista representa para cada tendência atual, dentre as aqui examinadas, da AD.

Entendendo a categoria do Real enquanto objeto traumático insuportável, pretendemos mostrá-lo não como algo absoluto e universal (conforme se poderia depreender dos dizeres lacanianos), mas como um Real politizado, perspectivo, uma vez que, segundo Daly (2006): “Para Zizek, a impossibilidade não é o tipo de categoria neutra” (p.19-20) e, por consequência, “a questão central não é propriamente se a Sociedade é (im)possível, mas *de que modo* a sociedade é impossível e **como se entende politicamente a impossibilidade.**” (DALY, 2006, p.22 – destaque do autor em itálico, destaque nosso em negrito).

Se o Real é o impossível, podemos perguntar: *como se entende politicamente o Real?* Que Reais (no plural mesmo) emergem quando se olha de diferentes perspectivas/pontos de vista/filiações ideológicas? O Real é traumático e insuportável *para quem?* Devido a quais razões? É traumático para uma posição-de-pesquisa pelas mesmas razões que é insuportável para outra? “Desse modo, **a impossibilidade perde sua inocência** e, longe de abarcar uma simples dimensão reprimida, representa algo que visivelmente **funciona como um suplemento ideológico implícito/obsceno na realpolitik de hoje.**” (DALY, 2006, p.21 – destaques nossos).

Para finalizar este capítulo, em que apresentamos a rede conceitual de nossa pesquisa, citamos uma última vez Foucault (2006), para sintetizar o modo como o procedimento perspectivo-genealógico se efetivará em nosso trabalho:

a veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado pela verdade que

o homem detém hoje torna-se destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber (FOUCAULT, 2006, p.37)

Primeiramente: a veneração ao suposto valor de verdade das reconstruções históricas da AD dá lugar ao destronamento desse efeito de verdade. A esse efeito, contrapõe-se outra perspectiva interpretativa, outro gesto de leitura acerca das relações entre Althusser e Pêcheux, sem a pretensão de ancorar-se no “verdadeiro da época”, mas desejando a polemização mediante a construção de um saber abertamente assumido como vinculado a uma vontade de poder.

Em segundo lugar: o respeito à clássica e pétrea periodização continuísta das três épocas da AD é relativizado. Em vez de perguntarmos, como faz Carvalho (2008), sobre o que faz *corte* entre a segunda e a terceira época da AD, nossa questão é: o que faz *laço* entre a segunda e a terceira época, de maneira que a terceira não constitua outra teoria independente de sua história precedente, mas ainda um momento histórico da “mesma” teoria. Ademais, cabe questionar: por que uma teoria que sempre se pautou por uma concepção descontinuísta e antiteleológica da história insiste em delinear para si própria uma história evolutiva, em que os conhecimentos *parecem* se aprimorar e a teoria *parece* progredir fase após fase?

Terceiro e último: contestação e transgressão de uma noção de verdade que se identifique ao absoluto, ao universal e ao indubitável. Caracterização dos saberes como frutos de visões particulares que ambicionam (e produzem efeitos de) poder.

Dito de outro modo: por uma análise *polêmica* dos discursos.

ANÁLISES DE CORPUS

Todo o mundo sabe que Althusser abordou e discutiu de maneira obsessiva – inclusive polemizando consigo mesmo – o tema da leitura.¹⁷ (IPOLA, 2012, p.8)

¹⁷ Tradução nossa: “Tout le monde sait qu’Althusser a abordé et discuté de manière obsessive – y compris en polémiquant avec lui-même – le thème de la lecture.”.

3. ALTHUSSER E OS DESENVOLVIMENTOS ATUAIS DA ANÁLISE DE DISCURSO: A(S) VISÃO(ÕES) DOS HISTORIADORES DA AD.

3.1. 1ª Regularidade: concordância em torno da constituição materialista-marxista-althusseriana (MMA) da ADP.

3.2. Os fundamentos althusserianos da teoria pecheutiana.

Neste capítulo, procuramos refletir a respeito da constituição epistêmica da Análise do discurso pecheutiana (ADP). Com base nas contribuições de Domingues (1999) acerca da história das estratégias discursivas empregadas na fundamentação do conhecimento em ciências humanas, pretendemos apresentar os elementos que constituem a episteme da ADP, sobretudo identificando seus princípios (*archê*), postulados e fundamentos.

Nossa abordagem privilegiará aqui as relações epistemológicas existentes entre os dizeres da obra de Michel Pêcheux, considerado um dos fundadores da Análise do discurso, e a obra do filósofo marxista Louis Althusser, a qual serviu como ponto de sustentação teórico-filosófica para que Pêcheux erguesse o seu edifício teórico, cujo objeto é o discurso.

3.3. Constituição do fundamento: elementos para a episteme de um discurso: princípio, postulação (postulados) e fundamentação (fundamentos).

Cumprido de início procedermos a uma diferenciação conceitual entre os elementos constituintes da episteme de qualquer discurso existente no âmbito da produção do conhecimento em ciências humanas.

Ao tratar das diferentes estratégias discursivas que caracterizaram as ciências humanas ao longo de sua história (estratégias essencialista, fenomenista e histórica), Domingues (1999) nos apresenta as noções de princípio (*archê*), postulação e fundamentação.

Seguiremos de perto aqui a abordagem proposta pelo autor supracitado com relação a esses conceitos. De posse deles, empreenderemos uma caracterização da episteme da AD, destacando o que, segundo nossa visão, se apresenta como princípio, postulados e fundamentos da teoria do discurso formulada na obra de M. Pêcheux.

Segundo Domingues (1999, p.45), para Platão, “o verdadeiro conhecimento - a *episthémē* -, à diferença da *dóxa*, é aquele que “dá razão” às suas afirmações e, portanto, fundamenta suas proposições. Ou seja, “fundamentar” = “dar razão”.”.

Fundamentar um conhecimento é, portanto, apresentar um ponto de sustentação que possibilite justificar racionalmente o conhecimento produzido. A esse ponto de sustentação, Domingues chama de *ponto arquimedian do conhecimento*. Arquimadiano, pois, segundo o grego Arquimedes, bastaria que houvesse um ponto de sustentação (de apoio) no universo, para que fosse possível mover o mundo com uma alavanca. Pois bem, o ponto arquimedian é o ponto de sustentação, o princípio de base sobre o qual será erguido o edifício do conhecimento de um dado campo ou uma dada teoria.

A *fundamentação* de um conhecimento consiste, então, em “dar razão” aos saberes, pela operação de remeter esses saberes a seu princípio epistemológico de base. Mas o que é tal princípio? E como ele é concebido?

O princípio, ponto arquimedian ou *arché* é estabelecido por meio da operação de *postulação*.

Domingues (1999) nos indica a noção de *postulação* ao comentar o modo como Marx e Freud se serviram do método-hipotético-dedutivo para interpretar cientificamente a vida psíquica e social do homem:

Freud (...) vai encontrar o elemento hipotético (bem entendido, no sentido de *hipótese-princípio*, e não de hipótese-conjetura, de alcance puramente nominal) na *postulação* da instância do inconsciente e de suas leis de funcionamento (...); Marx, ao fundi-lo com a dialética, vai buscar *o elemento hipotético na postulação* do modo de produção e das leis que o governam. (p.43 – destaques nossos)

A postulação é, portanto, a colocação de uma *hipótese-princípio*, isto é, uma suposição - do modo como as coisas funcionam em dado campo do saber - que se admite como verdadeira, mesmo não sendo possível comprová-la. A hipótese-princípio difere-se aí da hipótese-conjetura: esta pode e deve ser testada, empiricamente, experimentalmente, para que seja comprovada ou desmentida; aquela é dada como verdadeira, de modo consensual e convencional (ao menos no interior da comunidade científica daquele determinado campo do saber), sem que haja a necessidade de ser comprovada.

A hipótese-princípio pode ser comparada ao que ocorre na geometria euclidiana com relação aos postulados: o ponto e a reta, por exemplo, são postulados, pois é convencionalizado que tanto um como o outro existem (e todos sabem do que se trata), embora nenhum dos dois

elementos contenha uma definição, uma conceituação clara, necessária e suficiente daquilo que é um ponto ou daquilo que é uma reta. O que é um ponto? Um ponto é um ponto, aquilo que todos reconhecem como tal, não tem definição, mas se supõe que todos saibam do que se trata, para efeito de que se possa trabalhar com o elemento geométrico “ponto”. O mesmo se dá com a postulação da noção de reta, entre outras noções geométricas também postuladas.

Para esclarecermos melhor a noção de postulado, apresentamos a seguir as definições do termo apresentadas por dois dicionários. Ambos oferecem ao menos duas significações para a palavra ‘postulado’, semelhantes ao que se encontra exposto na obra de Domingues (1999).

No dicionário Priberam (2011), temos ‘postulado’ como sendo: “1. O que se considera como facto reconhecido, como axioma, como *verdade indemonstrável, mas certa ou necessária*. 2. *Mat.* Princípio que, não tão evidente como o axioma, *se admite* todavia *sem discussão*.” (destaques nossos).

No dicionário Houaiss (2001), as definições são semelhantes também: “**1** O que se considera como fato reconhecido e ponto de partida, implícito ou explícito, de uma argumentação; premissa **2** afirmação ou fato admitido *sem necessidade de demonstração* (p. 2272 - destaques nossos em itálico).

A postulação é, então, o ato de formular um “princípio de racionalidade ou *archê*” (p.23) sobre o qual será edificada, e do qual será derivada, a rede conceitual de um dado campo do conhecimento ou teoria.

O princípio (*archê*) da fundamentação de um conhecimento é, portanto, fundado a partir do ato de *postulação*, pelo qual se formula uma hipótese explicativa de base (*hipótese-princípio*), que servirá para *fundamentar* (referendar e nortear = ‘dar razão’ a) as pesquisas de uma determinada área do conhecimento, de uma ciência ou de uma teoria em particular.

A fundamentação se dá pela remissão de um dado conhecimento ao seu princípio, e este é fundado a partir da postulação de hipóteses indemonstráveis, mas cujo conteúdo se admite como verdadeiro (ou ao menos seguro o suficiente para sustentar racionalmente o conhecimento produzido a partir de tal princípio).

3.4. Genealogia do fundamento: um princípio construído sobre uma fundamentação tripla.

O ato de postulação na ADP consiste na pressuposição da **instabilidade do sentido**. Tal pressuposto pode ser expresso pela seguinte fórmula: o sentido não é da ordem da língua (apenas), é da ordem das formações discursivas (que representam as posições ideológicas na linguagem).

Pêcheux, junto a seus colaboradores, constrói esta premissa com base na compreensão de que o sentido não é intrínseco ao sistema da língua; ele é produzido na relação necessária que se estabelece nas enunciações (acontecimentos discursivos) entre a materialidade simbólica (significantes da língua) e a materialidade ideológica (práticas sociais que se materializam na linguagem através das formações discursivas).

A construção da premissa da ADP ocorre no início do empreendimento teórico de Pêcheux, quando ele com outros pesquisadores¹⁸ (Paul Henry, Claudine Haroche, entre outros) realizam a crítica da Semântica como domínio pertencente à Linguística formal. Esses pesquisadores do discurso apontam, então, a insuficiência dos métodos estruturalistas formais da Linguística para se tratar das questões semânticas, uma vez que no sentido, para além das formas da língua, intervém a história. Sem uma memória de saberes, sem o interdiscurso, sem os já-ditos presentes nas formações discursivas, as palavras são desprendidas de sentidos:

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está “sempre-já” desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no non-sens do significante. (PÊCHEUX, 1997c, p.176)

A premissa de base da ADP, que coloca o sentido como algo da ordem da instabilidade (linguística, ideológica e histórica), apoia-se, por sua vez, num ato de fundação da teoria que repousa sobre uma *tripla* fundamentação. Isso significa dizer que a premissa de base da ADP (e de toda a teoria daí derivada) é a resultante epistemológica (corolário) de três princípios, postulados com relação à língua, ao sujeito e à história.

A instabilidade do sentido se explica com base nos seguintes princípios: (1) a língua (materialidade simbólica) apresenta-se como constitutivamente equívoca (sem significações fixas definidas aprioristicamente em sua materialidade significante); (2) o sujeito (efeito da linguagem, inconsciente e ideologicamente assujeitado) não controla os sentidos de seus

¹⁸ Cf. HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX. *La sémantique et la coupure saussurienne*: langue, langage, discours. In: **Langages**, 6e année, n°24, 1971, p. 93-106.

dizeres; (3) a história, que é a história da descontinuidade, da luta de classes, dos conflitos sócio-político-econômicos, materializa-se na ideologia (práticas) e na linguagem (formações discursivas), refletindo, ou melhor, refratando os conflitos na forma da divisão de posições ideológicas e, conseqüentemente, na divisão de sentido.

Os princípios da ADP, que instauram a instabilidade sentidural como ponto de partida do empreendimento pecheutiano, se agrupam sob uma mesma estratégia discursiva, típica da pós-modernidade, uma vez que são concebidos sob o signo da *unicidade* - entendida aqui como a *singularidade* (do sujeito, da significação, do acontecimento discursivo) *constituída historicamente*: o único que é singular na medida em que é constituído pelo Outro (do inconsciente, da linguagem) e pelos outros (sociais, ideológicos). Seguimos aqui a concepção de unicidade proposta por Santos (2010, p.139): “vejo claramente a idéia de constituir o indivíduo, não como particularidade de pensamento de um ser, mas como unicidade de um ser que pertence a um corpo social que estabelece uma forma de pensamento outra desse ser enquanto corpo social.”.

Podemos dizer ainda que a unicidade é o princípio que permite compreender o discurso em sua natureza ambígua e contraditória de ser ao mesmo tempo estrutura (sistema linguístico, regularidade, historicidade, memória), e acontecimento (descontinuidade, deslocamento, deriva, devir) no entroncamento do real da história, da língua e do inconsciente.

Nesse sentido, podemos dizer que a unicidade reagrupa os três fundamentos da ADP, atribuindo-lhes o caráter de instauração de uma discursividade epistêmica outra no campo dos estudos da linguagem. Em outras palavras, a articulação que o princípio de unicidade possibilita entre o Um e o Outro, o singular e o regular, o evento e a historicidade, confere à ADP um estatuto diferenciador em relação às regiões teóricas em cujos fundamentos ela própria se assenta. Ao conceber a dialética de uma alteridade descontínua entre singularidade e historicidade, a teoria da ADP promove rupturas em relação aos três domínios constituintes da Tríplice Aliança (Linguística, Marxismo e Psicanálise)¹⁹, uma vez que propõe pensar um além da materialidade linguística (da forma, da estrutura), que é o discurso, um além do sociológico, que é o ideológico, e um além do individual, que é o subjetivo.

O fato de a ADP assentar-se sobre uma tripla fundamentação de princípios explica-se pelo próprio caráter de entremeio da disciplina, que busca, mediante a transdisciplinaridade e

¹⁹ Cf. Pêcheux (1997b, p.293)

a transgressividade²⁰, construir relações e extensões epistemológicas entre diferentes campos do saber (Linguística, Materialismo histórico e Psicanálise), na tentativa de conceber um referencial teórico minimamente capaz de explicar o processo de produção de sentidos (processo discursivo²¹).

Frente a essa fundamentação tripartida de princípios epistêmicos, como conceber os fundamentos da teoria da ADP? Para continuarmos nossa (tentativa de) reconstrução genealógica, tomaremos como referência algumas obras e textos que se propuseram a refazer a trajetória histórico-epistemológica da ADP.

3.5. Fundamentos para a episteme de um discurso: a constituição althusseriana da ADP.

É sabido e reconhecido por diferentes historiadores da Análise do discurso²² que a teoria construída por Michel Pêcheux e seus colaboradores baseou-se explicitamente em pressupostos da obra de Louis Althusser.

Maldidier (2003) afirma:

Se fosse necessário, nesses anos de aprendizagem, designar um nome, um pólo, eu não hesitaria: Althusser é, para Michel Pêcheux, aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso. A toda uma geração, aliás, ele oferecia a possibilidade de “pensar o marxismo fora de uma vulgata mecanicista”. (p.18)

Gregolin (2004, p.113) ratifica a posição de Maldidier, ao observar que “a análise do discurso proposta por Pêcheux tem uma profunda relação com as teses althusserianas”.

20 Empregamos aqui os termos *transdisciplinaridade* e *transgressividade* com as seguintes significações. **Transdisciplinaridade** (por oposição a certa noção de interdisciplinaridade), significando não uma mera complementação entre campos do saber distintos, que por sua simples adjunção seriam capazes de produzir respostas definitivas para problemas epistemológicos, numa nítida expressão de ilusão de completude. **Transgressividade**, na esteira do sentido que lhe dá Pennycook (2006, p.74), “para marcar a intenção de transgredir, tanto política como teoricamente, os limites do pensamento e ação tradicionais”, isto é, a ADP não apenas toma emprestado conceitos e formulações de outras teorias, como também se apropria de tais conceitos e formulações transformando-os, ou seja, dando-lhes outra significação epistemológica, se e quando necessário.

21 Cf. Pêcheux (1997c).

22 Chamamos aqui de “historiadores da Análise do discurso” a autores que se propuseram a escrever obras a respeito da teoria da AD, efetuando uma interpretação das assim chamadas “três épocas” dessa teoria, seguindo de perto a própria divisão histórico-epistemológica tripartida estipulada por M. Pêcheux quando este se propôs a realizar um breve balanço dessa história. Dentre aqueles que estamos considerando aqui como historiadores da Análise do discurso, temos: Courtine (1991), Gregolin (2004), Maldidier (2003), Mazière (2007) e Teixeira (2005).

A esse respeito, Teixeira (2005, p.45) segue a mesma linha das outras autoras: “Pêcheux, aluno de Althusser, procura, acima de tudo, aplicar as teses althusserianas aos estudos da linguagem.”:

Pode-se dizer que ele [Pêcheux] reformula a tese de Althusser de que *a Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*, trazendo-a para o discurso. Em outras palavras, toma a teoria de Althusser sobre o sujeito para formular uma teoria semântica que busca desmistificar a “evidência” do sentido. (op.cit., p.46)

Mazière (2007, p.10) também não deixa de fazer menção à presença da reflexão althusseriana no nascimento da AD:

É essa tríplice relação com 1) o sujeito assujeitado, falado por seu discurso, diretamente provindo do “estruturalismo” de Foucault, Althusser e Lacan, 2) com a historicidade de todo enunciado singular, herdado de Foucault, e 3) com a materialidade das formas de língua que Saussure, Harris e Chomsky permitem estabelecer o que constituiu a originalidade do que se chamou a AD francesa.

Esses fragmentos atestam um razoável consenso em torno da dívida intelectual de Pêcheux (e conseqüentemente dos analistas de discurso) para com a obra do filósofo marxista do assujeitamento. Partindo, pois, da “evidência” desse consenso, procuraremos, nas páginas seguintes, esboçar as relações epistemológicas que confirmam o débito intelectual da ADP em relação ao pensamento althusseriano.

A filiação da ADP ao materialismo histórico deu-se não de qualquer forma, mas de um modo bem específico: através da leitura que Althusser e o grupo de pesquisadores em torno dele (aí incluído M. Pêcheux) construíram sobre o marxismo.

O marxismo althusseriano é caracterizado por sua relação com o estruturalismo e com a psicanálise freudo-lacaniana. Por essa razão, é um marxismo *anti-humanista*, ao menos no que diz respeito ao domínio estritamente teórico.

O anti-humanismo que caracteriza o pensamento de Althusser diz respeito à crítica que é feita ao sujeito plenamente livre, ao sujeito da razão plena, senhor de si (*maître de soi*), de seus pensamentos, de suas ações e de sua linguagem. Devido à influência que os pensamentos materialista, estruturalista (e) psicanalítico tiveram sobre Althusser, este concebe o sujeito como afetado pelo inconsciente e pela ideologia; portanto, submetido a condicionantes históricas e psíquicas que determinam os modos de ser do sujeito vivendo em sociedade, na ordem da Cultura.

Esse anti-humanismo teórico - posição vista como controversa tanto no exterior quanto no interior do marxismo - influencia o pensamento e a obra de Michel Pêcheux. De início, a influência se dá pela necessidade de se pensar e de se construir a teoria do discurso enquanto *instrumento político de intervenção social*, tendo em vista um combate nos planos ideológico (contra a ideologia dominante burguesa), filosófico (contra todas as formas de filosofias idealistas) e teórico (contra a psicologia social e a semântica formal, por exemplo). Esse múltiplo combate ideológico, disperso em várias frentes, era entendido como parte do processo de efetivação duma revolução social (proletária): os althusserianos interpretavam que seria preciso realizar uma luta de classes na teoria, a fim de desconstruir e desmistificar discursos científicos, filosóficos e ideológicos que contribuía para a reprodução das condições da produção econômico-capitalista.

Para levar a termo esse combate contra a ideologia dominante burguesa, as filosofias idealistas e os continentes teóricos influenciados tanto pela primeira quanto pelas últimas, foi preciso conceber a noção de sujeito de outra forma, diferentemente do modo habitual pelo qual o sujeito era pensado no interior do marxismo humanista, cuja concepção de um sujeito plenamente livre, racional e senhor de si determinava as práticas (políticas, teóricas, discursivas) marxistas no sentido de que essas apostassem na pura e simples conscientização (tomada de consciência) da classe proletária para que a revolução social fosse tornada possível: o “famoso ‘sujeito-político’ que – pelo autodidatismo da ‘tomada de consciência’, das ‘lições da experiência’, etc. – ‘faz política’ e escapa, assim, à interpelação da ideologia dominante, lutando, se não pela revolução, pela ‘mudança’...” (PÊCHEUX, 1997d, p. 297)

Por meio de sua visão crítica da noção psicologista de sujeito, Althusser indicava outro caminho para se compreender as relações do indivíduo com suas condições de existência materiais (econômicas) e ideológicas. Somente com uma compreensão mais precisa do que se passa nesse âmbito, seria possível pensar o modo mais eficaz para as práticas marxistas efetuarem os combates ideológicos, filosóficos e teóricos necessários à transformação sócio-político-econômica desejada pelos marxistas.

A visão teórica anti-humanista de Althusser compreende o sujeito como assujeitado à Ideologia, determinado tanto pelas condições reais de existência (condições de produção e reprodução das relações produtivas), quanto pelas condições ideológicas (e discursivas).

A noção de assujeitamento é, provavelmente, a mais controversa dentre as noções presentes na obra de Althusser. Em nossa visão, a razão da controvérsia está em se compreender o assujeitamento ideológico como assujeitamento político ou assujeitamento ao

poder, ou à ideologia dominante (burguesa), o que implicaria a impossibilidade de resistência ou de revolta do sujeito frente ao poder, à dominação, etc.

A esse respeito, Balibar (2012, p.XVI) adverte que “a própria luta revolucionária representa uma forma de assujeitamento ideológico (no sentido precisamente da interpelação por um Sujeito, que pode muito bem ser a Revolução ou o Comunismo)”²³.

Portanto, *o assujeitamento ideológico comporta em si mesmo a possibilidade da resistência, da revolta e da luta política*, conforme também apontam os seguintes dizeres de Althusser (2003, p.71-72):

“os Aparelhos ideológicos do Estado podem não apenas ser os meios mas também o lugar da luta de classes (...). **A classe (ou aliança de classes) no poder não dita tão facilmente a lei nos AIE** como no aparelho repressivo do Estado, não somente porque as antigas classes dominantes podem conservar durante muito tempo fortes posições naqueles, mas porque **a resistência das classes exploradas** pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando pela luta posições de combate. (destaques nossos)

Na visão althusseriana, seria necessário formular uma teoria materialista da ideologia que fosse capaz de explicar como os sujeitos sociais são determinados pelas práticas ideológicas. A compreensão desse processo de subjetivação dos indivíduos era, conforme esclarecemos acima, condição para que o projeto político marxista se efetivasse, através do combate à ideologia dominante (burguesa) tanto no interior do processo de produção de conhecimentos, quanto fora desse espaço, isto é, nas demais práticas sociais cotidianas.

A teoria formulada por Althusser propõe então uma aproximação entre a noção psicanalítica de inconsciente e a noção de ideologia. Esta última, convém explicitar, não era tomada tal como formulada no interior do próprio marxismo. A noção de ideologia em Althusser é *deslocada* em relação à sua concepção no interior da tradição marxista. O elemento teórico responsável por intervir diretamente nesse deslocamento conceitual é a noção de *imaginário*²⁴, tomada de empréstimo à psicanálise lacaniana.

A ideologia na ADP possui uma concepção particular, aquela derivada das proposições althusserianas. Segundo a fórmula célebre de Althusser (2003, p.85), “A

²³ Tradução nossa: “la lutte révolutionnaire elle-même représente une forme d’assujettissement idéologique (au sens précisément de l’interpellation par un Sujet, qui peut très bien être La Révolution ou le Communisme)”.

²⁴ Inicialmente, Althusser busca a noção de imaginário na filosofia de Spinoza. Somente num momento posterior de sua obra é que Althusser passa a tomar a noção lacaniana de imaginário como referência teórica para pensar a ideologia, a interpelação e os sujeitos.

Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”.

Entendemos que essa definição do termo “ideologia” não tem recebido a devida atenção de boa parte dos leitores do campo da ADP, uma vez que pouco se comenta e se escreve a respeito dessa conceituação. E quando se comenta sobre ela, em geral não se discute a fundo a proposta contida na formulação.

A definição althusseriana de ideologia é construída por oposição a um conceito presente no próprio marxismo e, de certa forma, dominante no senso comum. Segundo tal conceito, a ideologia é definida de forma negativa, como “pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada” (ALTHUSSER, 2003, p. 83), avesso da realidade, falsidade, engano, mentira, ocultação da verdadeira realidade: “o pálido reflexo vazio invertido da história real” (p.84).

Já em Althusser (2003), conforme esclarece Garo (2008, p.42):

Em *Ler o Capital*, não é mais o modelo da inversão que é mobilizado, mas o discurso do entrelaçamento sem fim das visões e das não-visões, a temática foucaultiana do visível e do invisível, que anula toda função representativa da ideologia, fazendo do real um objeto sempre já teoricamente construído e não oferecendo apreensão senão a uma glosa infinita.²⁵

A concepção de ideologia que Althusser propõe é definida de forma positiva, isto é, a ideologia como produtiva, como *construtora de realidades*. Apoiado no conceito lacaniano de imaginário, Althusser explicita a diferença fundamental de sua concepção de ideologia em relação à concepção predominante tanto no marxismo quanto no senso comum.

A ideologia não é a representação das condições reais de existência dos homens (representação essa que poderia ser mais ou menos verdadeira, melhor ou pior, mais ou menos distorcida em relação à “verdadeira” realidade); a ideologia é a representação do modo como cada sujeito *se relaciona* com suas condições reais de existência; e *essa relação* é que é *necessariamente imaginária*, no sentido lacaniano do termo.

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, **a sua relação** com as suas condições reais de existência. (...) é a *natureza imaginária*

²⁵ Tradição nossa: “Dans *Lire le Capital*, ce n’est plus le modèle de l’inversion qui est mobilisé, mais le discours de l’entrelacement sans fin des vues et des bévues, la thématique foucauldienne du visible et de l’invisible, qui annule toute fonction représentative de l’idéologie, faisant du réel un objet toujours déjà théoriquement construit et n’offrant prise qu’à une glose infinie.”

desta relação que sustenta toda a *deformação imaginária observável em toda ideologia* (ALTHUSSER, 2003, p.87 – destaque do autor em itálico; destaque nosso em negrito)

A ideologia é, portanto, em Althusser uma dimensão da existência humana que medeia a relação do sujeito com suas condições reais de existência. Essa mediação é sempre-já imaginária; portanto, não se trata de identificar qual ideologia se adapta (se encaixa) melhor à realidade. Existem tantas realidades (fantasias) quantas ideologias existirem. A realidade (ou aquilo que cada sujeito toma para si enquanto realidade) é produzida pela ideologia no imaginário do sujeito.

Não devemos confundir realidade com condições reais de existência. Aquela noção diz respeito à fantasia (representação) que se forja no imaginário do sujeito a respeito da existência, do mundo à sua volta e de si, “enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1997, p.162). As condições reais são as condições materiais, econômicas, de existência, que compreendem, pois, as necessidades de sobrevivência, a produção econômica, a reprodução da sociedade e dos meios de produção, etc.

Vê-se então que a concepção de ideologia em Althusser é bastante peculiar; trata-se de um deslocamento da noção marxista de ideologia com base na categoria lacaniana de imaginário. Tal deslocamento consistiu em repensar no interior do marxismo as implicações do reconhecimento do processo de *castração simbólica* dos sujeitos. A castração simbólica coloca o sujeito como efeito de linguagem (produto, constantemente em transformação) da ordem da Cultura, que condiciona/determina o modo como cada indivíduo se relaciona com suas condições reais de existência. Althusser, então, procura articular os efeitos teóricos das noções de castração simbólica e de imaginário na formulação de sua teoria materialista (marxista) da Ideologia.

Mas, embora a castração signifique uma cisão irreduzível entre a realidade imaginária (fantasia) do sujeito e as condições de existência reais, Althusser, como marxista que era, não deixa de tentar estabelecer a relação entre a superestrutura (plano jurídico-ideológico) e a infraestrutura (plano econômico). As ideologias, mesmo sob essa nova configuração, manterão relações com as condições reais (materiais, econômicas) de existência, na medida em que elas estão ligadas a posições na luta de classes: “ideologias particulares (...) expressam sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política) *posições de classe*. (ALTHUSSER, 2003, p.82 – destaque do autor).

Desse modo, compreende-se que as ideologias estão ligadas às classes, porém não ligadas de uma forma estanque. Pêcheux (1997, p.144) o atesta, ao citar um trecho dos “Aparelhos ideológicos de Estado”, para depois desenvolvê-lo nestes termos:

(...) “Os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização da Ideologia em geral...”

2) “...nem mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante”, o que significa que **é impossível atribuir a cada classe sua ideologia**, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes”, em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas “concepções de mundo” (destaque do autor em itálico, destaque nosso em negrito)

É impossível atribuir a cada classe a sua ideologia, porque as diferentes ideologias não são o mero reflexo, ou puro decalque, das condições materiais (econômicas) de existência dos indivíduos. A esfera ideológica (superestrutura) possui uma *autonomia relativa* face à infraestrutura econômica da sociedade:

Em Marx a identidade tácita (fenômeno-essência-verdade-de...) do econômico e do político desaparece em proveito de uma *concepção nova* da relação das *instâncias determinantes* no complexo estrutura-superestrutura que constitui a essência de toda formação social. (...): de uma parte a *determinação em última instância pelo modo de produção (econômico)*; de outra parte a *autonomia relativa das superestruturas e sua eficácia específica*.²⁶ (ALTHUSSER, 1986, p.111 – destaques do autor)

Essa relação refratária entre (infra)estrutura econômica e superestrutura ideológica é definida por Althusser de modo a combater no interior do marxismo uma tendência mecanicista de explicação das formações sociais, o economicismo (ou economismo), o qual consistia em reduzir a explicação de todos os fenômenos históricos a uma razão de fundamento econômico. A fim de combater o reducionismo dessa visão economicista, Althusser autoriza-se com base nos seguintes dizeres de Engels:

É Marx e eu mesmo, parcialmente, que devemos carregar a responsabilidade pelo fato de que às vezes, os jovens dão mais peso do que se deveria ao lado econômico. Diante de nossos adversários, era preciso sublinhar o princípio essencial negado por

²⁶ Tradução nossa: “Chez Marx l’identité tacite (phénomène-essence-vérité-de...) de l’économique et du politique disparaît au profit d’une *conception nouvelle* de rapport des *instances déterminantes* dans le complexe structure-superstructure qui constitue l’essence de toute formation sociale. (...): d’une part la *détermination en dernière instance par le mode de production (économique)*; d’autre part l’*autonomie relative des superstructures et leur efficacité spécifique*.”

eles, e então nós não encontrávamos sempre o tempo, o local, a ocasião, de dar seu lugar aos outros fatores que participam à ação recíproca.²⁷ (ENGELS, Lettre à J. Bloch, 1890 apud ALTHUSSER, 1986 [1962], p.104, nota 23)

A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta das classes e seus resultados – as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa, etc., as formas-jurídicas, e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais dentro do cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas, e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos, exercem igualmente sua ação nas lutas históricas, e em muitos casos, determinam de maneira preponderante a forma delas.²⁸ (Lettre d'ENGELS à Bloch du 21 sept. 90, Ed. Sociales. MARX et ENGELS, Études Philosophiques, p.128 apud ALTHUSSER, 1986 [1962] pp.111-112)

Autorizado pelos dizeres de Engels, Althusser busca (re)formular a relação desigual (não-especular) entre a infraestrutura sócio-econômica e a superestrutura ideológica. Para tanto, em sua leitura dos filósofos da dialética, Althusser produz uma diferenciação entre a noção de contradição em Hegel e a noção de *contradição sobredeterminada* em Marx: “*estruturas fundamentais da dialética hegeliana*, tais como a negação, a negação da negação, a identidade dos contrários [...] a contradição, etc..., *possuem em Marx* [...] *uma estrutura diferente das que elas possuem em Hegel*.”²⁹ (ALTHUSSER, 1986 [1962], p.92 – destaques do autor).

Para Althusser, Hegel propõe uma contradição simples e abstrata como princípio de explicação para a realidade sócio-histórica, reduzindo a heterogeneidade e a complexidade do real. Em Hegel, teríamos “*a contradição reduzida a seu mais puro esboço* (o do Capital e do Trabalho)”³⁰. Para Althusser, “esse tão simples esboço de *contradição* era simplesmente *abstrato*: a contradição fazia a tal ponto corpo com essas “circunstâncias” que ela não era discernível, identificável e manejável *senão através delas e senão nelas*.” (ALTHUSSER, 1986 [1962], p.97 – destaques do autor).

²⁷ Tradução nossa: “C’est Marx et moi-même, partiellement, qui devons porter la responsabilité du fait que parfois, les jeunes donnent plus de poids qu’il ne lui est dû, au côté économique. Face à nos adversaires il fallait souligner le principe essentiel nié par eux, et alors nous ne trouvions pas toujours le temps, le lieu, l’occasion, de donner leur place aux autres facteurs qui participent à l’action réciproque.”

²⁸ Tradução nossa: “La situation économique est la base, mais les divers éléments de la superstructure – les formes politiques de la lutte des classes et ses résultats – les constitutions établies une fois la bataille gagnée par la classe victorieuse, etc., les formes-juridiques, et même les reflets de toutes ces lutes réelles dans le cerveau des participants, théories politiques, juridiques, philosophiques, conceptions religieuses, et leur développement ultérieur en systèmes dogmatiques, exercent également leur action dans les lutes historiques, et dans beaucoup de cas, en déterminent de façon prépondérante la forme.”

²⁹ Tradução nossa: “*des structures fondamentales de la dialectique hégélienne*, telles que la négation, la négation de la négation, l’identité des contraires, [...] la contradiction, etc..., *possèdent chez Marx* [...] *une structure différente de celles qu’elles possèdent dans Hegel*.”

³⁰ Tradução nossa: “*la contradiction réduite à sa plus pure épure* (celle du Capital et du Travail)”; “cette si simple épure de *contradiction* était tout simplement *abstraite* : la contradiction réelle faisait à ce point corps avec ces « circonstances » qu’elle n’était discernable, identifiable et maniable *qu’à travers elles et qu’en elles*.”

a contradição Capital-Trabalho não é jamais simples, mas ela é sempre especificada pelas formas e as circunstâncias históricas concretas nas quais ela se exerce. Especificada pelas formas da *superestrutura* (o Estado, a ideologia dominante, a religião, os movimentos políticos organizados, etc.); especificada pela *situação histórica interna e externa*, que a determina, em função do próprio *passado nacional*, por um lado (...) e do *contexto mundial* existente, por outro lado (...) muitos desses fenômenos podendo derivar da ‘lei do desenvolvimento desigual’ no sentido leninista.³¹ (ALTHUSSER, 1986 [1962], p.104-105 – destaques do autor)

Pensando, então, a contradição Capital-Trabalho submetida à complexa determinação por circunstâncias históricas concretas específicas, determinada inclusive pela superestrutura ideológica, Althusser propõe o conceito de “contradição sobredeterminada”, na tentativa de explicar como, não apenas a infraestrutura econômica determina as ideologias, mas também a superestrutura produz efeitos nas relações econômicas de produção e no processo de reprodução/transformação das condições da produção econômica. A determinação é entendida, desde então, como via de mão dupla.

a ‘contradição’ é inseparável da estrutura do corpo social inteiro, no qual ela se exerce, inseparável de suas *condições* formais de existência, e das *instâncias* mesmo que ela governa, ela, portanto, ela mesma, em seu coração, *afetada por elas*, determinante mas também determinada em um único e mesmo movimento, e determinada pelos diversos *níveis* e as diversas *instâncias* da formação social que ela anima: nós poderíamos dizê-la *sobredeterminada em seu princípio*.³² (ALTHUSSER, 1996 [1962], pp.99-100 – destaques do autor)

Gillot (2009, p.60 e p.61) salienta o caráter de “determinação múltipla” que é assumido pela noção de sobredeterminação na conceituação freudiana do sonho, e que assim permanece no modo como Althusser retoma o conceito em sua teorização: “A teoria da sobredeterminação (...) é uma teoria da contradição não simples, mas complexa, uma teoria

³¹ Tradução nossa: “*la contradiction Capital-Travail n’est jamais simple, mais qu’elle est toujours spécifiée par les formes et les circonstances historiques concrètes dans lesquelles elle s’exerce.* Spécifiée par les formes de la *superstructure* (l’État, l’idéologie dominante, la religion, les mouvements politiques organisés, etc.); spécifiée par la *situation historique interne et externe*, qui la détermine, en fonction du *passé national* lui-même d’une part (...) et du *contexte mondial* existant d’autre part (...), nombre de ces phénomènes pouvant relever de la ‘loi du développement inégal’ au sens léniniste.”

³² Tradução nossa: “la « contradiction » est inséparable de la structure du corps social tout entier, dans lequel elle s’exerce, inséparable de ses *conditions* formelles d’existence, et des *instances* même qu’elle gouverne, qu’elle donc elle-même, en son coeur, *affectée par elles*, déterminante mais aussi déterminée dans un seul et même mouvement, et déterminée par les divers *niveaux* et les diverses *instances* de la formation sociale qu’elle anime : nous pourrions la dire *surdéterminée dans son principe*.”

das *múltiplas instâncias*, encavaladas e não homogêneas, ao princípio da contradição, ou das contradições”³³ (GILLOT, 2009, p.52 – destaque da autora).

Com base na relação não-especular entre base econômica e edifício ideológico, assentada sobre a noção de sobredeterminação, estaríamos autorizados a dizer que as ideologias estão mais ligadas à *representação imaginária* das posições (lugar discursivo) supostamente correspondentes às classes sociais (lugar social) do que propriamente à massa dos indivíduos concretos que constituem as classes. Os indivíduos concretos, pertencentes por sua condição socioeconômica às classes, não são constituídos por uma única ideologia (“a de sua classe”) de forma homogênea: eles são interpelados por diferentes formações ideológicas (FIs) frente às quais se subjetivam (se *a-sujeitam*, obedecem, seguem), pois a elas se identificam e delas/por elas se constituem [os sujeitos são o efeito (a resultante) de suas identificações] – ou não se assujeitam, pois se contraidentificam a determinados elementos de certas FIs. Mas esse “não-assujeitamento” a certas FIs (ou a determinados aspectos delas) implica necessariamente um assujeitamento a outras FIs. Daí emerge o sujeito ideológico-discursivo.

Os sujeitos concretos que compõem uma classe social podem não se identificar com uma ideologia que supostamente representaria os interesses comuns de sua classe. Tais sujeitos podem apresentar outras concepções, uma constituição ideológica outra em relação à ideologia que representaria a posição de sua classe; podem concordar (identificar-se) parcialmente com tal ideologia, em graus variáveis de aquiescência e comprometimento.

Desse modo, conclui-se que a ideologia *representa* uma posição de classe, posição que pode ou não vir a ser ocupada por cada sujeito, seja ele pertencente ou não à classe social cuja posição (interesses frente às disputas político-econômicas) é representada por tal ou qual ideologia.

Fato é que as ideologias, por representarem posições no jogo político em sociedade (disputa pelo poder), são determinadas pelos diferentes modos segundo os quais se dão os conflitos político-sociais.

Sendo assim, o choque entre interesses divergentes no plano político-social será refletido/refratado no plano ideológico. E, na medida em que a ideologia é constitutiva do

³³ Tradução nossa: “La théorie de la surdétermination (...) est une théorie de la contradiction non pas simple, mais complexe, une théorie des multiples instances, enchevêtrées et non homogènes, au principe de la contradiction, ou des contradictions”

processo de produção de sentidos, os conflitos sócio-políticos se representam, se exprimem na produção de sentidos.

Daí a conclusão (corolário) da ADP, de acordo com a qual o sentido de um enunciado varia conforme a posição (discursiva, ideológica) a quem se atribui tal enunciado. Os mesmos enunciados (“mesmos” em termos estritamente linguísticos) mudam de sentido conforme as formações discursivas (que se identificam a posições ideológicas) nas quais se inscrevem esses enunciados (pois uma FD representa uma ou mais formações ideológicas no plano da linguagem).

Diante do exposto acima, percebemos como a premissa de base da ADP (“o sentido não é da ordem da língua, mas da ordem das formações discursivas”) sintetiza o intrincamento do princípio triplo de fundamentação e de fundação da ADP: língua constitutivamente equívoca, sujeito assujeitado à Ideologia e materialização das lutas nas formações ideológico-discursivas (rupturas de uma história sempre-já descontínua).

Destarte, é lícito conjecturar uma constituição althusseriana na genealogia da ADP, na medida em que seus princípios de fundamentação epistemológica podem ser explicados como extensões teóricas do pensamento de L. Althusser.

Além da teoria da ideologia - pela qual se constrói a relação entre divisões sociais e divisões de sentido - e além do questionamento da noção psicologista de sujeito – questionamento esse empreendido por meio da noção da interpelação ideológica - Pêcheux assume ter sido provocado/estimulado a investigar as questões linguísticas, semânticas e discursivas a partir de colocações que Althusser fez com relação a esses domínios do saber, muito embora este último autor não houvesse se dedicado diretamente em sua obra a investigá-los. Eis os fragmentos da obra althusseriana em que Pêcheux refere ter se inspirado:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí que não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 2003, p.94)

Os lingüistas e todos aqueles que recorrem à linguística com diferentes fins, tropeçam frequentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos (ALTHUSSER, 2003, p. 94, nota 15)

Além desses excertos citados pelo próprio Pêcheux em *Semântica e Discurso*, podemos, a título de ilustração, indicar outros em que Althusser problematiza o estatuto da leitura, de forma a questionar a evidência dos sentidos.

Uma leitura filosófica do *Capital* é, portanto, totalmente o contrário de uma leitura inocente. É uma leitura culpável, mas que não absolve sua falta em sua confissão. Ao contrário, ela reivindica sua falta como uma ‘boa falta’, e a defende demonstrando sua necessidade. É, pois, uma leitura de exceção que se justifica ela mesma como leitura, colocando a toda leitura culpável, a questão mesma que desmascara sua inocência, a simples questão de sua inocência: *o que é ler?*³⁴ (ALTHUSSER, 1996 [1965], p.6 – destaques do autor)

É a partir de Freud que nós começamos a suspeitar o que escutar, portanto, o que falar (e se calar) quer *dizer*; que esse ‘*quer-dizer*’ do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade assinalável de um segundo, de *todo um outro* discurso, o discurso do inconsciente. Eu ousaria sustentar que é a partir de Marx que nós deveríamos começar a suspeitar o que, ao menos na teoria, *ler* e, portanto, escrever *quer dizer*.³⁵ (ALTHUSSER, 1996 [1965], p.6-7 – destaques do autor)

Compreende-se, pois, como as teses althusserianas puderam oferecer a Pêcheux o essencial dos fundamentos epistemológicos necessários ao empreendimento de uma teoria do discurso, não apenas no que tange ao materialismo histórico, mas também no que se refere à psicanálise lacaniana e à desconfiança sobre as “evidências” semânticas da língua.

Com base nas teses de Althusser, Pêcheux funda sua teoria sob o signo da unicidade, na alteridade descontínua entre o singular e a historicidade, elementos sempre-já constitutivos de cada sujeito, de cada acontecimento, de cada discurso.

3.6. O que é a Análise de discurso se a obra de Althusser existe?

Neste capítulo, procuramos refletir a respeito da epistemologia da ADP, levando em conta sua historicidade teórica. Essa proposta permitiu-nos construir uma reflexão acerca da constitutividade althusseriana da ADP.

³⁴ Tradução nossa: “Une lecture philosophique du *Capital* est donc tout le contraire d’une lecture innocente. C’est une lecture coupable, mais qui n’absout pas sa faute dans son aveu. Au contraire, elle revendique sa faute comme une ‘bonne faute’, et la défend en démontrant sa nécessité. C’est donc une lecture d’exception qui se justifie elle-même comme lecture, en posant à toute lecture coupable, la question même qui démasque son innocence, la simple question de son innocence: *qu’est-ce que lire?*”

³⁵ Tradução nossa: “C’est depuis Freud que nous commençons de soupçonner ce qu’écouter, donc ce que parler (et se taire) veut *dire*; que ce ‘*veut-dire*’ du parler et de l’écouter découvre, sous l’innocence de la parole et de l’écoute, la profondeur assignable d’un second, d’un *tout autre* discours, le discours de l’inconscient. J’oserais soutenir que c’est depuis Marx que nous devrions commencer de soupçonner ce que, du moins dans la théorie, *lire* et donc écrire *veut dire*.”

Na medida em que o princípio da ADP é definido com base num ato de postulação tripla - cujos elementos são (1) o sujeito do inconsciente e da ideologia, (2) a equivocidade inerente à língua e (3) a incisão dos conflitos sociais na linguagem – indicamos como Michel Pêcheux pôde formular tais postulados tendo como fundamento a obra de Louis Althusser.

A crítica anti-humanista do sujeito *causa sui*, a teoria da ideologia que relaciona as determinações sócio-político-econômicas contraditórias ao domínio do imaginário e das práticas dos sujeitos, e, por fim, a indicação da necessária desconfiança com relação ao sentido das palavras, foram esses os três elementos-chave balizadores que L. Althusser ofereceu às reflexões de M. Pêcheux, possibilitando que este construísse uma extensão epistemológica do pensamento althusseriano no domínio da linguagem, fundando uma teoria do discurso de base materialista, calcada num princípio de unicidade.

3.7. A obra de Althusser: ponto nodal das contradições no interior da AD.

Conforme vimos anteriormente, o núcleo teórico-epistemológico da ADP tem como fundamento certas proposições filosóficas de Althusser, portanto tais proposições podem ser apontadas como índices da singularidade epistemológica da teoria pecheutiana do discurso. Dentre essas proposições, entendemos que a crítica do sujeito psicológico, a divisão ideológica do sentido e a mútua implicação entre teoria e política sejam as bases sobre as quais Michel Pêcheux construiu o seu empreendimento teórico-político.

Acreditamos que, com base nesses três pilares da teoria pecheutiana do discurso, seria possível delinear as principais correntes de análises de discurso que hoje se desenvolvem no Brasil (pecheutiana, foucaultiana e lacano-psicanalítica), dentre aquelas que apresentam alguma filiação teórica à obra de Michel Pêcheux.

Nesse sentido, hipotetizamos que as diferentes correntes de análise discursiva existentes hoje no Brasil, e que possuem algum tipo de filiação à obra de M. Pêcheux, podem ser caracterizadas por sua aproximação ou distanciamento em relação a cada uma das três proposições indicadas acima como fundamentos epistemológicos para a teoria pecheutiana. Ademais, entendemos que as críticas que tais correntes realizam às filiações marxistas e althusserianas da AD de Pêcheux sejam um *sintoma*³⁶ do distanciamento teórico-político que

³⁶ No sentido freudiano do termo: “mensagem codificada sobre meus segredos mais íntimos, meus desejos e traumas inconscientes” (ZIZEK, 2010, p.19).

cada corrente atual apresenta com relação aos pressupostos teóricos singulares do projeto pecheutiano.

Pretendemos, na sequência, expor o modo como enxergamos a relação dessas principais correntes de AD com aquilo que estamos chamando de fundamentos da teoria pecheutiana do discurso.

Em outras palavras, propomos caracterizar as tomadas de posição das correntes atuais de AD em relação aos fundamentos althusserianos da ADP, na medida em que podemos tomar a obra de Althusser como “o ponto nodal das contradições” que atravessam a AD “e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa” (PÊCHEUX, 1997, p.20).

4. A ANÁLISE DE DISCURSO: UM SISTEMA DE DISPERSÕES.

4.1. 2ª Regularidade: concordância em torno da superação/supressão do elemento marxista-materialista-althusseriano (MMA) nos desenvolvimentos atuais da AD.

No interior do CED, podem-se delinear diferentes fronteiras teóricas que apresentam em comum à crítica aos fundamentos althusserianos da teoria de Pêcheux. No entanto, as tematizações, os objetos e, mesmo, os modos pelos quais se efetuam tais críticas variam, constituindo, portanto, um sistema de dispersões, isto é, uma formação discursiva (no sentido de Foucault) heterogênea, embora atravessada por regularidades, “sob a aparência de sua desordem” (FOUCAULT, 2005, p. 62).

4.2. Modos de tomada de posição em relação à constitutividade do discurso pecheutiano pelo discurso althusseriano.

4.3. Tomada de posição por apagamento: teoricismo da prática teórica sem a prática política.

Na obra *A inquietação do discurso: reler Michel Pêcheux hoje*, Denise Maldidier, uma linguista que fez parte e acompanhou a “aventura teórica” do grupo de Pêcheux, debruça-se sobre alguns dos principais textos do autor, a fim de retratar o percurso de seu itinerário teórico, reconstruindo, de certa forma, uma história da/para a Análise de discurso.

Em razão de sua proximidade não apenas pessoal como também de identificação teórica com as propostas do autor, poderíamos pensar que ninguém melhor do que ela estaria em condições de realizar um tal projeto, como o de reconstruir a trajetória histórico-teórica da disciplina mediante os textos de seu fundador.

No entanto, em nossa visão, embora Maldidier faça um excelente trabalho do ponto de vista da rememoração dos percalços e avanços no plano teórico da disciplina, acaba por deixar na sombra as questões de natureza política, que não só constituíam a motivação para a construção da teoria e do dispositivo analítico por Pêcheux, como também determinaram, ao longo da história da ADP, os modos pelos quais a teoria foi se constituindo.

Observemos a seguir as palavras da autora:

Desse livro [Semântica e Discurso], que é o cruzamento de todos os caminhos de Michel Pêcheux, eu só quero reter o que leva, em um novo aprofundamento, ao discurso, no momento mais forte do “fantasma” da teoria do discurso. *Deixo assim na sombra todo um material do livro, o último capítulo consagrado aos processos discursivos nas ciências e à prática política*[nota 36]. *Sem dúvida ele toca as obsessões mais fortes de Michel Pêcheux, naquilo que finalmente governou toda sua construção, em seu verdadeiro objetivo político. Ele exige uma leitura histórica que não faz parte de meu propósito.* (MALDIDIER, 2003, p.44 – destaque nosso)

Vemos aí que a autora assume abertamente que vai silenciar a respeito das relações entre as práticas teóricas e as questões políticas envolvidas na proposição da Análise do discurso enquanto campo de saber, questões essas que, no entanto, representam aquilo que “governou toda” a “construção” da teoria por Pêcheux. E Maldidier prossegue:

Para o marxista-leninista Michel Pêcheux, tratam-se de **questões centrais**, que estavam no ponto de partida de toda sua reflexão. Se a produção dos conhecimentos é um “processo sem sujeito”, como pensar os processos discursivos científicos? Se a prática política proletária deriva da ciência da história, como pensar a sua apropriação subjetiva? (MALDIDIER, 2003, p.103 – nota 36 – destaque nosso)

Se se tratam de questões centrais, como lhes dar um tratamento periférico, ou melhor, como simplesmente não lhes conceder uma abordagem? Não é de se causar estranheza que, mesmo reconhecendo a relevância e a posição de centralidade das questões políticas para a emergência do edifício teórico da ADP, a autora recuse-se a tratar do assunto? O que significaria a indiferença frente a tais questões? Como poderíamos interpretar essa atitude, essa (de)negação: eu não vou falar disso, isso não me concerne, *it doesn't concern me*, não me diz respeito/não me preocupa.

Essa postura nos parece preocupante, na medida em que ela oblitera o papel que a política desempenha na constitutividade da teoria. Tivemos a oportunidade, mais acima, de caracterizar em que medida as concepções políticas materialistas (sobretudo no que se refere às noções de contradição e luta de classes) intervieram no campo da ADP de modo a sugerir para Pêcheux (mas também para Althusser) a não evidência do sentido, a própria divisão do sentido, uma vez que os enunciados se inscrevem em diferentes posições, ao mesmo tempo, em que são atravessados e recortados por elas. A dimensão da significância é, portanto, determinada pela dimensão social dos conflitos, inerentes às sociedades marcadas pela luta de classes. Dessa maneira, é possível vermos em que medida a questão política permitiu a abertura de horizontes para que se constituísse a teoria.

Entendemos que obliterar a constitutividade da teoria pela política não apenas dificulta a compreensão de determinados aspectos da própria teoria, como também pode produzir efeitos indesejáveis no plano político. Essa postura teoricista vem produzir como efeito a despolitização, a falsa ideia de neutralidade das correntes teóricas e dos saberes científicos, a denegação do caráter político, econômico e social das lutas/conflitos/confrontos, os quais constituem elementos das condições de produção de todo e qualquer discurso, e, sendo assim, interferem no processo de produção de sentidos, que vem a ser o objeto de estudo da teoria: portanto, trata-se de elementos *inapagáveis*, em nossa visão (a não ser que se enfrente diante de tais elementos certo embaraço ou constrangimento, dadas as posições políticas de cada sujeito).

A posição de Malidier não representa, contudo, algo de excepcional no contexto francês, onde Courtine (1991) já havia apontado para os processos de desmarxização (exclusão do materialismo histórico e do elemento político da teoria) e de “gramaticalização” (linguisticização, exclusão do elemento histórico dos discursos) sofridos pela AD a partir dos anos 1980.

Teremos ocasião de voltar a esse tema, das relações entre teoria e política, uma vez que ele constitui um dos impasses costumeiramente apontados como entrave para o desenvolvimento da teoria pecheutiana, na medida em que se critica a ADP por ter se tornado um mero reflexo (espelhamento) dos anseios políticos esquerdistas.

4.4. Tomada de posição por esquecimento: equivocidades na leitura das noções althusserianas de AIE, Estado e poder.

Nesta seção, nosso objetivo é o de construir uma análise discursiva, empreendendo uma releitura de trechos do texto *Aparelhos Ideológicos de Estado*, do filósofo francês Louis Althusser. As sequências discursivas trazidas para esta análise foram recortadas a partir da própria obra teórica do referido autor. Isso significa que consideraremos o texto teórico como corpus teórico, isto é, como materialidade simbólica marcada pelo equívoco “como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 2006, p.51) e, portanto, inevitavelmente aberta a diferentes interpretações (gestos de leitura).

A consequência de tomarmos a teoria enquanto corpus é que o texto teórico deixa de ser compreendido como uma “língua de madeira”, isto é, como uma rede de noções e

conceitos cuja significação estivesse previamente estabelecida de forma única, uma cadeia significante em que os sentidos estivessem pré-definidos de uma vez por todas.

Apreender a teoria enquanto corpus teórico é, no fim das contas, tão somente fazer os pressupostos teóricos da Análise de discurso se voltarem sobre a própria teoria (entendida também como discurso, conforme Villarta-Neder (2010), que aponta para “o esquecimento constitutivo da AD francesa de que a teoria *também é discurso* e, portanto, não é imune ao funcionamento discursivo. Não é uma “verdade neutra”, um dogma.” (p. 187 – destaque do autor).

Tomar a teoria (os textos teóricos) como um discurso possibilita que se realize a autoproblematização constante do próprio campo do saber. Se a Análise de discurso preconiza o equívoco como elemento intrínseco à língua, os textos teóricos, sendo feitos de língua, não escapam a tal condição. Desse modo, a instabilidade dos sentidos faz-se igualmente presente nos textos teóricos.

Essa possibilidade de autoproblematização (ou de autocrítica) constante é um dos elementos que particularizam o campo da Análise de discurso, na medida em que tal campo se caracteriza e constitui sua identidade epistemológica por questionar permanentemente sua própria configuração teórica. Nesse sentido, alimentamos a ilusão de que o campo da Análise de discurso, ao menos em parte, coloque em prática a lição epistemológica que Foucault (2001) já nos havia ensinado: “é preciso (...) questionar nossa vontade de verdade. (p.51).

Com nossa análise de fragmentos da obra de Althusser, pretendemos problematizar determinadas interpretações frequentemente veiculadas no meio acadêmico a respeito das noções de *poder* e de *Estado* na obra do filósofo marxista. Para efetuar essa problematização, buscaremos em uma autora de referência na área da Análise de discurso - Gregolin (2004) - dizeres que materializam as interpretações que pretendemos problematizar.

Segundo tais interpretações, afirma-se comumente que, na teoria althusseriana, *o poder está centralizado no Estado*, ou que *só há poder no Estado*: e que, portanto, para os marxistas, a tomada do Estado pela classe operária era uma condição *sine qua non* para realizar a revolução.

É comum encontrarmos em diferentes instâncias do meio acadêmico (congressos, grupos de estudo, salas de aula etc.) enunciados que reproduzem essa concepção, segundo a qual o poder, para Althusser, estaria localizado em um **centro**, que, por sua vez, estaria identificado com o **Estado**.

Embora tal concepção da noção de poder em Althusser seja frequentemente veiculada no meio acadêmico, não dispomos de farto material linguístico-discursivo que pudesse comprovar a reiterada ocorrência dessa interpretação do pensamento althusseriano. Na falta, pois, de material empírico, recorreremos a uma obra de referência na área de Análise de discurso para podermos tocar (n)a língua, a fim de mostrar em enunciados concretos a ocorrência de uma interpretação do pensamento althusseriano segundo a qual o poder estaria centralizado no Estado.

A esse respeito, diz Gregolin (2004, p.133):

se não há em Foucault a noção althusseriana de “aparelhos ideológicos”, há toda uma teoria e análise do “poder” que, certamente, envolve lutas, nas quais os sujeitos se digladiam cotidianamente. São micro-lutas, já que não há um **centro único do Poder**, pois ele se espalha por toda a topografia social – e sendo micro-lutas, elas transcendem a clássica noção de luta de classes. (destaque nosso em negrito)

Nesse trecho, a autora procede a uma defesa das posições teóricas do filósofo Michel Foucault, que costumava ser acusado pelos althusserianos de não levar em conta a ideia de “contradição na luta ideológica de classes”. Gregolin mostra que, embora Foucault não compartilhasse da noção althusseriana de aparelhos ideológicos, ele não deixava de considerar a questão das lutas em sua teoria.

Nesse fragmento, estabelece-se, portanto, uma oposição entre as concepções foucaultiana e althusseriana acerca das lutas e do poder. Opõe-se à noção foucaultiana de “micro-lutas” a ideia de “centro único do Poder”. Devido ao fato de que a defesa das posições de Foucault é feita em termos de contrapor seu pensamento ao pensamento althusseriano, julgamos que seja possível compreender a expressão “centro único do Poder” como um traço linguístico que faz referência ao pensamento de Althusser.

Para prosseguir nossa análise, fizemo-nos então a seguinte pergunta: o que seria o “centro único do Poder”? A que estaria se referindo essa expressão?

Na nota de rodapé referente ao fragmento que tomamos para leitura, encontramos um outro traço linguístico referente à questão do poder: “Não se trata, em Foucault, de negar a existência de um Poder de Estado; o que ele mostra é que há outros poderes, além daquele do Estado e que estes têm naturezas e mecanismos diversos daquele do Estado. Ver “A governamentalidade” (FOUCAULT, 1979c)” (GREGOLIN, 2004, p.133: nota 102).

Essa nota de rodapé vem esclarecer que a noção de micro-lutas em Foucault não significa a negação, a recusa ou o não-reconhecimento da existência do “Poder de Estado”.

No primeiro fragmento, a oposição havia sido construída entre “micro-lutas”, de um lado, e “centro único do Poder”, de outro. Agora, na nota de rodapé, a oposição se constrói pela contraposição das “micro-lutas” ao “Poder de Estado”. Em nossa visão, essa dupla oposição autoriza-nos a compreender nos dizeres analisados a referência feita à concepção de que na obra althusseriana o poder estaria centralizado no Estado, enquanto que, na obra foucaultiana, o poder estaria disseminado para além do Estado “por toda a topografia social”.

Em outro trecho da mesma obra da referida autora, encontraremos a recorrência dessa oposição entre os pensamentos de Foucault e de Althusser, além de novamente encontrarmos a referência à ideia de que, na teoria althusseriana, o poder estaria centralizado no Estado:

(...) o “marxismo paralelo” de Foucault provocará uma grande fratura, que virá depois de 1976, com os textos da sua “análise do poder”, pois eles se dirigem contra a teoria althusseriana dos *aparelhos ideológicos de Estado*, ao criticar e dissolver **a idéia de centralidade do Poder do Estado**. (Gregolin, 2004, p.117 – destaque nosso em negrito)

Creemos que a leitura desses fragmentos seja suficiente para mostrar empiricamente a ocorrência de uma interpretação do pensamento althusseriano, que nele enxerga o poder como algo centralizado no Estado (ou restrito ao Estado, na medida em que, em Althusser, o poder não estaria disseminado por toda a topografia social).

Neste momento, propomos reler um trecho do texto de Althusser, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, para fazermos uma contraposição a esses dizeres que apontam a “ideia de centralidade do Poder de Estado” como uma limitação do pensamento althusseriano, na medida em que tal ideia impedia que se vislumbassem as “micro-lutas” espalhadas por todo o tecido social.

Vejamos o que diz Althusser (2003):

(...) detenhamo-nos na segunda [observação], indagando em nome de que podemos considerar como aparelhos ideológicos do *Estado* instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente instituições *privadas*. Como marxista consciente, Gramsci já respondera a esta objeção. A distinção entre o público e o privado é uma distinção intrínseca ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) aonde o direito burguês exerce seus “poderes”. O domínio do Estado lhe escapa, pois este está “além do Direito”: o Estado, que é o Estado *da* classe dominante, não é nem público nem privado; ele é ao contrário a condição de toda distinção entre o público e o privado. Digamos a mesma coisa partindo dos nossos Aparelhos Ideológicos do Estado. Pouco importa se as instituições que os constituem sejam “públicas” ou “privadas”. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente “funcionar” como Aparelhos Ideológicos do Estado. (p.69)

Nesse trecho, Althusser explicava como se poderiam considerar instituições *privadas* como aparelhos ideológicos do *Estado* (AIE). O autor buscava responder previamente a uma possível objeção que pudesse acusá-lo de confundir os domínios público e privado em sua teoria dos AIE.

A explicação dada por Althusser dá a conhecer uma concepção de Estado que transcende o domínio das instituições públicas, conforme definido pelo direito burguês. Althusser argumenta que a distinção entre público e privado é uma distinção estabelecida pelo direito burguês. Fugindo a essa distinção entre público e privado, o autor explicita que o foco de sua teoria sobre os AIE recai sobre o *funcionamento* de tais instituições, independentemente da classificação ou do rótulo que o direito burguês atribui a elas.

Por estar preocupado em analisar o *funcionamento* das instituições, Althusser conclui que é possível que instituições classificadas como “privadas” *funcionem* como aparelhos ideológicos do Estado.

Desse modo, o foco sobre o funcionamento das instituições faz com que o Estado, em Althusser, seja concebido como o conjunto das instituições (públicas ou privadas) que favorecem a reprodução das condições de produção da sociedade capitalista.

Essa concepção de Estado, portanto, transcende o domínio das instituições públicas. O Estado, nessas condições, estende-se, espalha-se, dissemina-se pelo tecido das relações sociais, pois está presente em diversas instituições privadas, tais como: a família, as Igrejas, as escolas, os sindicatos, os partidos, a imprensa etc..

Nesse caso, em vez da imagem do centro, talvez a imagem que melhor pudesse representar a concepção de Estado em Althusser fosse a imagem de uma rede, ou de um tecido, onde cada nó representaria uma instituição (pública ou privada), um aparelho ideológico do Estado, assim caracterizado por seu *funcionamento*, qual seja: veicular *predominantemente* ideologias favoráveis às classes dominantes.³⁷ É esse funcionamento dos AIE que autoriza Althusser a considerar instituições privadas como extensões do Estado.

37 Dizemos “predominantemente” pela simples razão de que, em diferentes momentos de seu texto, Althusser faz menção às **contradições** inerentes ao funcionamento dos AIE, conforme a seguir: *os Aparelhos ideológicos do Estado podem não apenas ser os meios mas também o lugar da luta de classes (...). A classe (ou aliança de classes) no poder não dita tão facilmente a lei nos AIE como no aparelho repressivo do Estado, não somente porque as antigas classes dominantes podem conservar durante muito tempo fortes posições naqueles, mas porque a resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando pela luta posições de combate.* (p.71-72- destaque nosso em negrito). Ver igualmente: p.72 (nota 10 bis); p.73-74; p.74.

Por consequência, se o poder está no Estado, mas o Estado está disseminado pelas instituições sociais, o poder também se encontra espalhado em diversas instâncias da sociedade. Sendo assim, não poderíamos concordar com a afirmação de que o poder, segundo Althusser, estaria localizado em um “centro único”.

O que seria de espantar³⁸ é que aqueles que acusam Althusser de possuir uma concepção restrita do poder - porque localizado em um centro - demonstram por vezes, sob a forma de contradições explícitas, (re)conhecer que na visão althusseriana o Estado (logo, o poder) está espalhado pelas diferentes instâncias da sociedade. Podemos observar esse reconhecimento contraditório no trecho a seguir, retirado também de Gregolin (2004, p.43):

“No plano institucional, a difusão da ideologia da classe dominante é assegurada pelos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, de entretenimento etc.), entidades **disseminadas por todo o tecido social**, que veiculam a mensagem da ordem estabelecida, funcionando predominantemente pela persuasão, embora também acessoriamente pela coerção.” (destaque nosso em negrito)

Se, em determinados momentos de sua enunciação, o sujeito discursivo demonstra, pelo viés da contradição, reconhecer que os AIE estão disseminados por todo o tecido social, noutros momentos, o mesmo sujeito produz dizeres cujos efeitos de sentido apontam na direção de um apagamento/silenciamento das proposições althusserianas acerca da disseminação do poder em meio às instituições sociais. O fragmento a seguir poderá nos esclarecer esse ponto:

Outro aspecto não negligenciável da contribuição de Foucault foi em relação à história política: graças a Foucault, muitos historiadores da terceira geração dirigiram-se para a “micro-política”, analisando a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas etc. auxiliando na reincorporação dos aspectos microestruturais e na renovação dos estudos sobre o poder. (GREGOLIN, 2004, p.170)

Vemos que o sujeito discursivo atribui a Michel Foucault os méritos por contribuir com o trabalho dos historiadores ao abrir-lhes as portas para a análise da “micro-política”, concebida enquanto “luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas etc.”. O dizer do sujeito produz como efeito de sentido a ‘entronização’ de Michel Foucault como responsável pela “renovação dos estudos sobre o poder”. Diante disso, perguntamo-nos: qual

³⁸ Dizemos que “seria de espantar” em vez de dizermos “espanta”, pois a contradição que o sujeito exhibe é algo, de certa forma, esperado desde o momento em que estamos enunciando do lugar teórico da Análise de discurso.

seria esse elemento ‘novo’ que permitiria falar em *renovação* dos estudos sobre o poder? Seria o fato de a análise do poder voltar-se para instituições sociais como a família, a escola e as fábricas, conforme mencionado no trecho acima? E continuamos a indagar: mas Althusser não havia mencionado a família e a escola como instituições (AIE) onde ocorrem lutas pelo poder? O mesmo Althusser teria ignorado a existência das fábricas enquanto espaço das lutas sociais?

Entendemos que a leitura (ainda que muito restrita) da obra althusseriana não deixa dúvidas de que o filósofo marxista jamais ignorou as lutas pelo poder no espaço dessas instituições sociais.

Por essa razão, quando o sujeito enunciator do fragmento acima atribui a “renovação dos estudos sobre o poder” a Foucault (pelo fato de que este teria possibilitado aos historiadores o estudo das relações de poder na esfera da “micro-política”), entendemos que se possa interpretar tal enunciado como produzindo, entre outros efeitos de sentido, um apagamento/silenciamento das proposições althusserianas acerca da análise das lutas políticas no interior de instituições sociais tais como a família, a escola, as fábricas etc.³⁹

Os trechos analisados, cremos, colaboram para mostrar uma interpretação da obra althusseriana que circula de forma recorrente no meio acadêmico, e segundo a qual o poder na concepção althusseriana estaria limitado ao domínio das instituições públicas, pois segundo essa leitura particular da obra de Althusser, o Estado seria entendido como a morada do poder, o “centro único” onde o poder reside.

Pensamos que nossa análise dos fragmentos anteriores tenha demonstrado a possibilidade de se ler e compreender de modo distinto as concepções de Estado e poder no texto *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

As comparações entre as obras de Foucault e de Althusser efetuadas no campo da AD, no que se refere ao funcionamento e aos efeitos do poder que se realizam nas sociedades, frequentemente colocam-nos uma outra hipótese: a abordagem althusseriana do poder estaria limitada, não por causa de sua restrição às instituições públicas (ou instituições de Estado), mas em razão de se restringir a análise do poder aos efeitos derivados da infraestrutura

39 Não se trata aqui de pretender igualar os modos de abordagem das relações de poder, de todo modo distintos, de Foucault e Althusser, que possuíam maneiras particulares de enxergar e analisar essas relações (Althusser, por exemplo, o fazia pelo viés da ideologia, noção com a qual Foucault, via de regra, não trabalhava). O que colocamos em questão é a veiculação da ideia segundo a qual o ‘ineditismo’ ou a ‘novidade’ da percepção foucaultiana esteja em ter sido o primeiro (!) a olhar para os “aspectos microestruturais” das relações de poder por ter se preocupado com o modo como essas relações se davam no interior de ‘microinstituições’ ou de instituições *não-estatais* tais como a família, as escolas etc..

econômica, excluindo, assim, os efeitos de poder derivados de outras instâncias que não apenas as ligadas diretamente ao funcionamento da economia capitalista.

Essa hipótese, em nossa visão, também não poderia prosperar, uma vez que Althusser, com a proposição de sua teoria da Ideologia e dos AIE, foi um dos raros teóricos de filiação marxista a tentar relativizar a determinação da infraestrutura econômica nas relações sociais e no processo de reprodução das condições de produção capitalista. A interpelação dos sujeitos pela Ideologia (leia-se: as ideologias), através do funcionamento dos AIE, significa justamente a possibilidade teórica de compreender as razões pelas quais sujeitos pertencentes a determinada classe social se contraiam (ao menos parcialmente) em relação aos interesses políticos de sua própria classe. As ideologias, funcionando nos AIE, possibilitam que qualquer sujeito se represente sua relação (necessariamente imaginária) com a realidade material (aí inclusas as condições de produção) de modo desigual às suas condições de existência reais.

Por consequência, temos que a infraestrutura econômica não determina única e exclusivamente os processos sociais, uma vez que a superestrutura ideológica interfere, por um efeito de retorno sobre a infraestrutura, nessa determinação.

Aliás, essa relativização do poder de determinação da infraestrutura econômica sobre as condições reais de existência foi uma das razões pelas quais Althusser recebeu severas críticas no interior mesmo do marxismo, inclusive dentro do próprio PCF (Partido Comunista Francês).

Conclui-se, portanto, que a teoria da Ideologia e dos AIE *extrapola* os limites das análises marxistas convencionais, as quais (essas sim) limitavam-se a perscrutar apenas os aspectos econômicos na determinação das relações sociais. Desse modo, não se poderia censurar a Althusser o fato de ter restringido sua análise do poder aos efeitos derivados dos aspectos econômicos da realidade.

4.4.1. Tomada de posição por esquecimento: Quem tem medo do assujeitamento?

Outro gesto de leitura caracterizado pelo esquecimento (da não-evidência do sentido, da opacidade da linguagem) que se consubstancia numa crítica à relação interpelativa entre obras de Pêcheux e Althusser vem a ser o modo como se interpretam as noções althusserianas de assujeitamento, Ideologia (com maiúscula) e ideologias (com minúscula). Em nossa visão,

tais noções refletem aspectos que julgamos caracterizar a identidade *sui generis* deste campo do saber que ora denominamos ADP, visto que é por meio delas que Pêcheux contesta a noção de sujeito psicológico e explicita como os sentidos podem variar conforme as posições ocupadas por tais sujeitos – posições essas que se constituem em meio aos processos político-econômicos e ideológicos.

Entendemos que a tese althusseriana da interpelação, como processo de constituição dos sujeitos continue a ser adequada e produtiva em pesquisas do campo, desde que observadas e satisfeitas duas condições, a saber: primeiramente, há que se tomar a tese da interpelação não tal como ela se mostra nos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, mas numa forma reconfigurada após a autocrítica empreendida por Pêcheux em *Só há causa daquilo que falha*, onde se reconhece o estatuto e o papel do inconsciente em meio às identificações imaginárias; em segundo lugar, é necessário refletir sobre certos conceitos althusserianos, que, inevitavelmente, são tomados de forma enviesada, a fim de compreendê-los diferentemente, de maneira que eles possam continuar a funcionar no interior do quadro epistemológico atual da AD.

Nesse sentido, propomos: (1) problematizar as interpretações usuais e reducionistas⁴⁰ da noção de assujeitamento, formulando uma distinção fundamental entre assujeitamento ao poder e assujeitamento à Ideologia; além de (2) refletir sobre a distinção entre assujeitamento à Ideologia em geral (grafada com inicial maiúscula) e assujeitamento à ideologia dominante.

4.4.2. O que dizem de Althusser e o que diz Althusser.

É corriqueiro escutarmos em relação ao pensamento althusseriano algumas acusações clichês com as que seguem: *O sujeito, em Althusser, é assujeitado; Os AIE têm a função de veicular a ideologia dominante*; entre outras. Vamos limitar-nos aqui a examinar a procedência ou a improcedência dessas críticas.

Em relação ao primeiro enunciado, cumpre observar a equivocidade do mesmo, dada pela ausência do complemento nominal. Ao se ler/ouvir dizer que o sujeito para Althusser é assujeitado, deveríamos perguntar: assujeitado *a que* ou *a quem*?

⁴⁰ Chamamos a tais interpretações de “reducionistas”, não porque a nossa interpretação esteja amparada no verdadeiro, mas na medida em que aquelas obliteram a equivocidade (isto é, a heterogeneidade ideológico-sentidural) do texto althusseriano.

A omissão do complemento confere ao enunciado a possibilidade de essa lacuna ser preenchida de diferentes maneiras pelo leitor: o sujeito é assujeitado ao poder, assujeitado à ideologia (da classe) dominante, etc. Nesse caso, um dos efeitos de sentido mais suscitados pelo enunciado é que, ao postular o assujeitamento do sujeito, Althusser teria colocado a impossibilidade da prática política revolucionária, proletária, antiburguesa, de resistência, etc.

Pêcheux faz o seguinte comentário a esse respeito:

A intervenção política era provavelmente tão insuportável que, para compensar um teorismo pronto a reconhecer nos aparelhos ideológicos de Estado o horror de sua própria imagem invertida (ainda mais porque encontrava neles sua verdadeira “fonte”), os “Aparelhos Ideológicos de Estado” eram lidos – massivamente, e pelas diferentes partes interessadas – como uma intervenção puramente teórica, seja para reproduzi-la, seja para condená-la. **E alguns ousariam ainda hoje [1978] - a despeito de todas as retificações de Althusser, das quais simplesmente não se considera a existência – ir até o fim afirmando que o “althusserianismo” é um pensamento da Ordem e do Mestre**, que se institui por uma dupla circunscrição: da História (enclausurada na reprodução) e do Sujeito (reduzido ao autômato “que anda sozinho”). Era preciso fazê-lo! (1997d [1978], pp.296-297 – destaque nosso).

Mas, quando se vai ao texto althusseriano, verifica-se que o sujeito é dito ser assujeitado à Ideologia (em geral, com inicial maiúscula, para distinguir das ideologias específicas locais, isto é, o que Pêcheux chamará de formações ideológicas). Nesse caso, o que significa ser assujeitado à Ideologia em geral (e não ao poder ou a uma ideologia específica, a dominante, por exemplo)?

Dizer que o sujeito é assujeitado à Ideologia em geral significa “o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica” (PÊCHEUX, 2006, p.46). Em outras palavras, significa, em termos lacanianos, postular o assujeitamento do sujeito ao simbólico, à dimensão significante, reconhecendo seu estatuto de efeito da linguagem (*parlêtre*/falasser).

O assujeitamento significa que nós não somos (apenas) o resultado de nossas escolhas (conscientes); significa que somos o resultado (efeito) de algo que nos é pré-existente e que nos funda: a linguagem. Essa constitui a mediação entre o sujeito e o mundo (o real, as condições reais/materiais de existência).

Mas Althusser não se limita somente a fazer um decalque das proposições lacanianas, não postula uma identificação simples e absoluta ao Outro laciano: quando traz a castração simbólica como modo de constituição, incontornável, da subjetividade, do imaginário e da realidade (fantasia) dos sujeitos, faz intervir aí os conflitos político-econômicos, motivados pela luta de classes.

Sendo assim, o assujeitamento significa reconhecer que o sujeito não é causa de si, que ele é (des)continuamente produzido no/pelo ritual (falhado) da interpelação ideológica.

Nesse sentido, o assujeitamento não implica necessariamente uma postura de submissão ao poder, ao *status quo*, ou à ideologia dominante. Pode-se ser assujeitado a (constituído por) uma ideologia proletária, por exemplo, no sentido de que se acredita nela, em suas ideias, proposições; age-se conforme a ela, a seus desígnios, suas práticas, em defesa de seus interesses de classe.

Confundir a noção de Ideologia em geral com a de ideologia específica vem a caracterizar-se como uma interpretação *funcionalista* da teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Althusser e Pêcheux procuraram combater tal interpretação:

A crítica que mais freqüentemente foi dirigida contra meu ensaio de 1969/70 sobre os AIE foi a de *funcionalismo*. Quiseram ver, em minhas notas teóricas, uma tentativa de recuperar, em favor do marxismo, uma interpretação que definisse os órgãos somente por suas funções imediatas, *fixando*, desse modo, a sociedade no interior de certas instituições ideológicas, encarregadas de exercer funções de submetimento em última análise, uma interpretação não dialética, cuja lógica mais profunda excluísse toda possibilidade de luta de classes. (ALTHUSSER, 2003, p.109 – Nota sobre os Aparelhos ideológicos de Estado, dezembro de 1976 – destaques do autor)

(...) que fazer se os homens não são mais do que suportes?
Muitos em nosso meio tiveram a fraqueza de levar a sério essa questão provocadora, a despeito das intenções malevolentes dos que a colocavam. Continuo a ter essa fraqueza, pois o risco de uma *interpretação funcionalista* dos Aparelhos Ideológicos de Estado é, de fato, muito grande (a linha de maior inclinação) para que se negligencie essa questão (...) (PÊCHEUX, 1997, p.297-298)

A interpretação funcionalista da teoria dos AIE é exibida pelo enunciado a que fizemos referência mais acima, *Os AIE têm a função de veicular a ideologia dominante*, e consiste em conceber os aparelhos como instrumentos a serviço da classe dominante, instituições cuja natureza é exclusivamente definida por esse papel (função).

Entretanto, Althusser expõe em seu texto sobre os AIE uma análise não da *função*, mas do modo de *funcionamento* dessas instituições, conforme já tivemos ocasião de indicar anteriormente.

Entendemos que a interpretação funcionalista, linha de maior inclinação entre os leitores (e não leitores) da obra de Althusser, aconteça devido à confusão entre os conceitos de Ideologia (em geral) e ideologia (específica), a despeito das tentativas feitas de se esclarecer essa distinção, como a que se encontra em Pêcheux:

A Ideologia em geral, cuja realização não se dava, como vimos, nos aparelhos ideológicos de Estado – de modo que ela não poderia coincidir com uma formação ideológica historicamente concreta – não é também a ideologia dominante, enquanto resultado de conjunto, forma histórica concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa formação social historicamente dada, o “todo complexo com dominante” das formações ideológicas que nela funcionam (PÊCHEUX, 1997c, p.151)

Desse modo, julgamos que se possa indicar que certas leituras e não leituras da obra althusseriana (as quais produziram a interpretação funcionalista dos AIE) tenham sido condicionadas por posições ideológicas, filiações sócio-históricas e interesses específicos, que determinaram a confusão entre as noções de Ideologia e ideologia, conduzindo à ideia de que os AIE veiculam exclusivamente a ideologia dominante, assujeitando o sujeito à condição de submissão, sem possibilidade de luta, resistência, revolta.

Eis aí novamente a interpretação (gesto de leitura, tomada de posição) funcionando sob a determinação do processo de esquecimento, em que “o sujeito é ao mesmo tempo **despossuído e responsável** pelo sentido que lê.” (PÊCHEUX, 2011, p.291 - destaque nosso); em outros termos, não lemos aquilo que queremos, não controlamos o modo como lemos, nem o que interpretamos: algo em nós lê por nós.

Outro exemplo de gesto de leitura marcado pelo esquecimento diz respeito a uma compreensão, tão particular quanto difundida, do conceito de Ideologia. Tal conceito, em Althusser, é definido como “representação da relação imaginária do sujeito com suas condições de existência”. Não obstante, intérpretes do texto althusseriano, como Gregolin (2004), leem (reescrevem) a noção de Ideologia de modo distinto: “Um conceito central para a teoria althusseriana é **ideologia**, entendendo-a como uma *relação imaginária que os homens mantêm com as suas condições reais de existência*.” (GREGOLIN, 2004, p. 43 – destaques da autora).

Vemos que há aí uma diferença entre conceber a Ideologia como “representação da relação imaginária” e a ideologia (sic) como “relação imaginária”. Mas em que consiste essa diferença? Quais são as implicações de se tomar o conceito nessa ou naquela acepção?

Conceber a noção como “relação imaginária” entre os homens e suas condições reais de existência pode sugerir a possibilidade de que os homens escapem a essa condição, pela tomada de consciência, em direção a uma relação não imaginária, uma relação real, uma visão/compreensão adequada, correta, verdadeira de suas condições de existência reais.

Esse entendimento tem ao menos uma implicação epistemológica considerável, seja qual for a teoria que assuma essa compreensão do conceito de Ideologia: pressupõe-se aí a existência de uma Verdade, objetiva, inequívoca, que seria passível de ser apreendida pelos sujeitos do conhecimento, desde que observadas as condições necessárias para viabilizar o salto para fora da ideologia (relação imaginária, falsidade, engano).

Por outro lado, conceber a noção como “representação da relação imaginária” entre os sujeitos e suas condições reais de existência supõe que essa relação é sempre-já imaginária (no sentido lacaniano); supõe que não haveria a possibilidade de revelação/desvelamento de uma suposta Verdade do real, em oposição às ideologias; supõe, enfim, que não se poderia saltar para fora da ideologia (como o faz o barão de Münchhausen), para enunciar do lugar da Verdade.

A respeito da (im)possibilidade de revelação/desvelamento de uma suposta Verdade do real, e da relação entre verdade e ideologia, Althusser (1995 [1967], p. 290-1) diz:

(...) a linguagem da luta ideológica é sempre, necessariamente, e, inevitavelmente, uma linguagem que é recoberta pelo "véu" da verdade. Pois eu defendo, ao contrário de uma palavra célebre que pretende que a verdade seja "desvelamento", que a Verdade é sempre, necessariamente, e, inevitavelmente, *voile*. *Voile* nos dois sentidos da palavra: velamento e vela. *Voile* como velamento: aquilo que esconde e que anuncia. *Voile* como vela no sentido de uma vela de um navio: aquilo que se pode utilizar para avançar quando se está no mar, longe do porto, deixando o vento soprar na vela, inclusive para navegar contra o sentido do vento. Eu “desvelo” o sentido dessa metáfora, dizendo: a verdade é aquilo no que e pelo que se anuncia o *ideológico* como tal. O vento que sopra na vela, é o vento do ideológico. O vento não sopra senão no vento: sobre o véu e sobre a vela da Verdade. O ideológico é vento, em todos os sentidos do termo. Como o ideológico, o vento existe: não se navega, no alto mar do ideológico, senão no vento. Mas todos os marinheiros vos dirão que o que distingue os verdadeiros marinheiros dos outros, é que eles sabem, quando necessário, se servir do vento para avançar contra o vento. Um marinheiro de verdade sabe em primeiro lugar quando ele está *no mar*, onde ele navega sempre no vento, mas ele sabe que ele deve saber também navegar contra o vento. Esta é uma imagem cara a Platão. É uma definição muito boa da dialética.⁴¹

⁴¹ Tradução nossa: « (...) le langage de la lutte idéologique (...) est toujours, nécessairement, et inévitablement, un langage qui est recouvert du « voile » de la vérité. Car je prétends, contrairement à un mot célèbre, qui veut que la Vérité soit « dévoilement », que la Vérité est toujours, nécessairement, et immanquablement, voile. Voile dans les deux sens du terme : voilement et voilure. Voile comme voilement : ce qui cache et ce qui annonce. Voile comme voilure au sens d'une *voile* d'un navire : ce qu'on peut utiliser pour avancer quand on est en mer, loin du port, en laissant le vent souffler dans la voile, y compris pour naviguer contre le sens du vent. Je « dévoile » le sens de cette métaphore en disant : la Vérité est ce dans quoi et ce par quoi s'annonce l'*idéologique* comme tel. Le vent qui souffle dans la voile, c'est le vent de l'idéologique. Le vent ne souffle que sur du vent : sur le *voile* et la *voile* de la Vérité. L'idéologique est du vent, dans tous les sens du terme. Comme l'idéologique, le vent existe : on ne navigue, dans la haute mer de l'idéologique, que dans le vent. Mais tous les marins vous diront que ce qui distingue les vrais marins des autres, c'est qu'ils savent, quand il le faut, se servir du vent pour avancer contre le vent. Un vrai marin sait d'abord quand il est *en mer*, où il navigue toujours dans le vent, mais il sait qu'il doit savoir aussi naviguer contre le vent. C'est une image chère à Platon. C'est une assez bonne définition de la dialectique. »

É possível vislumbrar, a partir daí, o impacto que as consequências dessa concepção de Ideologia representam para a epistemologia do marxismo, do althusserianismo e da ADP, especialmente no que se refere aos processos discursivos científicos e às práticas políticas (em sentido estrito).

Gregolin (2004) explicita as dificuldades decorrentes de se pensar toda prática, seja qual for, sempre-já constituída pelo ideológico, na medida em que não é possível enunciar do lugar da Verdade:

E aqui começam as dificuldades com relação ao conceito de *prática*. Se toda prática (trabalho, política ou ciência (...)) está ancorada nas suas condições concretas dadas, como subtrair a produção científica à influência da ideologia? E a política? Quem detém os meios de produção (teóricos) das transformações sociais? Seria o comitê central do partido, com todos os seus seguidores e adversários igualmente mergulhados no pântano da ideologia⁴²? Como pode qualquer sujeito içar-se a si próprio para fora da ideologia? (p.44-45 – destaque da autora)

O emprego da palavra “pântano” nesse trecho nos dá a dimensão de como o atravessamento constitutivo das práticas (políticas e científicas) pelo ideológico é capaz de incomodar posições discursivas inscritas numa visão epistemológica que supõe a possibilidade de revelação/desvelamento da Verdade do real (uma vez que essa Verdade representaria uma espécie de segurança, de autoridade e de legitimação para as escolhas e práticas científicas e políticas).

Para finalizar esta seção, abordaremos sequências recortadas do corpus que evidenciam a tomada de posição por esquecimento, uma vez que manifestam a contradição da instância enunciativa sujeitudinal (IES) em sua enunciação.

Em determinada passagem, a IES em questão afirma:

No plano institucional, **a difusão da ideologia da classe dominante é assegurada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado** (religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, de entretenimento, etc.), entidades disseminadas por todo o tecido social, **que veiculam a mensagem da ordem estabelecida** (...) (GREGOLIN, 2004, p. 43 – destaque nosso)

⁴² Entendemos que a expressão “pântano da ideologia” nesse trecho não indique o posicionamento da autora sobre a questão. Ao contrário, compreendemos que a autora empregue tal expressão de modo coerente aos outros questionamentos que realiza no trecho citado, isto é, no sentido de caracterizar a visão althusseriana inicial sobre as relações entre conhecimento científico e ideologia, onde a ideologia era vista, ao mesmo tempo, como matéria-prima e como obstáculo para o processo de produção de conhecimentos científicos.

Desse modo, a IES inscreve-se numa interpretação funcionalista dos AIE, pois, conforme já mostramos, exhibe-se aí a concepção de AIE como instrumento a serviço da classe dominante, sem considerar as contradições e as lutas inerentes ao funcionamento dos aparelhos.

No entanto, noutra passagem da “mesma” enunciação (mesma obra), afirma-se que: “O sujeito e a história foram substituídos pela Estrutura (DOSSE, 1993, p.343). Essa estrutura é vinculada ao conceito de ideologia, **tornando mais complexo** aquilo que na vulgata marxista é denominado de “instrumento da classe dominante”.” (GREGOLIN, 2004, p.44 – destaque nosso em negrito).

Embora tenha feito uma interpretação superficial e simplista dos AIE no trecho anterior, aqui neste último excerto, a IES parece dar mostras de que conhece a complexidade e a profundidade da teoria dos AIE, na medida em que reconhece o fato de que tal teoria busca pensar as relações entre a infraestrutura econômica e a superestrutura jurídico-ideológica na sociedade capitalista, deslocando a concepção predominante na vulgata marxista, segundo a qual a base econômica determina a superestrutura numa via de mão única. Althusser, porém, elabora sua teoria dos AIE justamente com o propósito de fazer ver, dentro do marxismo, que a determinação é uma via de mão dupla, e que, portanto, a superestrutura ideológica pode determinar aspectos da infraestrutura (base econômica) da sociedade.

De maneira que a IES (intérprete da obra althusseriana) configura-se ora como conhecedor da complexidade teórica ali envolvida, ora como portador de uma concepção superficializante do que é teorizado, evidenciando assim contradições no plano discursivo, as quais podem ser explicadas pelo modo como os sujeitos são (todos nós somos) afetados pelo processo de esquecimento.

Resta, por fim, refletirmos a respeito do modo pelo qual todos somos afetados pelo esquecimento. Embora se trate de uma condição constitutiva para o sujeito (somos despossuídos pelo sentido que lemos), na condição de analistas de discurso devemos tomar precauções na abordagem dos conceitos teóricos, para que não cedamos, simples e descuidadamente, à linha de maior inclinação (somos também responsáveis pelo sentido que lemos). A esse respeito, Althusser já fazia um alerta no Curso de Filosofia para Cientistas, para que não caíssemos na armadilha da má reputação das palavras, isto é, para que não cedêssemos à tentação de enxergar nelas apenas o seu sentido mais evidente: “Este curso vai começar pelo enunciado de um certo número de propostas didáticas e dogmáticas. Estes adjectivos, não o ignoro, não têm boa reputação. Mas isso não é grave: **importa não ceder ao**

fetichismo, nem ao contra-fetichismo das palavras.” (ALTHUSSER, 1979, p.13 – destaque nosso).

4.4.3. O esquecimento constitutivo do analista de discurso: nós não somos o barão de Munchausen⁴³.

Para dar prosseguimento à discussão empreendida neste capítulo, cumpre-nos agora colocar a seguinte questão: o que fizemos com as análises acima foi postular a leitura ‘correta’ da obra de Althusser? O resultado de tais análises foi o de determinar o ‘verdadeiro sentido’ dos escritos althusserianos? Se respondêssemos afirmativamente a essas perguntas, todo o nosso trabalho estaria perdido, na medida em que, inscritos na perspectiva teórica da Análise de discurso, não poderíamos jamais pretender que a nossa leitura correspondesse a algo como “a interpretação correta” do “sentido verdadeiro” de seja lá o que for. Exatamente porque isso (‘a’ leitura correta, ‘o’ sentido verdadeiro) não pode existir na perspectiva da Análise de discurso, que postula o equívoco como elemento intrínseco à língua e o imaginário como constitutivo dos sujeitos em sua relação com o simbólico e o Real.

Escobar (2011, p.36), no fragmento abaixo, serve-nos como parâmetro, para que não cedamos à tentação de fazer um “uso dogmático” dos escritos althusserianos:

não se trata aqui de dizer ou encaminhar que Althusser em seus estudos diz a “verdade” sobre Marx e o marxismo. Isto é, não se trata de fazer dos seus textos e cursos um painel de “verdades” indiscutíveis, mas de *permitir que seus textos sejam lidos e discutidos, e que a força de suas reflexões atue entre nós de forma crítica e combativa frente o marxismo universitário e o reformismo político. Ademais, é ele o primeiro a se voltar contra um uso dogmático dos seus escritos (...).* (destaque nosso)

Nessas condições, a questão que nos colocamos foi a seguinte: se “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2006, p.53), em vez de buscar saber qual é ‘a leitura mais adequada’ da obra de Althusser, a questão que se coloca

⁴³ Na teoria de Pêcheux, o efeito Münchhausen diz respeito a uma das consequências da interpelação ideológica, que consiste no “apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo” (PÊCHEUX, 1997c, p.157). A designação é dada “em memória do imortal barão que *se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*”. Assim, por analogia, Pêcheux designa a impossibilidade de o sujeito escapar às determinações ideológicas, uma vez que ele é constituído por elas.

para o analista é *como apareceu essa interpretação do texto de Althusser e não outra em seu lugar?*

Em outras palavras, que condições de produção ou circunstâncias histórico-ideológicas estariam determinando uma leitura da obra de Althusser como a que examinamos acima? Quais seriam as *condições de emergência* desse tipo de interpretação (discurso) sobre a obra de Althusser e sobre sua influência no campo da AD?

Se o texto de Althusser (como qualquer manifestação linguístico-discursiva) é aberto a diferentes leituras, o que estaria determinando essa interpretação de que o poder na obra althusseriana estaria limitado a um “centro único”?

A dificuldade de responder a essa pergunta não nos impede de arriscar apontar um encaminhamento. E faremos isso com base em Pêcheux (2006). O autor propõe “que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar **os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição**, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.” (p.57 – destaque nosso).

Nosso destaque na citação acima vem no sentido de indicar que, a partir de Pêcheux (2006), podemos compreender os momentos de interpretações (gestos de leitura) como atos determinados pelas (ou que exibem as) “tomadas de posição” do sujeito-leitor. Nesse caso, a interpretação de que o poder, em Althusser, estaria localizado em um centro único (o Estado) pode ser compreendida como uma tomada de posição da IES diante da obra althusseriana, tomada de posição que, por sua vez, estaria sendo determinada pelas “filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2006, p.56) às quais se liga a constituição subjetiva dessa IES.

Tais considerações, com base na concepção pecheutiana de que a interpretação exhibe a tomada de posição do sujeito, levam-nos a uma outra questão: *quais seriam as filiações históricas, ligadas à subjetividade do sujeito-leitor, que estariam determinando uma interpretação que acusa/condena/recusa proposições althusserianas acerca das relações de poder na sociedade?*

Conforme vimos acima, Pêcheux (2006) nos coloca que os gestos de leitura são determinados pelas tomadas de posição do sujeito. Essas, por sua vez, são efeito das filiações sócio-históricas de identificação do sujeito com determinadas ideologias, determinados discursos, determinadas posições políticas.

Em outro de seus textos, o mesmo Pêcheux (2011, p.291) nos esclarece que “o sujeito é ao mesmo tempo **despossuído e responsável** pelo sentido que lê.” (destaque nosso).

Propomos que se compreenda esse gesto de leitura crítico (e equívoco) em relação às filiações althusserianas da ADP (Análise do Discurso Pecheutiana) como resultante de um afetamento do sujeito do dizer pelo esquecimento, na medida em que se lê um sentido na obra de Althusser, sob a aparência da evidência, denegando sua equivocidade (isto é, outros sentidos que dali emergem). Esse modo de funcionamento de uma crítica, embutida num gesto de leitura afetado pelo esquecimento, revela-se como algo de caráter constitutivo aos sujeitos, visto que todos nós, em alguma medida, somos influenciados por nossas próprias inscrições ideológico-discursivas a enxergar certos sentidos *e não outros*, nas mesmas materialidades linguístico-simbólicas.

Para finalizar esta seção, gostaríamos apenas de citar um trecho do próprio Althusser a respeito das relações entre os sujeitos e as leituras (interpretações) feitas por esses sujeitos. Em poucas palavras, o autor resume essas relações, colocando: (1) a impossibilidade da neutralidade nas interpretações; e (2) a consequente ou correlativa responsabilidade de cada sujeito pelas leituras que realizam e fazem circular. Diz Althusser: “Posto que não há leituras inocentes, comecemos por confessar de que leituras somos culpados”⁴⁴.

4.5. Tomada de posição por forclusão (do materialismo histórico).

Neste tópico, refletimos sobre a relação entre a Análise do Discurso francesa e o Marxismo. Para tanto, tomamos como elemento motivador a seguinte questão: que lugar ocupam a questão da produção de conhecimentos científicos e a questão da prática política revolucionária do proletariado na instauração de uma teoria do discurso por Michel Pêcheux?

Para desenvolver essa questão, partiremos antes de um exame inicial com base em dois textos em particular, a saber: *Semântica e Discurso* – uma crítica à afirmação do óbvio (1997c), de Michel Pêcheux e *Análise de discurso e Psicanálise* – elementos para uma abordagem do sentido no discurso (2005), de Marlene Teixeira.

Começaremos, portanto, nossa reflexão, pinçando do livro de Teixeira, uma expressão que nos chamou bastante a atenção: “o projeto de Pêcheux”. No livro de Teixeira, encontramos muitas vezes a menção ao “projeto de Pêcheux” (p.17, 42), ou ao “projeto pecheutiano” (p. 17, 36 e outras). Trata-se de expressões que, como quaisquer outras, são

⁴⁴ Citado por Eduardo Grüner (2007, p.101). No original: “Comme il n’est toutefois pas de lecture innocente, disons de quelle lecture nous sommes coupables.” (ALTHUSSER, 1996 [1965], p.4)

marcadas pelo equívoco, devido a sua natureza simbólica; o que significa dizer que elas são abertas a diferentes gestos de interpretação, isto é, a diferentes tomadas de posição.

A expressão “o projeto de Pêcheux” ainda possui uma característica particular que vale a pena ser explicitada, na medida em que ela exhibe um modo de funcionamento singular (o qual pode ter sido responsável por ter despertado o nosso interesse sobre ela). Seu modo singular de funcionamento está ligado ao fato de que, embora seja uma expressão marcada pelo equívoco (isto é, sujeita a diferentes leituras), sua própria materialidade linguística possui a peculiaridade de *forjar, falsear, dissimular essa condição de equivocidade*, transmitindo a sensação de que seu sentido é único. Expliquemo-nos.

A expressão “o projeto de Pêcheux” designa, na obra de Teixeira, a teoria do discurso, ou o campo do saber denominado Análise de Discurso. Essa forma específica de enunciar, isto é, a referência frequente à Análise de discurso pela expressão “projeto de Pêcheux”, pode sugerir a ideia de que há uma Análise de discurso *autêntica, original* (a de seu fundador, a *de Pêcheux*, a ‘verdadeira’ AD) que será a *mesma* a ser “levada adiante” pela autora em seu livro.

A expressão “o projeto de Pêcheux”, pela determinação que a locução adjetiva atribui ao substantivo, dá a entender que aquilo que a autora desenvolve em sua obra vem a ser uma *continuidade natural* daquilo que era a teoria *na visão de seu fundador*, o próprio Michel Pêcheux. O que a expressão realiza, pois, em seu modo de funcionamento, é colocar em suspenso, de certa forma, o fato de que os desenvolvimentos apresentados por Teixeira (2005) são, na realidade, a *interpretação da autora sobre a teoria* (os textos teóricos) *de Pêcheux*.

A teoria é composta por textos, que constituem materialidades simbólicas abertas aos gestos de interpretação. Teixeira efetua a *sua* interpretação da teoria pecheutiana (formada pelos textos do autor) e, sobre as bases dessa interpretação, constrói a *sua* visão particular sobre o que é, ou deveria ser, a Análise de discurso. Aliás - sejamos justos - a autora procura deixar claro aos leitores que seu texto constitui uma visão pessoal sobre a teoria de Pêcheux: “este texto (...) deve ser tomado como uma interpretação, entre tantas outras, que a obra do autor provoca.” (TEIXEIRA, 2005, p.22)

No entanto, a utilização recorrente do enunciado “o projeto de Pêcheux”, na construção de uma interpretação particular da teoria, passa a impressão de que a autora pretende autorizar sua construção como legítima, com base numa fidelidade inequívoca aos dizeres do próprio Pêcheux.

O modo de funcionamento em questão assemelha-se ao dispositivo do “comentário”, conforme definido por Foucault (2001, p.25):

o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (destaques do autor)

Tudo se passa como se houvesse uma “essência” da Análise de discurso, que estivesse sendo preservada na interpretação/construção que Teixeira (2005) lhe dá.

Em nossa visão, a prática viabilizada pelo dispositivo do comentário pode funcionar como “a *projeção ideológica de uma vontade de verdade* que toma a forma de uma interpretação, a qual pretende regular os sentidos do texto primeiro, impedindo que leituras outras se apropriem deste mesmo texto para construírem suas próprias ‘verdades’” (FIGUEIRA, 2007, p.85).

Segundo as palavras de Foucault, “O comentário conjura o acaso do discurso. (...) A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição.” (2001, p.26).

Se há dúvidas sobre o emprego da expressão “o projeto de Pêcheux” funcionar ao modo da prática do comentário, deixemos que a citação a seguir fale por nós: “**O destino** da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise, no quadro reconfigurado da AD3, **está traçado**, ainda que **nas entrelinhas**, em alguns dos últimos textos de Pêcheux, especialmente, em *Discurso: estrutura ou acontecimento*” (TEIXEIRA, 2005, p.175 – destaques da autora em itálico; destaques nossos em negrito).

Após termos apresentado o modo de funcionamento singular pelo qual a expressão constrói a impressão de um sentido único na interpretação da teoria do discurso, gostaríamos, agora, de refletir sobre a equivocidade da expressão, na medida em que ela se oferece à incidência de diferentes interpretações e, conseqüentemente, a diferentes encaminhamentos da teoria do discurso. Encaminhamentos tais que exibem, conforme suas divergências, uma heterogeneidade de compromissos ideológicos aí intrincados. Para usar uma expressão frequente em “Semântica e Discurso”, propomos chamar esses divergentes encaminhamentos da teoria de “ideologias teóricas”, devido às posições políticas que se encontram neles implicadas:

“as contradições que constituem o que chamamos *as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos, etc., no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de *relações de desigualdade-subordinação que determinam os “interesses” teóricos em luta numa conjuntura dada*” (PÊCHEUX, 1997c, p.191 – destaques do autor)

A obra de Teixeira tem por objetivo refletir sobre os impasses que o próprio M. Pêcheux percebia em sua teoria, a fim de indicar um caminho que pudesse viabilizar a superação de tais impasses, na busca por “uma alternativa para levar adiante o projeto de Pêcheux” (TEIXEIRA, 2005, p.17).

Teixeira analisa então, dentre outras coisas, a obra “Semântica e Discurso”⁴⁵ e conclui que os impasses teóricos que bloqueavam o desenvolvimento da AD eram devidos a uma leitura limitada que Pêcheux fizera da obra lacaniana em “SD”. Segundo Teixeira, a incompreensão (ou a má compreensão) por Pêcheux de noções lacanianas como as de ‘sujeito desejante’ e de ‘real’ era responsável pelos entraves teóricos que a Análise de discurso experimentava até então.

Em sua leitura da obra de Pêcheux, Teixeira acompanha o desenvolvimento da análise de discurso ao longo de suas “três fases” (conforme definidas pelo próprio Pêcheux). A autora pontua as transformações pelas quais a teoria do discurso havia passado no curso de seu desenvolvimento.

De nossa parte, entendemos que o livro de Teixeira é exemplar no sentido de referir as mudanças teórico-epistemológicas pelas quais a AD passa ao longo de sua transformação como campo do saber. Todavia, em nossa leitura de tal obra, sentimos uma *ausência* significativa, um *silêncio* considerável em relação a outro aspecto da teoria do discurso, não circunscrito apenas ao aspecto teórico-epistemológico, a saber: o aspecto político.

Ao fazermos uma reflexão a respeito de questões teórico-epistemológicas referentes a um campo do saber, é certo que estaremos inevitavelmente produzindo dizeres que afetam o campo político (ainda que não seja esse nosso propósito principal). No entanto, outra coisa muito diferente é realizar a mesma reflexão sobre os aspectos teórico-epistemológicos *articulados de antemão* aos aspectos políticos que acompanham a transformação de um campo do saber.

A própria autora deixa explícitos em seu texto seus objetivos:

45 Doravante “SD”.

não entro no mérito da inclusão do materialismo histórico no quadro epistemológico da análise de discurso; não está entre meus objetivos avaliar a pertinência ou não em articular-se a teoria materialista da ideologia e o conceito freudiano de inconsciente. *O que coloco em discussão são as bases sob as quais o autor opera essa articulação em **Les vérités de La Palice**.* (TEIXEIRA, 2005, p.20 – destaques da autora)

Nos dizeres da própria autora, vemos aquilo que realmente ocorre ao longo de sua obra: o materialismo histórico quase não é abordado, ou somente o é nos momentos em que isso se torna absolutamente inevitável.

Para dizer em outros termos: o lugar do materialismo histórico no quadro epistemológico da AD nos dias atuais não é a questão de interesse de Teixeira em seu livro; ela não tratará de problematizar essa questão, pois deixa claro que esse não é seu objetivo:

Busco a possibilidade indicada em Pêcheux, ainda que não de modo explícito, de se tomar a historicidade que afeta a língua sem necessariamente ter que recorrer ao materialismo histórico, pois, se não aceito as bases em que a articulação entre ideologia e inconsciente é feita em *Les vérités de la Palice* (cf. 2.2.1), apelar ao materialismo histórico implicaria ter que construir um dispositivo teórico para rever essa articulação. (TEIXEIRA, 2005, p. 179).

Muito mais do que deixar o materialismo histórico de lado (ou de fora) em sua problematização, vemos que a autora acaba por foracluir⁴⁶ o materialismo histórico do quadro epistemológico da AD: “Procuro encontrar uma alternativa para enfocar a historicidade, sem apelar à causalidade histórica, ou seja, a um exterior pensado em termos do metadiscurso marxista”. (TEIXEIRA, 2005, p.21)

A forclusão se dá na medida em que se deseja expulsar uma episteme que é *constitutiva* da teoria pecheutiana do discurso, de forma que não é possível expulsá-la sem descaracterizar a teoria, sem deslocá-la, ou melhor, sem transformá-la noutra teoria ou noutro campo de saber.

Teixeira considera que o materialismo é, para o Pêcheux dos últimos textos, uma fonte de problemas:

46 “foracluir consiste em expulsar alguém ou alguma coisa para fora dos limites de um reino, de um indivíduo, ou de um princípio abstrato tal como a vida ou a liberdade; foracluir implica também o lugar, qualquer que ele seja, do qual se é expulso, seja fechado para todo o sempre... [sic]” (RABINOVICH, 2001, apud RAMIREZ, 2004, p.100). “Foracluir, antes de envelhecer e ser reservado ao vocabulário jurídico, significava, com ‘ausschliessen’, excluir, privar, expulsar, impedir, banir, omitir, cortar. A significação última desses dois verbos, ‘prender do lado de fora’, ‘fechar no exterior’, de modo a barrar um caminho, não lhes dá apenas um sentido de uma irreducibilidade, mas também abre um campo desconhecido, que o gesto de ‘jogar fora’, ‘rejeitar’, é o único a poder designar.” (RABINOVICH, 2001, apud RAMIREZ, 2004, p.100, nota 8).

Segundo as pistas deixadas pelo autor [Pêcheux], nesses textos [últimas publicações de Pêcheux], mostro que, se é possível visualizar como ele propõe a reconfiguração do lugar da linguística e da psicanálise, quanto ao materialismo histórico, esse parece ser o momento em que o autor depara-se com seus problemas. (TEIXEIRA, 2005, p.171)

Diante dessa constatação, em que se verificam problemas na ADP derivados do materialismo histórico, duas opções se colocam como possíveis: abandonar pura e simplesmente a episteme marxista; ou fazer trabalhar suas contradições a partir de seu interior, sem mudança (deslocamento) de posição ideológica, mas efetuando as retificações e correções teoricamente necessárias, de modo a produzir movências no interior da epistemologia marxista.

A nosso ver, Teixeira optou pela primeira alternativa: evadir-se dos embaraços político-epistemológicos colocados pelo marxismo, o que significa “fazer a parte bonita da adversidade e ficar, de certo modo, seu prisioneiro” (PÊCHEUX, 1997d [1978], p.300), uma vez que não se enfrenta nem a questão das relações entre teoria, ideologia e política, nem a das relações tensivas e contraditórias entre as epistemes do marxismo e da psicanálise lacaniana.

Segundo Pêcheux (1981, p.8):

Tomada entre o real da língua e o real da história, a análise de discurso não pode ceder nem sobre uma nem sobre a outra sem dar instantaneamente na pior das complacências narcísicas.

Seria estranho que os praticantes da análise de discurso fossem os últimos a se advertir da conjunção entre a cegueira sobre a história e a surdez à língua, que concerne, ao mesmo tempo, seus objetos e suas práticas⁴⁷.

Em suma, de nada adianta dedicar-se ao real da língua, se se oblitera o real da história. O caminho encontrado pela autora, para não denegar o real da história, foi agarrar-se à obra de Michel de Certeau, sobretudo no que diz respeito à noção de acontecimento. Assim, a autora pretende conservar a referência da teoria do discurso à historicidade.

Contudo, ao evadir-se das problemáticas materialistas-marxistas, os conflitos políticos, a luta de classes, a exploração econômica capitalista, a ideologia – tudo isso é apagado da

⁴⁷ Tradução nossa: “Prise entre le réel de la langue et le réel de l’histoire, l’analyse de discours ne peut céder ni sur l’un ni sur l’autre sans donner aussitôt dans la pire des complaisances narcissiques. Il serait étrange que les praticiens de l’analyse de discours soient les derniers à s’avertir de la conjonction entre l’aveuglement sur l’histoire et la surdité à la langue qui concerne à la fois leurs objets et leurs pratiques.”.

teoria do discurso. E junto com esse apagamento, oblitera-se a determinação que tais fatores exercem sobre o processo de produção de sentidos, justamente o objeto de estudo da ADP.

Na direção oposta à indicada por Teixeira (2005), Pêcheux teria escolhido a segunda opção dentre as que colocamos anteriormente. Tentaremos mostrar, em seções posteriores deste trabalho, como o autor se volta para a crítica da episteme marxista (sobretudo em *O discurso: estrutura ou acontecimento*), sem, contudo, abandonar o barco da esquerda política.

De tudo o que foi exposto acima, podemos concluir provisoriamente que Teixeira fala muito (e muito bem) da teoria, mas fala pouco em política, justamente porque foracui o materialismo do quadro epistemológico da AD. O silêncio (ou melhor, a recusa, o recalque) em relação a esse aspecto relevante na discussão e na problematização da história da AD nos é profundamente incômodo, na medida em que entendemos o “projeto de Pêcheux”, ao qual a autora se refere frequentemente em seu texto, como um projeto teórico **porque político**, antes de tudo. A própria autora reconhece o propósito político da teoria que Pêcheux procurava construir: “A AD nasceu sob a crença de uma possibilidade de intervenção política” (TEIXEIRA, 2005, p.24).

A constitutividade assumida da teoria pela política possui consequências teóricas, implicações epistemológicas e desdobramentos políticos que não podem simplesmente ser apagados da discussão sobre os caminhos tomados pela ADP.

A própria problematização da evidência do sentido só foi efetuada na medida em que se inquiriu sobre o modo pelo qual os conflitos sociais, políticos e as divergentes posições de classe interferem na configuração de significações díspares para os mesmos enunciados (em termos estritamente linguísticos). O sentido é dividido não apenas porque a língua é uma materialidade simbólica equívoca, cujos enunciados se oferecem a diferentes interpretações, mas também (e especialmente) porque há contradição na sociedade, há conflitos de interesses, disputas por poder, antagonismos derivados, entre outras causas, do processo de exploração econômica (capitalista).

Nesse sentido, buscar a superação dos impasses que impediam a realização do projeto pecheutiano implicaria *necessariamente* que uma reflexão que se propusesse a tal objetivo englobasse abertamente em suas discussões a questão política e a questão econômica. Do contrário, será que poderíamos dizer que estamos tentando “levar adiante o projeto **de Pêcheux**” (destaque nosso)?

O que queremos dizer é que toda e qualquer reflexão sobre as possibilidades de a ADP superar seus impasses teórico-epistemológicos deve ser *necessariamente* articulada a uma

problematização de seu caráter político, que poderia ser colocada, mais ou menos, nos seguintes termos: de que maneira as tomadas de posição e as práticas políticas intervêm na construção da teoria por Pêcheux?⁴⁸; quais são as possibilidades de intervenção da AD nas práticas sociais? ; em defesa de que serão levadas adiante pesquisas no campo da AD? ; que relações a AD ainda pode travar com posições (pós-)marxistas em nossos dias? ; Como (re)articular o marxismo e a psicanálise (lacaniana), de modo a permitir uma reconfiguração satisfatória da teoria da ADP? É possível, de um ponto de vista epistemológico, mas também político, refazer essa articulação?

4.5.1. A constitutividade política da teoria na ADP

Nossa posição de que o “projeto de Pêcheux” é um projeto teórico *apenas e tão somente* na medida em que vislumbra e objetiva intervenções no campo político é uma posição que deve ser justificada com base nos próprios dizeres de Pêcheux.

Para tanto, passaremos agora a uma breve exposição de nossa leitura de “SD”, na qual enxergamos elementos que nos autorizam a defender a posição de que o projeto de Pêcheux de uma análise do discurso só se justifica na medida em que a teoria é pensada como **instrumento de intervenção na sociedade**.

Na introdução de “SD”, ao falar dos propósitos de seu estudo, Pêcheux (1997c, p.20) diz: “nosso propósito aqui é o de questionar as *evidências fundadoras* da “Semântica”, tentando elaborar, na medida dos meios de que dispomos, as bases de uma teoria materialista”.

Nesse trecho, vê-se logo de início que um dos propósitos de Pêcheux em sua obra estava explicitamente vinculado a sua posição materialista. Em outra passagem da mesma “Introdução”, essa vinculação torna-se ainda mais evidente.

Ao tratar da referência à História nos estudos linguísticos, Pêcheux (1997c, p.22) procede a uma crítica da “tendência histórico-sociológica”. Face a essa crítica, o autor especifica a posição de seu estudo em relação à História:

⁴⁸ “Se toda prática (trabalho, política ou ciência – não há aqui diferença de plano, todas se desenvolvendo segundo o mesmo modelo do “modo de produção”) está ancorada nas suas condições históricas concretas dadas, como subtrair a produção científica à influência da ideologia? E a política?” (GREGOLIN, 2004, p. 44)

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise **materialista** do efeito das **relações de classe** sobre o que se pode chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos **aparelhos ideológicos** de uma **formação econômica e social** dada (PÊCHEUX, 1997c, p.24 – destaques nossos)

Os termos acima destacados dizem respeito à posição política a partir da qual toda a obra, SD, e todo o projeto de uma AD em Michel Pêcheux serão pensados e levados adiante.

Poucas páginas à frente, Pêcheux vai enunciar sobre o lugar de sua reflexão teórica em relação à sua filiação política ao marxismo-leninismo:

Tentaremos, em seguida, desenvolver as consequências de uma posição materialista – no elemento de uma teoria marxista-leninista da Ideologia e das ideologias – com respeito ao que chamamos “processos discursivos”. (...) Examinaremos, enfim, que incidências esses elementos [científicos, ainda em estado embrionário] podem ter, em sua especificidade, sobre as duas questões centrais para o marxismo-leninismo, a saber:

- a questão da produção dos conhecimentos científicos,
- a questão da prática política revolucionária do proletariado. (PÊCHEUX, 1997d (1978), p. 32-33)

Na passagem acima, menciona-se abertamente a filiação marxista-leninista do trabalho pecheutiano. Porém, mais do que isso, importa notar que o fim último de seu trabalho é produzir uma reflexão no plano teórico que possibilite pensar as implicações que sua teoria pode ter para questões de ordem epistemológica (“produção dos conhecimentos científicos”) e política (“prática política revolucionária do proletariado”).

Percebemos, portanto, no trecho acima, que o empreendimento teórico é pensado explicitamente **em função de** objetivos políticos, que possuem em sua raiz uma vinculação marxista-leninista.

Isso posto, impõe-se então que nesse momento de nossa presente reflexão coloquemos uma questão que julgamos relevante. Tentaremos colocá-la nos seguintes termos.

Ao longo das constantes modificações que a ADP sofre/realiza em seu próprio arcabouço teórico, certas proposições iniciais são deixadas para trás, são literalmente abandonadas, conforme não cansam de demonstrar os estudiosos que se propõem a construir a história do campo. Nesse processo de transformação por que a ADP passou (ainda passa?), onde fica o Marxismo? Isto é, qual é o lugar da filiação política marxista no campo da AD hoje? A vinculação marxista seria um dos elementos que foi preciso abandonar para “levar adiante o projeto de Pêcheux”? Mas, se tomarmos isso como verdade, não estaríamos sendo contraditórios, uma vez que o “projeto de Pêcheux” era um projeto marxista? Em outros

termos: *abandonar o marxismo, em nome de salvar a teoria pecheutiana, não resultaria em abandonar o próprio projeto pecheutiano?*

Essa é uma questão a que não podemos nos furtar na presente investigação.

O que poderíamos adiantar a respeito é algo que, a nosso ver, constitui uma indicação de que Pêcheux, embora tenha realizado constantes autocríticas, revendo posições teórico-epistemológicas marxistas de sua teoria, manteve até o fim de sua obra uma filiação política marxista.

Estamos nos referindo a uma passagem, pouco lembrada na literatura da AD, do último texto de Pêcheux, *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Nessa passagem, entendemos que seja possível visualizar a permanência da filiação política marxista do autor, em que pese a crítica que ele próprio dirige nesse mesmo texto ao marxismo, enquanto “ciência régia” que pretendia tomar a história como um objeto que pudesse ser estudado no interior dos universos logicamente estabilizados.

Em nossa visão, Pêcheux (2006) faz uma crítica **epistemológica** ao marxismo (com evidentes implicações políticas), mas isso não significa que ele houvesse abandonado essa filiação política, conforme, cremos, indica-se abaixo:

A questão aqui não é a de saber se O Capital e as pesquisas que dele derivaram produziram o que chamei de “coisas-a-saber”: mesmo para os adversários, os mais ferozes, do marxismo, o processo de exploração capitalista, por exemplo, constitui incontestavelmente uma coisa-a-saber, da qual os detentores de capitais aprenderam a se servir tanto, e, às vezes, melhor que aqueles que eles exploram. O mesmo acontece, para a luta de classes e várias outras “coisas-a-saber”. (Pêcheux, 2006 [1983], p.37)

Nesse trecho, podemos visualizar noções marxistas (capital, processo de exploração capitalista, luta de classes) que permanecem no escopo do projeto pecheutiano, malgrado a crítica epistemológica que o autor faz ao marxismo, na medida em que desloca o materialismo histórico da posição cientificista em que se encontrava, para que assuma o status de disciplina de interpretação: “fora da negação marxista da interpretação” (PÊCHEUX, 2006, p.42).

A citação que fizemos acima constitui um índice que nos leva a suspeitar que a crítica eminentemente epistemológica que Pêcheux faz ao marxismo não implica necessariamente o abandono de seus objetivos políticos concernentes às questões marxistas explicitadas desde SD: a questão da produção dos conhecimentos científicos e a questão da prática política revolucionária do proletariado.

Compreendemos que as transformações históricas por que passaram a França, a Europa e o mundo todo desde os anos 1970 obriga(ram) a modificar a forma como tais questões “marxistas-leninistas” foram abordadas na época de SD. Mas entendemos também que a modificação na forma de colocar essas questões não implica um abandono da filiação marxista.

Num mundo pós-SD, em vez de se falar em “produção dos conhecimentos científicos”, poderíamos falar de produção de conhecimentos e saberes (científicos ou não) que influenciam (e são influenciados por) outras práticas de natureza política. Além da “prática política revolucionária do proletariado”, poder-se-ia falar também de práticas políticas de oposição e resistência a quaisquer forças sociais hegemônicas de opressão.

Cremos que as questões assim reformuladas não se limitariam à mera troca de palavras sem significações outras implicadas por essa troca. Cremos igualmente que essas outras significações não representem uma forma de desfiliação, de afastamento ou distanciamento em relação a posições políticas marxistas. Trata-se, afinal, de atualizar as questões políticas colocadas em SD, na medida em que o momento histórico que vivenciamos hoje é reativamente diferente quando comparado ao momento vivenciado por Pêcheux nos anos 1970.

4.6. Tomada de posição por deslocamento epistemológico: a autocrítica pecheutiana.

Neste tópico, discutimos em que medida os fundamentos althusserianos da ADP (já apontados acima) permanecem *inalterados* durante as três épocas da teoria, malgrado as reformulações inegáveis pelas quais esta última passou.

É muito comum lermos e ouvirmos que a Análise do Discurso tem seu desenvolvimento histórico dividido em três épocas e que a Análise do Discurso que se faz hoje corresponde (ou ao menos deveria corresponder, segundo o desejo de muitos) à sua terceira época. Entendemos que esse dizer produz muitas vezes como efeito de sentido um apagamento da primeira e da segunda fase do desenvolvimento histórico da disciplina.

Entendemos que tal apagamento colabora para silenciar, entre outras coisas, as filiações marxistas-materialistas-althusserianas (MMA) da Análise do Discurso, filiações essas que, embora, no dizer de muitos pesquisadores do campo, pareçam não mais fazer parte

da configuração teórico-epistemológica da terceira época da AD, ainda aparecem nos últimos textos de Pêcheux.

4.6.1. O discurso: estrutura ou acontecimento?

Entendemos que em sua última obra, *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux empreende uma (auto)crítica do marxismo menos do ponto de vista estritamente político e mais do ponto de vista epistemológico. Nesse sentido, julgamos que na Análise do Discurso que se faz hoje, há espaço ainda para pesquisas que se filiam a posições políticas comuns a algumas posições (pós-)marxistas, desde que observada a necessidade de criticarmos, conforme fez Pêcheux, a problemática epistemologia de certo marxismo, a qual via de regra se inscrevia (e em alguns casos ainda se inscreve) no lugar discursivo da Verdade para enunciar o seu discurso como científico: “é Lênin quem no fogo da polêmica escreverá imprudentemente: ‘as ideias de Marx são todo-poderosas porque elas são verdadeiras’”⁴⁹ (ALTHUSSER, 1998, p.302-303).

Tal enunciado pode ser tomado como o axioma discursivo⁵⁰ (FIGUEIRA, 2007, p.60) representativo dessa posição epistemológica marxista, de se colocar no lugar da Verdade para produzir efeitos de poder.

Em seus últimos textos, Pêcheux mostrava-se ciente desse problema e a ele dedicou uma autocrítica que podemos separar em dois momentos: crítica epistemológico-política e crítica político-epistemológica. O próprio autor nos indica essa possibilidade de separação:

Segundo o lugar que a análise de discurso se atribui em relação a essa falta, é a fantasia da objetividade minuciosa (consistindo literalmente a fazer o imbecil, interditando-se de pensar sentidos sob a textualidade) ou a fantasia da posição partidária cientificamente escorada (tendendo a tratar os indígenas da política como imbecis) que retoma alternadamente a posição superior.⁵¹ (PÊCHEUX, 1981, p.6)

⁴⁹ “c’est Lénine qui dans le feu de la polémique écrivait imprudemment: “les idées de Marx sont toutes puissantes parce qu’elles sont vraies” (*Le marxisme aujourd’hui*).

⁵⁰ “os axiomas discursivos existem enquanto *eixos sentidurais* das formações discursivas; em torno desses eixos é que se consolida o espaço de configuração de sentidos que constituem as FDs. Nesse sentido, para que um dizer, presente em um processo enunciativo, possa se inscrever em uma FD deve-se observar se esse dizer apresenta uma relação de *similitude* com o axioma discursivo, uma forma atualizada de reformulação repetível desse tipo particular de enunciado que funciona como eixo organizador daquilo que pode e deve ser dito dentro do domínio sentidural que uma FD estabelece.”

⁵¹ “Selon la place que l’analyse de discours s’attribue par rapport à ce manque, c’est le fantasme de l’objectivité minutieuse (consistant littéralement à faire l’imbécile, en s’interdisant de penser du sens sous la textualité) ou celui de la position partisane scientifiquement étayée (tendant à traiter les indigènes de la politique comme des imbeciles) qui prend tour à tour le dessus.”

O primeiro momento da autocrítica diz respeito ao modo pelo qual uma posição epistemológica equivocada, (totalizante, cientificista: “objetividade minuciosa”) produz efeitos sobre as tomadas de posição e as práticas (teórico-políticas). Trata-se aqui de uma ilusão de completude de certo marxismo e da AD, na medida em que esses se colocavam como portadores exclusivos da verdade histórica, ou melhor, da verdade científica sobre a História, numa postura (hoje claramente) cientificista.

O segundo momento da autocrítica refere-se ao fato de os pesquisadores marxistas comunistas (incluídos aí os analistas de discurso de então) atribuírem-se a prerrogativa de falar em nome das massas, de desmistificar a falsa realidade na qual as massas supostamente viviam, de libertá-las do inferno da ideologia dominante burguesa, a fim de mostrar o caminho claro e correto em direção à revolução socialista, supondo, correlativamente, que as pessoas “comuns” (os não cientistas, não analistas de discurso) seriam incapazes de pensar por si próprios.

Vejamos como é possível caracterizar mais detalhadamente essa dupla autocrítica.

4.6.2. Crítica epistemológico-política.

Pensa-se, desse ponto de vista, a posição marxista-materialista como a única “correta” e “verdadeira” no que se refere ao conhecimento exato da realidade histórica. Por essa razão, adota-se o “narcisismo teórico” (PÊCHEUX, 2006, p.46) de ditar, através da teoria “científica”, o que é preciso fazer no domínio das práticas políticas.

Além disso, ignoram-se (esquecem-se) as maneiras pelas quais o posicionamento político-ideológico marxista pode interferir (e interfere) na própria constituição/construção das teorias “científicas” materialistas.

Uma dessas maneiras de interferência, combatida exaustivamente por Althusser (mas, mesmo assim, não evitada – inevitável? - pelo próprio) é a “ideologização da teoria” (VÁZQUEZ, 1980), ou seja: a adaptação/adequação/amoldamento da teoria “científica” materialista para servir aos propósitos políticos do marxismo. Foi o caso da submissão da teoria (ciência) aos desígnios da política (ideologia).

Althusser, ciente como sempre foi desse risco político-epistemológico, procurou ao longo de sua obra, (p)reservar uma autonomia científica relativa para a teoria, para que esta não fosse “contaminada” pelo ideológico. Para tanto, Althusser distingue, no interior da teoria

marxista, uma filosofia (afetada pelo ideológico) e uma ciência (não afetada pelo ideológico), buscando, assim, evitar tanto o cientificismo positivista (que não considera o ideológico), quanto o subjetivismo (que não considera a autonomia relativa do científico):

Pode-se, de uma maneira *extremamente* esquemática, dizer que, na história do movimento marxista, a supressão dessa distinção exprime um desvio ora direitista, ora esquerdista. O desvio direitista suprime a filosofia: não resta senão a ciência (positivismo). O desvio esquerdista suprime a ciência: não resta senão a filosofia (subjetivismo).⁵² (ALTHUSSER, 1998 [1968], p.150)

Entretanto, sendo inevitável essa “contaminação” do teórico pelo ideológico (pois não há fronteira entre ciência e ideologia, mas um *continuum* amalgamado), ao buscar o extremo oposto da ideologização da ciência, Althusser produziu um desvio teorístico em sua obra inicial, o qual pode ser interpretado como a absolut(ist)a autonomia da teoria (ciência) em relação ao ideológico.

Pêcheux, em diferentes momentos de sua obra, também se mostrava preocupado em relação a essa tendência dentro do marxismo, de enformar (deformar) os conhecimentos científicos para que esses se adequassem aos propósitos políticos marxistas. Sobretudo em *Semântica e Discurso*, em *Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?* e n’*A Língua Inatingível*, Pêcheux combate certas tendências psicologistas e sociologistas (todas inscritas no idealismo filosófico) que se desenvolviam no interior do próprio marxismo.

Todavia, o próprio Pêcheux não conseguiu evitar que incorresse no mesmo erro, em certa medida. Maldidier (2003) nos dá mostras disso quando comenta sobre os desígnios iniciais da Análise Automática do Discurso: “Estava centralmente em causa a própria idéia que tinha sido o êmulo fundamental da primeira análise de discurso. No fim dos anos 1960, tratava-se de propor um **dispositivo de leitura não-subjetiva**. Era todo o sentido do dispositivo inicial.” (MALDIDIER, 2003, p.90 – destaque nosso).

Nesse sentido, a primeira e a segunda épocas da ADP foram marcadas justamente pelo esquecimento de que o analista (cientista) também é sujeito, e como tal também é influenciado/determinado por suas inscrições ideológico-políticas, as quais de uma forma ou

⁵² Tradução nossa: “On peut, d’une manière *extrêmement* schématique, dire que, dans l’histoire du mouvement marxiste, la suppression de cette distinction exprime une déviation soit droitiste, soit gauchiste. La déviation droitiste supprime la philosophie: il ne reste que la science (positivisme). La déviation gauchiste supprime la science: il ne reste que la philosophie (subjectivisme).”

de outra, sempre impedem que se faça uma leitura neutra, uma interpretação científica verdadeira (no sentido de algo que se oponha ao engano, ao engodo, ao erro).

Maldidier (2003, p.90) continua a análise desse ponto nos seguintes termos: “O sujeito era duplamente recalcado. Nos corpora estudados analisavam-se posições dos sujeitos, efeitos-sujeitos. **Quanto ao sujeito-leitor, que era o próprio analista, ele se apagava atrás de seu gesto “científico”.** O próprio desenvolvimento do procedimento parecia garantir este apagamento.” (destaque nosso).

Mais tarde, quando a ADP encaminhava-se já para sua terceira época, Pêcheux realiza essa autocrítica em *O estranho espelho da análise do discurso*, texto no qual o autor aponta o equívoco que havia se tornado analisar discursos políticos com as idéias já engessadas de antemão, ou seja, com a interpretação dos *corpora* pelo analista sobredeterminada de tal modo por sua inscrição político-ideológica, que a ele escapavam os deslizamentos de sentido, as contradições e a heterogeneidade presentes nos discursos políticos sob exame.

Era o caso em que a teoria tornava-se mero espelhamento dos desígnios político-ideológico-partidários dos analistas, em que as conclusões já estavam pré-determinadas, de certa forma, antes mesmo de efetuado o processo de análise discursiva.

Pêcheux (1981, p.6) é impiedoso nessa autocrítica:

Essa impaciência não podia não encontrar o ‘discurso comunista’ como seu objeto privilegiado, liberada para, às vezes, se encontrar presa a ele a ponto de refleti-lo e de reproduzi-lo: tratar-se-ia, afinal, de um caso de pesquisadores comunistas se entregando à análise de discurso através do discurso comunista, entendido como esse espelho histórico excepcional no qual, precisamente, a ‘ciência’ supostamente vem se condensar na política?⁵³

Foucault (2006) também faz crítica a essa posição, que ele caracteriza como teorias ou projetos totalizadores, globalizantes, (absolutistas?), os quais exibiam a necessidade de estar no verdadeiro, ou de estar com a Verdade, para dela fazer um instrumento de imposição/realização dos desígnios políticos marxistas.

Pêcheux (1981) já apontava então para a necessidade de a AD abandonar o tratamento homogeneizante dos *corpora*, assumindo a noção de “enunciado dividido” (desenvolvida por Courtine em sua tese sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos). Esse era o primeiro

⁵³ Tradução nossa: “Cette impatience ne pouvait pas ne pas rencontrer le « discours communiste » comme son objet privilégié, quitte à parfois se trouver pris en lui au point de le refléter et de le reproduire: s'agirait-il, finalement, d'une affaire de chercheurs communistes se livrant à l'analyse de discours à travers le discours communiste, entendu comme ce miroir historique exceptionnel où, précisément, la « science » est censée venir se condenser dans la politique?”

passo na direção de efetuar a crítica epistemológico-política, que se completaria em *O discurso: estrutura ou acontecimento*.

Maldidier atesta em que medida essa problematização do status do sujeito-analista (e da imbricação de suas inscrições político-ideológicas com suas filiações teórico-epistemológicas) alteraria significativamente os rumos da teoria: “A crítica da “prótese de leitura” é antes uma crítica do recalque do sujeito da leitura, partindo da escrita. A re-introdução de um sujeito interpretante é mais do que um arranjo, ela modifica totalmente o estatuto da disciplina.” (MALDIDIER, 2003, p.90)

4.6.3. Crítica político-epistemológica.

Aqui, trata-se de fazer a *mea culpa* e, ao mesmo tempo, de reconhecer a posição pedante dos analistas de discurso que se colocavam na posição privilegiada de serem portavozes dos interesses das classes dominadas, ignorando muitas vezes a voz dessas classes (a qual circula no ordinário do sentido, ou seja, fora das discursividades institucionais, que eram, via de regra, objeto de escrutínio por parte dos analistas). Ao mesmo tempo, essa mesma postura resultava, por ricochete, em não considerar (desconsiderar) a influência e os efeitos que as práticas não-teóricas exercem sobre a teoria.

“Teoricismo” foi o termo que se utilizou nas críticas que se fizeram a Althusser - e que Althusser (1998 [1972], p.173) fez a si mesmo - quanto a tal postura. “Narcisismo teórico” é a expressão empregada por Pêcheux (2006) para efetuar essa mesma crítica.

Tanto num como noutro caso, a teoria é vista/pensada/elaborada como instrumento para a prática (da luta de classes revolucionária); no entanto, não se pensa em que medida as práticas (o cotidiano, o vivido, o ordinário do sentido) constituem as teorias, nem qual o efeito (as implicações) disso.

Trata-se, igualmente, da arrogância de querer pensar pelo outro, para o outro: “Tomar a iniciativa de fazer análise de discurso não é, com efeito, pressupor uma falta (uma falha, carência ou paralisia) afetando a prática «natural» da leitura e da escuta políticas, à qual uma prótese teórico-técnica mais ou menos sofisticada pretenderia suprir?”⁵⁴ (PÊCHEUX, 1981,

⁵⁴ Tradução nossa: “Entreprendre de faire de l'analyse de discours, n'est-ce pas en effet présupposer un manque (une défaillance, carence ou paralysie) affectant la pratique « naturelle » de la lecture et de l'écoute politiques, à laquelle une prothèse théorique-technique plus ou moins sophistiquée prétendrait suppléer?”.

p.5); “não são os intelectuais, mesmo os teóricos, são as *massas* que fazem a história.”⁵⁵ (ALTHUSSER, 1998 [1968], p.154).

A arrogância de querer pensar pelas massas, em nome das massas, de pretender ditar como as massas devem pensar e o que devem fazer - “sem teoria objetivamente revolucionária, não há Movimento objetivamente revolucionário”⁵⁶, (LÊNIN apud ALTHUSSER, 1998 [1972], p.170) - exclui as práticas não-teóricas, tanto no que se refere a sua efetividade política, quanto no que se refere aos efeitos que tais práticas produzem nas construções teóricas (científicas).

As práticas teórico-científicas dos sujeitos-pesquisadores, se não são totalmente determinadas, são ao menos parcialmente influenciadas pela constitutividade política e econômica (dentre outros elementos ideológicos) da subjetividade dos pesquisadores. Dito de outro modo, suas práticas teórico-científicas são contraditória e heterogeneamente determinadas por suas inscrições, tomadas de posição e práticas político-econômicas.

Há, porém, (ou pelo menos deveria haver) uma *autonomia relativa* da prática teórico-científica frente às inscrições político-econômicas dos sujeitos. Pois, se assim não for, o que ocorre é a mera ideologização da teoria (prática que deriva tanto do relativismo, quanto do pragmatismo).

4.6.4. Deslocamento epistemológico e movência política.

Após ter empreendido as (auto)críticas acima descritas, Pêcheux teria rompido (totalmente) com o marxismo? Não é o que nos parece.

A nosso ver, as críticas epistemológicas realizadas pelo autor, que certamente apresentam um impacto político na sua posição marxista, não produzem uma desidentificação absoluta de Pêcheux em relação às posições e à defesa de interesses que o marxismo representa(va).

Entendemos que seja possível verificar nas próprias palavras do autor a sua dupla posição, de deslocamento-movência, de crítica interna (porque enunciada de uma posição ainda filiada) ao marxismo:

⁵⁵ Tradução nossa: “ce ne sont pas les intellectuels, même les théoriciens, ce sont les *masses* qui font l’histoire.”.

⁵⁶ Tradução nossa: “sans théorie objectivement révolutionnaire, pas de Mouvement objectivement révolutionnaire”.

Vamos parar de proteger Marx e nos proteger nele. Vamos parar de supor que ‘as coisas-a-saber’ que concernem o real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana. E procuremos medir o que este fantasma sistêmico implica, o tipo de ligação face aos ‘especialistas’ de todas as espécies e instituições e aparelhos de Estado que os empregam, não para se colocar a si mesmo fora do jogo ou fora do Estado(!), mas para tentar pensar os problemas fora da negação marxista da interpretação: isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo. (PÊCHEUX, 2006, p. 42)

Se, por um lado, Pêcheux aponta a necessidade de se deixar para trás o desejo cientificista de fazer do marxismo-materialismo “um sistema estrutural, análogo à coerência” da física, assumindo para a história os riscos e as apostas inerentes às disciplinas de interpretação, por outro lado, vê-se como ele emprega a noção de “aparelhos de Estado” como um pressuposto teórico não questionado. Além disso, o sinal exclamativo (!) após a palavra “Estado” constitui um índice da posição do autor, segundo a qual seria um absurdo “se colocar a si mesmo fora do jogo ou fora do Estado” ou, em outras palavras, a inscrição de um saber (ou corpo de conhecimentos) na ciência não exime esse saber de suas relações com as práticas políticas na sociedade econômico-capitalista, amparada na organização dos aparelhos de Estado.

5. DUAS TENDÊNCIAS ATUAIS NA ANÁLISE DE DISCURSO: INSCRIÇÕES TEÓRICAS DIFERENTES, POSIÇÕES IDEOLÓGICAS SEMELHANTES.

5.1. Do silenciamento ao apagamento (parte 1): a posição foucaultiana de Courtine na AD.

Em 1991, Jean-Jacques Courtine publicava o texto *Le discours introuvable: Marxisme et linguistique*. Nele, propunha-se reexaminar os fundamentos epistemológicos e as estratégias institucionais da Análise de discurso, além do papel desempenhado por esta última na política marxista. Para tanto, o autor se pôs a analisar o percurso teórico de Michel Pêcheux e de Louis Althusser, perscrutando as relações entre marxismo e linguística entre os anos de 1965 e 1985.

Inicialmente, Courtine (1991) assinala um silêncio semelhante ao qual nos referíamos anteriormente em nosso presente trabalho: o silêncio pelo qual a linguística teria saído do marxismo, sem nenhum balanço ou exame desse acontecimento, sem a investigação das causas que teriam provocado essa saída “à francesa”: “ Como a linguística francesa saiu do marxismo? Em silêncio: poucas análises da parte dos que foram testemunhas, não muito mais do que anamneses individuais ou coletivas da parte dos que foram os atores.”⁵⁷ (pp.156-7).

Do mesmo modo que nós fizemos, ao localizar no texto de Mالدیدیر (1990) um silenciamento de questões políticas que concernem às relações entre marxismo e AD, Courtine também o faz. Ele julga que, à história da AD escrita por Mالدیدیر, falta esse elemento das condições ideológicas, esse pano de fundo sobre o qual se construíram os itinerários e os edifícios teóricos do discurso. Courtine assinala então o processo de desmarxização das pesquisas em linguística no contexto francês dos anos 1980:

Parece-me, no entanto que seu esforço [o de Mالدیدیر] deixa na sombra uma parte das determinações essenciais da «aventura teórica» da análise do discurso: a relação da linguística como ciência com o projeto político da esquerda na França no período que nos interessa aqui. Certos setores da pesquisa linguística (sociolinguística, análise do discurso, linguística aplicada à didática das línguas...) estavam, com efeito, filosoficamente dominadas largamente pelo marxismo, ao mesmo tempo em

⁵⁷ Tradução nossa: “Comment la linguistique française est-elle sortie du marxisme? En silence: peu d'analyses de la part de ceux qui en ont été les témoins, guère plus d'anamnèses individuelles ou collectives de la part de ceux qui en ont été les acteurs.” (pp.156-7)

que eles eram concebidos como terrenos de atividade militante. A análise de Denise Maldidier se atém muito frequentemente a uma simples gênese das ideias científicas: para compreender o desaparecimento de certas maneiras de trabalhar no interior da linguística francesa é preciso analisar as condições políticas e intelectuais da desmarxização das pesquisas em linguística e mais geralmente nas ciências humanas.⁵⁸ (COURTINE, 1991, p.156)

Concordando totalmente até aqui com o que diz Courtine, também defendemos a necessidade de se investigar as condições políticas desse processo de desmarxização das pesquisas em linguística e em ciências humanas, tendo em vista uma melhor compreensão das razões pelas quais a AD tomou os rumos que tomou nas suas diferentes configurações atuais.

Na sequência de sua investigação, Courtine parece situar o processo de desmarxização em linguística como concomitante a outro processo: o de gramaticalização da análise do discurso. Como se a retirada da filiação marxista apresentasse como corolário a eliminação da dimensão histórica no estudo dos processos discursivos. Eis o diagnóstico e o veredito do autor:

Sob o termo análise de discurso desenvolvem-se descrições do fio do discurso, efetuadas de um ponto de vista formal, interativo e conversacional, ou mesmo gramatical, que abandonam pura e simplesmente a articulação do texto ou da sequência oral com as condições históricas - e às vezes mesmo simplesmente situacionais - de sua produção. E se confrontamos esses trabalhos ao duplo objetivo que constituía o fundamento do projeto da análise do discurso, vemos a dimensão histórica e crítica se apagar em proveito da dimensão empírica ou da construção de procedimentos formais; e paralelamente, o aspecto linguístico da análise recobrir quase totalmente as considerações históricas. A análise do discurso se gramaticalizou.⁵⁹ (COURTINE, 1991, p.160)

⁵⁸ Tradução nossa: “Il me semble cependant que son effort [de Maldidier] laisse dans l'ombre une part des déterminations essentielles de l'«aventure théorique» de l'analyse du discours: le rapport de la linguistique comme science avec le projet politique de la gauche en France dans la période qui nous intéresse ici. Certains secteurs de la recherche linguistique (sociolinguistique, analyse du discours, linguistique appliquée à la didactique des langues...) étaient en effet philosophiquement largement dominés par le marxisme, en même temps qu'ils étaient conçus comme des terrains d'activité militante. L'analyse de Denise Maldidier s'en tient trop souvent à une simple genèse des idées scientifiques: pour comprendre la disparition de certaines manières de travailler au sein de la linguistique française il faut analyser les conditions politiques et intellectuelles de la démarxisation des recherches en linguistique et plus généralement dans les sciences humaines.” (p.156)

⁵⁹ Tradução nossa: “Sous le terme d'analyse du discours se développent des descriptions du fil du discours, effectuées d'un point de vue formel, interactif et conversationnel, ou bien grammatical qui abandonnent purement et simplement l'articulation du texte ou de la séquence orale avec les conditions historiques – et parfois même tout simplement situationnelles - de leur production. Et si l'on confronte ces travaux au double objectif qui constituait le fondement du projet d'analyse du discours, on voit la dimension historique et critique s'effacer au profit de la dimension empirique ou de la construction de procédures formelles; et parallèlement, l'aspect linguistique de l'analyse recouvrir à peu près totalement les considérations historiques. L'analyse du discours s'est grammaticalisée.” (p.160)

Em nossa visão, o diagnóstico da época apresentado por Courtine não poderia ser mais exato. Nossas discordâncias em relação ao autor começam, no entanto, a partir do momento em que ele busca explicar as razões históricas que teriam conduzido ao processo de desmarxização da AD.

Se, de nossa parte, cremos que justamente a desmarxização da AD tenha sido responsável por esse distanciamento da teoria em relação aos aspectos históricos, e mesmo políticos, que envolvem a linguagem e o discurso; para Courtine, parece que a desmarxização foi não somente necessária como também salutar, uma vez que a filiação teórico-política a uma tradição marxista-althusseriana teria sido responsável pela redução do político ao ideológico, do histórico ao linguístico, do discursivo ao gramatical.

(...) uma série de reduções que desembocavam em uma abstração considerável do que se pode entender por “discurso”. Subordinação, em primeiro lugar, do histórico ao político: não há história em Althusser, ainda que uma “ciência da história” aí reapareça de maneira encantatória; nada de história pensável no exterior da redução do histórico ao político e da submissão do político ao ideológico. Redução ainda do ideológico ao discursivo: o discurso é a única materialidade da ideologia, à exclusão de outras práticas. E aqui, de novo, uma cegueira considerável: em pleno desenvolvimento do aparelho audiovisual de informação, à véspera do reino das imagens, é à escola e a suas práticas de leitura que Althusser atribui o papel de “aparelho ideológico dominante”. Obsessão do texto, logo, do texto escrito, considerado como vetor ideológico essencial. E no texto enfim, redução do discursivo ao sintático: o apoio sobre uma tradição exclusivamente formalista tomada como garantia quase absoluta de cientificidade “materialista” («há um real da língua») foi o momento último de uma incompreensão das mutações ideológicas contemporâneas por parte dessas análises, da historicidade das práticas languageiras inéditas que então se desenvolviam.⁶⁰ (COURTINE, 1991, p.168-9)

O tamanho dessa longa citação se justifica: além de evidenciar o embaraço da posição de Courtine frente ao althusserianismo, queremos com o exame de tal trecho exemplificar a profusão de equívocos e de afirmações no mínimo discutíveis reunidas no parágrafo acima.

Primeiramente, Courtine fala de uma “redução do histórico ao político”. Aqui poderíamos questionar quais são as concepções de história e de política que subjazem ao dizer

⁶⁰ Tradução nossa: (...) une série de réductions qui aboutissaient à une abstraction considérable de ce qu'on peut entendre par «discours». Subordination, tout d'abord, de l'historique au politique: il n'y a pas d'histoire chez Althusser, bien qu'une «science de l'histoire» y revienne de façon incantatoire; pas d'histoire pensable en dehors de la réduction de l'historique au politique, et de la soumission du politique à l'idéologique. Réduction, encore, de l'idéologique au discursif: le discours est la seule matérialité de l'idéologie, à l'exclusion d'autres pratiques. Et ici, à nouveau, un aveuglement considérable: en plein développement de l'appareil audio-visuel d'information, à la veille du règne des images, c'est à l'école et à ses pratiques de lecture qu'Althusser donne le rôle d'«appareil idéologique dominant». Obsession du texte donc, du texte écrit, considéré comme vecteur idéologique essentiel. Et dans le texte enfin, réduction du discursif au syntaxique: l'appui sur une tradition exclusivement formaliste prise pour une garantie quasi absolue de scientificité «matérialiste» («il y a un réel de la langue») a été le moment ultime d'un ratage des mutations idéologiques contemporaines de ces analyses, de l'historicité des pratiques langagières inédites qui s'y développaient. (pp.168-9)

do autor (as quais, aliás, não são esclarecidas pelo autor em seu texto). Pois, se entendemos a política como o domínio das relações de poder, podemos nos perguntar: o que resta da história se dela subtraímos as relações de poder? O que sobra dessa operação de subtração? Considerando benevolmente a hipótese de que sobre alguma coisa, que resto seria esse? E que interesse esse resto de história sem política, essa história sem relações de poder, poderia ter para um projeto de análise de discurso, tal como o de Michel Pêcheux? Para usar as palavras de Eagleton (1998, p.109), outro pensador marxista: “O marxismo não se interessa em falar das virtudes da cozinha islandesa em comparação com a búlgara. Por que haveria de se interessar?”.

Um segundo aspecto questionável do que destaca Courtine é a “submissão do político ao ideológico”. Novamente a chave para tentar compreendermos o pensamento do autor é nos perguntar pelas concepções que subjazem a seu dizer, no caso, as suas concepções de ideologia e de política. Se entendemos (1) a noção de ideologia como a entendia Althusser, “como o elemento universal da existência histórica”⁶¹ (ALTHUSSER, 1998, p.188), e como a entendia Pêcheux, enquanto materialidade simbólico-imaginária na qual e pela qual os indivíduos se tornam sujeitos; e se entendemos (2) que a política é feita por sujeitos nas suas relações sociais de poder; então não há escapatória: a política estará sempre constitutivamente marcada pela ideologia. A não ser que se conceba a hipótese de que o sujeito político possa escapar da ideologia, como o barão de Münchhausen (mas, então, o sujeito sem ideologia deixaria de ser sujeito – ao menos em termos althusserianos e pecheutianos).

Prosseguindo o exame do trecho citado acima, devemos apontar também o equívoco (dessa vez, tomando a palavra no sentido mesmo de erro, não no de equivocidade), da seguinte acusação courtiniana: “Redução ainda do ideológico ao discursivo: o discurso é a única materialidade da ideologia, à exclusão de outras práticas”. Nessa passagem o erro é flagrante, na medida em que tal acusação expõe um desconhecimento grosseiro da obra althusseriana, uma vez que, em um de seus textos mais célebres, *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*, o filósofo da Rua de Ulm enuncia explicitamente que as ideologias são feitas não de ideias, mas de *práticas* (atos, rituais) exercidas no quadro dos aparelhos ideológicos. Vejamos o que diz Althusser (2003) em diferentes passagens de seu texto sobre os AIE: (1) “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.” (p.89);

⁶¹ Tradução nossa : « comme l'élément universel de l'existence historique ».

(2) “a ideologia da ideologia reconhece, apesar de sua deformação imaginária, que as “idéias” de um sujeito humano existem em seus atos, ou devem existir em seus atos, e se isto não ocorre, ela lhe confere idéias correspondentes aos atos (mesmo perversos) que ele realiza. Esta ideologia fala de atos: nós falaremos de atos inscritos em práticas. E observaremos que estas práticas são reguladas por *rituais* nos quais estas práticas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico (...)” (p.91);

(3) “a existência das idéias de sua crença [do sujeito] é material, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as idéias do dito sujeito.” (pp.91-2)

Portanto, conhecendo, ainda que não profundamente, o texto talvez mais famoso de Althusser, é impossível afirmar que estaria em jogo aí uma redução do ideológico ao discursivo, quando na realidade o discursivo é apenas uma das dimensões das diversas práticas ideológicas.

Com relação à discussão sobre o “aparelho ideológico dominante” à época em que Althusser escrevia, entendemos que Courtine possa estar com a razão em afirmar que o “aparelho audiovisual de informação” seria hegemônico, ainda que devamos reconhecer que a escola, não apenas àquela época, mas ainda hoje, permanece como espaço privilegiado para a formação de corpos dóceis. Em todo caso, sendo metodologicamente difícil mensurar o alcance da influência tanto de um aparelho quanto o de outro, a discussão permanece aberta, e assim, ambos os posicionamentos (de Courtine e de Althusser) permaneceriam defensáveis.

Por fim, Courtine erra até quando acerta. Ao abordar o cientificismo das práticas de Análise de discurso, o autor mostra desconhecer a noção de “real” mobilizada por Pêcheux em seus últimos trabalhos (tais como *A língua inatingível*, escrito com Françoise Gadet, e *Discurso: estrutura ou acontecimento*). Nesses textos, a noção de real (real da língua, real da história) não se identifica ao que é geralmente compreendido como “realidade”, os fatos concretos, os acontecimentos históricos, a vida material. A noção de real aí é tomada por empréstimo à psicanálise lacaniana, em que o real é o impossível a ser explicado, impossível a ser apreendido, impossível a ser simbolizado. Portanto, a noção de “real da língua” não poderia ser associada, como faz Courtine, com a ideia de uma “garantia quase absoluta de cientificidade “materialista””.

Tal ideia cientificista estava, no entanto, presente no projeto *inicial* da AD de Pêcheux. Essa é uma crítica com a qual concordamos, pois também a julgamos pertinente, uma vez que o desígnio político marxista (sua vontade de poder) apoiava-se frequentemente (e ainda se

apoia, às vezes) numa ideia de Verdade absoluta, de conhecimento assegurado do real (= realidade histórica), em outras palavras, numa vontade de saber que funcionasse como substrato de legitimação da vontade de poder há pouco aludida.

Não obstante, a escrita de Courtine revela certa confusão histórica na crítica que ele endereça à AD pecheutiana. Isso se dá na medida em que o autor mistura/confunde os tempos históricos, ao relacionar a noção (então desconhecida por ele) de “real da língua”, noção presente apenas no final do percurso teórico de Pêcheux, com o cientificismo “materialista”, certamente presente no início percurso do autor, mas revisto e abandonado em seus últimos trabalhos (cf. *Discurso: estrutura ou acontecimento*).

Esse anacronismo das críticas à AD pecheutiana é recorrente, aliás, no texto courtiniano. Mais de uma vez, o autor aponta para problemas na *démarche* de Pêcheux que, entretanto, já haviam sido percebidos, reavaliados e retrabalhados por este último. Os trechos que citamos a seguir exemplificam o anacronismo das críticas. Em ambos, verificamos que o alvo é o projeto de uma leitura “dessubjetivada”, visada pelo projeto bem inicial de uma análise automática do discurso.

Quando nos damos ao trabalho de querer considerá-la [a análise do discurso] de novo hoje, percebemos que essa posição realizou uma forma máxima de tensão entre objetivos que a dividiam: ela quis, com efeito, ao mesmo tempo preencher uma função política e crítica, e uma função científica e positiva. Manter juntas, cimentar a aliança de uma teoria marxista do discurso, de uma leitura política dos textos de uma parte; de uma “análise automática do discurso» de outra parte, concebida como um dispositivo neutro de reconhecimento de frases, espécie de “máquina de ler”, da qual se esperava que ela produzisse informaticamente uma “leitura dessubjetivada». ⁶² (COURTINE, 1991, p.166-167)

Desde a origem estava inscrita nesta aliança, de uma utopia política e de um sonho positivista, uma instabilidade que ia se agravar. Ela não era sustentável senão pela confiança que ela fazia ao marxismo de seu caráter científico, como igualmente ao modelo de positividade que representava então a linguística. O aniquilamento dessa ilusão, minada pelos acontecimentos políticos e pelas transformações ideológicas,

⁶² Tradução nossa: “Quand on prend la peine de vouloir la [a análise do discurso] considérer à nouveau aujourd'hui, on s'aperçoit que cette position réalise une forme maximale de tension entre des objectifs qui la divisaient: elle voulut en effet tout à la fois remplir une fonction politique et critique, et une fonction scientifique et positive. Faire tenir ensemble, cimenter l'alliance d'une théorie marxiste du discours, d'une lecture politique des textes d'une part; d'une «analyse automatique du discours» d'autre part, conçue comme un dispositif neutre de reconnaissance des phrases, sorte de «machine à lire» dont on escomptait qu'elle produirait informatiquement une «lecture désubjectivée».” (pp.166-167)

tornou insustentável o projeto de uma teoria do discurso concebida sobre tais bases.⁶³
(COURTINE, 1991, p.167)

Podemos dizer que tais críticas são e não são pertinentes. São pertinentes na medida em que são justas no que se refere ao cientificismo materialista constitutivo da AD pecheutiana nas suas primeiras elaborações. Por outro lado, as mesmas críticas courtinianas deixam de ser pertinentes quando compreendemos que elas são anacrônicas, isto é: o objeto ao qual elas visam pertence ao momento histórico inicial dos trabalhos de Pêcheux, momento este já superado e transformado ao longo de sua *démarche* teórico-filosófica.

Pêcheux é, no caso, criticado por um erro epistemológico do qual ele, no entanto, já se deu conta e já o retificou. Em outras palavras, Courtine parece querer fazer com que Pêcheux pague por uma dívida que já foi e já está quitada. Trata-se, enfim, de uma cobrança indevida. Resta perguntarmo-nos se o anacronismo das críticas deriva de um desconhecimento involuntário ou voluntário das transformações pelas quais passou a obra de Pêcheux. Em todo caso, não sendo possível, ao menos neste trabalho, responder a essa última questão, o que permanece é o efeito que tais críticas produzem no interior do debate teórico. Ao se colocar a lupa sobre um passado com o qual Pêcheux já havia rompido, oblitera-se o estatuto ulterior de sua construção teórica, contribuindo então para a divulgação de certa feição *demodée* da AD pecheutiana, supostamente presa a um ranço marxista epistemológica e politicamente ingênuo (porque cientificista e utópico) e, ao mesmo tempo, absolutista (porque totalizante, no que tange ao saber, e totalitário, no que se refere ao poder).

Para além do anacronismo das críticas (que apesar de justificadas, mostram-se desistoricizadas), nas quais dizemos que Courtine erra mesmo quando acerta, há também o que consideramos críticas ilegítimas ao althusserianismo da ADP, nas quais Courtine também erra, mas dessa vez sem acertar.

O fragmento seguinte exhibe uma das críticas que consideramos ilegítimas:

Esse « momento discursivo » intenso [Maio de 68] fez sentir seus efeitos para além dos clamores das ruas. No trabalho teórico, impôs-se a ideia de que a crítica dos discursos era a primeira tarefa de toda crítica. Michel Foucault quis na Arqueologia do Saber (1969) e na Ordem do Discurso (1971) desfazer os laços que, silenciosamente,

⁶³ Tradução nossa: “Dès l'origine était inscrite dans cette alliance d'une utopie politique et d'un rêve positiviste une instabilité qui allait s'aggraver¹³. Elle n'était tenable que par le crédit qu'elle faisait au marxisme de son caractère scientifique, comme à parité avec le modèle de positivité que représentait alors la linguistique. L'évanouissement de cette illusion, minée par les événements politiques et les changements idéologiques, rendit intenable le projet d'une théorie du discours conçue sur de telles bases.” (p.167)

teciam a relação do discurso com o poder na materialidade dos enunciados. Mas essa opção crítica do “todo discursivo” foi sem nenhuma dúvida levada a seu paroxismo pelas concepções althusserianas da prática filosófica como “luta de classes na teoria”. A luta política tornou-se então uma simples questão de linguagem (...) garantias teóricas que permitiam a todo intelectual de participar da luta de classe a baixos custos, pois a luta de classe estava «na teoria».⁶⁴ (COURTINE, 1991, p.164)

Trata-se aí de reprovar ao althusserianismo uma atitude vergonhosa de liberar os intelectuais da responsabilidade (de fazer) política, uma vez que esses só precisariam se dedicar a seu trabalho teórico *tout court*, já que a luta de classes estaria localizada no interior da teoria.

O que torna tal crítica ilegítima é o fato de que Althusser jamais entendeu a luta de classes na teoria como substituta da luta de classes em geral. A filosofia (ou “luta de classes na teoria”) é concebida como parte integrante da luta de classes, a qual se realiza prioritariamente na prática política propriamente dita, devido ao primado da prática sobre a teoria, primado este afirmado e reafirmado ao longo da obra althusseriana, em suas muitas autocríticas e retificações.

O que eu quis fazer sentir, e que me parece, no estado das coisas, no tempo que nós vivemos, decisivo para o marxismo, é não apenas a « intrincação » da função teórica e da função prática da filosofia, mas *o primado da função prática sobre a função teórica* na própria filosofia. É para marcar a importância decisiva dessa posição (Tese) e para que esteja bem claro o primado da função prática, que eu avancei a tese: « a filosofia é, em última instância, luta de classes na teoria ».⁶⁵ (ALTHUSSER, 1998, p.190)

Outro modo de ler as palavras de Courtine acima aponta para a maneira pela qual o autor constrói sua argumentação. Ao colocar lado a lado as práticas de Foucault e de Althusser, Courtine põe o acento sobre aquilo que as diferencia, o que não chega ser uma

⁶⁴ Tradução nossa: Ce « moment discursif » intense [Mai de 68] fit sentir ses effets au-delà des clameurs de la rue. Dans le travail théorique, l'idée s'imposa que la critique des discours était la première tâche de toute critique. Michel Foucault voulut dans l'Archéologie du Savoir (1969) et dans l'Ordre du Discours (1971) défaire les liens qui, silencieusement, tissaient le rapport du discours au pouvoir dans la matérialité de ses énoncés. Mais cette option critique du « tout discursif » fut sans nul doute portée à son paroxysme par les conceptions althusseriennes de la pratique philosophique comme « lutte de classes dans la théorie ». La lutte politique devint alors une simple question de langage. (...) garanties théoriques qui permettaient à tout intellectuel de participer à la lutte de classe à moindres frais, puisque la lutte de classe était « dans la théorie ». (p.164)

⁶⁵ Tradução nossa: « Ce que j'ai voulu faire sentir, et qui me paraît, en l'état de choses, dans le temps que nous vivons, décisif pour le marxisme, c'est non seulement « l'intrication » de la fonction théorique et de la fonction pratique de la philosophie, mais *le primat de la fonction pratique sur la fonction théorique* dans la philosophie elle-même. C'est pour marquer l'importance décisive de cette position (Thèse) et pour que soit bien clair le primat de la fonction pratique, que j'ai avancé la thèse : « la philosophie est, en dernière instance, lutte de classes dans la théorie ». »

diferença qualitativa, mas tão somente uma diferença de grau. Em vez de sublinhar a semelhança entre os projetos teóricos de Foucault e de Althusser, o autor prefere reprovar a Althusser o fato de ter ido longe demais naquilo que o próprio Foucault se propunha a fazer. A diferença aí é apenas de grau: o “erro” de Althusser foi de ter conduzido ao “paroxismo” aquilo que o próprio Foucault fazia. Talvez, se Althusser tivesse sido mais moderado e menos radical, teria recebido a anuência de Courtine.

Segundo a nossa maneira de ler o mesmo fragmento, observamos a semelhança entre as propostas foucaultiana e althusseriana no que se refere ao exame das relações de poder no nível discursivo (o saber, para Foucault, a ideologia, para Althusser). Já a diferença entre tais propostas repousaria na filiação marxista, ausente do primeiro e presente no segundo. Em função disso, a análise do elemento econômico e da categoria de classe mostra-se ausente da obra foucaultiana, enquanto esses mesmos elementos possuem um papel de destaque na obra althusseriana. O que explica também a posição de Foucault em não trabalhar com o conceito de ideologia, uma vez que este se liga à divisão econômica das classes no modo de produção capitalista.

Em outro momento do texto courtiniano, deparamo-nos com o seguinte enunciado: “Mas além desse tipo de construção teórica, então largamente propagado, havia razões mais específicas aos limites dessa problemática: sua *abstração*, indiferente à história, surda às transformações políticas que lhe eram contemporâneas.”⁶⁶ (p.167).

Novamente, trata-se de outra crítica ilegítima ao althusserianismo, derivada do desconhecimento do percurso intelectual e político do filósofo da rua de Ulm, que, além de sua participação política efetiva no Partido Comunista Francês (batendo-se, aliás, contra as posições equivocadas do partido frente ao stalinismo⁶⁷), não foram poucas as intervenções althusserianas que traziam para o centro do debate intelectual as questões concretas da prática política, fosse essa mais especificamente partidária, ou mais amplamente referida à manifestação das massas, abordando os dilemas da classe operária ou as lutas locais do aparelho sindical. A título de exemplo dessas intervenções, podemos citar: *O que não pode*

⁶⁶ Tradução nossa: « Mais au-delà de ce type de construction théorique, alors largement répandu, il y avait des raisons plus spécifiques aux limites de cette problématique: son *abstraction*, indifférente à l'histoire, sourde aux transformations politiques qui lui étaient contemporaines. » (p.167)

⁶⁷ “qui assure que “le socialisme des autres chemins” ne conduira pas au même résultat que le “socialisme existant”? Et cette question dépend d’une autre: pourquoi et comment le socialisme soviétique a-t-il pu conduire à Staline et au régime actuel?” (ALTHUSSER, 1998 [1977], p.270). Tradução nossa : « quem assegura que ‘o socialismo dos outros caminhos’ não conduzirá ao mesmo resultado que o ‘socialismo existente’ ? E essa questão depende de uma outra : por que e como o socialismo soviético pôde conduzir a Stalin e ao regime atual ? ».

durar no partido comunista; 22º Congresso; História terminada, história interminável; Enfim a crise do marxismo!; O marxismo como teoria “finita”; O marxismo hoje.

O excerto a a seguir pode dar mostras da “surdez” de Althusser em relação às “transformações políticas que lhe eram contemporâneas”:

Como rever e mudar a natureza e o funcionamento das organizações da luta de classe operária? Como modificar a ideia que o partido comunista se faz tradicionalmente dele mesmo, seja como “partido da classe operária”, seja como “partido dirigente”, como, portanto, modificar sua ideologia para que na prática, a existência dos outros partidos, de outros movimentos seja reconhecida? E sobretudo, questão das questões para o presente e o futuro, como estabelecer com o movimento das massas relações que, transbordando a distinção sindicato – partido, assegurem o desenvolvimento das iniciativas populares, que ultrapassa a maior parte do tempo a divisão entre o econômico e o político, e mesmo sua “adição”? Pois nós vemos cada vez mais movimentos de massa populares nascer deles mesmos no exterior do sindicato e do Partido, e que trazem ou podem trazer alguma coisa de insubstituível à luta. Numa palavra, como responder verdadeiramente às exigências e à espera das massas populares?⁶⁸ (ALTHUSSER, 1998 [1977], p.278)

É possível que a acusação de Courtine ao althusserianismo, segundo a qual haveria uma abstração “surda às transformações políticas que lhe eram contemporâneas”, seja explicada pela crença (e consequente filiação) do autor a um bordão bastante “contemporâneo”, que se refere ao “fim das ideologias”, ao “fim das utopias e das grandes narrativas”, bordão tipicamente pós-moderno, mas não menos ideológico.

O raciocínio decorrente da crença no bordão pós-moderno, decorrente da filiação ideológica à declaração do “fim das ideologias”, postula que aqueles que insistem numa abordagem marxista teriam perdido o bonde da história, teriam ficado ultrapassados, *démodés*, estariam ainda vivenciando as décadas de 1960, 70 e (quando muito a de) 80. Como se, junto com o desaparecimento das ideologias, tivessem desaparecido também o capitalismo, a mais-valia, as classes (burguesa, pequeno-burguesa, operária, camponesa...), as indústrias, os sindicatos, o consumismo, entre outras fantasias delirantes esquerdistas...

⁶⁸ Tradução nossa: “Comment revoir et changer la nature et le fonctionnement des organisations de la lutte de classe ouvrière? Comment modifier l’idée que le parti communiste se fait traditionnellement de lui-même, soit comme “parti de la classe ouvrière”, soit comme “parti dirigeant”, comment donc modifier son idéologie pour que dans la pratique, l’existence des autres partis, d’autres mouvements soit reconnue? Et surtout, question des questions pour le présent et l’avenir, comment établir avec le mouvement des masses des rapports qui, débordant la distinction syndicat – parti, assurent le développement des initiatives populaires, qui dépasse la plupart du temps la division entre l’économique et le politique, et même leur “addition”? Car nous voyons de plus en plus de mouvements de masse populaires naître d’eux-mêmes en dehors du syndicat et du Parti, et qui apportent ou peuvent apporter quelque chose d’irremplaçable à la lute. En un mot, comment répondre vraiment aux exigences et à l’attente des masses populaires?”.

Um último trecho do texto courtiniano em que gostaríamos de apontar mais uma crítica que consideramos ilegítima ao althusserianismo é o que vem a seguir:

Sem retornar ao detalhe dessa problemática, eu gostaria de sublinhar a esse respeito dois traços: de uma parte, um pensamento da contradição, referência última a partir da qual analisar as relações entre ideologia e discurso. Esses eram considerados, com efeito, como a forma material de “formações ideológicas”, não tendo existência fora do antagonismo que os une e opõe. A única coisa que a burguesia e a classe operária têm em comum é o seu enfrentamento. Tudo isso repousava sobre uma “análise de classe” situada em plena defasagem com o momento político, social e cultural da França dos anos 1970. No momento mesmo em que Althusser escrevia, a classe operária à qual ele se referia estava desaparecendo. Reconfigurações econômicas, “contra-revolução” e êxodos industriais, transformação dos comportamentos políticos e mutação da identidade cultural dos operários: esses fatores então em gestação tinham já, sem que se soubesse ou que se quisesse ver, deixado caduca a análise.⁶⁹ (COURTINE, 1991, p.167-8)

Novamente retornam algumas regularidades do discurso capitalista pós-moderno, no que se refere ao esvaziamento ou até ao desaparecimento da classe operária, devido aos “êxodos industriais”, bem como à afirmação de que a análise marxista tornou-se “caduca”, ultrapassada, *démodée*. Mas, para além do retorno desses clichês pós-modernos, queremos voltar os olhos para outro trecho do fragmento citado, aquele em que se diz que: “A única coisa que a burguesia e a classe operária têm em comum é o seu enfrentamento.”.

Esse nos parece o enunciado mais importante a analisar, na medida em que ele representa o ápice da incompreensão sobre o que foi (e o que é) o althusserianismo, em termos teóricos e políticos.

A contribuição althusseriana fundamental no domínio teórico é a de ter demonstrado que, devido à constituição sujeitudinal ser inevitavelmente marcada pela ideologia, ou seja, por uma dimensão simbólico-imaginária, todo e cada sujeito não é o mero reflexo das suas condições materiais (econômicas) de existência. Em outras palavras: a constitutividade ideológica do sujeito não sendo uma simples representação de sua condição econômica, isso

⁶⁹ Tradução nossa: Sans revenir sur le détail de cette problématique, je voudrais en souligner à cet égard deux traits : d'une part, une pensée de la contradiction, référence dernière à partir de quoi analyser les rapports entre idéologie et discours. Ceux-ci étaient considérés en effet comme la forme matérielle de «formations idéologiques» n'ayant pas d'existence en dehors de l'antagonisme qui les unit et les oppose. La seule chose que la bourgeoisie et la classe ouvrière aient en commun, c'est leur affrontement. Tout ceci reposait sur une «analyse de classe» située en plein décalage avec le mouvement politique, social, culturel, de la France des années 1970-80. Au moment même où écrivait Althusser, la classe ouvrière à laquelle il se référait était en train de disparaître. Reconfigurations économiques, «contre-révolution» et exodes industriels, transformation des comportements politiques et mutation de l'identité culturelle des ouvriers: ces facteurs alors en gestation avaient déjà, sans qu'on le sut ou qu'on voulut le voir, rendue caduque l'analyse. (pp.167-8)

significa que o sujeito burguês e o sujeito operário podem ter muita coisa “em comum” (às vezes, mais até do que dois sujeitos pertencentes à mesma classe socioeconômica).

A consequência política dessa contribuição teórica maior do althusserianismo é que, se o marxismo pretende efetuar sua luta política de modo consequente e efetivo, ele precisa se dar conta e levar em consideração a dimensão simbólico-imaginária da subjetividade dos sujeitos, para se colocar, por exemplo, entre outras questões, a seguinte pergunta: em que medida a identificação do sujeito operário com o consumo (e com o consumismo) o assujeita à ideologia capitalista, de modo que ele não lute (nem julgue necessário lutar) para transformar a sua situação de exploração econômica (e moral)?

A lição, amarga para o marxismo, que o pensamento de Althusser traz é de que, muitas vezes, o sujeito operário é mais burguês do que o próprio burguês. E o mecanismo da identificação simbólico-imaginária que opera na ideologia não se equivale ao mecanismo da “educação”, da “transmissão de saberes”⁷⁰ visando à “tomada de consciência” para que o sujeito operário finalmente “enxergue a realidade”, saia de seu assujeitamento à ordem capitalista e lute pela transformação social. Segundo Balibar (2012, p.XV), “a ideia da ‘interpelação dos indivíduos em sujeitos’ (...) desloca esse *pedagogismo*, revelando sua incompatibilidade com um materialismo efetivo”⁷¹ (destaque do autor):

É incontestavelmente verdadeiro que a adoção do ponto de vista estrutural devia barrar o caminho a toda concepção do *sujeito constituinte* (seja o do pensamento ou o da história), ao risco de inquietar seriamente uma filosofia política que não se propõe nada menos que reconhecer na história o sujeito coletivo capaz de “transformar o mundo”⁷² (BALIBAR, 2012, p.XII - destaques do autor)

Essa constatação tornou-se um real traumático intolerável para o marxismo humanista voluntarista, que acredita no sujeito autônomo, senhor de si, livre, consciente de suas ações e origem do sentido. Althusser trouxe da psicanálise freudo-lacaniana a “Peste do assujeitamento” (PÊCHEUX, 1997d [1978], p.297), e talvez esse tenha sido (e permanecido) um dos principais motivos (senão o principal) pelo qual o pensamento althusseriano é

⁷⁰ Pêcheux compreendeu a lição amarga de Althusser, como demonstra o trecho: “(...) um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” (PÊCHEUX, 2006, p. 43)

⁷¹ Tradução nossa: “l’idée de ‘l’interpellation des individus en sujets’ (...) *déplace ce pédagogisme*, en révélant son incompatibilité avec un matérialisme effectif”.

⁷² Tradução nossa: “Il est incontestablement vrai que l’adoption du point de vue structural devait barrer la route à toute conception du *sujet constituant* (que ce soit de la pensée ou de l’histoire), au risque d’inquiéter sérieusement une philosophie politique qui ne se propose rien de moins que de reconnaître dans l’histoire le sujet collectif capable de ‘transformer le monde’.”.

sistematicamente encurralado numa guerra de duas frentes, atacado tanto pelo marxismo humanista, de um lado, quanto, de outro, por teorias não marxistas e antimarxistas.

A colocação feita por Courtine no último fragmento obscurece esse elemento fundamental ao althusserianismo, o qual demonstra, mediante a constituição ideológica heterogênea e contraditória dos sujeitos, a dificuldade que significa politicamente uma luta contra a dominação ideológica e econômica do capitalismo, uma vez que este último, na forma de seus valores e crenças, encontra-se inscrito e incrustado no próprio sujeito operário vítima da exploração econômica, e de quem se supõe e se espera que advenha a resistência ou a ação revolucionária. Consequentemente, reduzir o enfrentamento entre as classes burguesa e operária a uma espécie de dualismo, ou de maniqueísmo homogeneizante, constitui não apenas um desconhecimento ou uma deturpação, mas a própria inversão daquilo que significou o empreendimento althusseriano. Por isso, insistimos com Althusser que:

*“a contradição Capital-Trabalho não é jamais simples, mas ela é sempre especificada pelas formas e as circunstâncias históricas concretas nas quais ela se exerce. Especificada pelas formas da superestrutura (o Estado, a ideologia dominante, a religião, os movimentos políticos organizados, etc.) [...]”*⁷³
(ALTHUSSER, 1986 [1962], p.104-105 - destaques do autor).

A reconstrução histórica que Courtine realiza da ADP na relação que essa entretém com o althusserianismo mostra-se, portanto, como um gesto de leitura determinado pelas filiações ideológicas do autor ao empreendimento teórico foucaultiano, o qual se distancia do, e supostamente superaria o, marxismo.

Courtine coloca-se ao lado daqueles que enterraram o (ou decretaram a morte do) marxismo e, quase que num mesmo movimento, aponta para a filiação aos trabalhos de Foucault como a saída possível para os rumos futuros de uma AD não-gramaticalizada, isto é, que continue comprometida com o estudo da dimensão histórica na análise dos enunciados:

Existe ainda uma disciplina que possamos designar pelo termo de análise do discurso? Se conservamos a esse termo a acepção que ele tinha no contexto que eu escrevi aqui, a resposta é negativa. Aquela análise do discurso é a partir de agora um dos objetos desse período barroco da história das ideias que terá conhecido os últimos flamejamentos após os *falecimentos* quase-simultâneos de duas formas maiores do

⁷³ Tradução nossa: “*la contradiction Capital-Travail n’est jamais simple, mais qu’elle est toujours spécifiée par les formes et les circonstances historiques concrètes dans lesquelles elle s’exerce. Spécifiée par les formes de la superstructure (l’État, l’idéologie dominante, la religion, les mouvements politiques organisés, etc.) [...]*”

pensamento francês do pós-guerra, o *marxismo* e o estruturalismo.⁷⁴ (COURTINE, 1991, p.169 - destaques nossos)

O projeto de pesquisas sobre os discursos que restituem à discursividade sua espessura histórica não está, no entanto, caduco, mas deve ser inteiramente repensado. Parece-me em particular que ele não poderá fazer a economia da análise de representações complexas feitas de linguagem, de imagens e de práticas. Analisar discursos não pode mais se limitar a caracterizar diversos tipos de textos em diferentes níveis de funcionamento linguístico. Mas a pensar e a descrever a maneira pela qual se entrecruzam historicamente regimes de práticas e de séries de enunciados; e a rearticular assim as perspectivas linguística e histórica em uma direção, anteriormente indicada por Michel Foucault⁷⁵ (...) (COURTINE, 1991, pp.169-70)

Por aí se vê como a vinculação ao foucaultianismo e a rejeição ao marxismo se encontram intimamente ligadas na filiação sócio-histórico-ideológica do autor, determinando seu gesto de leitura da *démarche* althusseriana e a sua reconstrução histórica da ADP. Partindo da constatação do silêncio concernente às questões políticas que assombram a AD, Courtine recusa-se a inscrever-se nesse silenciamento, mas, por outro lado, produz o apagamento da dimensão marxista-materialista-althusseriana da ADP, uma vez que procura extirpar o althusserianismo constitutivo da Análise do discurso.

O falecimento e o enterro do marxismo, então declarados, não impedem, todavia, que o fantasma continue a assombrar a mansão dos analistas de discurso. No próximo capítulo de análise, mudaremos de endereço, mas não de condomínio: examinaremos um texto de Michel Plon, representante e representativo, em nosso entender, da posição que certa corrente psicanalista nos estudos linguísticos e discursivos ocupa em relação ao fantasma do marxismo althusseriano.

⁷⁴ Tradução nossa: “Existe-t-il encore une discipline que l'on puisse désigner par le terme d'analyse du discours? Si l'on conserve à ce terme l'acception qu'il avait dans le contexte que j'ai écrit ici, la réponse est négative. Cette analyse du discours-là est désormais l'un des objets de cette période baroque de l'histoire des idées qui aura connu les derniers flamboiements puis les décès quasi-simultanés de deux formes majeures de la pensée française d'après-guerre, le marxisme et le structuralisme.” (p.169)

⁷⁵ Tradução nossa: Le projet de recherches sur les discours qui rendent à la discursivité son épaisseur historique n'est cependant pas caduc, mais doit être entièrement repensé. Il me semble en particulier qu'il ne pourra faire l'économie de l'analyse de représentations complexes faites de langage, d'images et de pratiques. Analyser des discours ne peut plus se limiter à caractériser divers types de textes à différents niveaux de fonctionnement linguistique. Mais à penser et à décrire la manière dont s'entrecroisent historiquement des régimes de pratiques et des séries d'énoncés; et à réarticuler ainsi les perspectives linguistique et historique dans une direction, jadis indiquée par Michel Foucault (...) (pp.169-70)

5.2. Do silenciamento ao apagamento (parte 2): a posição psicanalista de Plon.

“(…) uma filosofia espiritualista (...), entre todas as misérias humanas, se lança também sobre as « crises » das ciências, para explorá-las com fins apologéticos, em última instância, religiosos (...). É preciso saber que nossa história está profundamente marcada, (...) por toda uma tradição filosófica que espreita as dificuldades, as contradições e as « crises » internas das ciências, assim como tantas falhas que ela examina sob todos os ângulos, isto é, explora (...), exatamente como certos religiosos espreitam a aproximação da morte para se lançar sobre o moribundo incrédulo e lhe infligir, na agonia, os últimos sacramentos (para sua saúde, evidentemente, mas também para a saúde da religião). É preciso saber que existe em filosofia toda uma tradição que vive apenas da exploração ideológica dos sofrimentos humanos, dos doentes e dos cadáveres, da paz, dos cataclismos e das guerras, e se precipita sobre todas as crises, também quando elas atingem as ciências.”⁷⁶ (ALTHUSSER, 1974, pp.70-1)

Em 2003, o psicanalista Michel Plon dava a conhecer, por ocasião do primeiro Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD) realizado em Porto Alegre, o seu texto *Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs análise do inconsciente*. Nele, o autor buscava identificar a causa (ou as causas) pela(s) qual(is) o empreendimento teórico de Pêcheux teria se tornado objeto de um “recobrimento” e até mesmo de uma “ignorância” no contexto francês, tentando “identificar aquilo que falha na obra de Pêcheux e que ocasiona leituras enviesadas, e até, mais frequentemente, não leituras”⁷⁷ (PLON, 2003, p.3).

O texto de Plon, embora enunciado de uma posição aparentemente, em princípio, completamente outra (pois se trata de um psicanalista de formação lacaniana) em relação à posição foucaultiana de Courtine, apresenta uma estranha familiaridade⁷⁸ com algumas das teses courtinianas, sobretudo no que diz respeito à crítica ao projeto de ADP pela via de um ataque ao bode expiatório do althusserianismo.

⁷⁶ Tradução nossa: « (...) une philosophie spiritualiste qui, entre toutes les misères humaines, se jette aussi sur les « crises » des sciences, pour les exploiter à des fins apologétiques, en dernier ressort religieuses (...). Il faut savoir que notre histoire est profondément marquée, (...) par toute une tradition philosophique qui guette les difficultés, les contradictions et les « crises » internes des sciences, comme autant de défaillances qu'elle tourne, c'est-à-dire exploite (...), exactement comme certains religieux guettent l'approche de la mort pour se jeter sur le moribond incroyant et lui infliger, dans l'agonie, les derniers sacrements (pour son salut, évidemment, mais aussi pour la santé de la religion). Il faut savoir qu'il existe en philosophie toute une tradition qui ne vit que d'exploitation idéologique des souffrances humaines, des malades et des cadavres, de la paix, des cataclysmes et des guerres et se précipite sur toutes les crises, et aussi quand elles frappent les sciences . » (ALTHUSSER, 1974, pp.70-1)

⁷⁷ Tradução nossa: “identificar ce qui cloche dans l'oeuvre de Michel et qui occasionne des lectures biaisées, voire, le plus souvent, des non lectures.” (p.3)

⁷⁸ Dizemos “estranha familiaridade”, porque, devido às diferentes posições de onde enunciam os autores, era de se esperar que seus textos defendessem teses distintas na retrospectiva análise histórico-crítica que se propõem a realizar da ADP. Entretanto, a despeito das diferentes posições teóricas ocupadas, as instâncias-sujeitos partilham de uma convergência, digamos, no mínimo curiosa. Voltaremos a essa questão oportunamente.

Contudo, há diferenças observáveis entre os textos de Courtine e de Plon. A primeira delas diz respeito ao modo como cada um dá início à sua abordagem. Enquanto Courtine, como vimos, diagnostica o silenciamento das questões políticas no exame das condições de produção que levaram à transformação do campo da AD, e recusa-se a produzir o mesmo silêncio, Plon, a esse respeito, vai se calar, mas à sua maneira, a qual podemos designar como um “silêncio tagarela”. Expliquemo-nos.

De início, o autor manifesta como projeto de seu texto o propósito de deixar de lado os fatores externos que teriam colaborado para o ostracismo da ADP na França, preferindo, por sua parte, concentrar a análise do acontecimento às suas causas internas, restritas ao domínio teórico propriamente dito.

Deixemos aí, ao menos pelo instante, esses fatores exteriores que não poderiam, eles somente, ser tomados por responsáveis do recobrimento evocado da obra de Michel Pêcheux e consideremos preferencialmente que a liquidação indicada, a dita inscrição na história das ideias não são talvez senão os sintomas daquilo que, no percurso de Michel Pêcheux, podia falhar e dar pretexto à evacuação. O que é que teria assim falhado?⁷⁹ (PLON, 2003, p.6-7)

Plon diz que deixará “os fatores exteriores” de lado “pelo instante”, porque a questão política retornará à tona com força total no decurso do texto. Nesse sentido, a preferência explícita, porque declarada, de Plon por abordar os sintomas daquilo que falha na obra de Pêcheux, acabará por sucumbir ao retorno de certo *pathos* político-ideológico, que veremos se impor na construção do argumento do autor.

Daí termos apelidado o silêncio da questão política de “tagarela”, pois, a despeito da preferência concedida ao teórico em sentido estrito, o político tomará a palavra a certa altura do texto, subirá no palanque, e dará a medida da imbricação incontornável do teórico pelo ideológico. Voltaremos a isso.

Devemos salientar agora a semelhança que a tese de Plon compartilha com as de Teixeira (2005) e de Carvalho (2008), semelhança que dessa vez não causa espanto algum, uma vez que neste caso as filiações sócio-históricas de identificação das instâncias-sujeitos

⁷⁹ Tradução nossa: “Laissons là, au moins pour l’instant, ces facteurs extérieurs qui ne sauraient, à eux seuls, être tenus pour responsables du recouvrement évoqué de l’oeuvre de Michel Pêcheux et considérons plutôt que la liquidation indiquée, la soit disant inscription dans l’histoire des idées ne sont peut être que les symptômes de ce qui, dans la démarche de Michel Pêcheux, pouvait clocher et donner prétexte à évacuation. Qu’est-ce qui aurait ainsi cloché?” (pp.6-7)

fazem-nas ocupar a mesma posição, ligada ao domínio comum (embora não homogêneo) da psicanálise lacaniana. Comparemos as teses declaradas pelas instâncias-sujeitos:

Se alguma coisa falhou naquilo que Denise Maldidier chama a aventura teórica de Michel Pêcheux, isso estaria a pesquisar do lado, não da psicanálise como tal, mas do lado da relação que ele entretém com a teoria psicanalítica mais particularmente lacaniana. A causa daquilo que teria assim falhado estando então a pesquisar não no materialismo histórico como tal, mas, aí ainda, na relação que Michel Pêcheux entretinha, via o pensamento de Louis Althusser, com o marxismo⁸⁰ (PLON, 2003, p.9)

Para Plon (2003), os problemas da teoria pecheutiana estariam nas relações de Pêcheux com a psicanálise e o marxismo, ambas intermediadas por Althusser. Vejamos agora os dizeres de Carvalho (2008):

Para nós, esse deslocamento [do tema do sujeito no discurso] decorre da emergência do que chamamos o *real do inconsciente*, em torno **daquilo que falha do lado do discurso político no qual se inseriu originalmente o projeto pêchetiano da análise do discurso**, mas também da decisão ética de não recuar diante desta falha, acolhendo e trabalhando suas conseqüências na teoria. Ele implica, igualmente, **uma leitura do texto lacaniano que toma distância em relação a Althusser**. (CARVALHO, 2008, p.160 – destaques nossos em negrito)

Para Carvalho (2008), o falhamento do projeto pecheutiano está ligado ao discurso político (leia-se: “marxismo”) no qual esse projeto se inseria. E o deslocamento da noção de sujeito, tão necessário à teoria discursiva, deveria passar, ao mesmo tempo, por uma aproximação com o lacanismo e por um afastamento em relação a Althusser. Agora, observemos a posição de Teixeira (2005, p.64):

É **preciso** então empreender uma leitura dos textos que configuram a AD3 no sentido de **tentar livrar a teoria pêcheutina⁸¹ da epistemologia totalizante**, na qual ela se situou e desenvolveu durante quase duas décadas, mas que, a julgar pelas indicações presentes nesses textos, é preciso ultrapassar. (destaques nossos)

Ao se referir à “epistemologia totalizante” da ADP, a autora remete ao materialismo histórico ou ao marxismo científico, que ela recusará em sua tentativa de dar continuidade ao

⁸⁰ si quelque chose a « cloché » dans ce que Denise Maldidier appelle l’aventure théorique de Michel Pêcheux, ce serait à rechercher du côté, non de la psychanalyse comme telle, mais du côté du rapport qu’il entretint avec la théorie psychanalytique, plus particulièrement lacanienne. La cause de ce qui aurait ainsi cloché étant alors à rechercher non dans le matérialisme historique comme tel mais, là encore, dans le rapport que Michel Pêcheux entretenait, via la pensée de Louis Althusser, avec le marxisme (p.9)

⁸¹ Sic.

projeto pecheutiano da teoria do discurso. Quanto ao marxismo não-científico, isto é, o marxismo político da luta de classes, o silêncio é a tônica na obra da autora.

Tanto Plon (2003) quanto Teixeira (2005) e Carvalho (2008), buscam localizar a engrenagem que emperra na máquina teórica de Pêcheux. Apesar das diferenças superficiais (ora o problema é o marxismo, ora a falha está no althusserianismo, ora o impasse está no materialismo histórico), os diagnósticos são semelhantes, e indicam, tendencialmente, uma espécie de paráfrase, de refrão, de repetição (talvez de insistência), contra o que chamamos o elemento MMA (marxista, materialista, althusseriano) da ADP. Essa é uma regularidade que caracteriza a tomada de posição de certa corrente psicanalista nos estudos linguístico-enunciativo-discursivos frente às *démarches* de Michel Pêcheux e de Louis Althusser.

Mas o que mais nos intriga não é essa regularidade, localizável na semelhança entre as teses de Carvalho (2008), Teixeira (2005) e Plon (2003). O que mais nos intriga é que essa posição psicanalista guarde semelhanças muito estreitas com a posição foucaultiana que já tivemos oportunidade de caracterizar quando analisamos textos de Courtine (1991) e Gregolin (2004). Por que autores de filiações teóricas e epistemológicas tão distintas, como a foucaultiana e a lacaniana, exibem uma tomada de posição tão semelhante no que tange à teoria pecheutiana do discurso e à sua herança althussero-marxista? Voltaremos a esse ponto.

Assim como os autores acima mencionados já fizeram, cada um à sua maneira, Plon (2003) também localizará na herança althusseriana da ADP a *causa daquilo que falha* no projeto teórico do amigo Pêcheux. Althusser é mais uma vez evocado como bode expiatório para explicar o falhamento da teoria do discurso, conforme ocorre igualmente em Carvalho (2008, p.246): “A dívida teórica de Pêcheux em relação a Althusser (...) parece fazer obstáculo ao reconhecimento do sujeito do inconsciente em “*Les Vérités de la Palice*”.

Observemos as palavras de Plon (2003), referindo-se ao texto de Pêcheux, “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, no qual este último faz uma autocrítica centrada principalmente sobre a noção de sujeito do inconsciente e sobre o papel da noção de falha na caracterização do ritual de interpelação ideológica:

a pergunta permanece sem resposta quanto ao fato de saber de que sujeito se trata aí e se se trata do "sujeito do inconsciente", conceito que deve-se salientar que Michel Pêcheux não utiliza e que Louis Althusser, marcando nisso o que não deixará de ser sua ambivalência face à démarche lacaniana, defendendo-a frente ao PCF notadamente, mas criticando-a noutro lugar, dirá que ele é impertinente (cf. especialmente "Trois notes sur la théorie du discours, in *Écrits sur la psychanalyse*, p. 117) (PLON, 2003, pp.17-18)

O que se assemelha fortemente a um impasse pode, talvez, se formular ainda de outro modo: pareceria que, contrapartida ou consequência da ambivalência althusseriana diante de Lacan, atitude com a qual ele era muito identificado, Michel Pêcheux tenha estado numa relação de “estranhamento familiar” com Lacan.⁸² (PLON, 2003, p.21)

Vemos no trecho acima como será construído o argumento de Plon (2003): não apenas nesta, mas em outras passagens de seu texto, o autor evocará a figura de Althusser para responsabilizá-lo - mais ou menos (in)diretamente - pelos impasses enfrentados por Pêcheux no desenvolvimento de sua teoria do discurso. No fragmento acima, a ambivalência da postura de Althusser em relação à Lacan é espelhada no percurso de Pêcheux, como se este último tivesse reproduzido em seu itinerário filosófico a mesma ambiguidade experimentada por Althusser face à psicanálise.

A tese defendida por Plon (2003) é a de que Pêcheux, em seu texto de retificação de 1978, embora tenha reconhecido sua falha de não ter trabalhado de modo consequente com a noção de sujeito do inconsciente em “Les Vérités de la Palice”, não podia suportar o real do “falhamento ao infinito”, lição amarga do lacanismo para um marxismo utópico que não saberia aceitar (acatar) esse fato incontornável da ordem do sujeito, pois tal fato significaria supostamente reconhecer a inevitabilidade do fracasso de todo e qualquer empreendimento político (e/ou teórico) revolucionário.

Plon propõe-se a examinar o texto de retificação de Pêcheux nos seguintes termos: “Michel Pêcheux anuncia com efeito nesse texto e a propósito de Les Vérités de La Palice que era preciso aí « discernir aquilo que falha, não por pretender assegurá-lo assim definitivamente no verdadeiro (!) mas para tentar avançar tanto quanto se pode em direção à justeza »”⁸³ (PLON, 2003, p.15-16).

Apresentado o propósito pecheutiano e as bases em que será feita a retificação (norteadas pela noção althusseriana de “justeza”, a qual comentaremos oportunamente), Plon

⁸² Tradução nossa: “la question demeure sans réponse quant au fait de savoir de quel sujet il s’agit là et s’il s’agit du « sujet de l’inconscient », concept dont il faut souligner que Michel Pêcheux ne l’utilise pas et dont Louis Althusser, marquant en cela ce qui ne cessera d’être son ambivalence vis-à-vis de la démarche lacanienne, la défendant vis-à-vis du PCF notamment mais la critiquant par ailleurs, dira qu’il est impertinent (cf. notamment « Trois notes sur la théorie des discours in Ecrits sur la psychanalyse , p. 117) (pp.17-18) Ce qui ressemble fort à une impasse peut, peut être, se formuler encore autrement: il semblerait que, contre partie ou conséquence de l’ambivalence althusserienne envers Lacan, attitude à laquelle il était très identifié, Michel Pêcheux ait été dans un rapport d’Unheimlich avec Lacan.” (p.21)

⁸³ Tradução nossa: “Michel Pêcheux annonce en effet dans ce texte et à propos des Vérités de La Palice qu’il fallait y « discerner ce qui cloche, non pour prétendre l’assurer ainsi définitivement dans le vrai (!) mais pour essayer d’avancer autant qu’on le peut vers la justesse »” (p.15-16)

(2003) passa a expor a sua maneira de compreender como a operação aí empreendida por Pêcheux é limitada no que tange à radicalidade da noção lacaniana de falha, na medida em que não seria possível conciliá-la com a pretensão política de filiação marxista, cujas apostas dependeriam da crença na possibilidade de evitar o falhamento, interrompê-lo, fazê-lo cessar.

Parece bem, (...) que Michel Pêcheux entende por um momento a proposição lacaniana, que ele admite que isso não pode senão falhar. Mas simultaneamente persiste, todavia a ideia de uma possível reparação, de uma retificação, operações ao final das quais isso poderia não mais falhar: como se, paradoxalmente, não mais fazer deslizar o sujeito (...) não mais reduzi-lo ao eu consciente, dito de outro modo ainda, mas isso não é dito explicitamente, não mais confundir o sujeito do inconsciente com o sujeito da psicologia (...) como se essa operação, essa retificação constituísse a garantia de que isso não falharia mais, (...). A psicanálise, em suma, tal como ela é convocada e aceitando os fundamentos disso, constituiria uma espécie de barreira protetora contra todo retorno da psicologia, uma orla protegida sobre a qual se poderia enfim desembarcar sem outra inquietude.⁸⁴ (PLON, 2003, pp.17-18)

Para Plon (2003) a ideia de retificação, explicitamente colocada por Pêcheux no texto de 1978, supõe a crença na possibilidade de evitar as falhas, de fazer parar o “falhamento ao infinito”. Eis as palavras com as quais Plon expõe o propósito de sua intervenção: “tentar identificar a causa de um falhamento – perdoem-me esse neologismo que é meu e não de Lacan – encontrando sua causa na dificuldade a suportar a falha até o infinito”⁸⁵ (PLON, 2003, p.24)

O psicanalista explica também em que medida a noção de falha, no lacanismo, encontra-se em contradição e incompatibilidade com a ideia de uma suposta possibilidade de retificação:

“não está em questão nem por um instante, exceto se sonharmos, sair da psicanálise e reduzir o inconsciente freudiano às acepções que o precederam, isto é, um

⁸⁴ Tradução nossa: “Il semble bien, à en juger par ces lignes, que Michel Pêcheux entende un temps le propos lacanien, qu’il admette que ça ne peut que clocher. Mais simultanément persiste néanmoins l’idée d’une possible réparation, d’une rectification, opérations au terme desquelles ça pourrait ne plus clocher: comme si, paradoxalement, ne plus faire glisser le sujet (...) ne plus le réduire au moi conscient autrement dit encore, mais ce n’est pas dit explicitement, ne plus confondre le sujet de l’inconscient avec le sujet de la psychologie (...) comme si cette opération, cette rectification constituerait la garantie que ça ne clocherait plus, (...) La psychanalyse en somme, telle qu’elle est convoquée et à en accepter les fondements, constituerait une sorte de garde fou contre tout retour de la psychologie, un rivage protégé sur lequel on pourrait enfin débarquer sans autre inquiétude.” (pp.17-18)

⁸⁵ Tradução nossa: “la seconde partie de mon propos, tenter d’identifier la cause d’un clochement – pardonnez ce néologisme qui est mien et non de Lacan - trouvant sa cause dans la difficulté à supporter la clocherie jusqu’à l’infini” (p.24)

inconsciente não consciente que poderia tornar-se consciente, não está em questão, portanto, erradicar o inconsciente ou o que quer que seja de seus efeitos e manifestações, de suas formações, não está em questão nem por um instante fazer que isso cesse de falhar, de reparar ou de retificar o que quer que seja (...)⁸⁶ (PLON, 2003, p.14-15)

Desse modo, o autor conclui que, embora Pêcheux tenha se esforçado para aprender as lições lacanianas, sua tentativa teria permanecido refém de sua filiação político-ideológica ao projeto revolucionário marxista, para o qual seria inadmissível (porque insuportável) reconhecer o “falhamento ao infinito” como fato inelutável. Para Plon (2003), Pêcheux ensaia uma ruptura com a episteme marxista que não chega a concluir totalmente:

Ora, ao ler Michel Pêcheux, ao ler esse texto de encruzilhada, me parece que é neste ponto preciso que se joga uma partida determinante: Michel aí tangencia uma verdadeira ruptura com uma problemática que o aprisiona, mas sem chegar a ela de maneira acabada; tudo se passa como se, amedrontado por sua audácia, ele tivesse um movimento de recuo, o que, entre outras coisas, justificaria o fato de que esse texto não fora jamais publicado em francês enquanto ele estava vivo.⁸⁷ (PLON, 2003, p.15)

A tese de Plon (2003), como veremos, caminhará no sentido de defender que as filiações teórico-filosófico-ideológicas de Pêcheux ao althusserianismo e ao marxismo constituí(r)am um bloqueio à travessia do fundador da AD francesa em direção à episteme psicanalítico-laciana: “Michel Pêcheux aparece aí (...) bloqueado, tomado em um falha que não seria a boa” (p.19)⁸⁸. Em outras palavras, segundo o que parece sugerir o texto de Plon (2003), haveria certa incompatibilidade entre as epistemes marxista e laciana, e a filiação althusseriana de Pêcheux o impedia de romper as fronteiras do marxismo para fazer a teoria do discurso sair de seus impasses, ingressando integralmente, e de uma vez por todas, na episteme psicanalítica.

⁸⁶ Tradução nossa: “il n’est pas question un instant, sauf à rêver, à sortir de la psychanalyse et à réduire l’inconscient freudien aux acceptions qui le précèdent, c’est-à-dire um inconsciente non conscient qui pourrait devenir conscient, pas question donc d’éradiquer l’inconscient ou quoi que ce soit de ses effets et manifestations, de ses formations, pas question un instant, de faire que ça cesse de clocher, de réparer ou de rectifier quoi que ce soit (...)” (p.14-15)

⁸⁷ Tradução nossa: “Or à lire Michel Pêcheux, à lire ce texte carrefour, il me semble que c’est en ce point précis que se joue une partie déterminante: Michel y frôle une véritable rupture d’avec une problématique qui l’enferme mais sans y parvenir de manière achevée ; tout se passe comme si effrayé par son audace il avait un mouvement de recul ce qui, entre autre chose, justifierait le fait que ce texte ne fut jamais publié de son vivant en français.” (p.15)

⁸⁸ Tradução nossa : “Michel Pêcheux apparaît là (...) bloqué, pris dans une clocherie qui ne serait pas la bonne”. (p.19)

Sem dúvida, um passo ficou por ser dado para se liberar dessa pressão, um obstáculo a romper, uma renúncia, alguma coisa do lado da castração, alguma coisa sem dúvida nos limites do possível no contexto político da época, alguma coisa pronta a engendrar culpabilidade, e Althusser nessa matéria se entendia como um ourives, alguma coisa que foi sem dúvida vivida muito patrioticamente como da ordem da traição, muito cristianamente como da ordem de uma deserção.⁸⁹ (PLON, 2003, p.29)

A filiação pecheutiana ao althusserianismo, segundo Plon (2003), é marcada por uma relação com o tempo, da ordem da urgência (urgência de fazer a revolução, urgência de fazer alguma coisa para combater a ordem capitalista), que supostamente impedia Pêcheux de refletir sobre os campos de saber adjacentes (como a psicanálise lacaniana) para compreender melhor o que era formulado nessas zonas de fronteiras da AD: “Como se Michel Pêcheux não tivesse o tempo de parar nas suas proximidades, como se parar, tomar seu tempo, fosse atingido por uma proibição, violasse alguma palavra de ordem assinalada pela urgência.”⁹⁰ (PLON, 2003, p.22). Essa relação com o tempo, segundo Plon (2003), é um dos elementos que compõem certo imaginário de uma “aventura teórica” no itinerário de Pêcheux. “Aventura”, “urgência” e “luta teórica” são elementos que compõem tal imaginário, o qual teria sido fomentado a partir das relações com o althusserianismo, conforme se afirma no trecho a seguir:

“Essa relação com o tempo, caracterizada por esse sentimento de uma urgência incontornável, e eu poderia multiplicar os exemplos tomados em praticamente todos os textos de Michel Pêcheux, ele a faz sua, reivindica-a sem esconder igualmente que ele a herda em linha direta de Althusser⁹¹” (PLON, 2003, pp.27-28)

A partir da relação que Pêcheux entretinha com o tempo, marcada pela insígnia da urgência, Plon (2003) prosseguirá na construção de um espelhamento entre os percursos de

⁸⁹ Tradução nossa: “Sans doute, un pas eut-il été à faire pour se libérer de cette pression, un obstacle à franchir, un renoncement, quelque chose du côté de la castration, quelque chose sans doute aux limites du possible dans le contexte politique de l’époque, quelque chose prompt à engendrer de la culpabilité, et Althusser en la matière s’y entendait tel un orfèvre, quelque chose qui eut sans doute été vécu très patriotiquement comme de l’ordre de la trahison, très chrétiennement comme de l’ordre d’un apostat.” (p.29)

⁹⁰ Tradução nossa: “Comme si Michel Pêcheux n’avait pas le temps de s’arrêter sur ces proximités, comme si s’arrêter, prendre son temps était frappé d’un interdit, contrevenait à quelque mot d’ordre marqué au coin de l’urgence.” (p.22)

⁹¹ Tradução nossa: “Ce rapport au temps, caractérisé par ce sentiment d’une urgence incontournable, et je pourrais en multiplier les exemples pris dans pratiquement tous les textes de Michel Pêcheux, il le fait sien, le revendique sans celer pour autant qu’il en hérite en droite ligne d’Althusser” (pp.27-28)

Pêcheux e de Althusser, aproximando-os dessa vez por meio da formação cristã que ambos haviam recebido.

“Essa herança althusseriana concernente ao tempo, o tempo que passa e a urgência opressiva que a ele está ligada, mereceria longos comentários mas eu não retere aqui senão um de seus aspectos, a saber o fato de que ela é portadora de uma concepção salvadora, missionária da ação política, eu ousaria dizer cristã, pois, vocês sabem, Louis Althusser tinha militado no tempo de sua juventude em Lyon nas fileiras da ação católica e contam-se entre seus primeiros mestres os filósofos cristãos Jean Lacroix e Jean Guilton, Michel Pêcheux tendo recebido por sua parte uma educação católica.”⁹² (PLON, 2003, p.28)

À medida que avançamos no texto de Plon (2003), fica mais explícita a tese de que a relação com o althusserianismo seria responsável por forjar um imaginário de heroísmo para Pêcheux, armadilha na qual ele teria se deixado aprisionar.

“O “bobard”⁹³, o não sério e a clandestinidade desde o início da “aventura”; parece-me que se pode hoje imaginar, escrever esse imaginário - sob o risco, é claro, de ser inexato, sob o risco de que ‘isso falhe’ - que foram aqueles do “encontro choque” com Louis Althusser, da “entrada em política” na concepção da luta teórica que destilava Althusser a partir de seu Quartel General do exército filosófico da rua de Ulm.”⁹⁴ (PLON, 2003, p.32)

Percebemos na leitura desse fragmento que a “entrada em política”⁹⁵ - à qual Maldidier (2003) também faz referência -, motivada pelo encontro com Althusser, é indicada como o aspecto fundador do imaginário que teria inspirado Pêcheux a trilhar o caminho da “aventura teórica”. Para caracterizar esse imaginário, Plon (2003) vale-se de uma caricatura

⁹² Tradução nossa: “Cet héritage althussérien concernant le temps, le temps qui passe et l’urgence oppressante qui lui est liée, mériterait de longs commentaires mais je ne retiendrai ici que l’un de ses aspects, à savoir le fait qu’il est porteur d’une conception salvatrice, missionnaire de l’action politique, j’oserai dire chrétienne, puisque, vous le savez, Louis Althusser avait milité au temps de sa jeunesse lyonnaise dans les rangs de l’action catholique et que l’on compte parmi ses premiers maîtres les philosophes chrétiens Jean Lacroix et Jean Guilton, Michel Pêcheux ayant reçu pour sa part une éducation catholique.” (p.28)

⁹³ Bobard: proposição fantasista, mentirosa; falsa notícia (cf. LE DITIONNAIRE: <http://www.le-dictionnaire.com/definition.php?mot=bobard>).

⁹⁴ Tradução nossa: “Le « bobard » le pas sérieux et la clandestinité dès le début de « l’ aventure »; Il me semble que l’on peut aujourd’hui imaginer, écrire cet imaginaire au risque bien sûr d’être inexact, au risque que « ça cloche », qui furent ceux de la « rencontre choc » avec Louis Althusser, de « l’entrée en politique » dans la conception de la lutte théorique que distillait Althusser depuis son Quartier Général de l’armée philosophique de la rue d’Ulm.” (p.32)

⁹⁵ Podemos nos perguntar se seria lícito subentender que Pêcheux teria sido um ser apolítico até antes do “encontro choque” com Althusser. Ou se seria igualmente legítimo deduzir que é preciso levar um choque para entrar na política.

da prática político-ideológica do althusserianismo, deslocando, por meio da linguagem empregada, a prática da militância para o militarismo. O aspecto belicoso da política, do combate, da luta parece não se harmonizar, na visão do autor, com o trabalho teórico. O teórico seria então o lugar do sério (em oposição ao aventureiro), do circunspecto (em oposição ao polêmico) e do absorto (em oposição ao patêmico).

As recorrentes e insistentes menções a Althusser e ao althusserianismo para explicar o destino funesto da ADP (e, no limite, também o destino trágico de Pêcheux) são patentes no texto de Plon e chegam, em alguns pontos, como no fragmento abaixo, a revelar certo ressentimento por parte do autor, o que já havíamos chamado anteriormente de *pathos* político-ideológico, na medida em que demonstra sua discordância e indignação face às escolhas (teóricas, profissionais, políticas) de seu amigo Pêcheux.

“como não levar em conta o vocabulário empregado por Althusser em mais de um de seus escritos e em suas intervenções e como não se perguntar quais são as causas dessa “entrada em política”? Salvo a crer, é o caso de dizê-lo, nesse encontro claudeliano - o aquário da rua de Ulm valendo então como o pilar de Notre Dame! - nessa verdadeira conversão, é preciso bem tentar compreender com efeito como um brilhante professor associado de filosofia, apaixonado por ela, apaixonado por história das ciências e ao qual um Georges Canguilhem podia prometer um futuro ao menos tão nobre quanto ia ser o de um Dominique Lecourt, vem se encontrar, sob pretexto de entrar no CNRS – instituição na qual, à época, entrava-se quase tão facilmente quanto em um moinho - a trabalhar em psicologia, mais particularmente em psicologia social, domínio ao qual Lacan, que não se enganava, reservava um desprezo muito apoiado”⁹⁶ (PLON, 2003, p.33)

Que fazer se Pêcheux não era um bom sujeito, se ele preferiu dedicar-se a um propósito menor (político, marxista), em vez de dedicar-se a algo mais nobre, como a teoria psicanalítica de vanguarda, ou como a carreira acadêmica e o sucesso profissional?

⁹⁶ Tradução nossa: “comment ne pas tenir compte du vocabulaire employé par Althusser dans plus d’un de ses écrits et dans ses interventions et comment ne pas se demander quels sont les ressorts de cette « entrée en politique » ? Sauf à croire, c’est le cas de le dire, à cette rencontre claudélienne, l’aquarium de la rue d’Ulm valant alors le pilier de Notre Dame ! à cette véritable conversion, il faut bien essayer de comprendre en effet comment un brillant agrégé de philosophie, passionné par elle, passionné d’histoire des sciences et auquel un Georges Canguilhem pouvait promettre un avenir au moins aussi noble qu’allait être celui d’un Dominique Lecourt en vient à se retrouver, sous prétexte d’entrer au CNRS - institution dans laquelle, à l’époque, on entrait à peu près aussi facilement que dans un moulin - à oeuvrer en psychologie, plus particulièrement en psychologie sociale, domaine auquel Lacan, qui ne s’y trompait pas, accordait un mépris très appuyé” (p.33)

A culpabilidade de Althusser, defendida por Plon (2003), chega ao paroxismo quando o autor faz uso da voz passiva para referir-se ao modo como Pêcheux ingressou no laboratório de psicologia social do CNRS⁹⁷:

“Como compreender tudo isso, tudo isso e o famoso “Cavalo de Troia” também, digna montaria do valoroso cavaleiro Thomas Herbert, sem alegar o imaginário do Estado maior da rua de Ulm, sem levar em conta aquilo que o plano de conquista traçado pelo dito Estado maior, plano de reconstrução, de purificação desses territórios selvagens e bárbaros que constituíam os domínios da psicologia e da psicologia social, comportava missões arriscadas, verdadeiros saltos de paraquedas noturnos e clandestinos nas zonas mais pantanosas e como tais as mais perigosas. Michel, ele não estava aí certamente por nada, por aquilo que é de sua história pessoal, Michel foi assim designado e lançado de paraquedas nesse laboratório da rua da Sorbonne, paralela à rua Saint Jacques (...). Michel aceitou sem reserva essa missão de guerra (...)”⁹⁸ (PLON, 2003, pp.34-35)

As frequentes e explícitas menções à determinante influência de Althusser no itinerário de Pêcheux produzem como efeito de sentido a defesa de uma incompatibilidade entre a filiação althussero-marxista e a episteme psicanalítica⁹⁹, que postula o falhamento ao infinito, intolerável às pretensões políticas do marxismo. Temos aí a colocação de um impasse, que teria provocado percalços na teoria pecheutiana do discurso. Fica patente como a figura fantasmagórica de Althusser assombra a posição ideológica exibida no texto de Plon. O autor indica que, face a essa incompatibilidade, Pêcheux teria de escolher um dos dois caminhos, uma das duas epistemes:

“O percurso de Michel se inscreveu até culminar aí em uma situação penosa, entre duas tendências tão pouco amenas uma quanto a outra: o campo daqueles para os

⁹⁷ Centro Nacional de Pesquisas Científicas; em francês: *Centre National de Recherches Scientifiques*.

⁹⁸ Tradução nossa: “Comment comprendre tout cela, tout cela et le fameux « Cheval de Troie » aussi bien, digne monture du preux chevalier Thomas Herbert, sans alléguer l’imaginaire de l’Etat major de la rue d’Ulm, sans prendre en compte ce que le plan de conquête mis au point par le dit Etat major, plan de reconstruction, d’assainissement de ces contrées sauvages et barbares que constituaient les domaines de la psychologie et de la psychologie sociale, comportait de missions périlleuses, véritables parachutages nocturnes et clandestins dans les zones les plus marécageuses et comme telles les plus dangereuses. Michel, il n’y était certainement pas pour rien pour ce qui est de son histoire personnelles, Michel fut ainsi désigné et parachuté dans ce laboratoire de la rue de la Sorbonne, parallèle à cette rue Saint Jacques (...). Michel accepta sans réserve cette mission de guerre (...)” (pp.34-35)

⁹⁹ Essa posição também é compartilhada por Carvalho (2008, p.251): “A psicanálise não representa, para nós, uma forma complementar ao marxismo; tampouco um retorno à subjetividade que compensaria a análise objetiva do materialismo histórico ou a forma anunciada do seu fracasso. O tensionamento da conjunção “Pêcheux e Lacan”, expresso em nosso título, propositalmente assume a forma do impasse próprio à nossa contemporaneidade política.”. Teixeira (2005), por sua vez, declara que não irá se “ocupar em caracterizar a relação entre a psicanálise e o marxismo” (p. 65), apesar de foracluir de sua teorização o materialismo histórico e a ontologia marxista, na busca por dar prosseguimento à ADP (cf. pp.175 a 179).

quais sua aventura falhava demais e o daqueles para os quais ela não falhava o suficiente. Ele estava, em 1983, eu posso atestar, nessa espécie de cruzada dos caminhos e ele não estava sem saber que a camada de gelo que havia se tornado o inverno político o constrangia a partir de então a escolher: eu avançarei, porque vai aí uma convicção na qual entram tanto a lembrança de certos detalhes quanto a afeição, eu avançarei que ele estava sobre o ponto de escolher ir do lado onde isso não cessa de falhar, opção que implicava o abandono da missão que lhe havia sido confiada, o reconhecimento de um fracasso anunciado.” (PLON, 2003, pp.37-38)¹⁰⁰

Conforme o fragmento acima, Plon (2003) aponta que a opção pelo campo “onde isso não cessa de falhar” implicava o abandono do outro campo, althussero-marxista, o campo da filiação política, cujo futuro não passaria de um “fracasso anunciado”.

Frente às teses do autor, algumas perguntas inquietantes emergem em nosso imaginário. Será mesmo que o althusserianismo ou o althussero-marxismo constituía (constitui) um impasse para a teoria discursiva de Pêcheux? Dito de outra maneira: o falhamento ao infinito é realmente inconciliável com a episteme althusseriana, que vem a ser uma episteme anti-humanista? Ou o falhamento seria insuportável apenas para os marxismos humanistas, que não admitem a radicalidade da tese do inconsciente? Outra questão: as tentativas althusseriana e pecheutiana de retificação de seus erros teóricos (e políticos) seria incompatível com a crença no falhamento? Assumir o falhamento como constitutivo e inevitável implica abrir mão de tentar corrigir aquilo que se percebe como erro?

Eis aí como emerge uma exploração¹⁰¹ político-ideológica das noções psicanalíticas de falha e de impossível. As conclusões de Plon (2003) - e não apenas as suas, mas as de todo um discurso que circula no meio acadêmico nos tempos atuais da pós-modernidade e do capitalismo tardio - parecem indicar que tentar corrigir os erros, buscar consertar as coisas, procurar melhorar a situação é uma atitude insensata, irracional ou imbecil, pois se trata de um objetivo *impossível* de ser atingido, trata-se de estarmos sempre condenados irremediavelmente ao *fracasso*. O texto de Plon é apenas “a ponta do iceberg”, apenas um

¹⁰⁰ Tradução nossa: “Le parcours de Michel s’inscrit jusqu’à y culminer entre deux étaux, deux versants aussi peu amènes l’un que l’autre : le camp de ceux pour lesquels son aventure clochait trop et celui de ceux pour lesquels elle ne clochait pas assez. Il était, en 1983, je peux en attester, à cette sorte de croisée des chemins et il n’était pas sans savoir, que la banquise qu’était devenue l’hiver politique le contraignait désormais à choisir : j’avancerai, parce qu’il en va là d’une conviction dans laquelle entrent aussi bien le souvenir de certains détails que l’affection, j’avancerai qu’il était sur le point de choisir d’aller du côté où ça ne cesse de clocher, option qui impliquait l’abandon de la mission qui lui avait été confiée, la reconnaissance d’un échec annoncé.” (pp.37-38)

¹⁰¹ Baseamo-nos aqui na noção althusseriana de “exploração das ciências pela filosofia” (ALTHUSSER, 1974, p.82) para “fins apologéticos” (idem, p.70-1). Não queremos com isso afirmar um estatuto científico para a psicanálise. Nossa pretensão é, tão somente, caracterizar em que medida as posições político-ideológicas constituintes da filosofia espontânea dos sujeitos mobilizam saberes de determinados campos teóricos com vistas à validação e à justificação de determinadas práticas sociais.

sintoma, apenas uma das manifestações desse discurso em que a exploração político-ideológica de certos conceitos da episteme psicanalítica serve aos interesses do capitalismo, na medida em que promove a descrença, a desesperança de transformação social, a inutilidade e a estupidez de lutar contra o *status quo*.

No excerto abaixo, Plon (2003) explica como, em sua visão, o imaginário político althussero-marxista representava um obstáculo para que se tomasse certa distância e se pudesse analisar adequadamente a ilusão que consistiria em retificar algo que sempre está destinado a falhar.

“Não há necessidade de insistir para fazer entender como esse dado, da clandestinidade e a identificação que ela implicava a um modelo de resistência cuja figura do Che¹⁰² podia então constituir o emblema, como esse dado e seus corolários podiam comandar a relação com o tempo, a pressão à urgência que eu evoquei há pouco, como a combinação desses elementos não podia senão fazer obstáculo à toda tomada de distância em relação a um projeto que as denegações em seu lugar não impediam de ser totalizante, como esse funcionamento podia constituir o solo sempre fértil, o alimento inesgotável mesmo em prover a persistência de uma fantasia, a de retificar, de suprimir a causa daquilo que falhava e que falha sempre.”¹⁰³ (PLON, 2003, p.36)

Já que tudo vai falhar mesmo, porque “falha sempre”, nem adianta tentar; é o mesmo que dar murro em ponta de faca; como são ingênuos esses marxistas, perderam o bonde da história, pois insistem em algo que já está provado por A + B pelas teorias de vanguarda que é impossível; o projeto revolucionário está destinado ao fracasso. Esses são alguns enunciados que podemos imaginar como sínteses de um discurso que, com base em teorias que gozam do status de ser pós-estruturalistas, pós-modernas¹⁰⁴, vanguardistas, ultra-

¹⁰² Referência ao argentino Ernesto “Che” Guevara, um dos líderes da revolução socialista cubana, que é citado também numa das epígrafes do texto de Plon (2003).

¹⁰³ Tradução nossa: “Il n’est guère besoin d’insister pour faire entendre comment cette donnée, celle de la clandestinité et l’identification qu’elle impliquait à un modèle de résistance dont la figure du Che pouvait alors constituer l’emblème, comment cette donnée et ses corollaires pouvaient commander le rapport au temps, la pression à l’urgence que j’ai évoquée à l’instant, comment la combinaison de ces éléments ne pouvait que faire obstacle à toute prise de distance à l’égard d’un projet que les dénégations à son endroit n’empêchaient pas d’être totalisant, comment ce fonctionnement pouvait constituer le sol toujours fertile, l’aliment inépuisable à même d’entretenir la persistance d’un fantasme, celui de rectifier, de supprimer la cause de ce qui clochait et qui cloche toujours.” (p.36)

¹⁰⁴ Chamamos de teorias pós-modernas às posições de pesquisa constituídas desde a derrocada do estruturalismo nos anos 1970, e cujas epistemes apresentam em comum a crítica: ao humanismo (noção de homem ou de sujeito mestre-de-si), ao cientificismo (ilusão de completude do saber totalizante), à teleologia da história (em benefício de noções como as de descontinuidade e de contingência), entre outros elementos. Dentre tais teorias, podemos incluir o foucaultianismo, o lacanismo, a desconstrução derrideana, os estudos culturais, os estudos pós-coloniais, a crítica feminista, etc.

modernas (em oposição ao ultra-passado¹⁰⁵ anacronismo marxista), promove o conformismo nas práticas políticas dos sujeitos. Carvalho (2008, p.16) afirma, por exemplo, que a “prática revolucionária (...), por definição, retorna sempre ao mesmo lugar”.

A questão é que o falhamento só se torna um real intolerável para sujeitos inscritos em epistemes humanistas, pois essas não suportam admitir a existência do sujeito inconsciente, não suportam admitir que o sujeito não tem controle de suas próprias ações e enunciações, que o sujeito não é origem do sentido nem mestre de si, e que, portanto, o sujeito não é capaz de, por meio de uma “tomada de consciência”, escapar à ideologia dominante e à alienação capitalista, a fim de lutar em prol da revolução.

No quadro de uma episteme anti-humanista como a althusseriana, o inconsciente está presente, e traz consigo o assujeitamento ao Simbólico e ao Ideológico. Isso vem complicar bem mais a luta contra o regime capitalista e pela transformação social, uma vez que a simples “tomada de consciência” já não é uma alternativa possível, já não é considerada uma estratégia viável. A dinâmica aleatória, heterogênea e contraditória das identificações, contraidentificações e desidentificações dos sujeitos frente às ideologias não pode ser controlada, por quem quer que seja. Esse elemento, que representa um real intolerável para o humanismo (marxista ou não), pode ser considerado, talvez, como a principal contribuição que o althusserianismo trouxe enquanto saber para o delineamento, pelo marxismo, de outras estratégias de luta, ressignificando a temática marxista da alienação e deslocando-a para a temática althusseriana do assujeitamento.

Plon (2003) argumenta ainda que haveria em Pêcheux, apesar de ele alinhar-se à tese do falhamento, uma denegação do projeto totalizante e teleológico althussero-marxista: projeto teleológico, pois apostaria que a história rumava para um fim, o comunismo, fim este que coincidiria com a esperança e o desejo de que o falhamento um dia acabaria; projeto totalizante e denegado, pois, apesar de declarar a inevitabilidade das falhas, apoiar-se-ia na aposta de evitá-las ou fazê-las cessar, para que a revolução socialista pudesse, enfim, acontecer, como atestam os trechos a seguir: “essa urgência repetida em todos os tons deixa planar a ideia, certamente não dita, mas tampouco ausente, de um fim possível, de um desfecho a atingir, aí onde, ao mesmo tempo, repete-se à vontade que a história é um processo

¹⁰⁵ Sic.

sem fim”¹⁰⁶ (PLON, 2003, p.29); “tudo se passa como se Michel Pêcheux não pudesse se desfazer de um empreendimento psicologista que gostaria que, uma vez aceita, a falha encontrasse, no entanto, seu término”¹⁰⁷ (PLON, 2003, p.18); “retificação (...) esse termo tão prezado, é preciso bem retornar a ele, é ele mesmo ambíguo pois implica de uma maneira ou de outra a ideia, ideia inconfessada, contida, mas entretanto presente, do apagamento daquilo que falha”¹⁰⁸ (PLON, 2003, p.25).

A esse respeito, cumpre assinalar que Althusser e Pêcheux, também por meio da retificação, haviam já reconhecido, criticado e deslocado as problemáticas totalizantes e teleológicas de seus projetos. Althusser, em certos de seus textos, combate explicitamente a noção teleológica de história, uma vez que reafirma a todo momento a ideia de que a luta de classes é um processo ininterrupto, sem fim. Se, por um lado, a expectativa de revolução, pela tomada do poder do Estado, é um horizonte de luta para a política marxista, por outro lado, compreende-se no althusserianismo que a luta prossegue indefinidamente após e apesar da tomada do Estado pela classe trabalhadora. No trecho abaixo, Althusser combate exatamente o elemento teleológico do evolucionismo filosófico:

(...) a tentação do que chamei o hegelianismo do pobre, o evolucionismo que sempre tomou, no movimento operário, a forma do economismo. Nesses dois casos, a dialética funciona, ao velho modo da filosofia pré-marxista, como a garantia filosófica do advento da revolução e do socialismo.¹⁰⁹ (ALTHUSSER, 1998b, pp.216-7)

Neste outro fragmento, Althusser recusa a noção hegeliana de “totalidade”, argumentando em favor da noção marxista de “todo complexo com dominante”, à qual teria a vantagem de exibir o caráter heterogêneo, complexo e desigual da sociedade:

¹⁰⁶ Tradução nossa: “cette urgence répétée sur tous les tons laisse planer l’idée, certes non dite mais point absente pour autant, d’une fin possible, d’un dénouement à atteindre, là où, dans le même temps, on répète à l’envie que l’histoire est un processus sans fin” (p.29)

¹⁰⁷ Tradução nossa: “tout se passe comme si Michel Pêcheux ne pouvait se défaire d’une emprise psychologiste qui voudrait qu’une fois acceptée, la clocherie trouverait néanmoins son terme” (p.18)

¹⁰⁸ Tradução nossa: “rectification (...) ce terme tant prisé, il faut bien y venir, est lui-même ambigu puisque impliquant d’une manière ou d’une autre l’idée, idée inavouée, retenue mais cependant présente, de l’effacement de ce qui cloche” (p.25)

¹⁰⁹ Tradução nossa: “la tentation de ce que j’ai appelé l’hegelianisme du pauvre, l’évolutionisme qui a toujours pris, dans le mouvement ouvrier, la forme de l’économisme. Dans ces deux cas, la dialectique fonctionne, sur le vieux mode de la philosophie pré-marxiste, comme la garantie philosophique de l’avènement de la révolution et du socialisme.”

eu defendi que Marx não se fazia a mesma ideia que Hegel da natureza de uma formação social, e eu acreditei poder manifestar a diferença entre eles dizendo que Hegel pensa uma sociedade como totalidade, enquanto Marx a pensa como um todo complexo, estruturado com dominante. (...) Pode-se deixar a Hegel a categoria de totalidade, e reivindicar para Marx a categoria de todo. Dir-se-á que isso é apenas uma nuance verbal, eu não creio de modo algum. Se eu preferi para Marx a categoria de todo à de totalidade, é porque no coração da totalidade persiste sempre uma dupla tentação: a de considerá-la como uma essência atual que abrange exhaustivamente todas suas manifestações, e, o que dá no mesmo, a de descobrir nela, como em um círculo ou uma esfera, cujas metáforas nos remetem a Hegel, um centro que dela é a essência.¹¹⁰ (ALTHUSSER, 1998b, p.213)

Pêcheux, em “O discurso: estrutura ou acontecimento”, também rompe explicitamente com a problemática totalizante do marxismo, na medida em que postula tanto a História quanto a Análise de discurso como disciplinas de interpretação, não análogas, portanto, à coerência logicamente estabilizada de uma ciência exata como a física de Galileu.

Se compreendemos, então, em que medida o althusserianismo ressignifica o marxismo, tornando-o um marxismo anti-humanista, porque atravessado pela teoria psicanalítico-lacaniana, que postula o sujeito do inconsciente; se compreendemos como o althusserianismo e a ADP reveem os elementos totalizantes, totalitários e teleológicos de certo marxismo; então, é possível argumentar que a opção entre marxismo ou psicanálise vem a ser uma *falsa escolha*. Isso ocorre, porque tais campos do saber, supostamente inconciliáveis, são (foram já) retrabalhados no cerne de suas contradições teórico-epistemológicas de modo a produzir um entroncamento esdrúxulo, inusitado, porém fértil, na medida em que propõe outras questões, tanto ao marxismo quanto à psicanálise, fazendo a tensão entre os dois campos gerar visões outras, não somente sobre seus objetos, mas também sobre si mesmos, enquanto lugares teóricos.

Seguindo nessa mesma linha da “falsa escolha” é que Žižek (2000) vai construir sua argumentação, quando trata de abordar as relações entre a noção de luta de classes e o pós-modernismo. O autor, de formação lacaniana e marxista, diante da pergunta: “Luta de classes ou pós-modernismo?”, propõe que respondamos: “Sim, por favor”. Assim, Žižek (2000) compõe o que ele chama de “recusa de escolha” (“refusal of choice” - p.90), combatendo a

¹¹⁰ Tradução nossa: “j’ai soutenu que Marx ne se faisait pas la même idée que Hegel de la nature d’une formation sociale, et j’ai cru pouvoir manifester leur différence en disant que Hegel pense une société comme totalité, alors que Marx la pense comme un tout complexe, structuré à dominante. (...) on peut laisser à Hegel la catégorie de totalité, et revendiquer pour Marx la catégorie de tout. On dira que ce n’est qu’une nuance verbale, je ne le crois pas tout à fait. Si j’ai préféré pour Marx la catégorie de tout à celle de totalité, c’est parce que au cœur de la totalité il veille toujours une double tentation: celle de la considérer comme une essence actuelle qui embrasse exhaustivement toutes ses manifestations, et, ce qui revient au même, celle d’y découvrir comme dans un cercle ou une sphère, dont les métaphores nous renvoient à Hegel, un centre qui en est l’essence.”

pressuposição pós-modernista de que a noção marxista de luta de classes seria incompatível com os desenvolvimentos teóricos atuais na era da pós-modernidade.

O que estamos chamando aqui de “falsa escolha” produz como efeito, no mínimo instigante, a ideia de que: ou se está do lado das teorias de vanguarda pós-modernistas, em consonância com o que há de mais atual, avançado e complexo em termos teóricos; ou se está do lado da problemática marxista, ultrapassada, epistemologicamente ingênua (na melhor das hipóteses) ou totalitária (na pior delas). Em outras palavras: postula-se a renegação do marxismo como pré-requisito para receber a bênção e o beneplácito das teorias pós-modernistas de vanguarda. Somente assim o sujeito do conhecimento estará apto e seu ingresso será aceito nas disciplinas pós-modernas, que, no sentido de Foucault (2001), estão mais para *doutrinas* do que para disciplinas, uma vez que estas se definem por um conjunto de regras que permitem a produção de novos enunciados, novas proposições, ao passo que aquelas se definem por determinarem a pertença de indivíduos ao mesmo grupo, desde que partilhem o reconhecimento e aceitação das mesmas “verdades”, distinguindo-se assim de todos os demais indivíduos, que não pertencem ao grupo doutrinal. A doutrina pretende ser uma marca de distinção.

A posição de Žižek (2000), com a qual concordamos, é a de recusar a falsa escolha, uma vez que: (1) ela representa um modo insidioso de deslocar a problemática¹¹¹ política da luta de classes, pois condiciona a possibilidade de avanço (aprimoramento) teórico ao abandono da questão referente aos conflitos econômico e ideológico; mas também porque (2) existe a possibilidade, já indicada por Althusser, (mas também por Žižek), de fazer trabalhar a contradição entre as epistemes marxista e psicanalítica (lacaniana), dando vazão a outro aparato conceitual frutífero e singular em relação a cada uma de suas epistemes-mães.

Retomando agora a indicação feita por Plon (2003) de que haveria contradição entre assumir o falhamento e, ao mesmo tempo, produzir uma retificação – podemos traçar a seguinte contestação a essa tese. Por um lado, podemos argumentar que não haveria contradição, uma vez que a tentativa de retificar não implica *necessariamente* a esperança de que um dia tudo pare de falhar. É possível conceber a retificação (parcial e inacabada) de determinadas falhas, pontuais, sem que isso implique necessariamente a eliminação, de uma

¹¹¹ Decidimos manter a palavra “problemática” apesar de sua ambiguidade no contexto, justamente para evidenciar as diferentes posições ideológicas em que se inscrevem os sujeitos ao lerem o enunciado acima: dependendo da posição, podemos ler o vocábulo como sendo um substantivo (nossa posição) ou como sendo um adjetivo (posição antimarxista).

vez por todas, do falhamento ao infinito. A esse respeito, podemos citar Althusser (1998a, p.189), a fim de ilustrar o pensamento do autor em relação à prática das retificações e autocríticas:

(...) não se pode, a rigor, falar de erro em filosofia, do ponto de vista marxista, a menos se pensarmos a própria filosofia sob as categorias do racionalismo (verdade/erro), isto é, sob teses filosóficas não-marxistas. Se eu falasse simplesmente de meu “erro” filosófico, sem retificar esse termo nos termos de tendência e de desvio, *eu cairia sob o golpe da oposição racionalista da verdade e do erro, e eu denunciaria então meu “erro” passado, em nome de uma “verdade” que agora eu possuiria*: sem saber por que, eu teria recebido dela o presente, e sem referência à dialética muito particular que está em operação na prática da filosofia, a qual não é (uma) ciência, mas luta de classes na teoria.¹¹² (destaques nossos)

Talvez a suposição de Plon (2003), de que a retificação implicaria necessariamente a crença na possibilidade de interromper o falhamento, seja explicada pelo desconhecimento da noção de “justeza” na obra de Althusser. Pêcheux enuncia no texto de 1978 que o objetivo de sua retificação não era o de se amparar definitivamente no verdadeiro, mas o de avançar tanto quanto possível em direção à justeza¹¹³.

Segundo a concepção de filosofia em Althusser (1974), “*justo* não é o adjetivo da *justiça*” (« *juste* n’est pas l’adjectif de la *justice*. », p.57), mas sim da justeza, a qual ele define como o critério de adequação de uma filosofia a uma linha de ação prática (isto é, política). Para o filósofo, enquanto a ciência está ligada à produção de conhecimentos verdadeiros, a filosofia não tem relação direta com a verdade, nem com o conhecimento; a filosofia se define por sua conformidade a uma posição (política), por sua conformidade a uma linha de ação prática (na luta de classes): “Uma guerra é justa quando ela é conforme a uma posição e a uma linha justas, na conjuntura de uma relação de forças dada: como intervenção prática conforme ao sentido da luta de classes, justa porque *ajustada* ao sentido da luta de classe.”¹¹⁴.

¹¹² Tradução nossa: “(...) on ne peut, à la rigueur, parler d’erreur en philosophie, du point de vue marxiste, à moins de penser la philosophie elle-même sous les catégories du rationalisme (vérité/erreur), c’est-à-dire sous des thèses philosophiques non-marxistes. Si je parlais simplement de mon “erreur” philosophique, sans rectifier ce terme dans les termes de tendance et de déviation, je tomberais sous le coup de l’opposition rationaliste de la vérité et de l’erreur, et je dénoncerais alors mon “erreur” passée, au nom d’une “vérité” que maintenant je détiendrais: sans savoir pourquoi j’en aurais reçu le cadeau, et sans égard à la dialectique très particulière qui est à l’oeuvre dans la pratique de la philosophie, laquelle n’est pas (une) science, mais lutte de classes dans la théorie.”

¹¹³ A tradução brasileira do texto pecheutiano verteu “justesse” como “justiça”, o que também pode indicar, por parte dos tradutores brasileiros, certo desconhecimento em relação a essa noção forjada por Althusser.

¹¹⁴ Tradução nossa: « Une guerre est juste quand elle est conforme à une position et à une ligne justes, dans la conjoncture d’un rapport de forces donné : comme intervention pratique conforme au sens de la lutte de classes, juste parce que *ajustée* au sens de la lutte de classe. » (pp.57-8)

Se Pêcheux entendia a noção de “justeza”, como a entendia Althusser, podemos deduzir que a sua retificação não diz respeito a um ajuste referente ao domínio da ciência, da verdade e do conhecimento, mas ao domínio da filosofia (entendida como “luta de classes na teoria”), da conformidade das teses (posições) filosóficas ao sentido da luta de classes. Portanto, a retificação pecheutiana, assumindo o falhamento constitutivo do processo de produção de conhecimentos, justifica-se na medida em que busca *ajustar* a sua teoria do discurso em relação ao sentido da luta de classe proletária.

Por outro lado, caso concordássemos com Plon (2003), e assumíssemos que haveria sim, por parte de Pêcheux, essa esperança de que o falhamento fosse interrompido, ainda assim caberia perguntarmos: essa não seria a contradição *constitutiva* de todo sujeito? Em outras palavras: o falhamento infinito sendo da ordem de um real sob o qual não se tem controle, um real que escapa às nossas tentativas de apreensão, um real que fura o imaginário de todo e qualquer sujeito; não seria necessário, conforme a própria teoria psicanalítica postula, dar um (ponto-de-)basta a esse real, a esse deslizamento incessante do significante? Dito de outro modo: a tentativa pecheutiana de retificação não é exatamente a tentativa de (re)construção/(re)configuração de um imaginário furado pelo real do falhamento? Sendo assim, que mal haveria nisso? Como condenar uma prática que é, segundo a própria teoria psicanalítica, *constitutiva* de todo e qualquer sujeito capaz de reestruturar seu imaginário furado?

a própria realidade é sempre construída como uma *tentativa de estabelecer uma coerência básica contra os efeitos desintegradores do Real*. Toda forma de realidade (simbólica/imaginária) existe como uma tentativa impossível de escapar às várias manifestações do Real, que ameaça um ou outro tipo de desintegração: trauma, perda, angústia etc. (DALY, 2006, p.15 – destaque nosso)

Exigir que o sujeito abandone essa prática, que o sujeito desista de retificar, é o mesmo que propor a afânise do sujeito, a aniquilação de sua dimensão desejante, o mergulho tétrico e sem volta no real do *non-sens*, em que o significante desliza indefinidamente, sem ponto-de-basta.

Há um hiato que separa para sempre o cerne fantasístico do ser do sujeito dos modos mais superficiais de suas identificações simbólicas ou imaginárias. Nunca me é possível assumir plenamente (no sentido de integração simbólica) o cerne fantasístico do meu ser: quando ousar enfrentá-lo de perto demais, o que ocorre é o que Lacan chama de afânise (a auto-obliteração) do sujeito: o sujeito perde sua consistência simbólica, desintegra-se. E talvez a realização forçada na realidade social do cerne fantasístico de meu ser seja o pior, o mais humilhante tipo de

violência, uma violência que solapa a própria base de minha identidade (de minha autoimagem). (ZIZEK, 2010, pp.70-71)

Essa exigência de uma suposta “coerência epistemológica” face ao fato do falhamento é frontalmente oposta ao princípio da contradição constitutiva do sujeito. Essa exigência pode (pôde?), no limite, levar ao aniquilamento de si (de Pêcheux?). Propomos chamá-la de *exigência demasiada*, porque o sujeito pode não ser capaz de sustentá-la e de suportá-la em seu imaginário.

Negar o direito à retificação, no caso, é o mesmo que negar o direito a uma existência simbólica minimamente estável, minimamente apaziguada, frente às perturbações ininterruptas e monstruosas do real, na medida em que “o Imaginário procura domesticar essa abertura [do Simbólico] pela imposição de uma paisagem fantasística peculiar a cada indivíduo. Em outras palavras, o Imaginário prende o Simbólico em torno de certas fantasias fundamentais.” (DALY, 2006, pp.13-14), enquanto o Real “é a experiência dilacerante da negação (os meteoros, os monstros e os turbilhões do trauma).” (p.16), representado por “certas encarnações figuradas do horror-excesso.” (p.15).

O próprio Plon (2003) nos dá indicações de que isso, que nós estamos chamando à nossa maneira de “exigência demasiada”, fruto da contradição entre a posição política marxista e a episteme psicanalítico-lacaniana, teria sido em parte responsável pelo sofrimento pessoal (angústia) de Pêcheux:

tudo parece então ter se passado como se Michel Pêcheux entendesse bem alguma coisa de essencial proveniente da psicanálise lacaniana, mas como se ao mesmo tempo, ele não chegasse a se libertar de um peso ou de amarras cujas exigências mínimas eram da ordem da prudência, uma prudência comandada pela política, como se ele não pudesse se autorizar totalmente, se dar o direito de aceitar não só que isso falha, mas que isso deva falhar, que seria inelutável que isso falhe, que isso falharia sempre e que seria vão esperar, até mesmo acelerar (...) a chegada do momento, do tempo em que isso não falharia mais, o tempo dos amanhã radiosos em que isso não caminhará mais obliquamente, em que isso funcionaria sem fracasso, sem falta, sem furo, o tempo em que o movimento operário e seus representantes políticos – os quais, é preciso lembrar não eram especialmente engraçados – entenderiam aquilo que ele, Michel, prezava tanto, o humor e o witz, no que, uma vez mais ele estava próximo de Freud mas também de Lacan. *Que isso tenha sido aí uma das dimensões de seu sofrimento já em obra, é algo do que eu não duvido sequer um instante.*¹¹⁵ (PLON, 2003, pp.20-21 – destaque nosso)

¹¹⁵ Tradução nossa: “tout semble donc s’être passé comme si Michel Pêcheux entendait bien quelque chose d’essentiel en provenance de la psychanalyse lacanienne mais comme si dans le même temps, il ne parvenait pas à s’affranchir d’une pesanteur ou d’un corset dont les exigences minimales étaient de l’ordre de la prudence, une prudence commandée par la politique, comme s’il ne pouvait s’autoriser totalement, se donner le droit d’accepter non seulement que ça cloche mais que ça doit clocher, qu’il était inéluctable que ça cloche, que ça clocherait toujours et qu’il était vain d’attendre, voire même d’accélérer - fonction de la hâte sur laquelle je vais

Noutra passagem do mesmo texto, aponta-se a inquietude em que vivia Pêcheux, motivada pela angústia de estar dividido entre duas posições aparentemente inconciliáveis: o marxismo e o lacanismo.

a inquietude, bem percebida por Denise Maldidier que a aponta inclusive no título de sua coletânea, era constante e finalmente sem outro objeto preciso que aquele, objeto a de Lacan, da angústia ligada ao insustentável do desejo – familiaridade e estranheza que conduzem Michel Pêcheux a se apropriar de Lacan para torcê-lo levemente, dobrá-lo a exigências outras, até mesmo atenuá-lo quando não esquecê-lo a exemplo dessa frase título^{116 117} (PLON, 2003, p.22)

Percebemos, assim, como a exigência demasiada (porque teoricamente incoerente, politicamente injusta e clinicamente irresponsável - no que diz respeito à existência simbólico-afetiva do sujeito) apoia-se nas noções de falha, impossível e real, a fim de minar as noções associadas de fantasia, imaginário e ideologia. Realçando a dimensão existencial e histórica do fracasso (*ratage*), combatem-se as fantasias estruturantes da subjetividade, destrói-se a necessidade constitutiva de um imaginário minimamente articulado, única possibilidade de se dar sustentação à existência simbólica do sujeito e, conseqüentemente, única possibilidade de suportar as manifestações traumático-monstruosas do Real. Por extensão, tal operação atinge nuclearmente a (noção de) ideologia, elemento responsável, no processo de interpelação, por forjar a articulação e a estruturação do imaginário subjetivo. A ideologia é aquilo que “cola” o imaginário, o que emenda as representações simbólicas. Sem ela, a subjetividade se estilhaça no abismo vazio do *non-sens*.

revenir - la venue du moment, du temps où ça ne clocherait plus, le temps des lendemains radieux où ça ne marcherait plus de travers, où ça fonctionnerait sans ratage, sans manque, sans trou, le temps où le mouvement ouvrier et ses représentants politiques - lesquels, faut-il le rappeler n'étaient pas spécialement drôles - entendraient ce que lui, Michel, disait tant, l'humour et le witz, en quoi, une fois de plus il était proche de Freud mais aussi de Lacan. Qu'il en ait été là de l'une des dimensions de sa souffrance déjà à l'oeuvre, c'est quelque chose dont je ne doute pas un instant.” (pp.20-21)

¹¹⁶ Plon (2003) refere-se aqui ao título do texto de Pêcheux, “Só há causa daquilo que falha”, cuja expressão é de Lacan, mas que Pêcheux teria se esquecido de referenciar.

¹¹⁷ Tradução nossa: “l'inquiétude, bien perçue par Denise Maldidier qui la pointe jusque dans le titre de son recueil, était constante et finalement sans autre objet précis que celui, objet a de Lacan, de l'angoisse liée à l'insoutenable du désir – familiarité et étrangeté qui conduisent Michel Pêcheux à s'approprier du Lacan pour le tordre légèrement, le plier à des exigences autres, voire l'estomper sinon l'oublier à l'exemple de cette phrase titre bien sûr” (p.22)

Trata-se aí, em oposição à *exigência demasiada*, (operação *perversa*)¹¹⁸, pois canaliza o insuportável do Real, desestruturando a existência simbólico-imaginária do sujeito), de assumir, de modo coerente com a própria teoria psicanalítica, a dimensão estruturante do imaginário do sujeito e, conseqüentemente, *a inevitabilidade das crenças e das apostas* forjadas nesse mesmo imaginário.

Inclusive porque sem apostas, não há História. Os deslocamentos e transformações históricos são produzidos na medida em que os sujeitos se subjetivam, isto é, constroem para si sucessivas e alternantes formas de subjetivação nas quais crenças se forjam em seus imaginários e apostas são bancadas com base em tais crenças, conduzindo os sujeitos às suas práticas, que colocam em movimento o devir histórico da sociedade.

Não se pode fazer um uso tão extremamente parcial da teoria psicanalítica, em que se enfatiza por demais a dimensão aterrorizante do Real, em detrimento da dimensão igualmente incontornável do Imaginário. Além de uma prática que se poderia chamar de clinicamente irresponsável, tratar-se-ia também de uma exploração da teoria psicanalítica em função de objetivos político-ideológicos, no mínimo, suspeitos e temerários, porque ceifam as crenças nas ideologias, as quais sustentam, em última instância, as práticas de resistência e de transformação, tão necessárias às lutas sociais. Nesse sentido, a exploração da teoria psicanalítica inscreve-se no discurso pós-modernista que postula o fim das ideologias, fim das utopias sociais, das grandes narrativas, seja a do Iluminismo liberal burguês, seja a de sua antítese dialética, o Marxismo socialista proletário.

5.2.1. À guisa de conclusão.

Por meio do exame do texto de Plon (2003), pudemos demonstrar como o autor de filiação lacaniana identifica o althusserianismo como a causa daquilo que falha no projeto teórico de Michel Pêcheux.

¹¹⁸ A perversão, definida por Lacan, é retomada por Žižek (2006, p.129) nos seguintes termos: “Um verdadeiro político stalinista ama a humanidade, mas apesar disso promove horríveis expurgos e execuções – fica com o coração partido quando o faz, mas não pode evitá-lo, é seu Dever para com o Progresso da Humanidade. Esta é a atitude perversa de adotar a posição de puro instrumento da Vontade do grande Outro: não é minha responsabilidade, não sou realmente eu que estou fazendo isso, sou apenas um instrumento da Necessidade Histórica superior. O gozo obscuro dessa situação vem do fato de que eu me concebo como *desculpado pelo que estou fazendo*: sou capaz de infligir dor a outros com a plena consciência de que não sou responsável por isso, de que meramente cumpro a Vontade do Outro.” (destaques do autor).

A partir daí, pudemos derivar algumas reflexões que poderíamos retomar e resumir segundo três eixos estruturantes: a *falsa escolha*; a *exigência demasiada e inevitabilidade das apostas e crenças*.

Por *falsa escolha*, entendemos a suposta incompatibilidade entre as epistemes althussero-marxista e psicanalítico-lacaniana. Compreendemos que a defesa de tal “incompatibilidade” repousa sobre certo desconhecimento da singularidade do pensamento althusseriano no interior da tradição filosófica marxista, uma vez que o filósofo da rua de Ulm apresenta em sua obra desenvolvimentos e aproximações - não isentos de falhas, evidentemente - mas que conduzem à possibilidade fecunda de articulação entre as duas epistemes.

Observamos também como a postulação da incompatibilidade epistemológica entre o althussero-marxismo e o lacanismo produz como efeito a *renegação do marxismo* como pré-requisito para o ingresso nas teorias pós-modernistas de vanguarda.

Em nossa visão, cabe à ADP recusar a falsa escolha, e demonstrar como é possível uma articulação entre marxismo e lacanismo, por meio dos caminhos já indicados tanto na obra de Louis Althusser como na obra de Slavoj Žižek.

Por *exigência demasiada*, compreendemos uma determinada tomada de posição que consiste em exigir que o imaginário do sujeito se submeta ao, e seja completamente tomado pelo, Real traumático do falhamento e do impossível. Colocando-se o acento nas noções de Real, falha e impossível, em detrimento das (em combate às) noções de imaginário, fantasia e ideologia, atinge-se o marxismo e o althusserianismo no seu “fígado”, uma vez que tais epistemes se sustentam sobre apostas na viabilidade da ação e da transformação política da sociedade em meio ao devir histórico.

Trata-se aí, no caso da exigência demasiada, de uma exploração das noções teóricas psicanalíticas em função de objetivos político-ideológicos ligados ao discurso pós-modernista do “fim das ideologias”, “fim das utopias”, que serve aos desígnios da ideologia e do discurso capitalistas, que postulam o “fim da História”.

Em nossa visão, cabe à ADP confrontar o discurso capitalista pós-moderno que atravessa certa corrente dos estudos linguístico-enunciativo-discursivo-psicanalíticos, que, nesse caso, interpela os sujeitos-pesquisadores-linguistas, constituindo-os na forma-sujeito-desejante “psicanalistas” ou “psacanalistas”, devido à exploração que empreendem do saber psicanalítico em benefício da luta de classe capitalista, uma vez que seus discursos teóricos e suas práticas pedagógicas (re)produzem o discurso conformista ou discurso do imobilismo.

Por *inevitabilidade das apostas e crenças no imaginário do sujeito*, podemos entendê-la como elemento constitutivo da subjetividade não-psicótica, uma vez que estabelece, por meio da fantasia, um ponto-de-basta para o deslizamento incessante do significante, processo que, quando não barrado, conduz o sujeito a viver perambulando na noite trágica e infinita do *non-sens*.

Em nossa visão, cabe à ADP reconhecer a existência desse Real (impossível a ser apreendido), mas (ou exatamente por isso) reconhecer que a teoria do discurso tem como escopo, determinado pela delimitação de seu objeto de estudo, trabalhar no espaço Simbólico-Imaginário, que é o espaço da discursividade, das materialidades discursivas, *não tendo nada a dizer sobre o Real*, uma vez que esse é um objeto psicanalítico, não discursivo (o Real não se discursiviza, pois não é simbolizável). Conforme Paveau (2011)¹¹⁹: “a análise de discurso não pode se arranjar com aquilo que falha”¹²⁰:

se a análise do discurso é uma análise linguística do discurso, se a análise linguística do discurso lida com enunciados, lida com a matéria dos enunciados, lida com observáveis, que são conjuntos de segmentos, conjuntos de palavras, conjuntos de frases, conjuntos de parágrafos, etc., então (...) parece-me que não podemos nos arranjar com o que eu chamo aquilo que falha, aquilo que falta, aquilo que é inconsciente, aquilo que falta por ser habitado pelo Outro, pois, conforme demonstrei, o discurso da psicanálise não é o discurso da análise do discurso, e que os fundamentos da psicanálise são, no plano epistemológico, diferentes dos fundamentos da linguística (...) seria necessário poder mostrar como os discursos são habitados por seu exterior, por uma cumplicidade silenciosa, etc., mas o método que passa pela psicanálise não me parece operatório¹²¹

¹¹⁹ Disponível para audição em: <http://ufftube.uff.br/video/OD9K7O36SHUW/%E2%80%9CAAnalyse-du-discours-et-psychanalyse-fronti%C3%A8res-approximations-et-tensions%E2%80%9D-Profa-Dra-Marie-Anne-Paveau>

¹²⁰ Tradução nossa: “l’analyse de discours ne peut s’arranger avec ce qui cloche”.

¹²¹ Tradução nossa: « si l’analyse du discours est une analyse linguistique du discours, si l’analyse linguistique du discours porte sur des énoncés, porte sur la matière des énoncés, porte sur des observables, qui sont des paquets de segments, des paquets de mots, des paquets de phrases, des paquets de paragraphes, etc., alors (...) il me semble que on ne peut pas s’arranger avec ce que j’appelle ce qui cloche, avec ce qui manque, avec ce qui est inconscient, avec ce qui manque d’être habité par l’Autre, puisque, comme je l’ai démontré, le discours de la psychanalyse n’est pas le discours de l’analyse du discours, et que les fondements de la psychanalyse sont sur le plan épistémologique différents des fondements de la linguistique (...) il faudrait pouvoir montrer comment les discours sont habités par leur extérieur, par une complicité silencieuse, etc., mais la méthode qui passe par la psychanalyse ne me semble pas opératoire »

CAPÍTULO FINAL

Tudo aquilo que nós escrevemos é evidentemente marcado por nossa inexperiência e nossas ignorâncias: encontra-se aí, pois, imprecisões e erros. Nossos textos e nossas fórmulas são, portanto, provisórios, e destinados a uma retificação. Em filosofia é como em política: sem crítica, não há retificação. Nós pedimos que nos dirijam críticas marxistas-leninistas.¹²² (ALTHUSSER, 1998 [1968], p.156)

¹²² Tradução nossa: “Tout ce que nous écrivons est évidemment marqué par notre inexpérience et nos ignorances: on y trouve donc des inexactitudes et des erreurs. Nos textes et nos formules sont donc provisoires, et destinés à une rectification. En philosophie c’est comme en politique: sans critique pas de rectification. Nous demandons qu’on nous adresse des critiques marxistes-léninistes.”.

6. HÁ UMA VIA PARA A ANÁLISE DE DISCURSO FORA DA GRAMATICALIZAÇÃO E DA DESMARXIZAÇÃO?

é preciso sempre julgar as posições declaradas pelo sistema das posições ocupadas e dos efeitos provocados.¹²³ (ALTHUSSER, 1998 [1972], p.170)

Neste capítulo final, tentaremos ensaiar uma resposta para o seguinte questionamento: *Por que a forclusão do marxismo althusseriano foi o caminho escolhido pelas correntes pós-modernistas da AD?* Para tanto, iniciaremos com uma breve recapitulação dos resultados a que as análises empreendidas nos encaminharam até aqui.

Vimos como diferentes correntes de AD posicionam-se diante dos elementos marxistas-materialistas-althusserianos (MMA) da teoria pecheutiana. Sob os modos do silenciamento, esquecimento, apagamento, deslocamento e movência, a AD configura-se como um sistema de dispersões, em que divergentes correntes teóricas manifestam, estranhamente, como regularidades (1) o reconhecimento dos fundamentos althusserianos da ADP, ao mesmo tempo, em que apontam para (2) a superação e supressão da ascendência althusseriana como “solução” para a teoria de Pêcheux escapar aos impasses com que se defrontou – sobretudo, no que se convencionou chamar como a passagem (ao ato)¹²⁴ da segunda para a terceira época da ADP.

Por meio da abordagem perspectivista e do método genealógico nietzscheano-foucaultiano, podemos sustentar que as interpretações (gestos de leitura) sobre as relações Althusser-Pêcheux na teoria da ADP identificam-se a tomadas de posição, determinadas pelas filiações sócio-históricas dos sujeitos-leitores. Nesse sentido, tais leituras e filiações constituem avaliações (juízos, julgamentos) da teoria, ligadas a determinados valores ideológico-políticos dos sujeitos. Isso nos permite concluir que *a recusa ao (ou o recalque do) elemento althusseriano e a forclusão do materialismo histórico podem ser interpretados como sintomas de uma posição político-epistemológica de resignação frente ao estágio atual do capitalismo pós-moderno, afetando as configurações teóricas da AD, na medida em que*

¹²³ Tradução nossa: “il faut toujours juger des positions déclarées par le système des positions tenues et des effets provoqués.”.

¹²⁴ Segundo Zizek (2000, p.126), a “violenta *passagem ao ato* psicótico-paranoica” pode ser compreendida como um ato imanentemente errado, pois representa uma reação a algum trauma não admitido que é deslocado, reprimido. A passagem ao ato trai “uma inabilidade para confrontar o núcleo real do trauma (o antagonismo social)”.

tal postura se configura como uma forma de denegação da política pós-marxista no meio acadêmico-universitário.

Através das análises empreendidas, pudemos indicar como, sob diferentes modos de funcionamento discursivo (silenciamento, esquecimento, apagamento), duas correntes atuais da AD promovem a denegação das contribuições althusserianas e da política (pós-)marxista à teoria fundada por Michel Pêcheux.

Concordamos com Foucault (1994b, p.573) que:

A interpretação se encontra diante da obrigação de se interpretar a si mesma ao infinito; de se retomar sempre. Donde duas consequências importantes. A primeira, é que a interpretação será sempre, a partir de então, a interpretação pelo “quem?”; não se interpreta aquilo que há no significado, mas **interpreta-se, no fundo: quem colocou a interpretação. O princípio da interpretação, não é outra coisa senão o intérprete.**¹²⁵ (destaques nossos)

Na mesma direção apontada por Foucault (1994b), Pêcheux (2006) indica que a interpretação ou o gesto de leitura devem ser compreendidos como tomadas de posição dos sujeitos, determinadas por suas filiações sócio-históricas de identificação.

Nesse sentido, por meio das interpretações, isto é, tomadas de posição, isto é, avaliações que as posições foucaultiana e lacaniana na AD empreendem das obras de Pêcheux e de Althusser, observamos uma (des)valorização dessas obras que é construída também sobre valores, aqueles constituintes das posições político-ideológicas que sustentam as posições teóricas foucaultiana e lacaniana.

Apesar de suas divergências teóricas, ambas possuem como elemento comum a rejeição a posições teóricas marxistas. Essa similaridade ideológica apesar da diferença teórica explica-se pelo posicionamento político de resignação (na melhor das hipóteses) ou de cinismo (na pior) que ambas as vertentes ocupam (assumidamente ou não) diante da ordem atual do capitalismo avançado. Trata-se de dois casos do “antimarxismo qui floresce desde o meio da década de 1970”¹²⁶ (IPOLA, 2012, p.4 – nota 1). Cada uma a seu modo dá mostras de sua “aversão ao marxismo” (TERÁN apud IPOLA, 2012, p.5) ao recusar uma possibilidade de transformação social mais radical.

¹²⁵ Tradução nossa: “l’interprétation se trouve devant l’obligation de s’interpréter elle-même à l’infini ; de se reprendre toujours. D’où deux conséquences importantes. La première, c’est que l’interprétation sera toujours désormais l’interprétation par le « qui ? » ; on n’interprète pas ce qu’il y a dans le signifié, mais on interprète au fond : qui a posé l’interprétation. Le principe de l’interprétation, ce n’est pas autre chose que l’interprète”

¹²⁶ Tradução nossa: “l’antimarxisme qui fleurit dès le milieu des années 1970”.

A posição foucaultiana na AD, quando sobrevaloriza as microlutas (aliás, todas elas legítimas), acaba, no entanto, por apagar as lutas econômicas atuais e a sua força-motriz: a exploração capitalista do sobre-trabalho.

Se a posição foucaultiana verbaliza mal os conflitos político-ideológicos porque ignora a exploração da mais-valia, a posição lacaniana na AD mal verbaliza teoricamente a existência dos conflitos político-ideológicos; ela parece extrair gozo de sua posição social e de seus “efeitos de prestígio” intelectual (ESCOBAR, 2011), consubstanciada numa atitude de mero diletantismo em meio à produção de conhecimentos na academia; isso quando não explora os saberes psicanalíticos para construir uma discursividade teórica que resulta fundamentação epistemológica para o discurso do imobilismo político.

Vejamos agora, com mais detalhes, como o(s) posicionamento(s) ocupado(s) por essas correntes de AD produz(em) efeitos de natureza teórica e política.

6.1. Efeitos das críticas foucaultianas ao althusserianismo da ADP.

A corrente foucaultiana de AD, representada aqui por Gregolin (2004) e Courtine (1991), efetua críticas sistemáticas a vários pontos dos empreendimentos althusseriano e pecheutiano. Tais críticas mostram-se muitas das vezes como ilegítimas, porque contradizem frontalmente os dizeres dos textos aos quais elas se endereçam. Outras vezes, as críticas se mostram pertinentes, porém anacrônicas, pois descon sideram as retificações realizadas por Althusser e Pêcheux.

Tanto no primeiro caso, quanto no segundo, o que há de comum entre as críticas providas da vertente foucaultiana é a filiação sócio-histórico-ideológica a uma posição antimarxista, uma vez que ataca e condena os conceitos de: classes, luta de classes, ideologia, relações econômicas de produção, entre outros.

Há em comum também, nas críticas de filiação foucaultiana, uma vinculação epistemológica à posição filosófica humanista¹²⁷, devido a certo embaraço frente à noção de sujeito do inconsciente, noção que representa um real traumático intolerável para aqueles que se veem como sujeitos-mestres de si. Esse real insuportável, representado pela noção de

¹²⁷ Cumpre destacar que Foucault não se filiava a essa posição filosófica humanista, na qual se inscrevem alguns de seus acólitos. Em sua obra, Foucault produziu uma crítica da noção de ‘homem’, mas em bases diferentes daquelas em que Althusser constrói sua crítica da noção de ‘sujeito’. Em linhas gerais, pode-se dizer que a distinção entre os dois anti-humanismos localiza-se na inscrição psicanalítica, presente em Althusser, mas ausente em Foucault.

inconsciente, explica por que as IES filiadas ao foucaultianismo são afetadas pelo esquecimento nº2 (da opacidade da linguagem, do fetichismo das palavras, da evidência do sentido) em sua (in)compreensão da noção de assujeitamento ideológico, visto como sinônimo de submissão (absoluta) ao poder.

No que tange à posição desenvolvida por Courtine (1991), vimos como o autor se volta contra a gramaticalização da AD (entendida como recalque da história, da dimensão histórica de todo discurso), mas se posiciona favoravelmente à desmarxização. Entendendo a influência althussero-marxista como responsável pelos equívocos epistemológicos de fazer da AD um espelhamento das vontades políticas esquerdistas, o autor busca retomar para a história o seu lugar de destaque na teoria discursiva, mas pela via da obra de Michel Foucault.

Filiada também à posição foucaultiana na AD, Gregolin (2004) expõe a sua crítica ao althusserianismo, a qual se consubstancia por meio do esquecimento nº2, produzindo interpretações assaz peculiares de conceitos althusserianos como: Ideologia, ideologia, assujeitamento, Estado, poder, aparelhos ideológicos de Estado.

Numa outra direção, Pêcheux (2006) realiza também a sua (auto)crítica do elemento althussero-marxista presente na teoria do discurso, mas de modo distinto das posições foucaultianas de AD. A (auto)crítica de Pêcheux se dá em termos de um deslocamento epistemológico acompanhado de uma *movência política*¹²⁸ - enquanto Courtine efetua um deslocamento epistemológico *e um deslocamento político*¹²⁹ - não sem exibir certo “Ressentimento” (PÊCHEUX, 1997d, p.297) e “remorso teórico” (MALDIDIER, 2003):

Na época [fim dos anos oitenta], a obra de Louis Althusser, que havia, entretanto, influenciado em profundidade a evolução do campo intelectual francês, estava recoberta por um silêncio pesado e parecia relegada às lixeiras da história. (...) No hexágono¹³⁰, eram frequentemente aqueles mesmos que haviam sido um tempo seus discípulos mais dogmáticos que lançavam uma pedra tumular sobre a obra do filósofo, após terem “se arrependido” e o terem “renegado”, conservando o tom de excomunhão que caracterizava outrora sua profecia “marxista-leninista”. Outros, que haviam sido fascinados, tinham se esforçado com um sucesso aparente em apagar o mais rapidamente a lembrança de seus “desvios de conduta” passados.¹³¹ (SINTOMER, 1998, p.5-6)

¹²⁸ Movimento de transformação sem, contudo, sair de sua inscrição no marxismo.

¹²⁹ Movimento de transformação que resulta numa inscrição outra, fora do marxismo.

¹³⁰ Forma como os franceses se referem ao território francês europeu, devido à semelhança visual com a figura geométrica do hexágono.

¹³¹ Tradução nossa: “(...) à la fin des années quatre-vingt. À l’époque, l’oeuvre de Louis Althusser, qui avait pourtant influencé en profondeur l’évolution du champ intellectuel français, était recouverte d’un silence pesant et semblait reléguée dans les poubelles de l’histoire. (...) Dans l’hexagone, c’était souvent ceux-là mêmes qui avaient été un temps ses disciples les plus dogmatiques qui jetaient une pierre tombale sur l’oeuvre du philosophe après s’être “repentis” et l’avoir “renié”, en conservant le ton de l’excommunication qui caractérisait

Em que medida o deslocamento teórico (negação das noções marxistas de luta de classes, ideologia, exploração econômica, etc.) e o deslocamento político para fora da perspectiva marxista determinam outros rumos para a teoria da AD?

Para discutir essa questão, vamos recorrer a um fragmento da obra foucaultiana que pode nos ajudar a elucidar as implicações de se perpetrar um deslocamento teórico-político na AD sobre as bases de uma ruptura com o marxismo.

Em um dos textos (na realidade, uma entrevista) que compõem a obra *Microfísica do poder*, Foucault (2006 [1979], p.7) responde por que julga difícil empregar a noção marxista de ideologia em suas análises:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é o de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções.

Primeiramente, gostaríamos de apontar que Foucault não coloca a noção de ideologia como inutilizável, mas como “dificilmente utilizável”. O autor não diz, simplesmente, que a noção de ideologia não deve ser utilizada, mas que ela não deve ser utilizada “sem precauções”.

Tentemos agora analisar as três razões expostas por Foucault para não endossar totalmente o uso da noção de ideologia.

A primeira razão, onde Foucault aponta para certa oposição entre verdade e ideologia (como erro, falsidade), é de fato um problema que foi enfrentado pelo marxismo althusseriano. A esse respeito, podemos dizer que Althusser buscou mais de uma vez retificar seu “desvio teorista”, que colocava a ideologia como ilusão, oposta à verdade supostamente segura da ciência.

eu me encontrei arrastado em uma interpretação *racionalista* do "corte"¹³² opondo a *verdade* ao *erro* sob as espécies da oposição especulativa “da” ciência e “da” ideologia em geral, cujo antagonismo do marxismo e da ideologia burguesa tornava-se assim um caso particular.¹³³ (ALTHUSSER, 1998 [1972], p.163 – destaques do autor)

Althusser reconhece seu desvio teoricista e explica-o com base na equivocidade da palavra “ideologia”, empregada com dois sentidos distintos por Marx na obra *A Ideologia alemã*:

(...) era aí, face à *ciência*, colocar em cena uma noção marxista muito importante, mas muito equívoca, e justamente em seu equívoco enganador de *A Ideologia alemã*, onde ela desempenha, sob uma única denominação indifferenciada, dois papéis diferentes, o de uma categoria filosófica por um lado (ilusão, erro), e o de um conceito científico por outro lado (formação da superestrutura): a noção de *ideologia*. E pouco importa que *A Ideologia alemã* autorize essa confusão: pois Marx saiu dela, e nos permite evitar essa armadilha. Era de fato estabelecer essa noção equívoca de ideologia *na cena racionalista* da oposição entre o erro e a verdade. E era assim, reduzindo a ideologia ao erro, e batizando em retorno o erro de ideologia, dar a esse teatro racionalista feições marxistas usurpadas.¹³⁴ (ALTHUSSER, 1998 [1972], p.173 - destaques do autor)

Ciente de seu equívoco - “a importância que eu esperava de seu primeiro uso [do termo “ideologia”], filosófico e incontestavelmente racionalista (= denunciar ilusões, erros), fazia objetivamente oscilar, neste ponto, minha interpretação no teoricismo.”¹³⁵ (ALTHUSSER, 1998 [1972], p.173) - o filósofo marxista busca corrigi-lo:

Porque ele [Marx] não podia romper com a ideologia burguesa em seu conjunto senão com a condição de se inspirar das premissas da ideologia proletária, e das primeiras lutas de classes do proletariado, onde essa ideologia tomava corpo e

¹³² Conceito althusseriano de “corte epistemológico”: o “corte” ocorre quando da fundação de uma ciência, em relação a sua pré-história não-científica. Tal conceito é inspirado no de “ruptura epistemológica”, teorizado por Gaston Bachelard.

¹³³ Tradução nossa: “je me suis trouvé entraîné dans une interprétation rationaliste de la "coupure" opposant la vérité à l'erreur sous les espèces de l'opposition spéculative de "la" science et de "l' " idéologie en général, dont l'antagonisme du marxisme et de l'idéologie bourgeoise devenait ainsi un cas particulier.”

¹³⁴ Tradução nossa: “(...) c'était là, face à la science, mettre en scène une notion marxiste très importante, mais très équivoque, et justement dans son équivoque trompeuse de *L'Idéologie allemande*, où elle joue, sous une seule appellation indifférenciée, deux rôles différents, celui d'une catégorie philosophique d'une part (illusion, erreur) et celui d'un concept scientifique d'autre part (formation de la superstructure): la notion d'*idéologie*. Et peu importe que *L'Idéologie allemande* autorise bien cette confusion: puisque Marx en est sorti, et nous permet d'en éviter le piège. C'était en fait mettre en place cette notion équivoque d'idéologie *sur la scène rationaliste* de l'opposition entre l'erreur et la vérité. Et c'était ainsi, réduisant l'idéologie à l'erreur, et baptisant en retour l'erreur idéologie, donner à ce théâtre rationaliste des allures marxistes usurpées”.

¹³⁵ Tradução nossa: “l'importance que j'attendais de son premier usage, philosophique et incontestablement rationaliste (= dénoncer des illusions, des erreurs), faisait objectivement basculer, sur ce point, mon interprétation dans le teoricisme.”

consistência. Eis o “acontecimento” que, por trás da cena racionalista da oposição entre a “verdade positiva” e a ilusão ideológica, dava a essa oposição sua dimensão histórica verdadeira.¹³⁶ (ALTHUSSER, 1998 [1972], p.174 – destaques do autor)

Althusser, assim, tomava partido por um conhecimento perspectivista, ou seja, calcado desde sempre numa *posição* ideológica, de onde e a partir da qual são produzidos os saberes e os conhecimentos científicos.

A partir daí, a noção de ideologia tem em Althusser um outro desenvolvimento. Inspirado pela noção lacaniana de imaginário, o filósofo conceitua a ideologia então como representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

Desde então, a noção althusseriana de ideologia deixa de ser entendida como sinônimo de falsidade, erro, engodo. A ideologia deixa de ser vista como o oposto da verdade científica.

Assim, a primeira razão exposta por Foucault, para se evitar o trabalho com a noção de ideologia, deixa de ser aplicável ao caso particular da noção althusseriana de ideologia, uma vez que esta passa a ser compreendida, desde o início dos anos 1970, não mais como negação ou falseamento da Realidade, mas como produtora de realidades (fantasias, sempre-já imaginárias).

Quanto à segunda razão exposta por Foucault, para não recomendar um uso “sem precauções” da noção de ideologia, o autor não explicita sobre quais bases se dá relação que ele sugere haver entre a noção de ideologia e a noção de sujeito. Sendo assim, não podemos oferecer aqui qualquer tipo de contra-argumentação, uma vez que, no excerto acima, Foucault não explicita as suas razões para reprovar a referência que a noção de ideologia faz à noção de sujeito.

Por fim, no que se refere à terceira razão exposta por Foucault, este critica a “posição secundária” que a ideologia ocupa em relação à infraestrutura econômica. De fato, no interior de certo marxismo, a ideologia é vista como uma instância sempre submetida aos processos que se desenvolvem no plano da realidade econômico-material.

Entretanto, no marxismo althusseriano, a ideologia é o modo teórico pelo qual Althusser busca combater o economismo mecanicista no interior do marxismo. Por meio do conceito de contradição sobredeterminada, Althusser pensa as relações entre a infraestrutura

¹³⁶ Tradução nossa: “*Car il [Marx] ne pouvait rompre avec l’idéologie bourgeoise dans son ensemble qu’à la condition de s’inspirer des prémisses de l’idéologie prolétarienne, et des premiers luttes de classes du prolétariat, où cette idéologie prenait corps et consistance. Voilà l’ “événement” qui, derrière la scène rationaliste de l’opposition entre la “vérité positive” et l’illusion idéologique, donnait à cette opposition sa dimension historique véritable.*”

econômica e a superestrutura ideológica como sendo da ordem de uma *autonomia relativa*, onde, portanto, a ideologia não é meramente o reflexo ou a consequência do que se passa no nível econômico de uma formação social. A ideologia é determinada pelos processos econômicos (relações sociais de produção), mas também, no sentido inverso, *determina* em alguma medida o que se passa no nível das relações sociais de produção. Este aspecto - a relativização do economismo – é, aliás, um dos elementos que, ao lado da crítica ao sujeito humanista, singulariza o althusserianismo em relação a outros marxismos:

Nós pensamos as relações de fundação e de articulação dessas diferentes práticas [econômica, política, ideológica, técnica, científica ou teórica] umas com as outras pensando seu *grau de independência*, seu tipo de *autonomia* “relativa”, eles mesmos fixados por seu *tipo de dependência* diante da prática “determinante em última instância”, a prática econômica. (ALTHUSSER, 1996 [1965], p.64-65 - destaques do autor)¹³⁷

Como se pode ver acima, embora Althusser ainda permanecesse em 1965, em alguma medida, ‘prisioneiro’ da doutrina economista de certo marxismo, sua teorização da autonomia relativa do ideológico em relação ao econômico - mediante o conceito de sobredeterminação - representa um avanço, isto é, um princípio de ruptura com esse aspecto mais mecanicista da tradição marxista.

Assim, poderíamos dizer que o althusserianismo faz um uso ‘precavido’ da noção de ideologia, conforme advertia Foucault, na medida em que, sobre as bases teorizadas por Althusser, a noção de ideologia relativiza o cientificismo e o economismo presentes em certa tradição marxista.

Nesse sentido, talvez possamos dizer que o althusserianismo seja o marxismo mais focaultiano que existe, algo do que Foucault, possivelmente, não discordaria, se levarmos em conta a sua própria posição face ao althusserianismo, enunciada no seguintes termos em entrevista a Sérgio Paulo Rouanet:

S. P. Rouanet : em *As Palavras e as Coisas* (...) você afirma que a fenomenologia e o marxismo são simples variantes desse movimento de pêndulo que conduz necessariamente, seja ao positivismo, seja à escatologia. Por outro lado, o pensamento de Althusser é geralmente alocado entre os estruturalismos, frequentemente ao lado de sua própria obra. Você considera o marxismo althusseriano como uma ultrapassagem da configuração cujos limites são o

¹³⁷ Tradução nossa: “Nous pensons les rapports de fondation et d’articulation de ces différentes pratiques les unes sur les autres en pensant leur *degré d’indépendance*, leur type d’*autonomie* “relative”, eux-mêmes fixés par leur *type de dépendance* au regard de la pratique “déterminante en dernière instance”, la pratique économique.”

positivismo e a escatologia, ou você acredita que esse pensamento se situa no interior dessa configuração?

M. Foucault. Eu me inclino pelo primeiro termo da alternativa. A esse respeito, eu devo fazer uma autocrítica¹³⁸. (...) Quando eu falei de marxismo em *As Palavras e as Coisas* (...). Eu quero me referir a uma espécie de filosofia marxista que é, em meu sentido, um acompanhamento ideológico¹³⁹ das análises históricas e sociais de Marx, assim como de sua prática revolucionária, e que não constitui o centro do marxismo, compreendido como análise da sociedade capitalista e o esquema de uma ação revolucionária nessa sociedade. Se este é o núcleo do marxismo, então eu não falei do marxismo, mas de uma espécie de humanismo marxista¹⁴⁰: um acompanhamento ideológico, uma música de fundo filosófica.¹⁴¹ (FOUCAULT, 1994a [1971] p.170)

Se estivermos corretos, Foucault não recusa totalmente o emprego da categoria de ideologia. Além disso, a forma como essa noção é teorizada por Althusser representa uma divisão e uma ruptura no interior da própria tradição marxista, na medida em que relativiza e combate o economismo.

No momento histórico em que Althusser escrevia, o combate ao economismo era absolutamente necessário, uma vez que, a muitas análises marxistas, costumava escapar a complexidade das relações sobredeterminadas entre o ideológico e o econômico, fator que explica, em muitos casos, o porquê de certos sujeitos proletários, assujeitados à ideologia dominante, comportarem-se de maneira contraditória em relação a suas próprias posições de classe, definidas na esfera das relações econômicas de produção.

Contudo, no momento histórico presente, em que se assiste a um suposto triunfo do capitalismo, ao “fim das ideologias” e das “Grandes Narrativas”, cumpre reconhecer que o combate atual deve se voltar contra o que Daly (2006, p.24) chama de “tabu do economicismo”:

¹³⁸ Sim, Foucault também faz autocríticas.

¹³⁹ Sim, Foucault está usando aí uma noção de ideologia.

¹⁴⁰ Vale lembrar que Althusser também combate o humanismo marxista.

¹⁴¹ Tradução nossa: “S. P. Rouanet : « dans Les Mots et les Choses (...) vous affirmez que la phénoménologie et le marxisme sont des simples variantes de ce mouvement de pendule qui conduit nécessairement, soit au positivisme, soit à l’eschatologie. D’autre part, la pensée d’Althusser est généralement rangée parmi les structuralismes, souvent à côté de votre propre oeuvre. Considérez-vous le marxisme althussérien comme un dépassement de la configuration dont les limites sont le positivisme et l’eschatologie, ou croyez-vous que cette pensée se situe à l’intérieur de cette configuration ? »

M. Foucault. « Je penche pour le premier terme de l’alternative. À ce sujet, je dois faire une autocritique. (...) Quand j’ai parlé de marxisme dans *Les Mots et les Choses* (...). Je veux me référer à une espèce de philosophie marxiste qui est, à mon sens, un accompagnement idéologique des analyses historiques et sociales de Marx, ainsi que de sa pratique révolutionnaire, et qui ne constitue pas le centre du marxisme, compris comme l’analyse de la société capitaliste et le schéma d’une action révolutionnaire dans cette société. Si celui-ci est le noyau du marxisme, alors je n’ai pas parlé du marxisme, mais d’une espèce d’humanisme marxiste : un accompagnement idéologique, une musique de fond philosophique.”

“Por um tempo demasiadamente longo, o marxismo foi infernizado por um economicismo quase fetichista, que tendia para a morbidez política. (...). Nesse novo contexto, entretanto, Žižek afirma que **o problema** que se apresenta agora é quase o do **fetichismo inverso**. Dito de outra maneira, **as angústias proibitivas** que cercam **o tabu do economicismo** podem funcionar como **um modo de não entrar em contato com a realidade econômica e de aceitá-la implicitamente como um horizonte fundamental de vida.**” (destaques nossos)

Ao produzirem as críticas, ora anacrônicas, ora ilegítimas, ao althusserianismo, as posições ‘foucaultianas’ de Courtine (1991) e Gregolin (2004) extirpam a constitutividade marxista da teoria pecheutiana do discurso, construindo, assim, uma outra configuração teórico-política para a AD, na qual as questões marxistas (ideologia, economia, revolução social) são obliteradas.

Compreendemos as posições de Courtine (1991) e Gregolin (2004) como sintomas dessas “angústias proibitivas” às quais Daly (2006) se refere, na medida em que tais posições produzem como efeito o tabu do economicismo, isto é, o apagamento, a indiferença e/ou a “ignorância” em relação ao modo como as práticas econômicas (relações de produção capitalistas) afetam: a produção de sentidos no discurso; a produção de ideologias e subjetividades nos sujeitos; a produção de discursos teóricos conformistas; a produção de práticas políticas de resignação frente ao *status quo*.

Eagleton (1998, p.76) é outro autor que também endossa a crítica ao tabu do economicismo na pós-modernidade: “o biologismo e o economicismo, palavras que ao serem pronunciadas todos os pós-modernistas obstinados se benzem.”.

As posições teóricas foucaultianas pós-modernas (dentro e fora da AD), quando denegam as problemáticas marxistas da ideologia e da economia, apregoam a abordagem de das questões políticas pela via da análise da rede dos micropoderes. Porém, assim fazendo, excluem o *macropoder* representado pelas relações de produção econômico-capitalistas, na medida em que essas *sobredeterminam* as demais relações de poder em conflito na sociedade.

A esse respeito, Žižek (2000, p.98) faz o seguinte questionamento: "Em suma, quando estamos a lidar com uma série de lutas particulares, não há sempre uma luta que, embora pareça funcionar como um na série, efetivamente fornece o horizonte da série como tal?"¹⁴². E ele mesmo se responde:

¹⁴² Tradução nossa: “In short, when we are dealing with a series of particular struggles, is there not always one struggle which, although it appears to function as one in the series, effectively provides the horizon of the series as such?”

um dos grandes e permanentes resultados do chamado "marxismo ocidental" primeiramente formulado pelo jovem Lukács é que *a estrutura de classe-e-mercadoria do capitalismo não é apenas um fenômeno limitado ao "domínio" específico da economia, mas o princípio estruturante que sobredetermina a totalidade social, da política até a arte e a religião*. Esta dimensão global do capitalismo está suspensa na política multiculturalista progressista de hoje: o seu "anti-capitalismo" é reduzido ao nível de como o capitalismo de hoje gera opressão sexista/racista, e assim por diante.¹⁴³ (ZIZEK, 2000, p.96 – destaque nosso)

As posições teóricas pós-modernistas (pós-estruturalistas, derrideano-desconstrucionistas, multiculturalistas, etc.) dentre as quais se inclui também a ortodoxia foucaultiana, colocam o acento sobre o que chamam de microlutas, isto é, conflitos políticos não-explicitamente econômicos, conflitos esses motivados por razões de outra natureza: questões de gênero (machismo, sexismo, feminismo), questões étnicas (racismos), questões culturais e/ou religiosas, etc.

Em que pese a legitimidade inequívoca de todas essas lutas, o *excesso* na ênfase sobre tais conflitos acaba por trair certa desconsideração das questões econômicas nas análises políticas. Eis aí um exemplo de funcionamento discursivo do silêncio (do econômico) por excesso (da ênfase nas 'microlutas'):

A política pós-moderna definitivamente tem o grande mérito de que ela "repolitiza" uma série de domínios anteriormente considerados "apolíticos" ou "privados"; permanece o fato, no entanto, de que *não* repolitiza, de fato, o capitalismo, *porque a própria noção e forma do 'político' dentro do qual ela opera é fundamentada na 'despolitização' da economia*. Se estamos dispostos a jogar o jogo pós-moderno da pluralidade das subjetivações políticas, é formalmente necessário que nós *não* façamos certas perguntas (sobre como subverter o capitalismo como tal [...])¹⁴⁴ (ZIZEK, 2000, p.98 - destaques do autor)

Zizek (2000, p.108) não hesita em considerar as limitações dessa política pós-moderna atual: "da minha perspectiva, a política pós-moderna de hoje das múltiplas subjetividades é

¹⁴³ Tradução nossa: "one of the great and permanent results of the so-called 'Western-Marxism' first formulated by the young Lukács is that the class-and-commodity structure of capitalism is not just a phenomenon limited to the particular 'domain' of economy, but the structuring principle that overdetermines the social totality, from politics to art and religion. This global dimension of capitalism is suspended in today's multiculturalist progressive politics: its 'anti-capitalism' is reduced to the level of how today's capitalism breeds sexist/racist oppression, and so on."

¹⁴⁴ Tradução nossa: "Postmodern politics definitely has the great merit that it 'repoliticizes' a series of domains previously considered 'apolitical' or 'private'; the fact remains, however, that it does *not* in fact repoliticize capitalism, because *the very notion and form of the 'political' within which it operates is grounded in the 'depoliticization' of the economy*. If we are to play the postmodern game of plurality of political subjectivizations, it is formally necessary that we do *not* ask certain questions (about how to subvert capitalism as such [...])"

precisamente não política o bastante, na medida em que ela pressupõe silenciosamente um quadro não-tematizado, ‘naturalizado’ das relações econômicas.”¹⁴⁵.

Zizek (2000, p.97) explicita de que maneira as teorias pós-modernistas promovem um “deslocamento ideológico” quando silenciam sobre a luta de classes, ao mesmo tempo em que realçam outros conflitos de natureza política:

nesta suspensão silenciosa de análise de classe, (...) estamos lidando com um caso exemplar do mecanismo do *deslocamento* ideológico: (...) esse deslocamento explica o modo de certa maneira ‘excessivo’ pelo qual o discurso da política de identidade pós-moderna insiste sobre os horrores do sexismo, do racismo, e assim por diante. Esse ‘excesso’ provém do fato de que esses outros ‘-ismos’ têm que sustentar o investimento excedente da luta de classes, cuja extensão não é reconhecida.¹⁴⁶

O deslocamento ideológico apontado por Zizek, caracterizado discursivamente pelo funcionamento do silêncio por excesso, pode ser compreendido também com o auxílio da noção freudiana de **fetiche**, comentada nos seguintes termos por Eagleton (1998, p.72):

à medida que as energias revolucionárias aos poucos arrefeciam, o interesse pelo corpo foi assumindo o seu lugar. Os leninistas de outrora transformaram-se em lacanianos de carteirinha, e todo mundo mudou da produção para a perversão. O socialismo de Guevara cedeu lugar à somatologia de Foucault e Fonda. No pessimismo demasiado francês do primeiro, em oposição às suas características mais politicamente ativistas, a esquerda podia encontrar um fundamento lógico sofisticado para a própria paralisia política. O fetiche significa, para Freud, aquilo que cobre uma lacuna intolerável; e há razões para alegar que a sexualidade tornou-se agora o fetiche mais em voga de todos. O discurso que pela primeira vez lançou com força total a noção de fetichismo sexual tornou-se ele mesmo um ilustre exemplo desse fetichismo

A análise de Eagleton (1998), além de expor a conceituação do fetiche em Freud, mobiliza essa noção para caracterizar as transformações históricas ocorridas nas últimas décadas nos domínios da teoria e da política, onde a fixação obsessiva por temáticas ‘novas’ de investigação (o corpo, a sexualidade, a perversão, etc.) tomou o lugar das questões políticas marxistas (produção, revolução, socialismo). Em vez de assistirmos a um *acréscimo* dessas ‘novas’ temáticas de investigação, ligadas indissociavelmente a outras lutas políticas

¹⁴⁵ Tradução nossa: “from my perspective, today's postmodern politics of multiple subjectivities is precisely not political enough, in so far as it silently presupposes a non-thematized, 'naturalized' framework of economic relations.”

¹⁴⁶ Tradução nossa: “in this silent suspension of class analysis, (...) we are dealing with an exemplary case of the mechanism of ideological *displacement*: (...) this displacement accounts for the somewhat 'excessive' way the discourse of postmodern identity politics insists on the horrors of sexism, racism, and so on - this 'excess' comes from the fact that these other '-isms' have to bear the surplus-investment from the class struggle whose extent is not acknowledged.”

que não apenas a luta anticapitalista, assistimos a uma *substituição* das questões marxistas pelas ‘novas’ questões pós-modernas (foucaultianas, psicanalíticas, etc.). Tal substituição indica como o fetiche em torno dessas ‘novas’ questões representa o acobertamento de uma “lacuna intolerável”: a “paralisia política” frente ao capitalismo triunfante nos tempos hodiernos.

Ao modo de conclusão momentânea, indicamos, com base na discussão realizada neste tópico, que a posição foucaultiana da AD - a qual se caracteriza por uma crítica ferrenha ao althusserianismo, e possui como significação a negação do marxismo na teoria do discurso - deve ser considerada em seu contexto mais amplo, o qual remete ao momento histórico atual (desde a década de 1970 até o presente), onde ocorreram significativas transformações no modo como são pensadas as relações entre teoria e política.

Apenas desse modo, torna-se possível pensar as relações discursivas entre sentido, significação e efeito: a crítica ao althusserianismo (sentido) representa a negação do marxismo na AD (significação), a qual se inscreve num contexto mais amplo: a paralisia política do teórico (efeito) frente à aceitação, resignação e “renaturalização do capitalismo” (Zizek, 2000, p.95).

6.2. Efeitos das críticas lacano-psicanalíticas ao althusserianismo da ADP.

Se, por um lado, as críticas ao althusserianismo empreendidas pelas posições foucaultianas apresentam como efeito a denegação da teoria e da política marxistas, na medida em que se postula a micropolítica das microlutas e dos micropoderes, por outro lado, as críticas dirigidas ao althusserianismo pelas posições lacano-psicanalíticas apresentam como efeitos: (1) o próprio apagamento da política (uma vez que nem sequer uma micropolítica é colocada como substituta para as posições althussero-marxistas); e (2) a denegação da constitutividade sempre-já política da teoria.

Em nossa análise de Teixeira (2005), vimos como a forclusão teórica do materialismo histórico espelha-se no apagamento do fato de que o projeto de uma teoria de discurso em Pêcheux era um projeto essencialmente político.

Como consequência teórico-epistemológica dessa forclusão, temos aí o ato fundador de uma outra teoria - ora mais disfarçada (análise de discurso “de Pêcheux”, projeto “de Pêcheux”), ora menos disfarçada (estudos sobre língua(gem) e inconsciente, teoria da enunciação de filiação benvenistiana) - que gozaria do “status” de prestígio epistemológico de

“grife” constituída – o discurso da moda, o verdadeiro da época, o *avant-garde* do pensamento, revelando aí uma concepção teleológico-evolucionista da história das teorias (da AD e da Linguística), na medida em que considera “a problemática do antagonismo de classe, da produção de mercadoria, etc.” como “ultrapassada”¹⁴⁷ (ZIZEK, 2000, p. 90).

Nessa passagem ao ato da forclusão dupla - expulsão do materialismo histórico da AD e exclusão da política (marxista) das teorias linguísticas – assiste-se à fundação de uma outra teoria, agora fundada na tríplice aliança entre AD, Linguística e Psicanálise, mas sem os incômodos das embaraçosas questões sócio-político-econômicas colocadas pela “ralé” acadêmica marxista.

Como consequência política, temos então a denegação do caráter político, econômico e social das lutas/conflitos/confrontos, e de sua determinação nos processos discursivos (isto é, os processos de constituição dos efeitos de sentido).

Em nossa análise de Plon (2003), pudemos apontar como a obsessiva crítica ao althusserianismo desvela alguns pressupostos assumidos pela filiação teórico-ideológica do autor.

Ao criticar o procedimento da retificação (empregado com frequência por Pêcheux e por Althusser), Plon (2003) expõe a sua posição de ceticismo frente à possibilidade de uma articulação teórica entre o marxismo e a psicanálise lacaniana. Tal ceticismo o leva a se inscrever na posição da *falsa escolha*, entre marxismo (luta de classes) e teorias pós-modernas: “o novo mundo das identidades múltiplas dispersas, da contingência radical, de uma irreduzível pluralidade lúdica das lutas”¹⁴⁸ (ZIZEK, 2000, p.90).

Podemos compreender tal inscrição como índice de uma postura que promove a exploração ideológica do saber psicanalítico com vistas a desencorajar práticas políticas de transformação social, comprometidas com o questionamento da ordem econômico-capitalista.

Exemplo dessa exploração ideológica é o modo como Plon (2003) mobiliza noções teóricas do lacanismo para negar ao sujeito o direito de construir para si um imaginário que possa suportar as injunções traumáticas do Real.

Desse modo, nega-se a possibilidade de transformação social, com base na tentativa de aniquilamento das crenças e apostas constitutivas do sujeito político. Entretanto, é inevitável que qualquer sujeito aposte em verdades (crenças), uma vez que ele se constitui por vontades

¹⁴⁷ “the outdated problematic of class antagonism, commodity production, etc.” (ZIZEK, 2000, p.90).

¹⁴⁸ Tradução nossa: “the new world of dispersed multiple identities, of radical contingency, of an irreducible ludic plurality of struggles”.

de poder e de saber, pela falta e pelo desejo. Daly (2006, p.16) lembra que “o Real não deve ser exclusivamente identificado como uma força explícita de negação; ele também desempenha um grande papel implícito e evanescente na construção de nossas formas cotidianas de realidade social”.

Para não denegar a constitutividade do teórico pelo político, mas, ao mesmo tempo, para evitar a ideologização da teoria – isto é, a exploração ideológica da teoria, o estranho espelhamento, denunciado por Pêcheux (1981), de “montanhas metodológicas parindo ratos” - faz-se necessário pensar uma via para o funcionamento da “autonomia relativa” da teoria em relação à ideologia.

Pensamos a “autonomia relativa” da teoria em relação à ideologia, com base na noção do “*continuum* epistemológico de premissas” (FIGUEIRA, 2007), que, no caso da AD, seria formado pela alteridade descontínua entre Lacanismo e Marxismo, pelo batimento entre anti-humanismo teórico - entendido como combate às ilusões do ego no sujeito voluntarista da prática política - e “anti-humanismo prático” (ZIZEK, 2010, p.60) - entendido como combate às explorações de saberes radicais, as quais visam à domesticação desses mesmos saberes.

O *continuum* epistemológico de premissas representa a forma na qual o teórico e o político estão sempre já imbricados, embora não coincidam, isto é, não representem o mesmo objeto.

Temos aí uma dinâmica de alteridade, na qual cabe ao Marxismo formular a produção de “efeitos de conhecimentos” (ALTHUSSER, 1965, p.79) - inclusive apropriando-se das descobertas psicanalíticas – a fim de considerar sempre a implicação dos saberes nas práticas voltadas à transformação social. Ao Lacanismo, além de fornecer a teoria do sujeito do inconsciente, cabe espreitar o Marxismo, para impedir que esse não se torne um puro e simples aparato teórico totalizante, destinado unicamente a justificar as práticas políticas oficiais (de partidos, sindicatos, governos), muitas das vezes autoritárias e identificadas com o que se concencionou chamar de ‘stalinismo’. Ao Marxismo, por sua vez, cabe criticar o Lacanismo, sempre que este emprestar seus conceitos à justificação ideológica do imobilismo nas práticas políticas de transformação. Trata-se, então, de fazer trabalhar a contradição entre esses dois campos do saber, por meio de uma postura crítica vigorosa e rigorosa, uma mútua vigilância epistêmico-filosófica que faça efetivamente ranger a relação entre teoria e política.

Assim, cremos ser possível propor uma reconfiguração da ADP (análise do discurso pecheutiana) para uma APD (análise perspectiva dos discursos; análise polêmica dos discursos; análise patêmica dos discursos), que possibilite “lutar contra a denegação da luta de

classes inerente ao aparelho universitário, e contra a “universitarização”, poderíamos dizer a banalização, de noções tais como as de “inconsciente freudiano” e de “primado da luta de classes”, conforme a alusão de Malidier (2003, p.56) ao seminário HPP (animado por Paul Henry, Michel Pêcheux e Michel Plon).

Tais considerações nos levam a refletir sobre uma possibilidade outra de articulação entre as epistemes supostamente contraditórias do Marxismo e do Lacanismo na ADP.

Nessa articulação outra, sempre já contraditória, entre marxismo e psicanálise na AD, a Psicanálise desempenha o papel de real insuportável para o Marxismo, enquanto o Marxismo, por sua vez, desempenha o papel de real insuportável para a Psicanálise. Essa é a ética do Real, enquanto politização da ética pela via do desafio, isto é, pela confrontação-choque de campos do saber díspares.

No que tange à psicanálise enquanto real para o marxismo, podemos indicar certas noções psicanalíticas, que atravessam a filosofia de Althusser, e representam um objeto traumático insuportável para o marxismo humanista, na medida em que postulam a não consciência do sujeito, o seu assujeitamento à ordem simbólica e a ilusão de que fazemos escolhas absolutamente livres, sugerindo, na interpretação de alguns, a impossibilidade da ação política (de transformação, de revolta, de resistência).

Por outro lado, no que se refere ao marxismo como real para a episteme psicanalítica, temos a suspeição permanente com relação a discursos teóricos que possam denegar sua constitutividade política (isto é, sua vontade de saber-poder).

No caso específico da filiação da AD ao marxismo, a noção de contradição no materialismo histórico permitiu vislumbrar a divisão do sentido (e a desconfiança em relação a sua evidência).

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história.
E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. (PÊCHEUX, 1997d, p.302)

Há divisão do sentido e do sujeito porque há contradição tanto no plano simbólico quanto no plano político.

Além desse vislumbre teórico indispensável ao campo do discurso, o Marxismo, enquanto utopia, também exerce o papel de bloquear (constituir um ponto-de-basta para) a

exploração ideológica do conceito de “impossível”, enquanto sinônimo de fracasso permanente nos projetos políticos radicais (isto é, fim da História).

A categoria do “impossível” chegou aos estudos da linguagem mais precisamente durante o final da década de 1970¹⁴⁹, quando a crise do marxismo rumava para seu ápice¹⁵⁰. A decepção política e a frustração teórica das correntes materialistas na academia havia forjado o cenário adequado para a frutificação da categoria do impossível.

Nos estudos da linguagem, muitos se agarraram a essa categoria do impossível (e ao que ela trazia consigo) como a um pedaço de escombro, após o naufrágio das posições teóricas vinculadas ao materialismo histórico e das posições políticas filiadas ao marxismo:

O poder do capital mostra-se agora de uma familiaridade tão desencorajante, de uma onipotência e onipresença tão elevadas, que mesmo grandes setores da esquerda lograram naturalizá-lo, aceitando-o como uma estrutura de tal modo inexorável, que é como se eles mal tivessem peito para tocar no assunto. (...). Como no conformismo darwiniano, boa parte da esquerda cultural assumiu a forma de seus ambientes históricos: se vivemos numa época em que não conseguimos desafiar com sucesso o capitalismo, então para todos os efeitos ele não existe. Quanto ao marxismo, Lênin não passou de um "elitista", as organizações teórica e política são "masculinas", — um pequeno avanço intelectual, este — progresso histórico é "teleologia" e tudo que tenha a ver com produção material, "economismo". (EAGLETON, 1998, p.31-2)

O escombro denominado impossível salvou a muitos da frustração (quase que uma destituição/desintegração do imaginário), permitindo, contudo, que fossem resgatados para uma das ilhas da fantasia acadêmica: que maravilha poder produzir teoricamente sem compromissos sociais ou ideológicos! Que bênção poder desfrutar das benesses de nossa posição institucional e profissional - e do status social que delas deriva – sem nos desgastarmos com lutas de classe, infraestrutura econômica e desigualdades abjetas! Feliz de nós, professores universitários, que podemos desempenhar (e gozar d) o papel de *avant-garde* do pensamento, simplesmente falando difícil, repetindo o mesmo ramerrão terminológico hermético, sem a culpa de não estar fazendo nada pela minimização do espúrio social, uma vez que, não importa o que seja feito, nada garante que vá dar certo: é (o) impossível!

Com relação ao que chamamos aqui de exploração ideológica da noção psicanalítica de impossível, Daly (2006, p.22) faz o seguinte alerta:

¹⁴⁹ *A língua inatingível*, de Gadet e Pêcheux, que aborda essa questão, foi publicada em 1981, embora tenha sido elaborada entre 1976 e 1977, segundo Mالدیدیر (2003).

¹⁵⁰ O texto de Althusser, *Enfim a crise do marxismo!*, é de 1977.

O problema, portanto, é que o entusiasmo pós-moderno com a impossibilidade presta-se, com demasiada facilidade, a um tipo de política que se torna, *ela mesma*, excessivamente parcial e provisória, e **na qual a ambição política já é limitada por seu próprio senso de limitação como tal**. (destaque do autor em itálico, destaque nosso em negrito)

O psicanalhismo dos psacanalistas explora ideologicamente noções lacanianas (de impossibilidade, Real, falha, etc.), buscando justificar, assim, a apatia, a resignação e o imobilismo político. A título de exemplificação desse funcionamento discursivo, citamos os dizeres de Žižek (2000, p.127):

no momento em que se mostra um mínimo sinal de engajamento em projetos políticos que objetivam seriamente modificar a ordem existente, a resposta é imediatamente: ‘Caridoso como é, isso terminará necessariamente em um novo Gulag¹⁵¹!’ O ‘retorno à ética’ na filosofia política de hoje vergonhosamente explora os horrores do Gulag ou do Holocausto como o derradeiro fantasma para chantagear-nos a renunciar a todo engajamento radical sério. Nesse sentido, canalhas liberais conformistas podem encontrar satisfação hipócrita em sua defesa da ordem existente: eles sabem que há corrupção, exploração, e assim por diante, mas toda tentativa de mudar as coisas é denunciada como eticamente perigosa e inaceitável, evocando os fantasmas do Gulag ou do Holocausto...

A exploração ideológica de noções teóricas na política pós-moderna chega inclusive a mobilizar palavras até então insuspeitas, tais como “ética” e “responsabilidade”, as quais são ressignificadas pelo discurso politicamente correto para autorizar práticas que denegam as tentativas de transformação social. Contra esse discurso cínico e chantagista do politicamente correto, “Žižek defende uma política que se possa chamar de ‘radicalmente incorreta’, no sentido de romper com esses tipos de posturas” (DALY, 2006, p.24).

Ademais, é imperativo concordarmos com Daly (2006, p.24 – nota 7), quando o autor esclarece que:

o político – tal como concebido por Lefort (2007) e desenvolvido por Rancière (1999) e outros – **é sempre “incorreto”**, uma vez que representa algum tipo de rompimento / desafio em relação às convenções e aos princípios ordenadores aceitos. Nesse sentido, poderíamos dizer que **a correção política assinala mais uma tentativa (regressiva) de eliminar a dimensão do político**. (destaques nossos)

É exatamente nesse sentido que afirmamos a denegação da política como efeito da ortodoxia lacaniana no CED, quando ela se insurge contra a constitutividade althussero-

¹⁵¹ Campo de trabalhos forçados para prisioneiros políticos, tidos como criminosos por fazerem oposição ao regime soviético.

marxista da AD. Segundo tal ortodoxia, podemos fazer política na teoria, na academia, desde que não seja uma política marxista, desde que nossas práticas sejam ‘éticas’ e ‘responsáveis’, ‘politicamente corretas’: em suma, nada políticas.

Contra esse posicionamento, Daly (2006, p.28) esclarece a proposição de Žizek em favor de uma “politização da ética – uma ética do Real”:

Longe da simples produção de normas ou do afeiçoamento / reforço do protocolo social existente, a ética do Real tende a emergir através da transgressão das normas e da descoberta de novas direções, as quais, por definição, envolvem mudanças traumáticas, ou seja, o Real num autêntico desafio ético. **A ética do Real não se curva simplesmente ao impossível** (ou à Alteridade infinita) **como um horizonte inultrapassável**, que já marca todo ato como falho, incompleto e assim por diante. **Ao contrário, tal ética aceita plenamente a contingência, mas se dispõe, ainda assim, a arriscar o impossível, no sentido de romper com as posturas padronizadas.** (DALY, 2006, p.29 – destaques nossos)

E o autor prossegue suas colocações nos seguintes termos:

Para Žizek, a ética do Real, (ou ética Real) significa que **não podemos confiar em nenhuma forma de Outro simbólico que endosse nossas (in)decisões e (in)ações**: por exemplo, os dados financeiros “neutros” dos mercados de ações, o conhecimento especializado dos cientistas da “nova modernidade”, (...), os conselhos econômicos e militares da nova ordem mundial, os diversos tribunais (formais e informais) da correção política, ou qualquer das misteriosas leis de Deus, da natureza ou do mercado. (DALY, 2006, p.29 – destaques nossos)

E a essas formas de Outro simbólico que endossam indecisões e inações, nós acrescentaríamos as teorias pós-modernas de extração foucaultiana e lacaniana, que *desleem* Althusser, Pêcheux, mas também *desleem* Foucault e Lacan, quando exploram os conceitos forjados por esses autores, conduzindo tais conceitos a uma direção frontalmente oposta àquela apontada pela radicalidade da obra de tais pensadores.

Neste nosso exame, realizado até aqui, sobre os efeitos provocados pelas posições lacanianas no CED, cumpre não nos limitarmos apenas ao que, no método foucaultiano, corresponde ao momento genealógico, isto é, à análise dos enunciados. Devemos avançar ao momento crítico, isto é, à análise da conjuntura histórica, das práticas institucionais, que também determinam em alguma medida os enunciados e os efeitos das posições psicanalistas de subserviência e justificação ideológica à ordem do Capital.

A esse respeito, Eagleton (1998, p.19) afirma que:

o descrédito teórico da idéia de totalidade não surpreende numa época de derrota política para a esquerda. *Muito do seu ceticismo, afinal de contas, provém de intelectuais que não contam com qualquer razão especialmente forte para situar sua existência pessoal dentro de uma estrutura política mais ampla* (destaque nosso)

Em outras palavras, a Linguística Psicanalítica goza de seu status profissional, de seu status social, de sua posição supostamente *avant-garde* no pensamento acadêmico, pois possui o álbi epistemológico necessário ao seu desejo (recalcado, porque abjetamente imoral) de assumir sua adesão à ordem capitalista atual e a tudo o que ela pode proporcionar (a alguns apenas): consumo, conforto, comodidade, gozo.

O álbi epistemológico é garantido pela teorização pós-moderna das transformações políticas na história recente, em que o marxismo é substituído pela “pluralidade das lutas”:

enquanto esta narrativa Esquerdista pós-moderna padrão da passagem do Marxismo 'essencialista', com o proletariado como único Sujeito Histórico, o privilégio da luta de classe econômica, e assim por diante, para a irredutível pluralidade pós-moderna das lutas, indubitavelmente descreve um processo histórico real, seus proponentes, via de regra, omitem a **resignação** em seu coração – **a aceitação do capitalismo** como “o único jogo na cidade”, a renúncia a qualquer tentativa real de superar o regime liberal capitalista existente¹⁵² (destaques nossos)

A discursividade de certa ortodoxia lacaniana pós-moderna expressa sua resignação e adesão à ordem capitalista, na medida em que explora ideologicamente as noções de impossível, falha, fracasso, furo, etc., no sentido de forjar (ou reforçar) um discurso do imobilismo das práticas políticas de transformação. Sua adesão ao capitalismo é facilitada pela posição sócio-econômica ocupada pela instância-sujeito intelectual, que, devido à sua remuneração, à sua relativa estabilidade no emprego, à sua posição de prestígio na sociedade, favorece uma identificação com a ordem existente e o com a civilização do consumo e do gozo.

Zizek (2010) caracteriza o supereu e a sua relação com o gozo, nos seguintes termos: “o supereu “nada tem a ver com ela [a ética] no que se refere a suas exigências mais obrigatórias”¹⁵³: O supereu é, ao contrário, a agência antiética, a estigmatização de nossa

¹⁵² Tradução nossa: “while this standard postmodern Leftist narrative of the passage from 'essentialist' Marxism, with the proletariat as the unique Historical Subject, the privileging of economic class struggle, and so on, to the postmodern irreducible plurality of struggles undoubtedly describes an actual historical process, its proponents, as a rule, leave out the resignation at its heart - the acceptance of capitalism as 'the only game in town', the renunciation of any real attempt to overcome the existing capitalist liberal regime”

¹⁵³ LACAN, J. O Seminário, livro 7, A ética da psicanálise, Rio de Janeiro, Zahar, 1988. p.363.

traição ética.” (p.100); “supereu – não como agência ética, mas como injunção obscena a gozar” (p.121).

As condições sócio-econômico-ideológicas da posição do intelectual na sociedade capitalista propiciam a tal sujeito certa satisfação (gozo, consumo, hedonismo, prestígio, conforto, distanciamento dos que vivem na miséria e na abjeção). Nesse sentido, são estabelecidas condições favoráveis para a adesão ao regime liberal, e a consequente produção de práticas teóricas que fomentam a ideia da impossibilidade de transformação radical da sociedade. O conformismo encontra-se com o conforto, dando origem à essência da atual ideologia capitalista pós-moderna: o *confortismo*.

No que tange especificamente a essas práticas teóricas, cabe trazer à discussão o seu modo de funcionamento obsceno, na medida em que elas são exercidas em contradição frontal aos próprios fundamentos relativistas, democráticos e tolerantes que apregoam.

Cabe nesse momento retomar as palavras de Zizek (2010, p.129) quando este elucida o modo de funcionamento da *perversão*:

“Um verdadeiro político stalinista ama a humanidade, mas apesar disso promove horríveis expurgos e execuções – fica com o coração partido quando o faz, mas não pode evitá-lo, é seu Dever para com o Progresso da Humanidade. Esta é a atitude perversa de adotar a posição de puro instrumento da Vontade do grande Outro: não é minha responsabilidade, não sou realmente eu que estou fazendo isso, sou apenas um instrumento da Necessidade Histórica superior. O gozo obsceno dessa situação vem do fato de que eu me concebo como *desculpado pelo que estou fazendo*: sou capaz de infligir dor a outros com a plena consciência de que não sou responsável por isso, de que meramente cumpro a Vontade do Outro.” (destaque do autor)

Esse funcionamento da perversão pode ser localizado na relação do sujeito-pesquisador-professor universitário com a sua Teoria pós-moderna (que desempenha o papel do grande Outro, nesse caso). Nessa situação, o sujeito se faz objeto da Teoria em que se inscreve. Assim, ele aceita fazer qualquer coisa para defender sua teoria. Inclusive *contradizê-la*, praticando a intolerância contra outras posições teóricas, ainda que sua própria Teoria postule a relatividade de toda e qualquer posição. Verifica-se aí o que Zizek (2006, p.47) chama de “a idéia básica do funcionamento cínico da ideologia”:

a ideia de que, para funcionar, a ideologia não deve levar-se demasiadamente a sério. O que me chocava era a que ponto não só os altos quadros do partido não levavam a sério sua própria ideologia oficial, mas o quanto os que a levavam a sério eram percebidos como ameaça. Quer dizer, era uma espécie de condição positiva não levá-la a sério. A idéia era que, se você levasse as coisas demasiadamente a sério, isso já seria um passo para a dissidência.

Se levarmos realmente a sério as proposições das teorias pós-modernas, isto é, se levarmos a sério sua epistemologia relativista presente nas ideias de contingência, instabilidade, parcialidade, etc., somos forçados a assumir/admitir o caráter contingente, instável e parcial das próprias teorias pós-modernas. No entanto, não é o que comumente ocorre entre sujeitos inscritos nessa perspectiva: para eles, a contingência, a instabilidade e a parcialidade existem, mas são sempre a contingência, a instabilidade e a parcialidade *dos outros*, jamais a deles mesmos.

Em nome da defesa de “sua” Teoria, o sujeito acadêmico perverso inscrito em teorias pós-modernistas combate ardorosamente toda e qualquer manifestação teórica divergente da sua, que postule a política, a ideologia, a economia e a luta de classes como elementos constituintes da produção teórico-científica. Trata-se aí do que nós podemos chamar de um combate *às avessas* da ideologização da teoria.

Dizemos “às avessas”, pois o combate de Althusser contra a ideologização da teoria, embora buscase evitar a exploração dos conhecimentos científicos pela filosofia e pelas ideologias, não deixou de considerar a necessária imbricação entre a política, a ideologia, a economia e a luta de classes, ainda que tenha abordado essa relação de modo teoricista no momento inicial de sua obra.

Já o combate *às avessas* contra a ideologização da teoria, levado a termo por certas posições teóricas pós-modernistas, apresenta um modo de funcionamento contraditório, na medida mesma em que, por um lado, enaltece como valores inalienáveis o relativismo, o perspectivismo e a contingência dos saberes, mas ao mesmo tempo exerce uma prática acadêmica intolerante frente aos saberes provindos de teorias que divergem em relação aos princípios epistemológicos pós-modernistas.

Àqueles que defendem teoricamente a constitutividade do saber pelas condições ideológico-político-econômicas, o pós-modernismo perverso chama de “panfletários”, numa nítida atitude de denegação do caráter político da teoria, e numa clara demonstração de que o princípio da contingência dos saberes é sempre válido, *desde que* não se trate de saberes divergentes ou conflitantes em relação às próprias posições teóricas pós-modernistas (estrutura de raciocínio que faz lembrar a lógica presente na anedota envolvendo a figura de Henry Ford, segundo o qual os consumidores tinham pleno direito de escolher a cor de seus carros Ford, *desde que* fosse a cor preta).

Trata-se aí de um funcionamento já caracterizado por Lacan: “os excessos sumamente ‘desumanos’ que são constitutivos da humanidade como tal – o ‘em nós mais do que nós lacaniano’” (DALY, 2006, p.13). Mas, no caso presente, teríamos o que se poderia chamar de excessos sumamente não-pós-modernos que são constitutivos da pós-modernidade, ou no caso da AD, excessos não-discursivos que são constitutivos da AD.

Apresentamos a seguir algumas sequências discursivas, inscritas no discurso da ortodoxia lacaniana, onde podemos apreender elementos característicos dessa posição de pesquisa, tais como: a exploração ideológica das noções de ‘real’ e ‘impossível’ como forma de defender a impossibilidade (de transformação) política; o correlativo distanciamento em relação às proposições althusserianas, uma vez que essas representam a possibilidade de furo no discurso do imobilismo; a exploração da noção teórica de ‘falha’ e o modo como ela intervém na reflexão sobre a prática política; enfim, o embaraço da ortodoxia lacano-psicanalítica frente ao político.

Sequência 1:

Falha sempre, deve-se acrescentar, não por uma contingência qualquer, mas porque procede do *real* ao qual podemos ligar, de acordo com Lacan, a modalidade lógica do *impossível*. A queda do Programa Comum da Esquerda francesa, em 1978, não é a vitória do inimigo. O rompimento do Programa Comum da Esquerda francesa, pelo qual Pêcheux militou, e o desenlace da “tríplice aliança”, que a ele se seguiu, **são desmoronamentos desde dentro, desde sua própria impossibilidade**. Esse desenlace, como veremos no prolongamento da aventura pêchetiana no início dos anos 80, levará à procura de novos laços e de um novo ponto de partida, menos centrado no *aquarium* da *Rue d’Ulm*. (CARVALHO, 2008, pp.118-119 – destaques do autor em itálico, destaque nosso em negrito)

É curioso notar como as decepções provocadas por derrotas políticas da esquerda são recorrentemente evocadas no discurso pós-modernista a título de exemplificação de que a *falha sempre* acontece. Mais curioso ainda é notar que as práticas políticas conservadoras, reacionárias, de direita, jamais são evocadas para esse mesmo fim, de exemplificar a inevitabilidade do fracasso, dando-se então a impressão de que, quando se trata do capitalismo, *nada nunca falha*.

Podemos observar na sequência 1 como o princípio da contingência histórica é sumariamente riscado do mapa pós-moderno, rasgado e jogado na lixeira da teoria, uma vez que a impossibilidade da prática política de esquerda é definida aprioristicamente, por meio de uma conceituação claramente transcendental (isto é, não-histórica).

É como se toda prática política de transformação radical da sociedade estivesse antecipadamente condenada ao fracasso. Tal efeito de sentido é recorrente também na Sequência 2:

A Revolução é sempre assassinada. Rosa Luxemburgo abatida sobre a neve, à margem do canal onde seu corpo vai ser jogado. O Che executado na escola de Valleggrande, alongado nu, hirsuto, olhos translúcidos, como preparado para a dissecação, suas mãos cortadas, a máscara mortuária que arranca a pele do rosto. (...) Vocês tinham a cabeça recheada desses ícones trágicos. **Fazer a Revolução, não era tanto preparar a tomada do poder, era mais como aprender a morrer.**¹⁵⁴ (ROLIN apud PLON, 2003, p.1 – destaques nossos)

Já a sequência 3 evidencia a impotência das posições pós-modernistas em realizar uma análise consequente da situação política, que seja capaz de apresentar a viabilização de uma prática de resistência ou de revolta contra a submissão.

O belo testemunho de Michel Plon termina com uma indagação que convoca, justamente na falha desse lugar tão marcado em que se está de um lado ou de outro da cena política, a herança “de nossos pais”, isto é, dos pais daqueles que estavam engajados na luta política dos anos 60: “onde estavam e o que fizeram nossos pais naqueles anos 40, anos de guerra, de ocupação e de desencadeamento de uma barbárie inédita, anos de resistência ou de submissão?” (PLON, 2005, p. 49). **Esse ponto permanece não analisado, ao menos por enquanto, deixando-nos no mesmo ponto de partida, à beira do rio com Pêcheux** (CARVALHO, 2008, p.120 – destaque nosso)

No caso acima, mesmo quando uma posição teórica lacaniana pós-modernista procura pensar formas de posicionamento político que escapem à submissão, observamos a sua impotência para realizar tal tarefa, na medida em que sua reflexão política torna-se presa de sua própria armadilha teórica: a exploração ideológica dos conceitos psicanalíticos, forjada pela ortodoxia lacaniana, resulta numa aporia teórica e num impasse político.

Voltando à sequência 1, vemos como o sintoma das correntes pós-modernistas da AD reaparece novamente: a necessidade de negar o althusserianismo (evocado no enunciado pela referência ao distanciamento da *Rue d’Ulm*, sede da Escola Normal Superior, onde Althusser trabalhou durante boa parte de sua carreira acadêmica).

¹⁵⁴ Tradução nossa: “La Révolution est toujours assassinée. Rosa Luxembourg abattue sur la neige, au bord du canal où son corps va être jeté. Le Che exécuté dans l’école de Valleggrande, allongé nu, hirsute, yeux vitreux, comme préparé pour la dissection, ses mains coupées, le masque mortuaire qui arrache la peau du visage. (...) Vous aviez la tête farcie de ces icônes tragiques. Faire la Révolution, ce n’était pas tellement préparer la prise du pouvoir, c’était plutôt apprendre à mourir.”

Por outro lado, dar prosseguimento à ADP, reafirmando suas bases epistemológicas althusserianas, constitui um real traumático intolerável para a Linguística Psicanalítica (inscrita na ortodoxia lacaniana), na medida em que, ao apontar para a necessidade incontornável da produção teórica (conhecimentos, saberes) como sempre-já constitutivamente político-econômica, evidencia-se a exploração ideológica da categoria do impossível. Tal exploração, como já dissemos antes, transforma a noção lacaniana de “impossível” em *álibi epistemológico*, isto é, toma-se proveito de um saber supostamente representante da vanguarda do pensamento filosófico pós-moderno, com vistas a justificar o imobilismo das práticas acadêmicas no que tange à articulação teoria-prática, práticas acadêmicas essas concebidas como estratégias de saber-poder que poderiam intervir na realidade social.

As noções de real e de contingência também são mobilizadas ideologicamente no sentido de imobilizar as tentativas teóricas de intervenções no domínio das práticas políticas.

No caso da exploração ideológica da noção de contingência, podemos citar o comentário que Žižek (2000, p.109) tece a respeito da crítica que Judith Butler faz à teoria lacaniana¹⁵⁵:

“A teoria lacaniana, ao menos em sua forma ortodoxa predominante, limita a contingência histórica radical: ela fundamenta o processo histórico evocando alguma limitação quase-transcendental, algum a priori quase-transcendental que não é ele mesmo apanhado no processo histórico contingente.”¹⁵⁶

Ou seja, a ortodoxia lacaniana postula a contingência do processo histórico com relação a tudo e a todos, menos com relação a si mesma, às próprias noções de sua rede conceitual. Tudo é historicamente contingente para o lacanismo, mas a castração simbólica não: esta é universal, nenhum sujeito pode dela escapar: para Butler, “Lacan fica preso num gesto transcendental-negativo”¹⁵⁷ (ŽIŽEK, 2000, p.108), pois

¹⁵⁵ Cumpre assinalarmos que Žižek (2000) não endossa plenamente a crítica de Butler a Lacan. Como bom lacaniano, ele constrói argumentos em defesa da teoria psicanalítica. No entanto, julgamos que não deveríamos entrar no mérito dessa discussão, pois entendemos que a crítica de Butler dirige-se mais a certa *ortodoxia lacaniana* do que à visão que Žižek defende da teoria psicanalítica. Avaliamos, portanto, que seria pertinente aludir à crítica de Butler, pois, em nossa visão, tal ortodoxia é responsável pela exploração ideológica de certas categorias teóricas psicanalíticas em função de legitimar e justificar determinadas posturas políticas pós-modernas e neocapitalistas.

¹⁵⁶ Tradução nossa: “Lacanian theory, at least in its predominant orthodox form, limits radical historical contingency: it underpins the historical process by evoking some quasi-transcendental limitation, some quasi-transcendental a priori that is not itself caught in the contingent historical process.” (p.109)

¹⁵⁷ Tradução nossa: “Lacan gets stuck in a negative-transcendental gesture”. (p.108)

“Lacan alça o próprio obstáculo que impede a realização completa do sujeito a uma ‘barra’ apriorística transcendental (da ‘castração simbólica’). Então, ao invés de reconhecer a plena contingência e abertura do processo histórico, Lacan postula-a sob o signo de uma Barra ou Proibição fundamental a-histórica.” (ZIZEK, 2000, pp.108-9).¹⁵⁸

Eagleton (1998, p.35) é outro autor que aponta para a incoerência epistemológica presente em teorias pós-modernistas, a qual consiste em aplicar seus princípios críticos a outras discursividades, exceto a sua própria. Tal raciocínio aplica-se à ortodoxia lacaniana, na medida em que ela postula a singularidade e a contingência, ao mesmo tempo em que absolutiza, totaliza, universaliza noções como castração, real, impossível, falha, fracasso, etc.

Ele [o pós-modernismo] sabe que o conhecimento é precário e autodestrutivo, que a autoridade é repressora e adversa ao diálogo, **com toda a certeza de um geômetra euclidiano e com toda a autoridade de um arcebispo**. Embora inspire-se no espírito crítico, raras vezes o usa para tratar das próprias proposições. A história intelectual do marxismo está salpicada de atos auto-reflexivos, visto que os marxistas procuraram entender um pouco das condições históricas da possibilidade das próprias doutrinas; até agora, o pós-modernismo não produziu nada nem remotamente equivalente. (destaque nosso)

Vemos, portanto, que tais noções teóricas (impossível, efeito, real, contingência, falha) não são em absoluto politicamente neutras. A esse respeito, Zizek nos faz um alerta, retomado nos seguintes termos por Daly (2006, p.20):

“O que se mostra crucial aqui é o **status da categoria do impossível**. Para Zizek, a impossibilidade **não é** o tipo de **categoria neutra** que tendemos a encontrar em Laclau e Mouffe (...). Assim como os marcadores iminentes do Real, **a impossibilidade é apanhada na ideologia** e se configura de tal modo que estrutura a realidade **e determina as coordenadas do que é efetivamente possível**. Como afirma Zizek nesse livro, além da operação ideológica *prima facie* de traduzir a impossibilidade num obstáculo externo, há ainda um estágio mais profundo nessa operação, qual seja, a “própria elevação de algo à impossibilidade, como maneira de adiar ou evitar o encontro com ele”. **A ideologia é o sonho impossível, não apenas em termos de superar a impossibilidade, mas em termos de sustentá-la de uma forma aceitável.**” (destaques nossos em negrito)

A noção de *efeito* também é explorada ideologicamente pela posição da Linguística Psicanalítica. Assevera-se o fato de não se saber qual será o resultado ou a consequência das

¹⁵⁸ Tradução nossa: “Lacan elevates the very obstacle that prevents the subject’s complete realization into a transcendental a priori ‘bar’ (of ‘symbolic castration’). So, instead of acknowledging the thorough contingency and openness of the historical process, Lacan posits it under the sign of a fundamental, ahistorical Bar or Prohibition.” (pp.108-9).

ações (práticas discursivo-ideológicas). O sujeito não controla o efeito de sua enunciação nem de suas outras práticas. Nada garante que um sentido será comunicado, que um objetivo será atingido. Portanto, o mais coerente a fazer (a única coisa sensata) é não fazer nada, pois não há a menor probabilidade de que se realizem as consequências políticas desejadas pelo sujeito.

No entanto, o fato de não se saber, de não haver garantia nenhuma de quais efeitos um ato poderá provocar, é justamente o que abre a possibilidade para as tentativas, os riscos, as apostas: se não sabemos no que vai dar, por que não pagamos para ver?

Nesse sentido, a não-garantia, a incerteza, a imprevisibilidade, a contingência são mobilizadas ideologicamente no sentido de “banciar as apostas”, enquanto substrato epistemológico para as intervenções teóricas no domínio das outras práticas. Pode ser que algo dê certo (que ocorra conforme esperávamos), pode ser que não: qual é única maneira de descobrir?

Assim, o real da história, enquanto contingência e imprevisibilidade, transforma o possível no “Real do impossível”:

Para colocar em termos derrideanos bem conhecidos - a condição de impossibilidade do exercício do poder torna-se sua condição de possibilidade: exatamente como a falha fundamental da comunicação é o que nos compele a falar o tempo todo (se nós pudéssemos dizer diretamente o que quiséssemos dizer, rapidamente parariamos de falar e nos calariamos para sempre).¹⁵⁹ (ZIZEK, 2000, p.94)

Em outras palavras, as apostas pautadas pela crença na possibilidade, e calcadas sobre os princípios da contingência e da imprevisibilidade do devir histórico-político, tornam-se o “Real do impossível”, isto é, o elemento traumático insuportável para as ideologias da resignação, do conforto e do comodismo, aqui chamados de confortismo. “Isso, é claro, não significa que a ‘impossível plenitude’ da Sociedade seria, de fato, realizada: simplesmente significa que *o limite do impossível seria transposto para outro nível*.”¹⁶⁰ (ZIZEK, 2000, p.100 – destaque nosso).

No interior do campo dos estudos discursivos, bem como no interior dos estudos da linguagem, as posições marxistas, as filosofias materialistas e, sobretudo a ADP - na medida em que o discurso althusseriano que a constitui configura uma apropriação/desapropriação das

¹⁵⁹ Tradução nossa do original em inglês: “to put it in the well-known Derrida terms - the condition of impossibility of the exercise of power becomes its condition of possibility: just as the ultimate failure of communication is what compels us to talk all the time (if we could say what we want to say directly, we would very soon stop talking and shut up for ever).”.

¹⁶⁰ Tradução nossa: “This, of course, does not mean that the ‘impossible fullness’ of Society would in fact be actualized: it simply means that the limit of the impossible would be transposed on to another level”.

proposições psicanalíticas de sua servidão ao confortismo – não cessam de não desaparecer, isto é, significam um eterno retorno do “mesmo” desejo (falta/vazio) por utopia (essência necessária), que o confortismo busca anular.

O discurso althusseriano constitui o “real da LP”, na medida em que ousa articular saberes supostamente inconciliáveis, incompatíveis, deslocando os saberes psicanalíticos da posição de justificativa ideológica do imobilismo para a posição de estopim revolucionário das posições teóricas nas práticas políticas.

Reler, problematizar e reinterpretar o discurso althusseriano hoje significa reabrir uma ferida do marxismo, supostamente cicatrizada, cauterizada pelo confortismo pós-moderno (fundamentado nas ortodoxias foucaultiana e lacano-psicanalítica): se a castração simbólica implica a divisão (heterogeneidade/clivagem irreduzível) do sujeito em relação a si mesmo, ela implica correlativamente o desejo de tamponar a falta, a essência necessária de buscar a reconciliação consigo mesmo, de buscar a realização do desejo (deslizando incessantemente de um “objeto pequeno a” a outro): o furo jamais é preenchido; justamente por isso a tentativa *não deixa de não se imobilizar*. O real da história é o impossível sobre o qual se constrói a história: “Real da língua, real da história, real do inconsciente, são os impossíveis sobre os quais se constroem e se dizem a língua, a história e o inconsciente”¹⁶¹. (PAVEAU, 2008, p.7).

Nas palavras de Daly (2006, p.9), que se baseia por sua vez em Zizek (1999), assim se poderia caracterizar a contradição constitutiva do sujeito face ao real traumático do impossível: “o que se afirma é uma visão da subjetividade como algo que só pode vir a ser como uma passagem pela loucura, como uma tentativa permanente de impor uma integridade simbólica à ameaça sempre presente de desintegração e negatividade (ZIZEK, 1999, pp.34-41).”.

O discurso althusseriano, ao tentar articular Marxismo e Psicanálise, intervém, interfere, intromete-se no saber psicanalítico, subvertendo-o, violando-o, usurpando-o de qualquer propensão ao conformismo e reescrevendo-o de outro modo (reinscrevendo-o noutro lugar): “O real é o impossível... que seja de outro modo” (PÊCHEUX, 2006, p.29).

O discurso althusseriano é, tanto para o confortismo linguístico-psicanalítico quanto para o marxismo humanista e o foucaultianismo da Ordem, a transgressão da Lei dos saberes

¹⁶¹ Tradução nossa: “Réal de la langue, réel de l’histoire, réel de l’inconscient, sont les impossibles sur lesquels se construisent et disent la langue, l’histoire et l’inconscient”.

institucionalizados nas ciências humanas: “a regra violada, a mãe solteira, logo, a ausência de pai legal¹⁶²” (ALTHUSSER, 2000, p.52), que ofende aos bons costumes acadêmicos.

O discurso althusseriano convoca a “arriscar o impossível” (ZIZEK; DALY, 2006).

No contexto histórico atual, em que o Capitalismo parece triunfar de maneira quase absoluta, e as práticas teórico-políticas parecem anestesiadas pelo imobilismo, combater tal estado de coisas significa praticar o autêntico ato, conforme definido por Lacan, e explicitado por Zizek (2000, p.121) conforme abaixo:

Um ato não ocorre simplesmente no interior do horizonte dado do que parece ser ‘póssível’ – ele **redefine os próprios contornos do que é possível** (um ato realiza o que, no interior do universo simbólico dado, parece ser ‘impossível’, mas ele muda suas condições para que ele crie retroativamente as condições de sua própria possibilidade).¹⁶³ (destaques nossos)

6.3. É passada a hora de juntar os cacos e se olhar no espelho.

Em *O estranho espelho da Análise de discurso*, Pêcheux convocava os analistas a “partir os espelhos”, na medida em que a AD havia se configurado, até aquele momento, como mero reflexo das posições políticas esquerditas-marxistas-comunistas.

Havia, então, a necessidade de evitar a ideologização do conhecimento, de reclamar e de defender uma posição de relativa autonomia para a teoria, em que esta pudesse se desenvolver, não sem ser afetada pela política (!), mas, tampouco, sem se tornar simplesmente sua serva, meramente um pálido reflexo da vontade e dos interesses ideológicos imaginários negando a existência de um real traumático para a esquerda. “Era preciso fazê-lo!” (PÊCHEUX, 1997d [1978], p.297).

Hoje, entendemos que a necessidade é outra: retomar as indagações sobre os rumos da teoria pecheutiana, considerando o seu afetamento constitutivo pela política (pós-) marxista (ou por outras formas de posicionamento político-ideológico).

Diante disso, cabe-nos perguntar: o que quer e o que pode a AD hoje? Ser um prolongamento da linguística no estudo da *alíngua*? Ser um aparato teórico sofisticado,

162 Não por acaso, após o seu confinamento num hospital psiquiátrico durante a década de 1980, os “filhos” de Althusser, pesquisadores que o acompanhavam, ficaram órfãos, cada um tendo que encontrar seu próprio caminho, diferente do que seguiam com o antigo mestre (até para se esquivarem da “má fama”).

163 Tradução nossa: “An act does not simply occur within the given horizon of what appears to be ‘possible’ - it redefines the very contours of what is possible (an act accomplishes what, within the given symbolic universe, appears to be ‘impossible’, yet it changes its conditions so that it creates retroactively the conditions of its own possibility).”.

destinado a produzir leituras perfeitamente possíveis de serem construídas sem este mesmo aparato? Ser um instrumento no meio acadêmico-universitário de apagamento das questões político-econômicas? Ou ser um elemento de reflexão na busca por construir gestos de leitura socialmente significativos, no sentido de que, qualquer que seja o objeto da análise discursiva, sempre se tenha em vista as implicações dos discursos na vida sócio-político-econômica de uma formação social?

Tais questionamentos se fazem necessários, quando compreendemos que a análise do discurso pecheutiana não foi concebida apenas como uma teoria, mas como um instrumento político de intervenção na sociedade.

Em tempos nos quais se postula o fim das ideologias, das utopias, das grandes narrativas, e até o fim da História, os questionamentos colocados nos encaminham frequentemente à angústia, ao ceticismo e ao niilismo, diante das aporias teóricas, dos impasses ideológicos e da paralisia política.

Porém, contra todas as evidências da “impossibilidade”, somos forçados a decidir, ainda que seja na escuridão:

A simples persistência contra todas as probabilidades é em última análise a matéria de que a ética é feita - ou, como Samuel Beckett o expressa nas últimas palavras da obra-prima absoluta da literatura do século XX, O inominável (...) **“no silêncio você não sabe, você deve continuar, eu não posso continuar, eu continuarei”** (ZIZEK, 2010, p.146 – destaques nossos)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). – 9ª. Ed. – Introdução Crítica de J. A. Guilhaon Albuquerque. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. Contradiction et surdétermination (1962). In : ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**. Éditions La Découverte, Paris: 1986. (pages 85 à 128, Annexe incluse)

_____. Du “Capital” à la philosophie de Marx. In: ALTHUSSER et al. **Lire le Capital** (1965). Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

_____. Du côté de la philosophie (cinquième Cours de philosophie pour scientifiques) (1967). In : ALTHUSSER, L. **Écrits philosophiques et politiques. Tome II**. Textes réunis et présentés par François Matheron. Stock/IMEC, Paris: 1995. (pages 255 à 298, notes de l’éditeur incluses).

_____. Éléments d’autocritique (1972). In: **Solitude de Machiavel et autres textes**. Edição preparada e comentada por Yves Sintomer. Paris: Presses Universitaires de France/ Actuel Marx Confrontation, 1998. (pp.159-197)

_____. **Écrits philosophiques et politiques. Tome II**. Textes réunis et présentés par François Matheron. Stock/IMEC, Paris: 1995.

_____. Enfin la crise du marxisme ! (1977). In : **Solitude de Machiavel et autres textes**. Edição preparada e comentada por Yves Sintomer. Paris: Presses Universitaires de France/ Actuel Marx Confrontation, 1998. (pp. 267-280)

_____. **Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas**. Trad. Elisa Amado Bacelar. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1979.

_____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Introdução crítico-histórica, tradução e notas : Walter José Evangelista. Rio de Janeiro : Edições Graal, 4ª edição, 2000.

_____. La philosophie comme arme de la révolution : réponse à huit questions (1968). In : **Solitude de Machiavel et autres textes**. Edição preparada e comentada por Yves Sintomer. Paris: Presses Universitaires de France/ Actuel Marx Confrontation, 1998

_____ et al. **Lire le Capital** (1965). Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

_____. **Philosophie et philosophie spontanée des savants** (1967). François Maspero, Paris: 1974.

_____. **Pour Marx**. Paris: Éditions La Découverte, 1986.

_____. **Solitude de Machiavel et autres textes**. Edição preparada e comentada por Yves Sintomer. Paris: Presses Universitaires de France/ Actuel Marx Confrontation, 1998.

- ALTHUSSER, L. Soutenance d'Amiens. (1975) In: **Solitude de Machiavel et autres textes**. Edição preparada e comentada por Yves Sintomer. Paris: Presses Universitaires de France/ Actuel Marx Confrontation, 1998b. (pp.199-236)
- BALIBAR, É. Préface. In: IPOLA, E. **Althusser: l'adieu infini**. Paris : Presses Universitaires de France, 2012.
- BOURDIN, J-C. (org.). **Althusser: une lecture de Marx**. Paris, Presses Universitaires de France, 2008.
- BROWN, W. **States of Injury**, Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- BUTLER, J.; LACLAU, E; ZIZEK, S. **Contingency, Hegemony and universality: contemporary dialogues on the left**. Londres, Nova Iorque: Verso, 2000.
- CARVALHO, F. Z. F. **O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan**. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/UFMG. Tese de Doutorado. 2008.
- COURTINE, J-J. Le discours introuvable: Marxisme et linguistique (1965-1985). **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 13, fascicule 2, 1991. pp. 153-171
- DALY, G. Introdução: arriscando o impossível. In: ZIZEK, S.; DALY, G. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek**. São Paulo, Martins Fontes: 2006.
- DOMINGUES, I. **O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas**. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- DOSSE, F. **História do Estruturalismo: o campo do signo**. Vol.1. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- ESCOBAR, C. H. de. Quem tem medo de Louis Althusser? **Revista Achegas**. Nº 44. Jan/Jul 2011. (pp.26-37). Disponível em: http://www.achegas.net/numero/44/carlos_escobar_44.pdf Acesso em: 24/08/2011
- FIGUEIRA, L. F. B. **Atravessamentos Polêmicos em Estudos Literários**. Uberlândia: 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia.
- _____. A teoria da Análise do discurso é uma língua de madeira?. In: SANTOS, J. B. C. dos (org.). **Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas**, Uberlândia: EDUFU, 2009.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio – 7ª Ed. - São Paulo: Loyola, 2001. (título original: L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 decembre 1970. (1971)).

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luis Felipe Baeta Neves – 7a ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Entretien avec Michel Foucault [entretien avec J. G. Merquior et S. P. Rouanet. Tempo Brasileiro, 1971]. In : **Dits et écrits**. Tome II. Gallimard, Paris: 1994a. (pp.157-174)

_____. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. 22ª. Ed. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. Nietzsche, Freud, Marx. In **Dits et écrits**. Tome I. Gallimard, Paris: 1994b.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

GARO, I. La coupure impossible : l'idéologie en mouvement, entre philosophie et politique dans la pensée de Louis Althusser. In : BOURDIN, J-C. (org.). **Althusser: une lecture de Marx**. Paris, Presses Universitaires de France, 2008.

GILLOT, P. **Althusser et la Psychanalyse**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do discurso** – diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GRÜNER, E. Leituras culpadas: Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORON et al. (orgs.) **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPOLA, E. **Althusser** : l'adieu infini. Paris : Presses Universitaires de France, 2012.

LACAN, J. **O Seminário, livro 7 : A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LE DICTIONNAIRE. Disponível em : <http://www.le-dictionnaire.com/index.html>

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARTON, S. Uma ética nietzscheana. **Revista Cult**, versão on line, 2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/08/uma-etica-nietzschiana/> . Acesso em: 26/05/2011.

_____. **Nietzsche: a transvaloração dos valores**. 4ª Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

MAZIÈRE. F. **Análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MULLER-LAUTER, W. **A doutrina da vontade de poder em Nietzsche**. Trad. Oswaldo Giacoia. São Paulo: Annablume, 1997.

PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010.

PAVEAU, M-A. **Analyse du discours et psychanalyse**: frontières, approximations, et tensions. 2011. Disponível para audição em:
<http://ufftube.uff.br/video/OD9K7O36SHUW/%E2%80%9CAAnalyse-du-discours-et-psychanalyse-fronti%C3%A8res-approximations-et-tensions%E2%80%9D-Profa-Dra-Marie-Anne-Paveau>

_____. Discours et matérialisme: Quelques points d'articulation entre la pensée althussérienne et l'analyse du discours dite “française”, contribuição ao GRM (Groupe de Recherches Marxistes), seminário “**Recepções e releituras do marxismo nos anos 1960 na França e na Itália**”, Paris, ENS, Ulm, 2007. Disponível em: <http://www.univ-paris13.fr/cenel/fiches/MarieAnnePaveau.htm> . Acesso em: 11/02/2011.

_____. La roue du moulin à paroles: Analyse du discours, inconscient, réel, altérité. **Matraga 22**, Revista do Programa de 3º ciclo de Letras da UERJ, 2008. Disponível em: <http://www.univ-paris13.fr/cenel/fiches/MarieAnnePaveau.htm> . Acesso em: 11/02/2011.

_____; ROSIER, L. Éléments pour une histoire de l'analyse du discours : Théories en conflit et ciment phraséologique. Comunicação no colóquio “**A análise do discurso na França e na Alemanha**: tendências atuais em ciências da linguagem e ciências sociais”. Créteil, Céditec, 02 de julho, 2005. Disponível em: <http://www.univ-paris13.fr/cenel/fiches/MarieAnnePaveau.htm> . Acesso em: 11/02/2011.

PÊCHEUX, M. A Análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F e HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas (19), p.7-24, julho/dezembro 1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In: **Gestos de leitura**: da história no discurso. Org. Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.

_____. L'étrange miroir de l'analyse de discours. **Langages**, 15e année, n°62, 1981. (pp. 5-8). Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1981_num_15_62_1872 .

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. E. P. Orlandi – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. (título original: Discourse: structure or event?, 1988)

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi et al. – 3ª ed.. Campinas: Editora da Unicamp, 1997c.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Pontes: Campinas, 2011.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. (1978). In: **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E. P. Orlandi et al. – 3ª ed.. Campinas: Editora da Unicamp, 1997d.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: LOPES, L. P. da M. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PLON, M. Analyse du discours (de Michel Pêcheux) versus analyse de l'inconscient. Conferência ministrada no: **I Seminário de Estudos em Análise do Discurso (I SEAD)**, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_02/plon.pdf . Acesso em: 21/11/2011.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** (*online*). 2011. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>> (Acesso em: 30/01/2011).

RAMIREZ, H. Sobre a metáfora paterna e a forclusão do Nome-do-pai: uma introdução. **Mental**. Novembro de 2004. Vol. II, nº 3. UNIPAC, Barbacena. (pp. 89 – 105)

ROUDINESCO, E. **A batalha de Cem Anos**. História da Psicanálise na França, vol. I. Paris: Ramsay, 1982.

SANTOS, J. B. C. dos. A Análise do Discurso do Brasil: entre Pêcheux, Foucault e Bakhtin. In: PAULA, L. de & STAFUZZA, G. (Orgs.). **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2010.

_____. A Instância Enunciativa Sujeitucional. In: SANTOS, J. B. C. dos (org.). **Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas**, Uberlândia: EDUFU, 2009.

_____. **Por uma teoria do Discurso Universitário Institucional**. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/ UFMG. Tese de Doutorado. 2000.

_____. (Org.). **Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas**, Uberlândia: EDUFU, 2009.

_____. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. In: FERNANDES C. A. & SANTOS, J. B. C. dos (Orgs.). **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004 (pp. 109-118).

SINTOMER, Y. Présentation. In: **Solitude de Machiavel et autres textes**. Edição preparada e comentada por Yves Sintomer. Paris: Presses Universitaires de France/ Actuel Marx Confrontation, 1998 (pp.5-16).

TEIXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TERÁN, O. **De utopias, catástrofes y esperanzas**. Um camino intelectual. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

VÁZQUEZ, A. S. **Ciência e revolução**: o marxismo de Althusser. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

VILLARTA-NEDER, M. A. Tendências da Análise do Discurso do Brasil (AD do B): murmúrios e silêncios constitutivos. In: DE PAULA, L. & STAFUZZA, G. (Orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010.

ZIZEK, S. Class Struggle or Postmodernism: yes, please! In: BUTLER, J.; LACLAU, E; ZIZEK, S. **Contingency, Hegemony and universality**: contemporary dialogues on the left. Londres, Nova Iorque: Verso, 2000.

_____. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Em defesa das causas perdidas**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____; DALY, G. **Arriscar o impossível**: conversas com Zizek. São Paulo, Martins Fontes: 2006.